

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade

Alysson Eduardo de Carvalho Aquino

Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e Anarquismo: permanências e rupturas na
construção de narrativas e práticas sociais presentes nos periódicos libertários
brasileiros contemporâneos

TESE

CURITIBA
2020

Alysson Eduardo de Carvalho Aquino

Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e Anarquismo: permanências e rupturas na construção de narrativas e práticas sociais presentes nos periódicos libertários brasileiros contemporâneos

Texto à Banca Examinadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Tecnologia e Sociedade, sob orientação do Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz.

CURITIBA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Aquino, Alysson Eduardo de Carvalho

Ciência, tecnologia e sociedade (CTS) e anarquismo [recurso eletrônico] : permanências e rupturas na construção de narrativas e práticas sociais presentes nos periódicos libertários brasileiros contemporâneos / Alysson Eduardo de Carvalho Aquino. -- 2020.

1 arquivo texto (216 f.): PDF; 1,83 MB.

Modo de acesso: World Wide Web

Título extraído da tela de título (visualizado em 10 mar. 2020)

Texto em português com resumo em inglês

Tese (Doutorado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 2020

Bibliografia: f. 206-216.

1. Tecnologia - Teses. 2. Anarquismo e anarquistas. 3. Resistência ao governo. 4. Periódicos brasileiros - Crítica, interpretação, etc. 5. Movimentos sociais - Brasil. 6. Comunismo e literatura. 7. Anarquismo e anarquistas - Periódicos. I. Queluz, Gilson Leandro. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: ed. 23 -- 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba
Bibliotecário: Adriano Lopes CRB-9/1429

TERMO DE APROVAÇÃO DE TESE Nº 68

A Tese de Doutorado intitulada **Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e Anarquismo: permanências e rupturas na construção de narrativas e práticas sociais presentes nos periódicos libertários brasileiros contemporâneos.** defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Alysson Eduardo de Carvalho Aquino** no dia **26 de fevereiro de 2019**, foi julgada aprovada em sua forma final para obtenção do título de Doutor em Tecnologia e Sociedade, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof. Dr. Doris Accioly e Silva (USP)
Prof. Dr. Luiz Ernesto Merkle - (UTFPR)
Prof. Dr. Mário Lopes Amorim - (PPGTEUTFPR)
Prof. Dr. Clóvis Mendes Gruner - (UFPR)
Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz - (UTFPR) - *Orientador*

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho especialmente à minha companheira de vida Jéssica Longo. Sem você ao meu lado o término desta pesquisa teria sido impossível.

Agradeço aos meus familiares, irmãos e pais pelo apoio dado às minhas escolhas.

Ao PPGTE e à CAPES.

Aos amigos de luta política, futebol e de Curitiba.

Aos professores do PPGTE, especialmente Francis, Domingos e Ângela.

Aos professores Mário Amorim e Ernesto Merkle, mestres exemplares.

À professora Dóris Accioly e Silva, pelo carinho da amizade.

Ao professor Clóvis Gruner.

Especial agradecimento ao professor Gilson Queluz, pela paciência e por não ter me deixado desistir.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns dos possíveis entrelaçamentos teóricos e práticos existentes entre as ações libertárias e o conjunto de articulações presentes no chamado campo da *Ciência, Tecnologia e Sociedade* (CTS). Trata-se de um campo específico de estudos acadêmicos que traz consigo preocupações que englobam esferas intelectuais, sociais e políticas (Vaccarezza, 1998) denominado de “estudos sociais da ciência e da tecnologia” ou “estudos de ciência, tecnologia e sociedade” (ECTS) (VON LINSINGEN, 2007). De acordo com Cutcliffe (2003), os estudos CTS inicialmente possuíam basicamente duas características: a) a primeira era uma visão essencialista que buscava transformar a sociedade através da busca da ciência e da tecnologia; b) a segunda uma reação crítica a esse projeto essencialista. Posteriormente, esses dois eixos foram ampliados. Os anarquistas possuem uma longa tradição de debates em torno de temas caros ao campo CTS. Durante o século XX, por exemplo, discutiram os laços entre a ciência e o poder político-militar do Estado. No período do desenvolvimento da chamada “grande ciência” apontaram para o crescimento das grandes burocracias tecnocientíficas. Os libertários teorizam também a crítica do “complexo militar-industrial” e o desenvolvimento dos programas nucleares realizados em diversas nações, bem como desenvolveram profícuas “culturas da natureza”. A partir das movimentações políticas da década de 1960 o pensamento e as práticas anarquistas foram incorporados por vários movimentos sociais comprometidos com o debate em torno da tecnociência e da crise ecológica no mundo contemporâneo. Todavia, esse trânsito ainda não foi totalmente pesquisado. Assim, essa investigação apresenta esse debate a partir da análise de periódicos anarquistas brasileiros contemporâneos. Foram selecionados materiais publicados em meios virtuais por 17 organizações anarquistas de todas as regiões do país. Após leitura e seleção foram separados os materiais com temáticas discutidas historicamente dentro do CTS. A análise nos permitiu categorizar seis grandes eixos temáticos de teorização e de atuação: 1) Ciência e Educação; 2) Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); 3) Ecologia e Natureza; 4) Saúde, Vida e Sexualidade; 5) As Utopias das Cidades e a Urbanização Capitalista; 6) O mundo do Trabalho e suas Tecnologias. Compreendemos, a partir da análise do material, ser possível estabelecer uma aproximação temática entre os ideais libertários e a prática da Pedagogia Libertária com o Ensino Científico de enfoque CTS característica do pensamento latino-americano.

Palavras Chave: Ciência. Tecnologia e Sociedade (CTS). Educação Libertária. Ciência e Anarquismo. Movimentos Sociais. América Latina.

ABSTRACT

This paper aims to present some of the possible theoretical and practical links between libertarian actions and the whole of articulations present in the so-called Science, Technology and Society (STS) field. It is a specific field of academic studies that brings with it concerns that encompass intellectual, social and political spheres (Vaccarezza, 1998) called "social studies of science and technology" or "studies of science, technology and society" (STS) (VON LINSINGEN, 2007). According to Cutcliffe (2003), STS studies initially had basically two characteristics: a) the first was an essentialist vision that sought to transform society through the pursuit of science and technology; b) the second, on the other hand, was a critical reaction to this essentialist project. Subsequently, these two axes were expanded. Anarchists have a long tradition of debates around issues dear to the STS field. During the twentieth century, for example, they discussed the links between science and the political-military power of the state. In the period of development of the so-called "great science" they highlighted the growth of the great technoscientific bureaucracies. Libertarians also theorize the critique of the "military-industrial complex" and the development of nuclear programs carried out in various nations, as well as have developed fruitful "cultures of nature." From the political movements of the 1960s, anarchist thought and practices were incorporated by various social movements committed to the debate on technoscience and the ecological crisis in the contemporary world. However, this transit has not yet been fully researched. Thus, this investigation presents this debate from the analysis of contemporary Brazilian anarchist periodicals. Material published in virtual media by 17 anarchist organizations from all regions of the country was selected. After reading and selecting, the sources with themes discussed historically within the STS studies were separated for analysis. The analysis allowed us to categorize six main thematic axes of theorization and action: 1) Science and Education; 2) Information and Communication Technologies (ICTs); 3) Ecology and Nature; 4) Health, Life and Sexuality; 5) The Utopias of the Cities and the Capitalist Urbanization; 6) The World of Labour and its Technologies. Based on the analysis of the material, we understand that it is possible to establish a thematic approximation between the libertarian ideals and the practice of the Libertarian Pedagogy with the Scientific Teaching of STS approach characteristic of Latin American thought.

KEYWORDS: Science. Technology and Society (STS). Libertarian Education. Science and Anarchism. Social Movements. Latin America.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGP** – Ação Global dos Povos
- ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas.
- CAB** – Coordenação Anarquista Brasileira.
- CABN** – Coletivo Anarquista Bandeira Negra.
- CALC** – Coletivo Anarquista Luta de Classes.
- COMPA** – Coletivo Mineiro Popular Anarquista.
- C&T** – Ciência e Tecnologia.
- CTS** – Ciência, Tecnologia e Sociedade.
- ELAOPA** - Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas.
- ESOCITE** - Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias
- EUA** – Estados Unidos da América.
- EZLN** – Exército Zapatista de Libertação Nacional.
- FACA** – Federação Anarquista Cabana.
- FAE** – Fórum Anarquista Especifista.
- FARJ** – Federação Anarquista do Rio de Janeiro.
- FARPA** – Federação Anarquista dos Palmares.
- FAU** – Federação Anarquista Uruguaya.
- FAG** – Federação Anarquista Gaúcha.
- FAO** – Fórum do Anarquismo Organizado.
- FMI** – Fundo Monetário Internacional.
- FSE** – Fórum Social Europeu.
- FSM** – Fórum Social Mundial.
- MST** – Movimento Sem Terra.
- OASL** – Organização Anarquista Socialismo Libertário.
- ONU** – Organização das Nações Unidas.
- OMC** – Organização Mundial do Comércio.
- OSL** – Organização Socialista Libertária.
- ORL** – Organização Resistência Libertária.
- PLACTS** – Pensamento Latino Americano em Ciência e Tecnologia.
- PCT** – Política Científica e Tecnológica.
- PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- UNIPA** – União Popular Anarquista.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
PARTE 1.	
CAPÍTULO 1. SOCIEDADE, CIÊNCIA, NATUREZA E TECNOLOGIA, TRAÇANDO CAMINHOS DE DISPUTA E COMPREENSÃO	26
1.1 O CTS como campo de Estudo.....	36
1.1.1 Sobre CTS na América Latina.....	40
1.1.2 Anarquismo e CTS – Encontros possíveis	43
PARTE 2.	
CAPÍTULO 2. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ANARQUISMO – A CONSTRUÇÃO DE CONCEPÇÕES MÚLTIPLAS	52
2.1 O centauro anarquista: criação cultural e ética libertária.....	58
2.2 Sobre as filosofias anarquistas da natureza.....	67
2.3 A natureza humana, suas paixões e o amor pela humanidade.....	76
2.4 Batalhas no campo da ciência e da tecnologia – os enfrentamentos anarquistas.....	80
2.4.1 Trabalho e Tecnologia	87
2.4.2 Sexualidade e Saúde.....	89
2.4.3 Utopias urbanas e transformações territoriais.....	96
CAPÍTULO 3. MUITO ALÉM DE UM CURTO VERÃO	100
3.1 A anarquia retorna aos tribunais. Ou: a nossa pátria continua sendo o mundo inteiro, nossa lei sempre será a liberdade!	102
3.2 As cúpulas quebradas pelos molotovs em chamas! Outros 90.	110
3.3 Conhecimento, Ciência e Tecnologia nas práticas de resistência do anarquismo contemporâneo.....	115
3.4 As cidades, territórios, desterritorialização, utopias e distopias – contestações anarquistas.....	119
3.5 Anarquismos, contracultura e ambientalismos.....	122
3.6 Sociologias e filosofias libertárias dos movimentos sociais – teorizações sobre a retomada contemporânea do anarquismo.....	127
PARTE 3.	
CAPÍTULO 4. TEMAS DO CAMPO CTS PRESENTES NOS PERIÓDICOS ANARQUISTAS BRASILEIROS	146
4.1 Os coletivos libertários diante do contexto de rearticulação anarquista nacional.....	146
4.2 Ciência, tecnologia e educação	152
4.2.1 Os ensinos superior e técnico brasileiros.....	155
4.2.2 A educação como sociabilidade.....	160
4.2.3 Anarquismo, ciência ou ideologia.....	163
4.2.4 Saberes populares e tradicionais como crítica ao positivismo.....	169
4.2.5 A preservação da memória entre os anarquistas.....	172
4.3 Tecnologias da informação e comunicação (Tics).....	173

4.4 Ecologia – concepções de natureza e lutas em torno das questões ambientais.....	178
4.5 Saúde, Vida e Sexualidade.....	181
4.6 As utopias das cidades e a urbanização capitalista.....	188
4.7 O mundo do trabalho.....	192
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
REFERÊNCIAS.....	206

1. INTRODUÇÃO

A história do movimento anarquista é uma “história de exílios” (ROMANI, 2008). Ela pode ser narrada a partir dos inúmeros confrontos envolvidos em torno das suas ideias, marcados pela ousadia de seus adeptos e pelos processos repressivos dos quais foram vítimas. A doutrina anarquista foi, por muito tempo, tratada de forma desqualificadora até mesmo por pesquisadores sérios e eruditos. Assim como muitos anarquistas foram forçosamente calados e tiveram seus espaços de encontro e organização destruídos, a sua filosofia foi sistematicamente esquecida nos espaços intelectuais oficiais, tornando-se um tanto quanto “marginal” (GALLO, 1996). Aos anarquistas atribuiu-se uma espécie de “fracasso objetivo” ou “fracasso histórico” enquanto doutrina revolucionária (AVELINO, 2008).

Esta pesquisa poderia ser uma análise dedicada a discutir os elementos envolvidos no surgimento, no crescimento e no desaparecimento das práticas libertárias na sociedade capitalista. Entretanto, os anarquistas parecem insistir na recusa desse destino – seu desaparecimento – tantas vezes traçado por seus adversários. Os anarquistas continuam como mulheres e homens capazes de reinventar suas práticas políticas cotidianas, marcadas pela coerência de seus ideais e que mantém acesas as chamas dos princípios libertários.

O pensamento libertário foi majoritariamente descrito a partir de certa negatividade, naquilo que lhe faltava. Assim, há espaço aberto para a possibilidade de se discutir essa doutrina sob outra perspectiva. Assumiremos, nessa pesquisa, o desafio proposto por Carlo Romani (2008) quando assinala para a necessidade de se “constituir um olhar libertário para falar das experiências libertárias”. De maneira sintética, a referência utilizada para investigar as práticas anarquistas partirá da compreensão de que eles são parte do desenvolvimento do movimento socialista ampliado e historicamente construído, diferenciando-se em razão da defesa radical da liberdade e da auto-organização. A revolta contrária aos ordenamentos instituídos pela sociedade capitalista em suas diversas formas de produção, pelo Estado e pela religião institucionalizada compõe o estilo libertário de pensar. Ao mesmo tempo são celebradores da vida! A conexão entre os meios e fins aparece como traço ético fundamental dos anarquistas.

Adotaremos uma dupla postura na investigação que será proposta: a primeira, toma uma direção política que inscreve o anarquismo dentro de grupo de práticas

sociais desenvolvidas pelos trabalhadores e setores oprimidos a partir da revolução industrial; a segunda, aparece como um interesse epistemológico que pretende abrir e/ou reabrir certos debates no campo da ciência desde uma perspectiva libertária. Nas duas situações, as práticas anarquistas serão tomadas em sua capacidade de provocar diálogos e rupturas e na sua qualidade de promover embates e combates.

Temos por objetivo maior apresentar alguns dos possíveis entrelaçamentos existentes entre as ações libertárias e o conjunto de articulações presentes no chamado campo da *Ciência, Tecnologia e Sociedade* (CTS). Desejamos, com isso, que os ideais anarquistas circulem em novos espaços acadêmicos e políticos. Aos pesquisadores, a crítica radical proposta pelos anarquistas continua a mostrar sua contemporaneidade. Aos militantes, os debates em torno da ciência, tecnologia e sociedade, sob a ótica libertária, podem apresentar novos espaços de aglutinação, de ação e de promoção do pensamento contestatário.

Ainda nesta introdução trazemos uma reflexão inspirada no pensamento de Michel Foucault quando comenta sobre o movimento intelectual de retomada de textos e temas esquecidos ou que julgávamos já todo explorados. Quando citamos a “presença de uma ausência” do anarquismo – o histórico esquecimento de sua história no meio acadêmico - e enfatizamos certo retorno às suas propostas, temos que o retorno está:

Marcado pelo vazio, pela ausência, pela lacuna no texto. Retornar-se a certo vazio que o esquecimento evitou ou mascarou, que recobriu com uma falsa ou má plenitude e o retorno deve redescobrir essa lacuna e essa falta”. Há nisso um jogo que “consiste em dizer por um lado: isso aí estava, bastaria ler, tudo se encontra aí; e, inversamente: não, não está nesta palavra aqui, nem naquela ali, nenhuma das palavras visíveis e legíveis diz do que se trata agora (FOUCAULT, 2001).

Dessa forma, a proposta de um retorno ao pensamento libertário não deseja restaurar seus fundamentos ou fazer exegese de suas premissas mais puras e complexas, apresentando sua superioridade analítica. Trata-se de um retorno que visa apenas contribuir para o questionamento do agora, inspirado nessas ausências, nesses “esquecimentos”. É também um retorno auxiliador na criação de aberturas ético-políticas, para a construção de um futuro menos bárbaro e sombrio.

Por fim, ressaltamos para o fato do estudo de processos culturais envolvendo setores subalternos ser um desafio por si só. Ele estará fadado ao fracasso se tentar encontrar nesses setores a existência de uma identidade fixa ou pré-determinada,

passível de apropriação fácil e total. Recusamos essa postura e, por isso, devemos ter o cuidado metodológico de investigar essas práticas em termos de construções, de trânsitos, de mudanças, de adaptações, de resistências, de negociações, etc. As questões estudadas nessa pesquisa serão consideradas enquanto práticas e discursos que apresentam dimensões conflitivas.

Consideramos os sujeitos políticos como criadores e recriadores de suas identidades, bem como entendemos suas ações enquanto respostas geradas contra múltiplas formas de opressão vividas em meio às lutas travadas na existência cotidiana. Desse modo, apontamos possíveis aproximações ainda não consideradas de forma explícita nos estudos que acessamos. Outras vezes, no entanto, apenas marcaremos a existência de distanciamentos. É provável que tenhamos deixado de ver e considerar muitos outros elementos dessas práticas, produzindo novas ausências. Mas, diante da leitura dessa pesquisa, quem sabe essas ausências sejam notadas e outros retornos venham a ser propostos. Retornos libertários.

Desde o final dos anos de 1960 alguns comentadores políticos apontam para a existência de momentos de renovação do pensamento libertário e um certo interesse por suas formulações. Nesse mesmo sentido, pode-se dizer que, com certa periodicidade, o anarquismo se torna motivo de curiosidade nos noticiários e nos órgãos da grande imprensa mundial. Parte das vezes, esse interesse se dá em um cenário de acontecimentos políticos acompanhados de uma dose de radicalidade, o que provoca uma apreensão e um medo da desestabilização da ordem vigente. Momentos políticos assim expressariam o descontentamento social profundo, algumas vezes associado ao anarquismo.

As duas primeiras décadas dos anos 2000 foram marcados por períodos deste tipo. Houve acontecimentos políticos que, dimensionados globalmente em termos do alcance na circulação das informações, tiveram o envolvimento de movimentos de protesto com caráter anticapitalista de forte inspiração libertária. Os primeiros anos desse novo milênio foram atravessados por ações de rua contrários à criação do chamado “sistema financeiro mundial”. O anarquismo foi citado como influência teórica e modelo inspirado das táticas de rua e da organização política utilizadas naquele momento. Mais recentemente, episódios envolvendo anarquistas gregos¹ e

¹Sobre a atuação dos anarquistas gregos pode-se acessar:
<https://es.blastingnews.com/curiosidades/2017/09/exarchia-el-barrio-anarquista-de-atenas-001992503.html>

levantes populares na cidade Rojava² no Curdistão - sob declarada inspiração das ideias do anarquista estadunidense Murray Bookchin - acentuaram e deixaram de forma definitiva a percepção de que o anarquismo está vivo e permanece como uma corrente política relevante para os nossos dias. Há algum tempo se fala de certo *revival* do anarquismo³ até mesmo entre intelectuais de renome e que não nutrem, necessariamente, simpatia por suas ideias.

Em se tratando da América Latina, os movimentos estudantis chilenos ocorridos na última década também foram associados ao anarquismo. Na Argentina, espaços anarquistas de Córdoba são invadidos pela polícia a partir de uma suposta busca por terroristas. Situações parecidas ocorreram em Rosário e Buenos Aires mais recentemente⁴. No Brasil, as chamadas Jornadas de Junho de 2013 revelaram o medo provocado pelas ideias libertárias no tragicômico episódio da polícia militar do Rio de Janeiro ao investigar a suposta participação do anarquista russo Bakunin como uma das possíveis lideranças das manifestações⁵. Ainda no país, organizações políticas como a Federação Anarquista Gaúcha foram alvo de constantes invasões policiais, bem como eventos e militantes anarquistas sofreram processos de investigação⁶ injustificados.

Destacamos também o interesse pelo anarquismo nos meios de comunicação de massa em reportagens como uma edição especial da GloboNews⁷ dedicada a debater o anarquismo e seu papel nas manifestações de rua. Intelectuais como Noam Chomsky, David Graeber e John Zerzan foram chamados a explicarem mais sobre o anarquismo e sua associação com os *black blocs*. É significativo que um dos programas de maior audiência da televisão brasileira, o semanal *Fantástico* da Rede

² Para conhecer mais sobre o processo que ocorre entre os curdos a partir da perspectiva da luta das mulheres, acessar https://www.vice.com/pt_br/article/9kwzv/revolucao-mais-feminista.

³ ANTUNES, R. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁴ <http://blackrosefed.org/solidarity-cordoba-argentina/>.
<https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2018/11/23/argentina-anarquismo-um-antigo-bode-expiatorio-para-justificar-a-mao-dura/>. Protestos na embaixada da Argentina na Grécia em razão da morte de militante anarquista também provocaram prisões <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2018/11/02/anarquistas-sao-detidos-apos-ocupacao-de-embaixada-da-argentina-na-grecia.htm>.

⁵ <http://g1.globo.com/globo-news/milenio/platb/2014/02/20/o-anarquismo-e-a-democracia-atual/>

⁶ O Nu-sol faz levantamento de uma série de repressões das quais os anarquistas brasileiros foram vítimas nos últimos anos. Alguns exemplos podem ser acessados no seguinte endereço: http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2017/11/contra_o_absurdo.pdf

⁷ https://www.youtube.com/watch?v=vZoDDyu_X_0 Entrevistas com David Graeber. https://www.youtube.com/watch?v=w0vn9_1us2o Reportagem sobre a tática Black Block e entrevista com pesquisadores do anarquismo como Felipe Côrrea e John Zerzan.

Globo de Televisão tenha feito uma reportagem associando o terrorismo islâmico às ações políticas do anarquista francês Ravachol⁸. Midiaticamente, a perseguição aos anarquistas se justifica por sua associação ao terrorismo e à desordem.

Há uma circulação de ideias repetidas que alimentam o senso comum e o imaginário popular sobre o perigo incontrolável anarquista. Isso reflete no campo de pesquisa acadêmico quando estudiosos do anarquismo são convidados a esclarecer questionamentos levantados sobre a violência do pensamento libertário e nada mais.

Considerando materiais com trato de melhor qualidade, citamos a publicação da revista de História da Biblioteca Nacional⁹ dedicada especialmente a discutir o anarquismo. Outra publicação de circulação relevante foi a edição especial da revista Superinteressante¹⁰ voltada ao público jovem e que se dedicou a explicar essa doutrina política.

Dentro das organizações políticas do espectro marxista uma movimentação parecida ocorreu com objetivo de se compreender o anarquismo contemporâneo e sua adesão por parte de muitos jovens. É exemplo desse interesse os seminários de estudos desenvolvidos pelo PSTU - nos quais nenhum anarquista foi convidado para expor sua perspectiva. Chama atenção ainda que editoras importantes passam a publicar títulos de autores e temas libertários, tais como a *Hedra* que possui uma coleção específica sobre anarquismo¹¹.

O interesse pelo pensamento libertário também se fez presente na universidade. Muitos intelectuais passam então a abrir espaços de conversação e investigação sobre as concepções políticas do anarquismo, seja para conhecê-lo ou criticá-lo. É exemplo desse movimento o lançamento da edição especial da revista *Em Debate*¹² em um dossiê sobre o anarquismo contemporâneo. Assinalamos ainda o dossiê de “Estudos Anarquistas Contemporâneos” organizado para edição da revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho sob os cuidados do pesquisador do anarquismo Nildo Avelino.

Muitos dos jovens encantados pelos anarquismos das décadas de 1970, 1980 e 1990 se tornaram pesquisadores e abriram espaços dentro das universidades que

⁸ <https://globoplay.globo.com/v/5137435/>

⁹ <http://www.revistadehistoria.com.br/revista/edicao/95>

¹⁰ <https://super.abril.com.br/historia/anarquia-aqui-e-agora/>

¹¹ <http://hedra.com.br/shop/category/anarcos-de-bolso-117>

¹² *Em Debate* (REDE) Dossiê especial *Lutas Sociais e Pensamento Anarquista*, edição número 11, 2015.

permitiram uma renovação e revigoramento da circulação das ideias libertárias no campo acadêmico. Atualmente, apontamos para a organização de estudos em revistas acadêmicas de língua inglesa como a *Anarchist Studies* e *Anarchist Developments in Cultural Studies*. No mesmo esteio, redes e grupos de pesquisa foram constituídos como o *Anarchist Studies Network* na Inglaterra e o *Anarchist Studies Initiative* nos EUA. No universo estadunidense Amster et al (*apud* Avelino, 2014) citam que:

Utilizam o anarquismo em seus cursos de filosofia (por exemplo, Steve Best, na *University of Texas, El Paso*; Eric Buck, na *Montana State University*; Alejandro de Acosta, na *Southwestern University*; Todd May, na *Clemson University*), de educação (por exemplo, Joel Spring, no *Queens College*; Richard Kahn, na *University of North Dakota*; Abraham DeLeon, na *University of Rochester*), nos estudos de paz e conflitos (por exemplo, Mark Lance e Colman MacCarthy, na *Georgetown University*; Randall Amster, no *Prescott College*), de antropologia (por exemplo, David Graeber; Jeff Juris, na *Arizona State University*) de sociologia e justiça criminal (por exemplo, Jeff Ferrell, na *Texas Christian University*; Emily Gaarder, na *University of Minnesota-Duluth*; Luis Fernandez, no *Northern Arizona University*; Deric Shannon, na *University of Connecticut*; Anthony Nocella, no *Le Moyne College*), e de ciência política (por exemplo, Mark Ruppert, na *Syracuse University*; Joel Olson, na *Northern Arizona University*).

Um panorama geral sobre pesquisadores com produção acadêmica ativa em diversos países pode apresentar nomes como os de: Richard Cleminson (*University of Leeds, Inglaterra*), Salvo Vaccaro (*Universidad de Palermo, Itália*), José Maria Carvalho Ferreira (*Universidade Técnica de Lisboa, Portugal*), Nelson Mendez (*Venezuela*), Daniel Colson (*França*), Michel Antony (*Université de Besancon, França*), Joel Delhom (*Université de Bretagne Sud, França*), Amparo Sánchez Cobos (*University Of Windsor, Canadá*), Clara Lida (*Colegio de México, México*), Ricardo Melgar Bao (*INAH, México*), Dora Barrancos (*CONICET, Argentina*), Agustina Prieto (*Universidad Nacional de Rosario, Argentina*), Armando Minguzzi (*Universidad de Buenos Aires, Argentina*), Christian Ferrer (*UBA, Argentina*), Laura Fernández Cordero (*CEDINCI, Argentina*), Horacio Tarcus (*CEDINCI, UNSAM, CONICET, Argentina*), Eduardo Godoy (*Universidad de Santiago de Chile*), Sergio Grez Toso (*Universidad de Chile*), Clara Lida (*Colegio de México*), Carmen Dangiollillo (*Universidad da República, Uruguay*), Gustavo Medina Pose (*Universidad da República, Uruguay*), Pascual Muñoz (*Universidad da República, Uruguay*), Daniel Vidal (*Universidad da República, Uruguay*), María Miguelañez (*Universidad Autónoma*

de Madrid, España), Manuel Morales Muñoz (Universidad de Málaga), Álvaro Girón Sierra (CASI, Barcelona), Javier Navarro (Universidad de Málaga), Eduard Masjuan Bracons (Universidade de Barcelona, Espanha).

Em território nacional¹³ destacamos os nomes de pesquisadores como: Margareth Rago (UNICAMP), Silvio Gallo (UNICAMP), Edson Passeti (PUC-SP), José Damiro de Moraes (UNIRIO) Clovis Nicanor Kassick (UNISUL, UFSC), Carlo Romani (UNIRIO), Dóris Accioly e Silva (USP), Alexandre Samis (Colégio Pedro II), Gilson Leandro Queluz (UTFPR), Ricardo Líper (UFBA), Nildo Avelino (UFPB), Rodrigo Rosa da Silva, (UFSC), Amir El Hakim de Paula (UNESP), Felipe Corrêa Pedro (UPM), Acácio Augusto (UNIFESP), além de uma série de outros pesquisadores que realizaram trabalhos¹⁴ de conclusão de cursos, dissertações e teses desenvolvidas sob orientação desses nomes. A revista *Verve* ligada ao Núcleo de Sociabilidade Libertária (NU-SOL/PUC-SP) pode ser citada como a mais longínqua publicação acadêmica dedicada ao pensamento libertário no Brasil.

Como importantes espaços de documentação de material anarquista temos o “Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL)” na UNICAMP, bem como o “Acervo João Penteado” (FE/USP). Fora do ambiente acadêmico, os próprios anarquistas realizam trabalhos de documentação e construção de acervos com o objetivo de manter viva sua tradição. Com essas características citamos a Biblioteca Terra Livre (São Paulo), o Centro de Cultura Social (São Paulo), Biblioteca Social Fábio Luz (Rio de Janeiro), Biblioteca Carlo Aldegheri (Guarujá - SP). Núcleo de Pesquisa Marques da Costa, Instituto de Teoria e História Anarquista.

A presença anarquista nas universidades se expressa na construção de eventos científicos espalhados em todo território latino-americano dedicados a debater e circular os resultados das pesquisas. São exemplos dessas reuniões o “Encuentro Iberoamericano: Cultura y práctica del anarquismo, desde sus orígenes hasta la Primera Guerra Mundial (México, 2012)” e o “1 Congresso Internacional de Investigadorxs sobre Anarquismo(s)” ocorrido na Argentina em 2016 e que 2019

¹³ Para um breve panorama da entrada do anarquismo na universidade brasileira ver a resenha de Passeti (2006), sobre o livro produzido pelo Depto. de História da UFF, —História do anarquismo no Brasil.

¹⁴ A *Biblioteca Terra Livre* fez um levantamento disponível em seu sítio virtual que concentra quase toda a produção acadêmica (monografias, dissertações e teses) com a temática libertária produzida no Brasil. Além disso, o NU-SOL realiza levantamentos das atividades elaboradas por anarquistas na internet e publica materiais em seu sítio virtual: <http://www.nu-sol.org/>

conterá com sua segunda edição no Uruguai. No Brasil, podemos citar alguns eventos que passaram a ser presentes nos espaços universitários como as “Jornadas Libertárias de Educação”, os “Encontros de Pedagogia Libertária”, o “Encontro de Geografia Anarquista”. Além de eventos militantes de circulação de ideias como as “Feiras do Livro Anarquista” e o Expressões Anarquistas”.

Ainda nesse cenário, em Dezembro de 2012, o jornal anarquista venezuelano *El Libertario*¹⁵ fez um levantamento da imprensa libertária contemporânea na América Latina em periódicos e identificou 66 publicações ativas e com circulação nos espaços políticos e entre militantes anarquistas. Tal número poderia ser tomado como uma boa representação do impulso que a imprensa ácrata latino-americana tomou nas duas últimas décadas. Dois anos depois¹⁶, um novo levantamento foi realizado e apresentou um resultado ainda mais significativo: o número de jornais e revistas anarquistas aumentou mais de 50 por cento continente, situando-se agora em torno de 100 títulos: 80 em espanhol - editados em 12 países - e 20 em português - no Brasil.

Apesar do crescimento do interesse em torno do anarquismo na América Latina, consideramos que se trata de uma doutrina política pouco estudada quando comparada com outras perspectivas teóricas críticas. Em relação às suas concepções de CTS, podemos apontar com segurança que a exploração e investigação temática é ainda menor. Mesmo com o esforço contemporâneo de muitos pesquisadores, ainda sobrevive senso comum propagado sem maiores juízos ou critérios científicos sólidos, fato aumentado quando tratamos de algumas áreas de interesse em CTS. Nesse processo, uma das ideias alimentadas é a de que a os anarquistas são avessos à sociedade industrial – tomada de maneira genérica - e ao desenvolvimento tecnológico. Ou então, num outro extremo, aderem fanaticamente a todos os meios tecnológicos e técnicas desde que elas possibilitem a prática de ações terroristas e/ou de destruição dos símbolos da sociedade capitalista, tomando a cibernética¹⁷ como o novo fundamento de sua visão política revolucionária, marcada pela busca da promoção do caos social.

¹⁵ Disponível em <http://periodicoellibertario.blogspot.com.br/2012/12/el-retorno-de-la-prensa-en-america.html>

¹⁶ Disponível em <http://periodicoellibertario.blogspot.com.br/2014/12/prensa-latinoamericana-llegal.html>

¹⁷ Cibernética aqui entendida em termos do senso comum enquanto relação entre controle e comunicação; relação entre linguagem técnica e os seres humanos; relação comunicacional que ocorre em espaço virtual; sistemas de comunicação baseada em tecnologias de comunicação virtual.

Defenderemos nesta tese que concepções como essas são reducionismos incapazes de abarcar a riqueza da produção teórica e prática realizada pelos anarquistas a respeito de temas tratados pelo campo CTS. Para nós, a produção libertária está calcada numa longa tradição histórica de discussões que tematizaram as múltiplas dimensões da experiência social envolvendo o desenvolvimento da ciência e da tecnologia sob o capitalismo. Além disso, as preocupações trazidas pelos anarquistas na contemporaneidade nos parecem atuais e dignas de consideração.

A fim de fortalecermos nossa argumentação, propomos realizar uma análise de materiais produzidos pela imprensa anarquista contemporânea demonstrando a presença de diversas práticas e concepções envolvendo Ciência e Tecnologia. Desse modo, temos o intuito de realizar uma espécie de cartografia não só dos agrupamentos anarquistas atuantes como das temáticas trabalhadas passíveis de aproximação com campo CTS.

Quando apresentamos nosso projeto inicial de pesquisa junto ao Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE-UTFPR) desejávamos aprofundar a discussão sobre CTS numa perspectiva libertária a partir da contraposição de duas perspectivas anarquistas distintas¹⁸: 1) o pensamento do anarquista francês Jacques Ellul, conhecido na filosofia da tecnologia por suas concepções pessimistas e essencialistas, além de influente entre as correntes antitecnológicas 2) o pensamento de Murray Bookchin, anarquista estadunidense que elaborou uma profunda obra tematizando questões de Ciência e Tecnologia a partir do que ele denominou por Ecologia Social.

Todavia, com o avanço de nossas leituras, consideramos que antes de realizar um debate teórico entre essas duas concepções distintas, seria necessário considerarmos o atual estado de organização do movimento anarquista brasileiro. Com isso, poderíamos verificar quais as características da reflexão realizada nos grupos libertários da atualidade, acessar suas práticas e produções teóricas, verificando possíveis campos de interesse intelectual e político. Além disso, averiguar de que maneira os agrupamentos e seus militantes incorporavam as próprias leituras desses ou de outros autores. Talvez, ainda, conseguir apresentar possíveis questões levantadas a partir do fazer dos anarquistas brasileiros e que não foram discutidas

¹⁸ Ao longo do trabalho discorreremos com maior profundidade sobre as características centrais do pensamento destes dois autores sobre Ciência e Tecnologia.

por teorias como as de Ellul ou Bookchin, permitindo a construção de novas perspectivas sobre Ciência e Tecnologia desde uma concepção latino-americana.

Essas ideias surgiram a partir da própria ampliação de nossa leitura das teorias críticas do campo CTS. A partir dessa perspectiva podemos questionar a produção de pesquisas ou de uma historiografia sobre ciência pautada numa narrativa circunscrita aos grandes autores. Além do mais, lembramos que os movimentos sociais, em suas ações políticas e práticas cotidianas, são produtores de conhecimento, sendo capazes de realizar uma autorreflexão sobre as realidade, os problemas e as contradições que vivenciam no seu fazer.

Tendo esses aspectos em vista, elaboramos uma hipótese investigativa de que é possível, a partir das práticas políticas e sociais desenvolvidas pelos anarquistas brasileiros contemporâneos, construir uma teoria libertária de Ciência, Tecnologia e Sociedade latino-americana.

Desse ponto, alguns problemas se colocam: quais são elementos fundantes dessas elaborações teóricas? Quais são as principais práticas que podemos definir como alinhadas com o campo CTS? Quais são as principais fontes de referência do movimento anarquista? As teorias libertárias se distanciam das demais teorias de CTS em quais aspectos?

A partir desses levantamentos, elencaremos alguns temas presentes nos debates do campo CTS que eram objeto de análise do anarquismo clássico e que ainda permanecem nas reflexões libertárias contemporâneas. Além disso, apresentaremos um panorama temático geral sobre as reflexões anarquistas em Ciência e Tecnologia buscando as bases teóricas para a elaboração de uma teoria libertária de CTS.

Para alcançarmos esses objetivos traçamos dois caminhos paralelos: a) o levantamento e o estudo de bibliografia especializada sobre as questões vinculadas às concepções de ciência e tecnologia no anarquismo, considerando seu período clássico, bem como sua atuação no mundo contemporâneo; b) a seleção de periódicos ativos na imprensa anarquista brasileira, sua leitura e análise por meio de um processo posteriormente detalhado.

A partir desses dois caminhos, optamos por dividir nosso trabalho em três momentos: **1) A primeira parte** composta pelo capítulo 1 apresenta uma tentativa de estabelecimento de um diálogo introdutório entre o campo CTS e o pensamento anarquista na atualidade apresentando algumas transformações econômicas,

políticas e sociais que produzem um certo contexto de desenvolvimento científico e tecnológico o qual serve de base para a elaboração de reflexões tanto de libertários quanto de pesquisadores e movimentos interessados pelo campo CTS **2) A segunda parte** aponta historicamente aquelas que se tornaram as principais características das práticas anarquistas e suas reflexões temáticas mais marcantes em torno da ciência e da tecnologia. Tal opção se justifica pelo fato de serem escassos os trabalhos no Brasil que abordam de maneira ampliada essa questão. Essa parte é composta por dois capítulos que tratam, respectivamente, das abordagens do chamado anarquismo clássico e do anarquismo contemporâneo.

O segundo capítulo da tese traz algumas das principais discussões envolvendo Ciência e Tecnologia durante o período que se convencionou chamar de “anarquismo clássico” (1870 – 1939). Utilizamos uma bibliografia especializada e discorreremos a respeito dos principais debates científicos nos quais os anarquistas se envolveram. Além disso, comentamos as principais teorias desenvolvidas pelos anarquistas sobre Ciência e Tecnologia e trouxemos um levantamento das características mais marcantes das práticas libertárias no anarquismo Ibero-americano, situando essas questões dentro do debate historiográfico atual. Por fim, apontamos como ocorreu o tratamento dos anarquistas em torno de suas concepções de Natureza e Natureza Humana, considerando a construção de um vasto discurso político capaz de incorporar distintos aspectos da vida e realidade humana.

O capítulo 3 trata do longo período histórico que abrange do pós 1939 até os dias atuais. Depois de ser considerado aniquilado, o anarquismo reapareceu como tradição política significativa em vários países e em diferentes décadas, dando continuidade à sua capacidade de produzir reflexões sobre as mais diversas questões sociais. Nesse sentido, nos interessou apresentar um panorama ampliado sobre as mudanças sociais que acarretaram em transformações do próprio anarquismo e possibilitaram o surgimento de novos tratamentos sobre Ciência e Tecnologia em seus círculos, respondendo às novas demandas sociais. Optamos por ressaltar algumas das reflexões teóricas que ganharam maior destaque e por apresentar inovadoras práticas políticas e sociais surgidas no universo da militância anarquista.

3) A terceira parte da pesquisa, composta pelo capítulo 4, é relativa à discussão dos dados coletados a partir dos periódicos anarquistas brasileiros. Foram selecionados materiais de diversas organizações libertárias que disponibilizam seus materiais de comunicação de forma *online* em sítios virtuais. Após leitura prévia,

realizamos uma categorização temática e apresentamos algumas das principais discussões trazidas nesses materiais, priorizando as relações com o campo temático trabalhado em CTS.

Inicialmente tomamos por base o levantamento prévio apresentado pelo periódico venezuelano *El Libertario*. Entretanto, ao abrirmos os links indicados logo foi possível notar que, em alguns casos, os periódicos apontados tratavam de publicações diferentes, mas pertencentes à uma mesma organização. Além disso, a partir do conhecimento prévio dos agrupamentos anarquistas brasileiros existentes na atualidade advindo do nosso contato com militantes libertários, também se observou a ausência na lista elaborada de publicações de outras organizações relevantes entre os anarquistas brasileiros.

Diante disso, optamos por utilizar os materiais indicados na publicação venezuelana, mas também realizar novas buscas a fim de verificar a existência de outros materiais que, porventura, não haviam sido contempladas no levantamento do *El Libertario*. Para isso, lançamos algumas palavras chave no buscador do *Google*, tais como: “jornal anarquista”, “organização anarquista”; “periódico libertário”; “coletivo anarquista”.

É importante ressaltar que a busca na internet como principal instrumento de seleção de materiais faz sentido a partir de um critério por nós estabelecido, a saber: utilizar apenas publicações disponíveis em meios virtuais. Tal escolha nos permite acessar um maior número de materiais, além de viabilizar o contato com as versões completas em sua quase totalidade de edições, facilitando uma análise qualitativa das publicações. Sabemos da existência e da circulação de outros periódicos, informativos, fanzines e outros meios impressos presentes em agrupamentos anarquistas, mas não temos acesso a todo esse material, nem a todas as edições, visto que sua distribuição e baixa numeração acabam, na maior parte das vezes, restringindo sua circulação aos grupos específicos de atuação e próximos daqueles que os elaboram.

Outros critérios foram utilizados na seleção dos materiais de fonte primária: 1) dos grupos que possuem periódicos, acabamos por considerar outros materiais encontrados nos sites, tais como textos de formação e teses políticas. Essa escolha ocorreu por entendermos que esses materiais nos auxiliam na compreensão geral da forma de se pensar daquela determinada organização, considerando suas principais teses, os autores mais lidos etc; 2) Por outro lado, existem grupos libertários que

produzem materiais de natureza diversa, mas não periódicos. Essas publicações foram desconsideradas por se tratarem de materiais tão heterogêneos que talvez se distanciassem em muito das características presentes nos jornais, dificultando a organização de critérios de leitura adequados para o tipo de pesquisa proposta nesse momento e sem a garantia de resultados que justifiquem o esforço; 3) Também foram desconsideradas as produções de revistas acadêmicas organizadas por simpatizantes ou por grupos de pesquisa anarquistas situados no âmbito da universidade. Essa opção não ocorre por considerarmos menos relevantes essas publicações. Ao contrário, justamente pelo fato de apresentarem grande quantidade de material, com variedade e amplitude temática, acompanhadas de reflexões de densidade teórica inegável e pelo tipo de textos produzidos – segundo as normas científicas – consideramos que elas devam ser trabalhadas em outro estudo específico. Outro ponto que incentiva a adoção desse critério é o fato desse tipo de reflexão se diferenciar em forma e conteúdo daquelas apresentadas no material de propaganda militante.

A principal justificativa para a adoção desses critérios na escolha dos materiais selecionados, ao nosso ver, é a existência de uma infinidade de coletivos, organizações, grupos de afinidade, movimentos contraculturais, tendências, as quais se aproximam do pensamento libertário e/ou se autodefinem enquanto anarquistas. Tal fenômeno se repete quando fazemos referência sobre a produção de materiais de propaganda política como os boletins, jornais, revistas, zines e etc. Desse modo, pode-se dizer que atualmente há um número expressivo desse tipo de material circulando por entre os anarquistas nas mais variadas formas. Todavia, acessar esse material em sua integralidade ainda é uma tarefa difícil de ser realizada, visto que parte dessas obras circulam apenas em espaços marginais, em localizações específicas ou possuem tiragens pequenas já esgotadas, conforme já comentado.

Diante da seleção dos periódicos segundo os critérios citados, fizemos uma primeira leitura geral, mas integral de todos eles. Nessa leitura, nos atentamos em separar e destacar trechos e matérias que continham aproximações com temáticas discutidas historicamente pelo campo CTS. Desse modo, realizamos uma segunda leitura dessa vez apenas do material já separado a fim de verificar as questões investigativas colocadas anteriormente. Em seguida, esboçamos as primeiras análises e propusemos, provisoriamente, categorizações temáticas com o objetivo de aglutinar e organizar as referências ainda esparsas.

Em síntese, considerando todos os aspectos metodológicos discutidos, temos a leitura de materiais publicados em meios virtuais de 17 organizações anarquistas espalhadas por todas as regiões do país. São elas, em nome seguido da quantidade e do tipo de material:

- União Popular Anarquista – UNIPA: 4 volumes dos *Documentos de Política*; 72 Edições do jornal *A causa do Povo*; 3 volumes dos *Documentos de Resolução Interna*; 3 volumes da revista *Via Combativa*.¹⁹
- Biblioteca Terra Livre: 2 volumes da revista *Terra Livre*.²⁰
- Fenikso Nigra: 46 edições do jornal *A-info*; 5 edições do jornal *Barricada Libertária*; 15 edições do informativo *Papo Reto*.²¹
- Espiritualidade Libertária: 4 edições da revista *Espiritualidade Libertária*.²²
- Casa Lagartixa: 2 edições zine *Espaços Autônomos*; 1 edição do manual *Princípios do Coletivo*; 10 edições do jornal *El Saleroso*.²³
- Casa Mafalda: 6 edições do jornal *A Mafalda*.²⁴
- Coletivo Quebrando Muros: 11 edições do jornal *A Fagulha*.²⁵
- Coordenação Anarquista Brasileira: 2 edições da revista *Socialismo Libertário*; 29 edições do jornal *Socialismo Libertário*; 1 documento com a *Declaração de Princípios*; 1 documento com o *Programa Mínimo*; 10 *Cadernos de Formação*; 4 *Programas de Análise de Conjuntura*.²⁶
- Coletivo Zumbi dos Palmares: Carta de *Declaração de Princípios*. 5 edições *Boletim CAZP*.²⁷
- Federação Anarquista Gaúcha: 2 *Cadernos de Formação*; 20 Edições *Jornal da FAG*; 10 edições dos *Boletins Informativos*.²⁸
- Federação Anarquista do Rio de Janeiro: 165 edições do jornal *Libera*.²⁹
- Coletivo Anarquista Luta de Classe: 5 edições jornal *No Batente*; 7 edições jornal *Opinião Anarquista*.³⁰
- Núcleo Anarquista Resistência Cabana: 1 *declaração de princípios*; 2 edições informativo *Puxírum*.³¹
- Núcleo Negro: 1 *Declaração de Intenções*.³²
- OASL: 3 *Cartilhas de Formação*; 1 *Manifesto de Fundação*; 12 *Cadernos de Formação*.³³

¹⁹ <https://uniaoanarquista.wordpress.com/>

²⁰ <https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/>

²¹ <http://anarkio.net/fenikso/>

²² <https://espiritualidadelibertaria.com/>

²³ <http://www.ativismoabc.org/>

²⁴ <http://casamafalda.org/>

²⁵ <https://quebrandomuros.wordpress.com/>

²⁶ <https://anarquismo.noblogs.org/>

²⁷ <https://farpaal.wordpress.com>

²⁸ <http://www.federacaoanarquistagaucha.org/>

²⁹ <http://www.farj.org/>

³⁰ <https://anarquismopr.org/>

³¹ <https://faca.noblogs.org/>

³² <https://nucleonegro.noblogs.org/>

³³ <https://anarquismosp.org/>

- Coletivo Anarquista Bandeira Negra: 5 edições jornal *Palavras de Luta*; 20 edições dos informativos CABN³⁴
- Resistência Libertária: 1 Edição *Cadernos de Formação*; 1 Edição jornal *Semente Libertária*.³⁵
- Rusga Libertária: 7 Módulos de *Cadernos de Formação*.³⁶

Diante desses materiais e agrupamentos, realizaremos uma breve retomada histórica da formação desses grupos para, posteriormente, adentrarmos na análise específica das publicações. Ao longo dos últimos anos como pesquisador do pensamento libertário incorporamos muitos dos valores sociais defendidos pelos anarquistas. Desse modo, tentamos elaborar um material no qual esses princípios estivessem presentes no próprio trato do objeto e na escrita dos resultados. Em linhas gerais, defendemos o potencial criativo do anarquismo para pensar o campo CTS.

A cultura política anarquista se constituiu contribuindo para a criação de um “imaginário antihierárquico” como definiu Adriana Petra (2001). Sob as ideias anarquistas, temos ampliações do campo de ação político que pode ser considerado em diversas esferas e perspectivas da vida social. Os anarquistas atuavam em diferentes frentes de luta. Essa perspectiva proposta pelo pensamento libertário supõe uma transformação cultural ampliada, objetivando modificações éticas, estruturais e comportamentais.

³⁴ <http://www.cabn.libertar.org/>

³⁵ <http://resistencialibertaria.org/>

³⁶ <https://rusgalibertaria.noblogs.org/>

PARTE 1. CAPÍTULO 1. SOCIEDADE, CIÊNCIA, NATUREZA E TECNOLOGIA, TRAÇANDO CAMINHOS DE DISPUTA E COMPREENSÃO

O capitalismo contemporâneo assume uma configuração denominada por muitos autores críticos como globalismo ou mundialização³⁷. Nessa nova formação suas estruturas se reorganizam conformando novos processos sociais. Basicamente, o movimento interno experimentado é o de aceleração das conexões responsáveis pela proliferação dos processos e das relações no interior das suas próprias estruturas institucionais, conduzindo à sua constante reformatação. Em conjunto, esse mesmo capitalismo revela sua já existente tendência a exacerbar a racionalização formal e instrumental da sociedade global³⁸ (IANNI, 2010).

Ainda de acordo com Octavio Ianni (2010), o ritmo das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas no mundo, incluindo as transformações estruturais no âmbito do sistema social e dos subsistemas, estaria tendencialmente propenso a se tornar acelerado na medida em que se verifica o aperfeiçoamento dos meios cibernéticos, associados aos meios telemáticos e em conjunto com a amplificação das relações de intercâmbio comercial e de cooperação entre as diversas nações.

Tendo uma face voltada ao campo econômico e sociotécnico, o globalismo enquanto o novo cenário histórico se constitui como um novo mapa do mundo e seu aparecimento está marcado por uma insistente história de guerras, de revoluções e contrarrevoluções, golpes de Estado, rearranjos de sistemas imperialistas e resistências populares sob bandeiras como a da descolonização, das revoltas

³⁷ Trata-se de uma temática amplamente trabalhada pela teoria crítica ampliada. Nesse sentido, várias seriam as possibilidades de construção argumentativa a partir de autores distintos, conforme diferentes interesses. Nossa opção pela perspectiva de Ianni ocorre deliberadamente e visa enfatizar a **dinâmica dialética do processo social**. Nesse sentido, defende-se que a chave para superação da realidade vigente é encontrada na própria estrutura da situação existente. Para leituras outras, podemos indicar os trabalhos de Hardt e Negri (2000) bastante influente entre libertários e autonomistas em sua defesa acerca da possibilidade de construção de novos movimentos sociais fundamentados em problemas urgentes do mundo contemporâneo. Numa ênfase das modificações estruturais, indicamos David Harvey (2000) numa obra que já se tornou clássica. Para um debate sobre as características econômicas, Viviane Forrester (1996) e François Chesnais (1996). O debate sobre o papel da universidade na produção do conhecimento nesse novo momento é desenvolvido por Coggiola (2001). Além disso há uma ampla bibliografia sobre as características do mundo do trabalho na nova configuração capitalista.

³⁸ De acordo com Ianni, o globalismo pode ser, “visto como um vasto e predominante processo histórico-social, econômico, político e cultural”, que expressa a passagem da sociedade nacional, ou modernidade-nação, para a sociedade global, ou modernidade-mundo” (Ianni, 2004, p. 28)

nacionais e sociais locais. Para Octavio Ianni (2004), o globalismo, formador de um novo mapa mundial, abre a necessidade de se elaborar uma reflexão metateórica.

Dessa maneira, é possível afirmar a partir de Ianni que na sociedade global há processos de geração de novas formas de sociabilidade, assim como os processos de ampliação dos jogos de forças sociais. Esse movimento é fruto da conjugação da divisão transnacional do trabalho com o reordenamento e a intensificação das transações comerciais e financeiras mundiais. Disso, a luta de classes também se dá em escala global, produzindo o que seria uma espécie de “guerra civil permanente de proporções planetárias”. Paralelamente há a produção de um novo ciclo de expansão do capitalismo, e, conseqüentemente, de um novo ciclo da revolução burguesa, bem como de seu indissociável antípoda – um novo ciclo da revolução socialista³⁹, em contraposição ao neoliberalismo e ao nazi-facismo (IANNI, 2004).

Conforme destaca o autor:

Esses tempos são de luta de classes, em escala nacional e mundial. São tempos de uma guerra civil mundial permanente, endêmica e aberta, moderada e violenta, por dentro e por fora das guerras localizadas e mundiais. Sim, por todo o século XX, e entrando pelo século XXI, o que se verifica é uma revolução social permanente, subjacente às mais diversas formas de integração e fragmentação, acomodação e contradição, sempre envolvendo classes e facções de classes, grupos étnicos, de gênero, religiosos e outros; na maioria dos casos, transbordando das fronteiras nacionais, avançando além de fronteiras continentais Octavio Ianni (2004, p. 16-17).

O caldo geral de lutas permanece presente no desenvolvimento do modo de produção atual e no processo de instauração do globalismo. É importante entender que, para Ianni (2010), os processos de geração de novas formas de sociabilidade, assim como a ampliação dos jogos de forças sociais, são processos conformadores da sociedade global. Essa leitura abre uma tendência de questionamento da tese defendida no início dos anos de 1990 sobre o suposto fim dos conflitos políticos após o fim da União Soviética.

O resultado proveniente do globalismo, segundo os interesses propagados nesta mesma década, seria o aparecimento de uma sociedade civil mundial - ainda

³⁹ Cabe ressaltar que no contexto do desenvolvimento dessas reflexões a esquerda passava por um momento de reorganização e fortalecimento, principalmente, na América Latina. Experimentava-se no início dos anos 2000 uma expansão dos movimentos sociais na esteira do Fórum Econômico Social Mundial. Todavia, este quadro foi severamente modificado após a crise de 2008 e da ampliação da reação conservadora ocorrida em diversos países após este período. No momento de escrita deste trabalho, nota-se uma dinâmica de recuo dos ciclos de revolução socialista e a articulação das forças neoliberais e das forças neofascistas.

constituída por classes sociais e grupos sociais -, bem como de estruturas globais de poder (corporações transnacionais e organismos multilaterais), ancorados no novo ciclo de expansão mundial do capitalismo. Haveria, junto disso, o aparecimento de signos, símbolos e emblemas socioculturais que seriam vistos como pertencentes à uma cultura mundial (IANNI, 2004).

Diante disso, a perspectiva dialética de Ianni nos interessa quando, para além de se pensar os processos totalizantes advindos da máquina capitalista, observa que longe de haver uma conformação homogênea e unitária - como pregaram alguns teóricos da “sociedade da informação” - o globalismo é composto por diversidades e desigualdades as quais tendem a aparecer na sociabilidade e nos jogos das forças sociais. Desse modo, ocorre, ao mesmo tempo, a globalização da “questão social”, visto que as contradições entre trabalho e capital, etnias, gêneros, religiões e línguas permaneceram vivas.

Podemos, ancorados em Ianni, direcionar o olhar no sentido de uma experiência social descrita enquanto a fase intensiva e extensiva de desencantamento do mundo – visão social de mundo tipicamente técnico-científica. Segundo o sociólogo brasileiro, existe uma radicalização no mundo contemporâneo do desencantamento do mundo que pode ser a chave para se pensar um novo encantamento com o mundo, ou novas tentativas de reencantamento. Esse processo ocorreria na união da globalização e da questão social com base do fomento de questionamentos do capitalismo por parte dos estudos científicos críticos e das práticas dos movimentos sociais. Desde essa perspectiva, o reencantamento com o mundo pode ser tomado enquanto o movimento de busca por uma globalização vinda de baixo, em contraposição à globalização pelo alto – capitalista -. Trata-se de demarcar, de alguma forma, os embates com as forças reacionárias das burguesias transnacionais.

A chave de compreensão de Ianni (1996) é o movimento de tensão e contradição existente nas várias esferas sociais. Como exemplo temos a noção de “transculturização” por meio da qual o autor identifica os diversos desdobramentos materiais e de valores da sociedade humana que propiciam a construção de uma sociedade verdadeiramente global, compreendida, desse modo, através das riquezas das trocas culturais numa mesma história universal.

Há, potencialmente, nos processos de transculturização a possibilidade de se pensar na democratização da/cultura mundial e a manutenção daquilo que houve

de mais valoroso em cada cultura. Se estabeleceu, ao longo da história humana, uma dinâmica interativa entre processos básicos, ou seja, processos concomitantemente transculturais, envolvendo a ocidentalização, a orientalização, a africanização e a indigenização do mundo. Esses elementos podem ser tomados como fatores agregadores na resistência e na elaboração de utopias de tipo diferente do globalismo capitalista (IANNI, 1996).

Em resumo, a análise do globalismo implica investigar a interação dialética e mediada entre capitalismo global e a sociedade civil mundial na sua configuração política e cultural, formada em ritmo cada vez mais veloz. Assim, da mesma forma que o capitalismo mundializado se fortalece na disseminação generalizada de instituições e valores, princípios e marcos regulatórios, novas formas de sociabilidade e novas modalidades de jogos das forças sociais se encontram sob tensão constante, criando as possibilidades de rupturas. Nesse contexto, novos atores sociais podem refletir e alimentar lutas em torno da questão social. Podemos, assim, falar de dois tipos distintos de globalismo: a globalização pelo alto e a globalização pelos de baixo.

Dentro desse contexto do desenvolvimento do capitalismo, é fundamental pensar os campos envoltos da Ciência e da Tecnologia. A produção da ciência moderna longe de ser uma prática social homogênea é marcada por tensionamentos e por contradições oriundas das diferentes concepções e práticas realizadas em torno do próprio fazer científico e se encontram em disputas durante os últimos séculos.

É primordial compreender como se organizam as relações entre ciência, técnica, tecnologia e sociedade. Desde o século XVII, com a consolidação da ciência moderna, experimentou-se o aumento do número de invenções, de instrumentos científicos, de aparelhos e de máquinas, utilizadas nas próprias pesquisas científicas. Os benefícios do laço estabelecido entre ciência e tecnologia se traduziriam nas revoluções ocorridas durante o período nos domínios industriais e científico, consolidando-se na fase do imperialismo.⁴⁰

Todavia, o desenvolvimento da chamada revolução científica produziu inúmeras contradições. Uma delas, foi criticada pelos operários que passaram a operar as máquinas das primeiras indústrias: a cisão entre o pensar e o agir provocada pela nova organização do trabalho no modelo capitalista industrial. Essa

⁴⁰ Para uma análise mais aprofundada das relações entre Ciência e Imperialismo indicamos especialmente a leitura do capítulo, *O Casamento entre a Ciência e o Império* de Yuval Noah Harari (2017).

cisão implica numa hierarquização social que separa etapas do processo de construção do saber e que avalia com diferentes valores os diferentes momentos de acordo com quem os produz. Esse será um dos alvos das preocupações do nascente movimento socialista e de pensadores como Proudhon, uma possível chave compreensiva da argumentação anarquista sobre CTS, visto sua constância nessa tradição.

Segundo Kreimer (2001) poderíamos dizer que a ciência moderna passou por três processos: um primeiro de institucionalização, depois de profissionalização e, por fim, industrialização, mais recente. Em cada um desses momentos há concepções, imaginações e percepções técnicas, aquilo que Murray Bookchin (1999) nomeará como *Imaginação técnica*. A disputa entre esses pontos consolida uma perspectiva discursiva em torno da ciência a qual se repete e constrói uma narrativa capaz de incorporar determinados valores e acepções, tornando ela própria sinônimo de “A Ciência”. Permanece certa linhagem discursiva estabelecida da ciência como progressiva e neutra – mitos que permanecem hegemônicos ainda hoje.

Durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX a imaginação técnica celebrou como modelo a ser seguido as enormes plantas industriais - com suas fábricas gigantescas e seus imensos contingentes de máquinas e trabalhadores. A nova maquinaria inventada foi saudada por vanguardas artísticas - como as do futurismo - e as utopias populares foram atravessadas por monumentais imagens tecnocráticas supostamente capazes de resolução dos conflitos sociais. Conforme Murray Bookchin (1999a) argumenta, tratava-se de um imaginário mais fetichista do que racional. Nem a catástrofe da Primeira Guerra Mundial foi capaz de acabar com o mito técnico, questionado de maneira ampliada somente a partir dos anos 1960 por movimentos ecológicos, pacifistas e antinucleares.

O período entreguerras e o pós-segunda guerra marcou o fortalecimento de um tipo de narrativa de traço predominantemente pessimista quanto aos ditames da técnica. Em alguns países de tradição filosófica adensada, floresceram o aparecimento de filosofias essencialistas⁴¹ e romantizadoras do período pré-moderno, pré-industrial, pré-técnico. Propunha-se, assim, um retorno ao passado

⁴¹ Andrew Feenberg (2003) denomina esse tipo de filosofia como “substantivista” e apresenta Heidegger como seu principal representante.

como saída para o futuro. Todavia, essa narrativa não foi capaz de vencer a crença na ciência como promotora do progresso.

Em relação ao século XX, outro eixo importante diz respeito aos laços entre ciência e o poder político-militar do Estado, consolidando o processo de cientificação da maquinaria de guerra. Nesse período, desenvolveu-se a chamada “grande ciência”, combinando orçamentos altíssimos em torno de determinados projetos e o desenvolvimento de grandes burocracias tecnocientíficas. Essa questão foi amplamente teorizada na discussão sobre o “complexo militar-industrial” e a respeito do desenvolvimento dos programas nucleares – confrontado politicamente por diversos cidadãos e movimentos sociais. Atrelado a esses processos, houve o fortalecimento da crença na fé compartilhada no papel da ciência em assegurar o progresso social e o bem-estar geral, novas incorporações ao mito do progresso. (THORPE e WELSH, 2008).

O período pós guerra fria marca um contexto de rápido avanço tecnológico. O movimento de avanço tecnológico atrelado à demanda por eficiência burocrática alargaram a capacidade do Estado em criar novas formas de vigilância da vida cotidiana: o momento do nascimento, sua capacidade de consumo, dados bancários, dados de saúde se tornam objeto de interesse de agências nacionais e internacionais. Números guardados em bancos de dados⁴² acompanham à criação de protocolos em todas as instituições estatais. As técnicas incorporadas ao cotidiano da organização da sociedade civil foram transportadas de seus lugares de criação e experimentação: o complexo militar industrial⁴³. A passagem de um local para outro ocorre por meio das próprias instâncias oficiais do Estado – como a polícia, os sistemas de saúde e os sistemas judiciários. Mas não somente, as companhias privadas atuantes nesses mesmos espaços se alastram propiciando a criação de um mercado de massas de consumo de artefatos tecnológicos de segurança. É um processo acompanhado do aumento constante de leis e de regulações – não necessariamente cumpridas, visto que são violadas quando há a necessidade do controle repressivo e/ou a revogação

⁴² Rapidamente a tecnologia pensada para fins militares e policiais são disseminadas em mercados – legais ou ilegais – expostas em balcão e compradas pela oferta mais barata disponível. (MENDEZ, 1998)

⁴³ Os computadores são desenvolvidos em laboratórios das Forças Armadas dos EUA – uma rede de comunicação nomeada internet começa a ser pensada ali. Os dados precisavam ser trocados a despeito de uma guerra nuclear. Essa tecnologia posteriormente passou a ser acessada, com seus protocolos e controles – de conteúdos e de localização (PASSETTI, 2007).

de direitos humanos legalmente reconhecidos. (FOUCAULT, 2004; AGAMBEN, 1998; MENDEZ, 1998).

A capacidade e a versatilidade dos sistemas de computação conjuntamente com a enorme eficácia em organizar e processar dados permitiu ao Estado alongar seu poder de vigilância e de controle. Ao mesmo tempo que o Estado aumenta sua capacidade de organizar informações, verifica-se que não se trata apenas de um armazenamento de informações fixadas em lugar específico. Esse movimento ocorre de forma mais fluída, por meio de diversos computadores, descentralizados em várias centrais, os quais em alta velocidade, usando de inteligência avançada, estão conectados e são capazes de criar, de maneira instantânea, complexos bancos que comportam números das histórias de milhares de pessoas. Tudo isso sem necessidade de um sistema centralizado (MENDEZ, 1998).

O movimento de controle do cotidiano se dá paralelamente aos avanços da genética⁴⁴ e suas derivações: as investigações biométricas e os transportes inteligentes de dados. A capacidade de acesso às informações sobre a vida humana foi ampliada e seu uso se generaliza no campo das políticas de controle social. Dramaticamente, quanto mais informações se produz, menos elas são disponibilizadas à sociedade civil sob o pretexto da “garantia da segurança nacional”.

Estados e sistemas de governo foram modificados qualitativamente. Não haveria consequências no setor privado? A resposta é positiva, a capacidade de aumento da exploração da força de trabalho se torna um objetivo a ser implementado com novas tecnologias. Todo os arcabouços de novos hardwares e softwares são trazidos e utilizados na tentativa de “melhoramento” das capacidades de gestão, de segurança e de controle do trabalho⁴⁵. Novos nichos de mercado de ferramentas de controle sobre o trabalho são abertos, desenvolvendo uma licenciosa relação com os estados⁴⁶ nacionais. Desde a década de 1980 são abertas muitas empresas

⁴⁴ Sistemas de dados únicos, tarjetas, cartões, biometrias, *scans*, termografias faciais. Todos alimentam o Departamento de Defesa, - unindo dados genéticos aos dados econômicos (MENDEZ, 1998).

⁴⁵ Novas tecnologias proporcionam a reinvenção e sofisticação dos modelos de supervisão no mundo do trabalho. Recrutamento e seleção são cada vez mais cientificamente organizados pela ciência psicológica. Atualizados são os registros individuais de desempenho e utilizados como critério de punições e recompensar, na tentativa de domesticar a força de trabalho e qualquer possibilidade de organização de atividades políticas dentro dos espaços de trabalho.

⁴⁶ Aqui podemos considerar o *lobby* das indústrias da Guerra e armamentistas. Em países como o Brasil, falamos com naturalidade da existência, no congresso nacional, de uma “bancada da bala”.

especializadas no fornecimento de novas tecnologias de segurança destinadas aos exércitos e aos patrões (MENDEZ, 1998).

Caberia então questionar: somente os artefatos se transformaram? Ou as técnicas e modelos de repressão acompanharam esse movimento? As forças econômicas e políticas que apoiam avanços tecnológicos no campo da informação parecem estar interessadas em mecanismos de tratamento dessas mesmas informações. São meios de saber mais e meios de organizar os dados recolhidos. É a conformação da ciência da informação e do controle (MENDEZ, 1998).

Não se trata, todavia, de um movimento novo. O célebre anarquista Mikhail Bakunin já denunciava:

E o que é que constitui, principalmente, a força dos Estados? A Ciência. Sim, a ciência. Ciência do governo, da administração, ciência dos negócios; ciência de tosquiá os rebanhos populares sem fazê-los gritar demasiado e, quando começam a gritar, a ciência de impor-lhes silêncio, paciência e obediência por meio de uma força cientificamente organizada; ciência de enganar e dividir as massas populares, de mantê-las sempre numa saudável ignorância para que nunca possam, ajudando-se e unindo seus esforços, criar um poder capaz de derrubá-los; ciência militar antes de tudo, com todas as suas armas aperfeiçoadas, e os formidáveis instrumentos de destruição que maravilham; ciência do gênio, enfim, criou os navios a vapor, ferrovias e o telégrafo; ferrovias que, utilizadas na estratégia militar, multiplicam por dez o poder defensivo e ofensivo dos Estados; telégrafo que, ao transformar cada governo numa máquina de cem, de mil braços, torna possível sua presença intervencionista e triunfante por toda parte, criando as mais formidáveis centralizações políticas que jamais existiram (BAKUNIN, 2014).

Os anseios de totalização do controle da vida, no entanto, são confrontados por processos de resistências. Numa leitura aligeirada, podemos ter a impressão que descrevemos um cenário distópico típico da estética pós-apocalíptica, explorada em quadrinhos de literatura pós-punk, distante de nossa realidade. Mas as mudanças são incorporadas suavemente em nosso cotidiano em nome do “cuidado”, da “segurança”, da “prevenção” e da “previsibilidade”. Para nos sentirmos protegidos saudamos a capacidade de ver sobre a parede e de filtrar dados, antecipando possíveis “riscos”. Os censores, os microfones, as câmeras de circuito fechado, os visores infravermelhos, os detectores de onda e metal, o dinheiro digital e as compras virtuais facilitam as formas de socialização da vida contemporânea. É o preço pago e aceito pelo controle (MENDEZ, 1998; PASSETTI, 2003).

O controle é a marca organizativa de todas as políticas das democracias do mundo atual. Apesar dessa afirmação demonstrar a tendência autoritária inerente ao Estado, é preciso observar que ela não explica totalmente o avanço dessas tecnologias. A exigência pelo aumento da eficiência do estado trazida pelos ideólogos do neoliberalismo sob o argumento da necessidade de redução de gastos nas últimas décadas se tornou um estímulo para a experimentação de práticas de melhoria de meios de identificação e supervisão. Os maiores laboratórios foram os países do terceiro mundo, em ensaios destinados a grupos sociais com pouco ou nenhum poder político: imigrantes, participantes de sistema de assistência social, presidiários, os marginalizados do sistema de trabalho. Nos países pobres, o tradicional uso da violência física é instrumento privilegiado pelos governos quando incapazes da execução dessas mesmas estratégias de controle político-social. (MENDEZ, 1998 PASSETTI, 2003).

Mendez (1998) denomina essas tecnologias do mundo contemporâneo como *Tecnologias de Leviatã*. Ancorado em Foucault⁴⁷, pensa a existência do panóptico tecnorrepressor que, seguindo esse tipo de mecanismo, se estabelece enquanto norma num fluxo social, incorporando-se no cotidiano e nas subjetividades. Desse modo, ser *high tech* se torna traço constituinte da moda, da arte popular e das formas hegemônicas de vida. Torna-se estilo de existir e de trabalhar. O ordenamento social capitalista determina competir, produzir com qualidade total além de cobrar a reinvenção e o redesenho de toda uma engenharia da produção e da existência. É preciso autogestionar a si mesmo – por meio de autodisciplina e autocontrole⁴⁸.

Conforme Mendez (1998), se anteriormente os socialistas denunciavam a permanência de correntes prendendo os trabalhadores saídos dos regimes de servidão ou escravidão rumo aos centros urbanos industriais, agora dever-se-ia apontar para a existência de torniquetes aos assalariados – visto parecer haver uma sangria que não se estanca, nem se deseja terminar.⁴⁹

⁴⁷ O panóptico de Jeremy Bentham era um mecanismo utilizado para o domínio da distribuição de corpos em diversificadas instituições (prisões, manicômios, escolas, fábricas).

⁴⁸ O filósofo Byung-Chul Han em *Sociedade do Cansaço* (2001) faz algumas importantes reflexões em torno do que ele denomina Psicopolítica, ou seja, tecnologias sociais de autodisciplina e autocontrole desenvolvidos pela sociedade contemporânea.

⁴⁹ Aqui, gostaríamos apenas de fazer uma ressalva parece existir nessa leitura uma certa tendência em tomar de forma totalizante o aspecto opressor da ciência e da tecnologia na sociedade contemporânea. Característica esta que, conforme veremos, foi problematizada dentro do campo CTS. Todavia, ao longo da pesquisa tentaremos demonstrar como os anarquistas utilizam de recursos

O *Big Brother* é um símbolo do entretenimento televisivo. O modelo de proteção individual da casa liberal e burguesa ainda é visto como um escudo capaz de amansar a fera Estado – ainda que abramos mão de certa individualidade em nome da segurança⁵⁰. - somos mais uma vez alertados. O “conforto” do lar e seus novos artefatos tecnológicos também são exemplares da experiência social contemporânea à medida que instauram um isolamento enfraquecedor das relações de amparo e solidariedade, produzindo uma vida blindada e fraca quanto à possibilidade do exercício de construção de tecnologias de si e de coletividade. (FERRER, 2004).

As indústrias da cirurgia estética e pornográfica produzem frutos nesses cruzamentos: emergem as indústrias de estados de ânimo, do prazer e do entretenimento. Os fármacos – “aplacadores da dor” e “potencializadores do corpo” influenciam o ânimo ou tonificam o empenho sexual (FERRER, 2012). As indústrias médicas, turísticas e de passatempos lúdicos ou culturais não excluem o aditivo químico sexual, o cruzeiro marítimo e a atualização diária da conta do Facebook (FERRER, 2012).

Temos então as tecnologias de vigilância e de controle novamente elevadas à condição de arautos de um futuro de paz. Todavia, o julgo criado, o peso que exercem nos indivíduos e nas coletividades geram diversos debates mundo afora. Para além de se pensar a atualização das novidades técnicas – despertadores de imaginários e animadoras de agrupamentos - alguns insistem em observar seu desenvolvimento e sua utilização a partir das relações de dominação e da manutenção das desigualdades próprias do capitalismo. Dessa forma, esses desertores insistem na necessidade de articular lutas e concepções teóricas capazes de observar o movimento coerente entre Estado e capitalismo.

É na tríade entre Capitalismo, Estado, e a “Religião Secular da Ciência e do Progresso”, que verificamos a permanência dos principais alvos dos anarquistas. O caráter perverso e os efeitos destrutivos do globalismo “de cima para baixo” produzem resistências crescentes as quais se desenvolvem em espaços e práticas que colidem

descritivos para enfatizar o aspecto opressor de certas tecnologias para, justamente, criar novos usos e possibilidades de construções de outras formas tecnológicas.

⁵⁰ Segundo considerações do psicanalista brasileiro Christian Dunker vivemos uma *Lógica do Condomínio*.

com os espaços integrados, verticais e excludentes dos fluxos globalizados do dinheiro e da informação.

Os anarquistas continuam inventores de liberdades, combatentes contrários às agências humanas de dominação. Nos espaços cotidianos de luta, dentro das culturas populares, nas suas ações políticas, alimentam as bases práticas de novas utopias. Nessas ações, as técnicas, a ciência e a informação são pensadas em função da minimização das desigualdades econômicas e sociais entre os humanos, as nações e os animais.

1.1. O CTS como campo de Estudo

Entre os anos de 1960 e 1970 os europeus experimentam um sentimento de desestabilização ante algumas das certezas bem consolidadas. A antiga promessa de solução para o futuro ancorada na indústria, na técnica e na ação humana balizadas sob a égide da razão e da ciência gera desconfiança e deixa de figurar como possibilidade ingênua. Agora, esses pontos se tornam entraves no presente. Mais que isso, são responsáveis pela criação de novos problemas sociais e ambientais, sem contar o modo como podem afetar a própria existência humana. O nível de vida material parecia realmente ter sido elevado, mas o custo teria sido alto, restringindo a liberdade humana, segundo reflexões elaboradas no período.

O fracasso do socialismo real, a crítica da política da União Soviética e dos partidos comunistas são associados à emergência de movimentos elaboradores de questões novas ou reformuladas sobre ecologia, feminismo e sexualidade. Entre 1950 e 1970, a crítica de esquerda da crença no “desenvolvimento das forças produtivas” ganha força. Teóricos variados estruturam perspectivas que apontam para os aspectos problemáticos do desenvolvimento técnico-científico adotado tanto pelas potências capitalistas quanto socialistas – demonstrando suas semelhanças em relação ao impacto ambiental e social e sua matriz industrial e tecnológica. Ambos projetos estavam embebidos pela concepção ideológica de progresso. Nesse período, autores como Jacques Ellul, identificado com o anarquismo, tentam indicar o quanto havia de estruturas técnicas capazes de moldar a forma de vida cotidiana de todos os indivíduos nesses modelos políticos. Os sistemas – uma noção exemplar de conceito pensado naquele momento – expressavam uma composição totalitária da sociedade, devendo ser combatidos, transformados ou recriados.

Além disso, as intervenções militares dirigidas por países desenvolvidos nos chamados países de terceiro mundo também são criticamente analisados. Segundo Ivan Illich⁵¹, há um padrão nos modelos intervencionistas: produção de contraproductividade, subdesenvolvimento e monopólio radical (ILLICH, 2006). Os modelos de industrialização propostos visavam eliminar, em última instância, a capacidade de exercício da prática política. Há a denúncia da submissão da vida humana diante da técnica e do progresso econômico. Uma hipertrofia da técnica e da gestão são apontadas. O totalitarismo passava a ser visto como o resultado inevitável da própria técnica contemporânea, seu desenvolvimento inequívoco. A máquina se tornara então a expressão imagética do universo, a técnica se automatizara.

É dentro desse caldo cultural que temática das relações existentes entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) se coloca como um campo específico de estudos na vinculação com o trabalho acadêmico, reflexivo, de preocupações as quais englobam esferas intelectuais, sociais e políticas (Vaccarezza, 1998) denominado de “estudos sociais da ciência e da tecnologia” ou “estudos de ciência, tecnologia e sociedade” (ECTS) (VON LINSINGEN, 2007).

De acordo com Cutcliffe (2003), os estudos CTS surgiram nos Estados Unidos, durante os anos 1960, enquanto um campo acadêmico de ensino e investigação. Esses estudos possuíam basicamente duas características: a) a primeira era uma visão essencialista que buscava transformar a sociedade através da busca da ciência e da tecnologia; b) a segunda uma reação crítica a esse projeto essencialista.

Os estudos CTS, liderados por estudiosos, críticos ativistas e escritores, se fortaleceram no período de convulsão social dos Estados Unidos, como resposta à inatividade sociocultural dos anos cinquenta. Esses atores colocaram dúvidas sobre o caráter benéfico da ciência e da tecnologia, considerado um consenso após a segunda guerra mundial. Os ativistas, reivindicando falar em nome dos interesses públicos, questionaram temas diversos, tais como: consumismo, direitos civis ampliados, meio ambiente, protestos contra a guerra do *Vietnam*, empresas multinacionais, energia nuclear e etc.. Nesses campos, o principal alvo foi a ideia de

⁵¹ Ivan Illich foi um pensador austríaco conhecido pelas críticas que fez às instituições modernas e à sociedade industrial. Escreveu sobre temas envolvendo educação, medicina, trabalho, ecologia, gênero, teologia, dentre outros. Seus escritos ainda exercem influência entre anarquistas, principalmente em discussões envolvendo educação e saúde. No Brasil, conforme veremos, suas reflexões são apropriadas por libertários que se propõem a debater sobre os processos de expropriação da saúde.

Progresso de caráter essencialista e visto sob uma ótica positiva e desejável.

Entre 1970 e 1990, destacam-se variados movimentos sociais que contribuíram para os estudos CTS. Temos então alguns desdobramentos, entre os quais o fortalecimento da perspectiva na qual as relações entre ciência e tecnologia são tomadas de maneira complexa e requerem um planejamento interdisciplinar para a sua compreensão e entendimento. Não há somente benefícios da tecnologia científica, frequentemente ignoramos seus efeitos colaterais (CUTCLIFFE, 2003). As oscilações pró e contra ciência e tecnologia, ocorridas durante o curso de desenvolvimento do CTS se aplacaram naturalmente. Atualmente, o CTS enquanto campo de pesquisa conseguiu avançar quanto à concepção simplista e antiga da ciência e tecnologia na sociedade. Todavia, na atual sociedade capitalista a compreensão instrumental de tecnologia permanece hegemônica (KREIMER, 2009).

O CTS concebe ciência e tecnologia como projetos complexos que se dão em contextos históricos e culturais específicos. De acordo com Winner (1996), a tecnologia não pode ser vista apenas como um artefato que possui eficiência, mas, também como um artefato que incorpora formas específicas de poder e autoridade. Com base em Lewis Mumford defende existir na tecnologia uma divisão de dois tipos: uma autoritária centrada em sistemas, intensamente poderosa, mas inerentemente instável e a outra centrada no homem, fraca, mas flexível e durável. Winner (1996) enfatiza a necessidade de entender as tecnologias, seus contextos e sua importância para nós. Para isso, é fundamental o estudo do sistema técnico e de sua história, contemplando a compreensão dos conceitos e controvérsias da teoria política envolvidos ao fenômeno. Afinal, as pessoas estão abertas na forma em que vivem para acomodar inovações tecnológicas, mas resistem a mudanças no campo político e isso precisa ser debatido.

Outros autores importantes do campo, como Pinch & Bijker (1997), salientam que os estudos de ciência e tecnologia devem e podem produzir benefícios ampliados. Existe um grande número de trabalhos esquematizados sobre estudos de tecnologia, entre eles, os estudos de inovação, história da tecnologia, e sociologia da tecnologia. Os dois primeiros constituem uma tradição consolidada nos estudos de tecnologia.

As discussões citadas produziram uma aglutinação de pessoas interessadas nessas temáticas as quais puderam avançar na tentativa de elaboração de projetos de ação social. Ribeiro, Santos e Genovese (2017) explicam como a própria

denominação CTS foi um dos elementos propiciadores do surgimento desse campo de estudos. Segundo os autores:

O efeito da sigla CTS surgiu, então, como parte desse trabalho coletivo de construção. O trabalho – e, conseqüentemente, a energia mobilizada – necessário para a construção desse artefato social, o campo de pesquisa em CTS, é simultaneamente prático e teórico, num esforço para aglutinar tanto recursos humanos/institucionais quanto conceituais/simbólicos capazes de tornar tal construção viável. Ela se torna possível mediante o estabelecimento de uma identidade cultural, própria e específica, o qual a instituição de uma sigla tal como CTS ajudou a criar. O processo de construção dessa identidade própria realizou um trabalho simbólico que permitiu aos agentes se reconhecerem mutuamente e a criarem mecanismos próprios para oficializarem esse reconhecimento. (RIBEIRO, SANTOS E GENOVESE, 2017).

De acordo com Lopez Cerezo (2000, p.1) os estudos CTS⁵² “constituem hoje um vigoroso campo de trabalho” que teria por objetivo compreender “o fenômeno científico-tecnológico no contexto social” levando em consideração condicionantes sociais e conseqüências sociais, ambientais e etc. Ainda tomando por base essa descrição, pode-se dizer que “o enfoque geral é de caráter crítico” em relação à visão clássica de tipo essencialista⁵³ da ciência e da tecnologia. O campo possui ainda a característica de ser interdisciplinar e se desenvolver há mais de três décadas.

Em relação às pesquisas acadêmicas importantes para nossa pesquisa dentro da tradição dos estudos críticos em CTS, podemos destacar um tipo de abordagem historiográfica que passou a ocorrer a partir das influências dos estudos de M. Foucault na França e E. P. Thompson na Inglaterra. A partir desses autores, pesquisadores passaram a prestar maior atenção nas relações existentes entre ciência, tecnologia e o controle no mundo do trabalho na modernidade, observando elementos da cultura operária, as condições de trabalho nas fábricas e ao impacto das transformações tecnológicas no movimento operário e suas estratégias de resistências (RAMUS, 2013). Essas novas formulações permitiram, por exemplo, estudos como os de Margareth Rago (1987) que deram vozes aos excluídos da

⁵² Segundo Bazzo, Lisingen e Pereira (2000) neste campo, o importante é “entender os aspectos sociais do fenômeno científico-tecnológico, tanto no que diz respeito às suas condicionantes sociais como o que diz respeito às suas conseqüências sociais e ambientais (...) o enfoque geral é de caráter interdisciplinar” (BAZZO, LISINGEN E PEREIRA, 2000, p.4).

⁵³ De acordo com Feenberg (2010) na perspectiva essencialista sobre a tecnologia ela “permanece fixada em sua essência eterna, aconteça o que acontecer na história” (p.214).

história como mulheres, negros, povos originários, anarquistas, socialistas dentre outros.

Há, por parte dos pesquisadores e militantes desse campo o contínuo esforço em elaborar teorias críticas da tecnologia a partir dessa configuração interdisciplinar. Esse movimento também pode ser visto em autores filiados a diversas tradições de pensamento filosófico nas quais podemos destacar os estudos de Herbert Marcuse e o já citado Michel Foucault que, associados a crítica ambientalista e ecológica da tecnologia ocorridos a partir dos anos de 1980, possibilitam a abertura de perspectivas teóricas nas quais houvesse a superação das visões ensinadas pela filosofia essencialista (NEDER, 2010).

1.1.1. Sobre CTS na América Latina

No que diz respeito ao campo CTS na América Latina, temos o aparecimento daquilo que Dagnino, Thomas e Davyt (1996) denominaram “Pensamento Latino-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade” (PLACTS). Para esses pesquisadores, o PLACTS, iniciado em meados dos anos de 1960 e 1970, possui importância fundamental, dentre outras coisas, por ser um pensamento autônomo e original e ter colocado enquanto objetivo a discussão, a partir da realidade local, de qual modelo de ciência e de que tipo de tecnologia se fala quando tratamos desses assuntos na América Latina⁵⁴. Ainda que não fosse a única abordagem existente no território, merece destaque pelos elementos inovadores e críticos que trouxe.

Apesar de ser difícil definir ou conceituar o movimento e até mesmo existir a permanência de antagonismos de ideias entre os autores que assim foram denominados, pode-se considerar, a partir de Vaccarezza (1998), que o movimento CTS na região faz referência à conformação do sujeito político - ou um conjunto de sujeitos políticos mais ou menos integrados - que tenta intervir em situações de poder social. De acordo com von Linsingen (2007), o movimento CTS na América Latina está relacionado com situações de intervenção social ocorridas por meio de

⁵⁴ Sobre a historiografia contemporânea do CTS no Brasil o trabalho de Ribeiro, Santos e Genovese (2017) traz um importante debate ao problematizar e analisar alguns elementos destacados na literatura nacional a respeito da história dominante de origem do movimento CTS. Segundo os autores, seu trabalho “busca romper com as aparências de unanimidade que emergem das reconstruções históricas dominantes nesse universo particular responsável pela produção nacional das pesquisas em ensino de ciências CTS”.

reinvidicações ou pelo interesse de mudança nos padrões locais. Obteve penetração significativa em diversos campos do saber e também nas políticas públicas, contando com a participação de diferentes sujeitos de distintas filiações ideológicas.

Em se tratando do processo de consolidação do campo CTS nos países latino-americanos, temos sua emergência a partir da reação crítica ao modelo hegemônico de compreensão das relações sociais da ciência e da tecnologia vinculados ao processo mais amplo, observado em países europeus e nos EUA, de um sentimento generalizado e crescente de que as promessas do desenvolvimento científico e tecnológico não haviam se cumprido. Ou seja, questionava-se a relação causal entre esses fatores.

Uma das peculiaridades possíveis de se encontrar do campo CTS desenvolvido na América Latina é a reflexão sobre a ciência e a tecnologia como questões as quais deveriam estar vinculadas à competência do Estado e na produção de políticas públicas (VON LINSINGEN, 2007). O pensamento latino-americano em CTS se configurou, nesse período, como um pensamento bastante vinculado à política científica e tecnológica, ou na tentativa de criá-la (VACCAREZZA, 1998).

Compostos principalmente por cientistas e engenheiros, os trabalhos desenvolvidos pelo PLACTS, tratavam de buscar caminhos e instrumentos propiciadores de desenvolvimento local do conhecimento científico e tecnológico como uma maneira de atender as necessidades e urgências da região. Aquela geração de pensadores estabeleceu como um de seus objetivos tornar a ciência e a tecnologia um objeto de estudo público, vinculado às estratégias de desenvolvimento social e econômico (VON LINSINGEN, 2007). Segundo Kreimer (2007) o PLACTS, por exemplo, centrou sua crítica ao modelo linear de inovação adotado nos países latinos e foi propositivo no sentido de trazer instrumentos analíticos como “projeto nacional”, “demandas sociais de C&T”, “política implícita e explícita”, “estilos tecnológicos” e “pacotes tecnológicos”, dentre outros.

Conforme discorrem Dias e Dagnino (2007), outra questão fundamental elaborada pelo campo foi o debate sobre a necessidade de superação dos obstáculos estruturais relacionados à condição periférica dos países da América Latina. Para que isso fosse possível, seria fundamental a consolidação de um projeto nacional claro e coerente, com diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento dos países da região.

O PLACTS propôs a inversão da cadeia de inovação, marcada pela lógica ofertista. A construção de um projeto nacional estaria na base da constituição de uma

demanda social por conhecimento, o que alavancaria o avanço científico e tecnológico. Dessa forma, abrir-se-ia a possibilidade do desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina.

Outro importante elemento que vale destacar é a exploração das relações entre os problemas sociais e as questões ligados ao conhecimento. O campo CTS na América Latina conseguiu favorecer a construção de novos sentidos sobre os limites e as possibilidades do próprio conhecimento científico e tecnológico como fator de desenvolvimento social nos locais periféricos. Fez isso, por exemplo, quando trouxe a discussão sobre a “relevância” de determinadas escolhas tecnológicas, o que faz considerar a respeito de estratégias genuínas para a solução de problemas sociais.

Segundo Dias e Dagnino (2007), apesar de os estudos terem avançados e de novos elementos e abordagens serem agregadas ao campo CTS na América Latina, o pensamento do PLACTS ainda se mostra bastante atual à medida que, desde então, se reconhece a existência de obstáculos ao desenvolvimento da América Latina, determinados historicamente e ainda visíveis estruturalmente. Essas reflexões possibilitam pensar, ainda hoje, em problemáticas como a importância da construção de projetos nacionais e a identificação de demandas cognitivas como fator de orientação para as atividades científicas e tecnológicas.

O PLACTS, desde seu início, questionou a concepção essencialista e triunfalista acerca da ciência e da tecnologia. Seu enfoque foi marcado por uma preocupação em relação aos elementos histórico-estruturais comuns aos países latino-americanos e aos problemas da região. O PLACTS apontou também com desconfiança para a visão que encara o desenvolvimento de um país puxado apenas por empresas, legitimado por uma fé cega nas livres forças de mercado.

Além da atuação política e influência na pesquisa vinculadas às universidades, o campo produziu conceitos que permitem compreender uma série de relações sociais ainda vivas. Ao tomarmos por referência o PLACTS e seu posterior desenvolvimento no que diz respeito a contribuição para as políticas pública nacionais, pode-se dizer que a partir de suas reflexões houve a abertura de novos debates que apontaram para a importância da discussão da ciência e tecnologia a partir da participação de novos atores e de um novo modelo de política no sentido de promover uma maior democratização das relações sociais e do desenvolvimento social. Além disso, a contribuição continua viva no que se refere as características que ainda permanecem bastante marcantes nas Políticas de Ciência e Tecnologia

(PCT) do Brasil, por exemplo, marcadas por mitos e imitações de modelos estrangeiros que, muitas vezes, deixam de lado as especificidades locais.

1.1.2. Anarquismo e CTS – Encontros possíveis

Dentre os trabalhos contemporâneos responsáveis por retomar o anarquismo em sua relevância na atualidade, um dos mais interessantes na tentativa de articular o pensamento libertários e o campo CTS é o desenvolvido por Charles Thorpe e Ian Welsh (2008). Trata-se de esforço teórico que visa pensar a composição de uma teoria anarquista da ciência e da tecnologia. A tentativa ocorre a partir da compreensão de que há formas latentes de práxis anarquistas em vários dos atuais movimentos sociais comprometidos com o debate a respeito da tecnociência no mundo contemporâneo. Para os autores, há uma congruência entre as práticas dos novos movimentos sociais que lutam em torno dessa temática e os principais conceitos presentes nos escritos anarquistas sobre ciência e tecnologia desde o século XIX.

Segundo Thorpe e Welsh, o anarquismo clássico enfatizou a importância de uma ciência socialmente acessível. Alguns elementos dessa tradição são continuados na ênfase sobre a liberação da técnica presentes nas reflexões de pensadores do século XX como Lewis Mumford, Murray Bookchin e Paul Goodman. Esses autores, no entanto, escreveram durante um período no qual a ciência era dominada e patrocinada pelo Estado. Atualmente, conforme apontamos, uma nova conformação ocorre na qual se destaca o fortalecimento de práticas neoliberais caracterizadas pela transferência da ciência das mãos do Estado para o setor privado ou, então, de relações entre o Estado e o setor privado em outros modelos. Esse é o elemento fundamental para se debater e buscar esclarecimentos a respeito das relações entre o anarquismo e a ciência. Mais ainda, esse debate deve estar vinculado à análise da realidade global e no aparecimento de novos movimentos sociais de crítica ao sistema que pautam suas práticas na perspectiva da autonomia social.

Esses movimentos sociais de oposição ao sistema trazem alguns pontos comuns: o rechaço ao alinhamento de forças capitalistas e estatais através de instituições globais como Banco Mundial e FMI; a crítica da utilização de dinheiro público no desenvolvimento de pesquisas militares e a imposição de soluções de

mercado para todas as áreas; e o enfrentamento a criação de agendas de modernização que degradam a integridade humana e ecológica. Os movimentos sociais globais, segundo os autores, também desafiam o pensamento dominante ao definir quais aspectos são considerados vitais para outros mundos possíveis, em detrimento das concepções burguesas.

Nesse sentido, algumas questões são fundamentais para a proposta teórica aqui discutida: quais contribuições a tradição filosófica e política do anarquismo tem para trazer diante esses desafios contemporâneos? Existe uma teoria da ciência incorporado no pensamento político anarquista capaz de ser considerada relevante e aplicável às lutas contemporâneas?

É relevante considerar a importância contínua da ciência no Estado moderno e da "economia do conhecimento global" típicas do período neoliberal. Concordamos com os autores quando apontam para o fato da crítica anarquista da ciência e da tecnologia poder superar as limitações inerentes às diversas formas de "primitivismo"⁵⁵ exemplificados nos escritos de John Zerzan (1996) e mesmo das concepções por vezes eurocêntricas das correntes bookchinianas ou bakuninistas⁵⁶ desenvolvidas nos Estados Unidos.

Thorpe e Welsh compreendem que a resistência à ciência e à tecnologia em sua expressão autoritária torna a formulação de uma conceituação alternativa e libertadora da ciência uma tarefa política crítica. Muitas lutas sociais atuais contêm o germe de uma promessa libertadora e práticas epistemológicas alternativas. Essas lutas mantêm a perspectiva de uma ciência liberatória aproximada das práticas anarquistas de auto-organização, descentralização e fortalecimento social.

A crítica da ciência e da tecnologia dentro desse contexto são bem definidas dentro do *canon* anarquista. Lewis Mumford, por exemplo, descreveu as características essenciais dos sistemas tecnológicos de Estado centralizado e em grande escala com suas noções de "técnicas autoritárias" e "mega-máquina". As reflexões realizadas por Jacques Ellul sobre a "autonomia da técnica" e "sociedade tecnológica" também foram relevantes entre os libertários. Apesar dos potenciais

55 Teoria de forte influência nos movimentos contraculturais dos Estados Unidos que deseja a destruição da civilização moderna e um retorno a modos de vida primitivos.

56 Para Passetti (2013) é importante se atentar para o fato da influência que exercem intelectuais estadunidenses de tradição bakuninista nesses estudos, constituindo, entende ele, uma certa hegemonia no pensamento de anarquistas de outras regiões do globo.

críticos dessas perspectivas, é importante ressaltar o fato delas serem limitadas no momento que cancelam o potencial para a transformação social da tecnociência, negligenciando as maneiras pelas quais os atores sociais rejeitam, subvertem ou hibridizam técnicas vitais para as iniciativas dos Estados-corporativos.

O modelo de narrativa presente na noção de “Estado centralizador” que buscava legitimar sua autoridade através da ciência foi questionado e desafiado por movimentos sociais a partir da vivência dos desastres ecológicos. Quando no fim da Guerra Fria ameaçava-se minar a legitimidade do complexo militar e da grande ciência a narrativa foi reinventada sob pretexto de eficiência e racionalidade do mercado neoliberal, consolidando o alinhamento do Estado com a tecnociência a partir de novos modelos. A busca de uma hegemonia americana após o período, iniciada com a primeira Guerra do Golfo, em 1990, e da "guerra ao terror", após o 11 de Setembro, trouxe à tona novamente as "grandes narrativas" e renovaram apoio do Estado para a ciência como um componente do complexo militar-industrial.

Portanto, a situação contemporânea é caracterizada pela tentativa de re-legitimar projetos estatais técnico-científicos de "alta modernidade" como a energia nuclear e promover formas emergentes de relações entre mercado e tecnociência, estimulados pela conexão entre Estado e iniciativa privada, forjando estruturas de poder alargadas. Esses novos processos são questionados por uma nova geração de movimentos sociais. Muito deste movimento é atribuído aos "novos anarquistas" e se enquadra no âmbito de debates anarquistas contemporâneos. Todavia, de acordo com Thorpe e Welsh (2008), a relação atual entre o anarquismo e o debate sobre tecnociência recebe pouca atenção.

Desde Bakunin, muitos anarquistas celebraram a ciência em sua dimensão humanizadora e viram nela uma força rebelde capaz de subverter preconceitos tradicionais e religiosos. Contudo, ao longo do tempo, a ciência foi incorporada nas estruturas de poder. A institucionalização da autoridade científica foi rejeitada de forma radical pelos anarquistas. Outra importante formulação de Bakunin foi a distinção entre a ciência e a vida, eixo em torno do qual ele faz a defesa da liberdade em contraposição à ideia de sujeição aos peritos. Segundo Bakunin, a ciência é abstrata e geral, mas a vida é concreta e particular. A ordenação do mundo em categorias envolve um processo de abstração. Essa abstração é necessária para gerar conhecimento, mas não devemos cometer o erro de pensar que os nossos

modelos abstratos da realidade podem começar a captar a complexidade inteira da realidade.

Para Bakunin, o fosso entre ciência e vida significa que o ideal de uma sociedade tecnocrática legislada e dirigida por sábios, como defendidas por correntes positivistas, seria impraticável. A complexidade e a riqueza do concreto e específico escapam à descrição científica. Nessa perspectiva, Bakunin sugere que ocorre, na ciência apartada da vida, o fetichismo do conhecimento abstrato (AUGUSTO, 2014). A fim de superar essa realidade, o anarquista propôs a “revolta da vida contra a ciência, ou melhor, contra o governo da ciência” (BAKUNIN, 2000). Todavia, ele dizia que sua intenção não era destruir a ciência - o que seria alta traição à humanidade - mas devolvê-la ao seu lugar de direito. Desejava uma democratização da ciência e a extensão da educação científica para a massa da população através do desenvolvimento de uma "educação integral", quebrando a divisão entre trabalho manual e intelectual na formação dos trabalhadores – influência da leitura Proudhoniana. Essas reflexões de Bakunin se tornaram pontos de ancoragem de algumas tradições de reflexão libertárias permanentes até hoje.

Outro princípio da reflexão libertária está na noção do papel político e transformador da ciência, visto nas obras de Peter Kropotkin. Como um naturalista, Kropotkin enfatizou o papel do conhecimento científico como um fornecedor de bases empíricas e teóricas para ideias políticas anarquistas. Para Kropotkin, a ciência não deve ser propriedade de uma elite, mas uma atividade participativa e democrática, praticada em comum através da associação livre, organizada de maneira federalista. Assim, Kropotkin procurou a raiz da ciência na vida e no cotidiano da sociedade⁵⁷.

O anarquismo clássico, com suas críticas, produziu ressonâncias mais recentes em *The Ecology of Freedom*, de Murray Bookchin (1982) obra prima do pensador estadunidense na qual busca teorizar sobre as relações entre natureza, ecologia e sociedade. Ecos ouvidos também nas teorizações de Brian Martin (1998) com suas propostas práticas para tornar a ciência mais anárquica, sendo otimista sobre a possibilidade de uma ciência coletivizada, popularizada e distribuída como uma atividade social comum e autogestionária.

⁵⁷ Para uma leitura mais aprofundada sobre o pensador russo em suas concepções sobre ciência ler a dissertação *O Estado, a ciência e a revolução na história em Peter Kropotkin* (2017) de Marcelo da Cruz Cortes.

No campo filosófico, o destaque pode ser dado ao manifesto para um novo compromisso social com a ciência na obra do filósofo Paul Feyerabend (1977, 2011). Os escritos de Feyerabend prefiguraram debates contemporâneos sobre a ciência do cidadão, assumindo o princípio da anarquista de representação direta. Além disso, sua análise é coerente com os elementos da tradição anarquista sobre a educação libertária como um meio para a mudança social. Entretanto, essa proximidade com o anarquismo não vai muito além da simpatia filosófica.

Após um olhar histórico para a tradição anarquista, Thorpe e Welsh (2008) assinalam a crescente confluência entre os movimentos sociais em torno de temáticas sobre saúde e meio ambiente. Destacam que nesses movimentos ocorre uma utilização de técnicas científicas que desafiam as formulações epistemológicas dominantes feitas pela ciência tradicional. Diversos grupos são considerados como exemplos de "ação coletiva" que desempenham um papel crítico na definição de conhecimentos científicos relevantes. Estes movimentos estão baseados em conhecimentos científicos locais auxiliares da mobilização de forças sociais, questionando simultaneamente hierarquias comerciais e industriais estabelecidas, os profissionais da ciência e os interesses de autoridades políticas ou agências reguladoras.

Nos conflitos produzidos nesses embates sociais, Thorpe e Welsh entendem que se pode observar a tensão discutida por Bakunin entre a vida e a ciência. Outro elemento diz respeito ao fato de que caso a força social esteja mobilizada em torno de práticas científicas dissidentes, vozes críticas podem ser facilmente marginalizadas e denegridas por meio de instrumentos políticos e institucionais como desqualificação de teorias, acusando-as de ideológicas, utilização do aparato burocrático para impedir o acesso a fontes de financiamento, boicote e não permissão de publicações de materiais com conteúdo políticos, dentre outros. Esses mecanismos são, muitas vezes, bem explorados pelos "homens sábios" contemporâneos os quais defendem seu próprio *status quo* de cientistas oficiais, mostrando a atualidade das formulações de Bakunin.

Diante dessa realidade, algumas das tarefas cruciais para o anarquismo são a luta para o rompimento dos limites da ação coletiva profissional e o fomento, a partir da base, do compromisso com a ciência e tecnologia na prática social cotidiana. Essa práxis prioriza tanto a aquisição de capacidade especializada como a análise dos contextos sociais e outras relações necessárias na realização do debate científico.

Longe de pessimismo e da rejeição dos avanços tecnológico presentes na teoria primitivista, Thorpe e Welsh (2008) defendem o potencial de intervenções que se encontram em consonância com os princípios anarquistas. O desafio está em desenvolver formas de compromisso não-hierárquicas e horizontais para essas dinâmicas, em busca de uma nova formação social da trajetória científica e tecnológica. Uma teoria social anarquista da ciência e da tecnologia é de crucial importância como rota de fuga da jaula de ferro criada pelo tecnoautoritarismo estatista e pelos preceitos do neoliberalismo

As novas tecnologias e redes de comunicação, nessa perspectiva, podem facilitar consideravelmente a deliberação e tomada de decisão de acordo com procedimentos não-hierárquicos. Os autores entendem que algumas disposições práticas já existem em forma embrionária, e abrangem milhares de pessoas através da rede que constituem o Fórum Social Mundial (FSM) e fóruns regionais e locais subsequentes. Nesses fóruns, encontra-se uma miríade de laços nascentes com potencial de envolver uma ampla gama de ativistas sociais. No Fórum Social Europeu (FSE) de 2004, em Londres, sessões sobre ciência com a participação de indivíduos e representantes de sindicatos, movimentos sociais, cientistas, interessados em questões genéticas e ambientalistas ou grupos ambientais ao redor do continente geraram debates profícuos. Em se tratando América Latina, podemos destacar a organização do Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA) –com 12 edições até o momento - surgida a partir de uma dissidência libertária junto ao Fórum Social Mundial e que traz a tentativa de discutir em muitos aspectos temas próximos ao campo CTS a partir da realidade do nosso continente.

Ao contrário das agendas em torno do "envolvimento" em política científica, o que os anarquistas defendem não são as consultas existentes nos regimes estatais, mas a base para o desenvolvimento de um fórum de ciência no qual as pessoas contribuam efetivamente. Desse modo, as práticas libertárias apresentam desafio radical para as agendas da mega-máquina do Estado e da ciência corporativa.

A partir desse contexto de movimentações políticas, podemos buscar formas latentes de práxis anarquistas encontradas em um número vasto de movimentos sociais comprometidos com o debate em torno da tecnociência no mundo contemporâneo. Esse olhar específico, para uma parcela determinada dos movimentos sociais a partir de uma temática que os une, permite perceber uma congruência entre as práticas desses próprios movimentos com os principais

conceitos vigentes nos escritos anarquistas sobre ciência e tecnologia desenvolvidos desde o século retrasado.

Como veremos, no Brasil um autor de extrema importância para o anarquismo contemporâneo, Maurício Tragtenberg, discutiu desde os anos de 1980 sobre a necessidade de se construir ciência e conhecimento comprometidos com os interesses das classe trabalhadora, bem como o compromisso da Universidade disseminação de sua produção direcionada a setores excluídos da população. Tragtenberg insistiu em discussões sobre educação científica e tecnológica para o trabalho e criticou o papel reprodutor de certas instituições do saber. Lembramos especialmente dessas questões pelo fato de, justamente, a discussão sobre educação científica e tecnológica e a questão da difusão do conhecimento científico e da abertura da “caixa preta” da ciência serem objetos de preocupação dos pesquisadores do campo CTS.

Assim, os debates realizados por Thorpe e Welsh (2008), Maurício Tragtenberg e outros autores a respeito da ciência e da tecnologia a partir da retomada da tradição anarquista, podem ser articulados ao campo de estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Antes, um ponto a ser observado é o fato de que, apesar do destaque apresentado, esse debate ainda se encontra majoritariamente no mundo de língua inglesa. Desse modo, nosso trabalho também pretende provocar um certo deslocamento nessa tendência, buscando referências em estudiosos de outras regiões. Esses estudiosos partem de tradições anarquistas diferentes e focalizam questões distintas sobre a ciência, mas há elementos em comum tradicionais do pensamento libertário como a crítica do sistema capitalista e de dominação, a valorização de elementos descentralizadores, a crítica da autoridade, a crítica da ciência e do Estado e etc.

Por fim, queremos trazer um breve apontamento a respeito dos temas trabalhados pelo campo CTS na atualidade a fim de tornar visível a possibilidade de aproximação com os temas discutidos pelos anarquista. São exemplos da diversidade temática do campo CTS, os eixos temáticos discutidos nos dois últimos encontros da *Asociación Latinoamericana de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología* (ESOCITE), maior evento do campo CTS na América Latina. Em 2016, em encontro realizado no Brasil, entre os eixos de discussão propostos estavam os seguintes temas: 1) 20 anos de trajetória CTS na América Latina: história, enfoques e metodologias; 2) correntes e práticas contra-hegemônicas na produção de C&T; 3)

controvérsias científicas, participação pública e tomada de decisão política em CT&I; 4) Educação formal e não formação em CTS. CTS nas universidades; 5) Ciência e Tecnologia: Gênero, Relações Étnico-Raciais, Cultura e Identidades; 6) Tecnologia e Inovação: aplicações, riscos e problemas sociais; 7) Políticas de CT&I e desenvolvimento local e regional; 8) Produção de conhecimentos tecno-científicos e questões sociais; 9) Dinâmica das instituições e campos científicos; dentre outros.

Durante o encontro realizado no Chile em 2018 podemos observar, dentre outros, os seguintes temas abordados: 1) Conocimientos intervenidos, conocimientos interpelados en interacción con actores no académicos; 2.) Producción de datos científicos dentro y fuera de los espacios e infraestructuras tradicionales del conocimiento; 3) Del acceso abierto a la ciencia abierta: desafíos, políticas y prácticas en el contexto latino-americano; 4) Miradas actuales sobre evaluación académica en América Latina: agendas de investigación, incentivos y relevancia social.; 5) Tecnologías digitales y Sociedad. Abordajes críticos, teóricos y empíricos; 6) Ciencia, Tecnología e Innovación para la solución de problemas de salud en América Latina; 7) Estudios sociales de las Convergencias Tecnológicas; 8) Energy Systems and Community Action in Latin America Sistemas de Energía y Acción Comunitaria en América Latina; 9) Propuesta: ¿Cómo lo más-que-humano afecta los métodos y prácticas de investigación?.

Além dessas duas amostras, diversas pesquisas confirmam esta diversidade temática no campo CTS. A pesquisa *denominada Os Temas de Pesquisa que Orbitam o Enfoque CTS: Uma Análise de Rede sobre a Produção Acadêmica Brasileira em Ensino* de Melo et al. (2016) na qual os autores buscaram identificar quais temas apresentam uma aproximação à CTS na produção acadêmica brasileira da área de Ensino. Segundo os dados recolhidos dentre os temas trabalhados estão: Alfabetização Científica e Tecnológica; Ambiente; Cidadania; Currículo; Educação; Educação Científica e Tecnológica; Educação profissional; Ensino de ciências; dentre outros.

Outro trabalho, realizado por Premebida, Neves e Almeida (2011) tentou elaborar um painel acerca dos temas mais correntes e das distintas abordagens teóricas que fazem parte das pesquisas no campo CTS em publicações brasileiras. Nessa pesquisa os autores compreendem que os estudos CTS apresentam múltiplas abordagens, mas possuem uma unidade quando ocorre o esforço de compreensão

dos objetos de estudo envolvendo a ciência e a tecnologia. Desses objetos, existe a ramificação em muitos outros, tais como:

investigações acerca dos condicionantes sociais da estruturação e autonomia do campo científico; formação do conteúdo científico e tecnológico e sua compleição institucional, de acordo com diferenças culturais e regionais; relações com o complexo industrial e a caracterização do consumo contemporâneo das inovações tecnológicas; formas de decisão e escolhas sobre os grandes sistemas técnicos especializados que gerenciam a vida cotidiana; relação entre peritos e leigos no contexto de produção e difusão destes conhecimentos; mecanismos e condições institucionais e sociais de estruturação da ciência e tecnologia, por região e suas diferenças socioculturais; mecanismos de engajamento público nos temas sociotécnicos e; estudos sobre os impactos socioambientais decorrentes da utilização de sistemas e artefatos tecnológicos no dia-a-dia. (PREMEBIDA, NEVES E ALMEIRA, 2011, p. 23).

Conforme demonstraremos no decorrer da pesquisa, muitos dos temas CTS se aproximam das áreas de interesse dos anarquistas. Diversas das questões trazidas pelo campo também foram tematizadas pelos libertários. Além disso, as reflexões e práticas anarquistas também podem ser incorporadas em debates avançados dessas ramificações, produzindo novos questionamentos. Como exemplo da possibilidade de aproximação temática, destacamos alguns dos grupos de trabalhos existentes no ELAOPA: Sindical; Educação; Territórios e Biodiversidade; Opressões de gênero, raça e sexualidade; Lutas urbanas e direito a cidade; Direitos Humanos e Solidariedade Internacional.

PARTE 2. CAPÍTULO 2: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ANARQUISMO – A CONSTRUÇÃO DE CONCEPÇÕES MÚLTIPLAS

Pouco se escreveu especificamente sobre a relação entre o anarquismo e a ciência quando comparado à quantidade de pesquisas produzidas a respeito das perspectivas políticas dessa corrente de pensamento. Este capítulo pretende colaborar no enfrentamento desse problema de modo a questionar algumas das imagens comumente construídas e solidificadas historicamente a respeito das concepções e das práticas dos anarquistas em torno de temáticas envolvendo ciência e tecnologia.

Para fins didáticos e com intuito da melhor realização dos objetivos deste trabalho, nossa explanação se concentrará no chamado período “clássico” do anarquismo, que abarca um recorte temporal situado desde as primeiras formulações assumidamente libertárias realizadas por Pierre Joseph Proudhon (1809 – 1865) até o momento do auge do anarcossindicalismo durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Ao se pensar o anarquismo em sua relação com a ciência e a tecnologia a partir de um campo acadêmico ampliado – principalmente influenciado por certa tradição marxista⁵⁸ – pode-se encontrar a construção de algumas imagens dominantes: a primeira delas representada por um tipo de leitura influenciada pela interpretação de Eric Hobsbawm (1985)⁵⁹ que entende o pensamento anarquista e suas práticas como vinculadas às ideias campesinas primitivas e de tipo milenarista, pouco tendo o que dizer sobre as transformações da sociedade capitalista e industrial. No esteio desse tipo de interpretação, surge um imaginário que vincula diretamente as práticas ludistas às práticas anarquistas – esvaziando a riqueza própria do fenômeno do ludismo⁶⁰ e reduzindo a reflexão anarquista sobre ciência e tecnologia a certo “ódio à máquina”. De modo geral, os anarquistas foram tomados como meros românticos – no sentido negativo do termo – em busca de um passado utópico baseado na produção artesanal e no modo de vida agrário. Quando muito, sobraram

⁵⁸ Jorge Zaverucha (1986) comenta como o campo marxista tentou “retratar a proposta anárquica como algo destituído de conteúdo mais rigoroso” (p.253). Para esse tipo de compreensão, os anarquistas, por não conhecerem a profundidade da análise científica não passariam de meros diletantes políticos.

⁵⁹ Ao leitor é importante ressaltar que se trata de um tipo de perspectiva que não se encontra circunscrita aos textos de Hobsbawm e daqueles por ele influenciados. Aqui apenas tomamos o historiador inglês como um representante “maior” dessa postura que não é incomum dentro dos círculos marxistas.

⁶⁰ Para uma interpretação distinta do ludismo recomendamos a leitura de Ferrer (2005).

os nada generosos adjetivos de agitadores, panfletários e subversivos inconsequentes.

Uma segunda imagem utilizada para descrever a relação dos anarquistas com a ciência e a tecnologia é a aquela que estabelece vínculos diretos e imediatistas entre os discursos libertários e o pensamento positivista de fé na ciência⁶¹. Essa perspectiva pode ser exemplificada, segundo a análise de Rodrigo Rosa da Silva (2013), através do trabalho de Fábio Maza (1993) intitulado “Anarco-sindicalistas – a Visão dos Libertários de Ciência e Tecnologia” no qual estuda os anarquistas brasileiros. Silva comenta que Maza defende existir “uma mesma preocupação básica entre anarquistas, positivistas e industriais em relação à ciência e à tecnologia” (SILVA, 2013, p.86). Essa preocupação, ainda no entendimento de Maza, seria capaz de aproximar – dentro de um “clima” intelectual comum que tomava a máquina como um objeto capaz de libertar a humanidade e apresentava uma fé sem limites na razão e na ciência - correntes políticas tão distintas. Tal tese é questionada por Silva (2013) pelo fato dessas correntes estarem, justamente, vinculadas a projetos de sociedade antagônicos entre si – elemento de fundamental importância para compreender a lógica interna do discurso de cada uma dessas linhas de pensamento – o que impossibilitaria a simplificação de suas reflexões específicas em um quadro teórico único que apague virtualmente seus pontos de distanciamento.

Tendo isso em vista, pretendemos demonstrar que essas concepções acadêmicas hegemônicas sobre as relações entre anarquismo, ciência e tecnologia são simplificações rasteiras das complexas práticas sociais nas quais estiveram envolvidos os militantes anarquistas. Essas simplificações esvaziam o que há de particular nas ações e nas concepções libertárias quando não consideram a diversidade e a riqueza de conteúdos presentes nos debates articulados pelos libertários.

A fim de realizarmos esse empreendimento partimos da crítica da historiografia e da filosofia crítica do anarquismo realizada por Richard Cleminson

⁶¹ Basicamente, a característica essencial ao positivismo, tal qual o concebeu Auguste Comte (1798 – 1857), é a devoção à ciência, vista como único guia da vida individual e social, única moral e única religião possível. Desse modo, em última análise, o positivismo foi descrito e compreendido por alguns de seus adeptos como a "religião da humanidade". Muitos anarquistas circularam entre os positivistas e aderiram algumas de suas teses. Entretanto, consideramos um erro reduzir os anarquistas enquanto positivistas que tomam a ciência de maneira acrítica e de forma neutra.

(2008)⁶² quando aponta para o fato de que os estudos sobre a temática assumem, de maneira geral, a tendência a descrever o anarquismo como uma unidade homogênea. Adotamos, assim, a perspectiva desse autor ao entendermos que há uma heterodoxia de concepções políticas, filosóficas e científicas no pensamento anarquista.

Ainda considerando as reflexões metodológicas⁶³ feitas por Cleminson (2008) entendemos que o anarquismo não deve ser tomado como um movimento científico, racional e progressista, mas como um conjunto de construções práticas e discursivas, às vezes contraditórias e que são sistematizadas a partir de múltiplas influências. Conforme comenta Nadia Ledesma Prietto (2012, p.81, 82), trata-se de um movimento multifacetado em que as “contradicciones y los procesos sociales em los cuales se desarrolla son elementos constitutivos e intrínsecos de su devenir” (p.81, 82). Portanto, trata-se de compreender que a pesquisa sobre o anarquismo deve levar em conta que as contradições e as diferenças de compreensão desenvolvidas por seus militantes sobre a sociedade – produzidas a partir da materialidade das lutas nas quais se envolviam - sempre fizeram parte da história do anarquismo e que os anarquistas conviveram, ao seu modo e nem sempre pacificamente, com essa marca, forjando uma de suas mais belas peculiaridades.

Clara E. Lida e Pablo Yankelevich (2012) ao também comentarem quanto a diversidade presente no anarquismo nos lembram de que ao longo de décadas se desenvolveram formas doutrinárias e teóricas diversas e, junto delas, práticas e culturas políticas variadas, com suas linguagens, seus atores sociais e suas manifestações culturais plurais: fato que nos obriga a pensar a existência não de um anarquismo no singular, mas sim em anarquismos.

Nessa vasta gama de perspectivas podemos assinalar como variantes do anarquismo encontradas no século XIX, por exemplo: o coletivismo de Bakunin, o individualismo de Max Stirner, o anarquismo cristão de Tolstói, o comunismo anarquista de Kropotkin, os anarquistas adeptos de práticas terroristas e niilistas, o anarcossindicalismo, o sindicalismo revolucionário, dentre outros. (*Idem*).

⁶² Cleminson (2008) faz uma interessante interpretação do anarquismo enquanto uma experiência de *tensão* entre o pensamento moderno com suas características conhecidas e o pensamento radicalmente descentralizador e antiessencialista que aponta para elementos utópicos e é incapaz de fixar horizontes ontológicos e epistemológicos.

⁶³ Cleminson (2008) ao comentar a historiografia do anarquismo espanhol argumenta que os trabalhos históricos majoritariamente se centram nos conceitos racionais de ciência e de sujeito romântico que concilia natureza com razão.

Todavia, apesar de verificarmos essa pluralidade, há elementos em comum que possibilitam a aglutinação dessas diversas ramificações e nos permitem também falarmos de anarquismo – naquilo que há de geral – como uma tradição política com características próprias⁶⁴. Nessa perspectiva, Lida e Yanlevich postulam que o anarquismo é:

Um movimento social, orientado à organização das classes populares, em especial as trabalhadoras, com o objetivo de levar adiante uma revolução para transformar, entre outras coisas, as desiguais relações sociais, políticas e econômicas”. (LIDA E YANLEVICH, 2012, p.1.) (Tradução nossa).

Considerados esses primeiros esclarecimentos, avançamos no sentido de apresentarmos algumas das dimensões e das práticas comuns encontradas na construção das narrativas sobre ciência e tecnologia dos anarquistas. Observaremos quais foram as mais importantes dessas dimensões e dessas práticas e discutiremos o conteúdo presente nessas narrativas. Com isso, almejamos estabelecer algumas das bases para as futuras pesquisas envolvendo o entrelaçamento entre anarquismo, ciência e tecnologia, principalmente em seu período clássico. Consideramos que os conteúdos tratados neste capítulo podem e merecem, por si só, o *status* de objeto de uma pesquisa mais ampliada, tarefa ainda a ser realizada no Brasil.

Utilizaremos perspectiva panorâmica por sobre a temática, de modo a considerar as práticas anarquistas realizadas em países diferentes, tomando por base sua dimensão internacionalista. Esse tipo de abordagem nos permite acessar como foram tratadas as questões de ciência e de tecnologia em seus aspectos *comuns/típicos*, tendo o cuidado de considerar a existência de *diferenças*⁶⁵ constituídas a partir dos específicos contextos geográficos, sociais, culturais, políticos e econômicos presentes em cada nação na qual as ideias anarquistas estiveram presentes. O aspecto frágil dessa escolha ocorre em relação ao fato de não ser possível realizar nesse momento um aprofundamento teórico sobre cada tema a ser apresentado⁶⁶ – cada um deles era considerado relevante para os militantes

⁶⁴ Silvio Gallo (2007), importante pesquisador anarquista brasileiro, entende que o anarquismo deva ser considerado como um **princípio gerador** – uma atitude básica - composto por quatro princípios básicos envolvendo tanto a teoria quanto a ação. São eles: a **autonomia individual**, a **autogestão social**, o **internacionalismo** e a **ação direta**.

⁶⁵ Nesse capítulo nossa ênfase será naquilo que é **comum**. Para uma discussão aprofundada das diferenças seria necessária uma abordagem comparativa a qual não é possível realizar no momento.

⁶⁶ Esse tem sido o caminho escolhido por alguns dos autores que embasam este trabalho.

anarquistas, em maior ou menor escala, de acordo com a corrente a qual pertenciam ou ao momento histórico em que foram levantados.

Nesse ponto outro esclarecimento metodológico sobre o capítulo é necessário: não trabalharemos diretamente com fontes primárias (jornais, revistas, panfletos e etc), nem nos focaremos nos textos dos chamados autores “clássicos” - ainda que deles façamos uso em momentos que consideremos apropriados.

Ao longo do capítulo optamos por não trabalhar diretamente com os textos de Kropotkin, Réclus, Bakunin, Anselmo Lorenzo, Malatesta, Ricardo Mella, dentre outros destacados expoentes do anarquismo que tematizaram as relações entre ciência, tecnologia, natureza e natureza humana. Sobre isso, há três caminhos comumente tomados pelos pesquisadores⁶⁷: 1) a opção pelas abordagens que consideram o que esses grandes pensadores postularam, interpretando-os e mostrando sua relevância. São exemplos desse tipo de abordagem trabalhos dedicados a pensar os sistemas teóricos anarquistas de maneira relacionada, como os trabalhos realizados por Zaverucha (1986) e Charles Torpe e Ian Welsh (2008) e autores que estudam individualmente os sistemas de pensamento de cada teórico, como os trabalhos de Felipe Corrêa (2013) sobre Malatesta, Robledo Mendes da Silva (2010) sobre Élisée Réclus, Vitor Ahagon (2013) sobre Anselmo Lorenzo e Mechthild Albert (1995) sobre Ricardo Mella, para citarmos apenas alguns; 2) a opção realizada com sucesso em maior medida por pesquisadores do anarquismo na Espanha e na Argentina os quais estudam esses debates a partir das práticas sociais do movimento anarquista ao considerar sua organização política, sua militância e suas reflexões presentes em jornais, panfletos, livretos e etc. 3) a perspectiva de Maurício Tragtenberg (2011) que realiza as duas abordagens em sua vasta obra.

Nossa opção será a de fazer uso predominantemente, enquanto base teórica, do segundo tipo de abordagem. Articularemos alguns aspectos partilhados em uma série de pesquisas recentes sobre o pensamento anarquista em diversos países como Espanha, Portugal, Argentina, Cuba, México, Uruguai, Peru e Brasil. Esse tipo de opção se justifica pelo já citado internacionalismo do anarquismo e em razão dos militantes ácratas terem estabelecidos intensos fluxos e deslocamentos – seja por perseguição política, seja por motivo de propaganda - entre diferentes países de

⁶⁷ Não se tratam de caminhos excludentes, mas apenas de uma questão de ênfase nas abordagens haja vista que os grandes pensadores eram também militantes envolvidos nas lutas sociais e que os movimentos elaboravam suas reflexões em conjunto com as reflexões desses autores.

maneira a articular uma vasta rede de relações políticas e intelectuais intercontinentais. Todavia, ressaltamos que as generalizações feitas ao longo do capítulo se limitam à experiência do anarquismo Espanhol, Português e Latino-Americano⁶⁸.

Como dissemos, há algumas décadas o anarquismo é objeto de interesse por parte de uma historiografia crítica e preocupada em pesquisar e conhecer as práticas dos movimentos operários e das ideologias vinculadas ou construídas no fazer da classe trabalhadora. Ao levar em consideração essas produções, autores como Clara Lida e Pablo Yankelevich (2012) assinalam que a historiografia sobre o movimento anarquista ainda se encontra preponderantemente centrada em questões relacionadas à organização operária, aos desenvolvimentos ideológicos e aos conflitos políticos em que libertários estiveram envolvidos. Nesse quadro, as questões culturais ainda carecem de melhores pesquisas e maior aprofundamento.

Nessa mesma direção, Amparo Sánchez Cobos (2011) discute que as análises sobre o associacionismo e as práticas culturais centradas nas classes populares ainda não dão conta de levar em consideração uma série de dimensões envoltas nas questões culturais e da sociabilidade dessas classes - principalmente se os anarquistas forem relevados naquilo que lhes é inerente. Sánchez Cobos aponta também que no caso da história das classes populares houve o privilégio do estudo do movimento operário e das organizações de trabalhadores, sendo esse apenas um dos aspectos da sociabilidade desses grupos. Para a autora, os estudos apresentam uma prevalência na análise ideológica e sindical, sendo raras pesquisas dedicadas, por exemplo, à música e ao desenvolvimento técnico e científico.

Richard Cleminson (2008), por sua vez, afirma estar aberta a possibilidade de se indagar a respeito dos sistemas de pensamento libertário a partir de categorias que não sejam estanques, mas que considerem as bases filosóficas e ideológicas internas do próprio anarquismo. Essa seria uma postura diferente da tendência⁶⁹ adotada por grande parte das pesquisas que concebem o anarquismo a partir de

⁶⁸ Trabalhos como os de Lida e Yankelevich (2012) demonstram a influência e a importância das práticas culturais do anarquismo Espanhol para o anarquismo na América Latina, validando a possibilidade desse recorte metodológico.

⁶⁹ Apesar de ainda ser recorrente esse tipo de postura, pode-se afirmar que há no Brasil uma tradição consolidada de pesquisas sobre a classe operária e o anarquismo construídas a partir de outras perspectivas teóricas e com o uso de metodologias e olhares interpretativos que buscaram saídas desse tipo de armadilha. Apenas para situarmos os mais importantes e influentes destacamos os trabalhos de Edgar de Decca (1999), Francisco Foot Hardman (1984), Antonio Arnoni Prado (1986) e Margareth Rago (1997).

categorias externas estabelecidas por outras formações teóricas que pouca proximidade possuem com o pensamento libertário.

Tendo isso em consideração, as discussões que serão realizadas neste capítulo não pretendem preencher de forma total as lacunas apontadas por esses autores a respeito dos estudos sobre a sociabilidade e a cultura da classe trabalhadora e suas vinculações com as diferentes matrizes teóricas, em especial o anarquismo. Entretanto, levando-as em consideração, pretende trazer algumas das questões em torno dos debates científicos que os libertários se envolveram, bem como as características das suas práticas no campo da ciência e da tecnologia.

Como abordaremos as concepções de ciência e tecnologia, pretendemos apontar a forma como os anarquistas pensaram a produção e o conteúdo do conhecimento científico, de modo a considerar suas finalidades e seus objetivos na dinâmica dos processos sociais da sociedade capitalista. Interessa-nos o envolvimento dos militantes libertários em torno de projetos de construção de saberes contrahegemônicos e sua capacidade de circular por entre os espaços onde se encontravam os oprimidos, provocando abalos na estrutura política em que estavam inseridos e na narrativa burguesa de mundo.

Desejamos também investigar a presença de reflexões sobre a natureza humana e suas paixões e os entrelaçamentos existentes entre essas reflexões e as filosofias libertárias da natureza. Em nossa compreensão elas funcionam como elemento sempre presente e são norteadoras das concepções de ciência e tecnologia.

Discorreremos sobre alguns dos experimentos sociais idealizados pelos anarquistas, na tentativa de demonstrar o modo como as suas concepções de liberdade, natureza e natureza humana se materializavam nas práticas sociais. Assim, podemos refletir sobre como ciência, tecnologia, cultura e política se unem em torno de um universo ideológico multifacetado e heterogêneo e embasam projetos utópicos de uma sociedade livre.

2.1. O centauro anarquista: criação cultural e ética libertária

A história das práticas anarquistas é também a história da capacidade criativa dos libertários em construir experiências culturais inovadoras e plurais. Nisto os anarquistas foram particularmente profícuos.

Dóris Accioly e Silva (2011), ao comentar a respeito dessa característica chama a atenção para o desenvolvimento – por ela denominado - de uma *cultura de resistência* ou *cultura de combate*. Os ácratas fizeram com que suas concepções políticas e culturais fossem expressas e concretizadas em experiências das mais diversas possíveis, tais como: a criação de escolas e universidades libertárias; a circulação e a manutenção de jornais operários; a escrita e a difusão de poesias, contos, romances e peças teatrais com conteúdo político e social; o incentivo à existência de centros de cultura e ateneus que possibilitassem o livre debate, o trânsito de ideias e a aquisição de conteúdos científicos por parte dos trabalhadores; a participação na construção de redes de conhecimento, pesquisas e círculos de estudos; dentre outras.

As duas dimensões de resistência e combate apontadas por Accioly e Silva (2011) podem servir didaticamente para observarmos uma espécie de duplo caráter das práticas anarquistas. Por um lado, na perspectiva libertária, era necessário resistir – não participando, negando e questionando⁷⁰ - às consideradas imposições culturais e aos valores propagados pelas camadas dominantes - responsáveis por dispersar os trabalhadores da luta. Por outro lado, não bastava apenas a postura de negação daquilo que era tido enquanto “burguês”⁷¹, fazia-se necessária a criação de instituições e de práticas próprias, de modo a criar uma cultura com a pretensão de ser autenticamente operária e libertária. Nesse sentido, a dimensão combativa mostrava, na dialética social, o caráter propositivo do pensamento e do imaginário anarquista: nas batalhas que compunham a guerra contra a sociedade capitalista dever-se-ia destruir o velho e ultrapassado modelo social ao mesmo tempo em que se produzia e se vislumbrava uma nova ordem⁷².

Presente nas reflexões anarquistas estava o elemento utópico – a perspectiva de uma sociedade superior às degradações produzidas pelo capitalismo. As utopias

⁷⁰ Resistia-se não somente ao que era burguês, mas também a expressões da cultura popular. Eram alvo de discursos críticos por parte de alguns anarquistas brasileiros como os bailes, o carnaval e o futebol. Essas práticas, para alguns libertários seriam contrárias aos interesses dos trabalhadores. Sobre essa questão, consultar o interessante texto *Teatro Operário em São Paulo* de Mariângela Alves de Lima e Maria Thereza Vargas (1986).

⁷¹ Não se tratava de uma negação total da cultura burguesa ou aquela apreciada pela burguesia. Os anarquistas também se apropriavam daquilo que consideravam possível de ser utilizado em sua causa e denunciavam como as obras culturais pertencentes a todo gênero humano eram apropriadas privadamente pelos capitalistas. O próprio fato de incentivarem a leitura de obras literárias dos mais variados tipos demonstra o tensionamento existente nessa relação.

⁷² Há de se lembrar da famosa máxima do pensador anarquista M. Bakunin: “a ânsia de destruir é também a ânsia de criar”.

libertárias desenvolveram-se e caminharam por sobre a constante tensão proveniente das séries destruição / construção (criação): destruir o que impede de criar; destruir para criar; criar a partir do destruído; criar para destruir; criar para não ser destruído; criar para construir; construir para criar; nas mais diversas possibilidades permitidas.

Junto dessa dimensão balizadora do pensamento anarquista estava a reflexão sobre os conteúdos ético-políticos presentes em suas práticas. Esses conteúdos permitiam que as utopias fossem desejadas e também possibilitavam a problematização da maneira como elas seriam concretizadas: Por que pensar em outra forma de organizar a vida? Por que é necessário transformar a sociedade? Como fazer a revolução? Todo método de luta é válido para alcançar o objetivo utópico traçado? Essas eram algumas das questões enfrentadas cotidianamente e apaixonadamente por quase todo anarquista.

A sua oposição ao capitalismo era carregada de uma clara noção - comum aos socialistas - de que se tratava de um sistema gerador de grandes males à humanidade como a fome, a pobreza, a exclusão, a exploração e etc. Todavia, a crítica se projetava para além disso. Em última instância, ela apontava para a dimensão da impossibilidade de realização da própria potência da liberdade humana⁷³ sob o capitalismo. A crítica econômica encontrava a crítica moral dos valores presentes na sociedade burguesa.

Desse modo, a nova sociedade deveria ser distinta não apenas em suas bases estruturais, mas também em todos seus valores, sendo estes construídos desde já. Para os anarquistas essa era uma tarefa imediata. Em suas vidas e em suas ações almejavam expressar aquilo que defendiam de maneira integral. Havia a existência de uma norma ética que orientava a construção das pessoas: viver da maneira como se gostaria de viver no futuro. Essa característica de “integridade, temperada de muita candura”, nas palavras de Antonio Candido (1986, p.15), pode ser mais bem descrita pelo próprio pensador brasileiro:

pude sentir a extraordinária fidelidade dos anarquistas daquele tempo às suas convicções; a tenacidade com que as defendiam pela vida afora, mantendo elevada a temperatura da paixão libertária. E também a retidão com que viviam, - homens honestíssimos, puritanos, achando que os valores

⁷³ Discorreremos mais adiante sobre como os anarquistas compreendiam essa relação. Por hora, basta dizer que a ideia de “liberdade humana” em muito se diferenciava da noção liberal de liberdade jurídica. Sobre isso ver a discussão trazida por Silvio Gallo em *Pedagogia do Risco* (1995).

morais eram requisitos da revolução social e abominando o maquiavelismo da vida política. (CANDIDO, 1986, p.15).

Christian Ferrer (2005) é um autor que tem refletido sobre essa relação entre os ideais libertários e a forma como os militantes se apropriavam desses ideais, se transformavam e (re)conduziam suas vidas a partir deles, vivendo uma ética e uma estética da existência⁷⁴. Em sua empresa Ferrer demonstra a importância que a noção de liberdade tomava na vida de cada adepto da Ideia⁷⁵. Ele nos chama atenção para olharmos o anarquismo como mais que uma maneira de pensar as relações de dominação na sociedade, mas como uma forma de existir contra a dominação. Assim, a vida dos anarquistas era atravessada por episódios de envolvimento nas mais diversas lutas políticas.

Ainda segundo Ferrer (2005) as práticas anarquistas tinham a ambição de substituir o antigo regime cultural, político e psicológico baseado no domínio por outro que possibilitasse o desenvolvimento da capacidade de autodignificação. Desse modo, entende Ferrer, o projeto cultural anarquista tinha também por objetivo forjar indivíduos – um ideal de salvação que pretendia liberar a alma humana.

Por isso defenderam com afincos práticas como a do autodidatismo e gritaram a favor do impulso das vontades e ao apego pela amizade humana, enfrentaram as formas de submissão e colaboraram na elaboração de uma imaginação anticlerical, além de tomarem partido pelos oprimidos. Todos esses elementos eram peças que deveriam ser desenvolvidas em cada indivíduo singular. O anarquismo se apresentava como um modelo ético a ser seguido, um ideal de “homem livre”⁷⁶ (*Idem*)

Juan Suriano (2011) ao comentar o anarquismo argentino e a questão do conteúdo da mensagem libertária dirigida ao indivíduo considera que ela carregava características universalistas as quais pretendiam ser integradoras de todos os sujeitos: homens, mulheres, trabalhadores, intelectuais, crianças etc. Todos unidos no caminho da revolução e da transformação social. Suriano afirma a existência de

⁷⁴ Nildo Avelino (2004) também realizou interessantes discussões – diferentes das de Ferrer - sobre essa perspectiva de se pensar as vidas dos anarquistas a partir da noção foucaultiana de “estética da existência”.

⁷⁵ Forma como alguns dos anarquistas se utilizavam para fazer referência aos seus ideais.

⁷⁶ Chama à atenção as biografias dos anarquistas. Conforme ressalta Ferrer (2005, p.18) “en cada vida se realizava, mediante prácticas éticas específicas, la libertad prometida” e continua o autor, “cada existência de anarquista, entonces, se transformaba en la prueba, el testimonio viviente, de una libertad del porvenir”

uma *heterodoxia classista* em que o homem, antes de ser uma classe, era um indivíduo.

Esse é um modelo que encontra suas raízes nos ideais pedagógicos da Ilustração, na tradição dos enciclopedistas, nos estilos de formação do livre pensador moderno, nas práticas associativas e na sensibilidade romântica (SURIANO, 2011). Herdeiros desse emaranhado de tradições, os discursos anarquistas pretendiam dar conta da totalidade do humano e estabelecer práticas políticas coerentes, ainda que não fossem rigidamente estabelecidas em um modelo prévio (TIETZ *et all.* 1995).

Desse modo, havia uma profunda integração entre as reflexões anarquistas sobre a sociedade, as reflexões de como se organizar a luta e a compreensão de como deveriam conduzir suas vidas. Tratou-se de um dos raros momentos em que “as classes trabalhadoras puderam construir uma reflexão e um conhecimento próprios e indissociáveis das formas de organizar suas lutas” (Accioly e Silva, 2011, p.89).

Nesse momento é possível tocarmos em outro aspecto fundamental da cultura e da atuação anarquista: a valorização da ação direta⁷⁷. Ação direta que tomava corpo através de greves, boicotes, sabotagens, na sua dimensão mais política e coletiva e se fazia presente nas ações dos indivíduos estimuladas pelos ideais de autonomia e de autogoverno. Os anarquistas não se sentiam dependentes e nem reconheciam a legitimidade dos Estados e de suas instituições ou dos partidos políticos, mas se viam como donos de sua própria vontade e agentes de sua própria libertação.

Em resumo, os libertários entendiam que os humanos deveriam se emancipar em três esferas: econômico-social, moral e a intelectual. Dessa forma, o acesso dos trabalhadores à educação e a cultura se apresentava como questão essencial: as transformações sociais seriam possíveis pela criação de formas igualitárias, não hierárquicas e desburocratizadas de organização e através da mudança nas sensibilidades e atitudes dos indivíduos⁷⁸. A educação, segundo Accioly e Silva (*Idem*), tomada enquanto horizonte político e humano.

O valor dado pelos anarquistas às práticas culturais era tamanho que fez com que Lily Litvak (2001) afirmasse que nenhum outro movimento deu tanta importância

⁷⁷ Para uma discussão aprofundada sobre a ação direta no anarquismo consultar a dissertação de Adonile A. Guimarães (2009) *Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política - persuasão e violência na modernidade*.

⁷⁸ Malatesta (2011, p.68) sintetiza essa ideia ao afirmar que “para transformar a sociedade é preciso transformar os homens, e para transformar os homens é preciso transformar a sociedade”.

à cultura. Sobre isso, Accioly e Silva (2011) assinala ser esse interesse diretamente ligado à concepção inaugurada pela *I Internacional* segundo a qual a emancipação dos trabalhadores deveria ser obra dos próprios trabalhadores. Portanto, temos nos combates e nas experimentações políticos-culturais empreendidas pelos anarquistas a tentativa de materializar os conteúdos da Ideia – os princípios, as convicções, a ética e a busca pela utopia. Educação, cultura e revolução estavam amalgamadas nesses projetos. Como fundamento dessas práticas encontrava-se os ideais de solidariedade, fraternidade e cooperação.

Como então ocorriam essas práticas? Alimentou-se entre os anarquistas o costume da leitura o qual se fazia presente nas suas casas e associações. Entre o conteúdo das leituras estavam assuntos dos mais variados e era possível acessar temas com conteúdo científico, sociológico, filosófico e literário⁷⁹. A partir dessas leituras ocorriam processos de socialização dos conteúdos. Sobre isso conta-nos Accioly e Silva:

Cada trabalhador socializava seus conhecimentos específicos e gerais em palestras para seus companheiros. Dessa forma, um tintureiro falava sobre química, um pintor dava noções gerais de desenho e cor, um jovem impressor ministrava curso de gramática e assim por diante. Obras em vários idiomas eram traduzidas oralmente nas reuniões, propiciando o acesso e a fruição de textos importantes, mesmo por aqueles que não dominavam outras línguas. (Accioly e Silva, 2011, p.91).

As conferências e cursos eram presentes nas vidas dos anarquistas. Nessas trocas estabeleciam-se vastas redes de conhecimento capazes de estimularem discussões entre seus participantes sobre as mais variadas áreas da ciência e da cultura. Além de lerem os grandes autores clássicos, escreviam suas próprias obras – muitas vezes de maneira a se apropriar e reescrever a seu modo os conteúdos presentes nos clássicos. As leituras coletivas eram realizadas em voz alta, declamadas em público e comentadas coletivamente.⁸⁰ Os ácratas escreveram

⁷⁹ No Brasil é possível encontrar alguns trabalhos que se propõem a estudar e a catalogar os materiais lidos pelos anarquistas como, por exemplo, a tese de doutorado de Angelo José da Silva intitulada *A Formação do Militante Anarquista – primeiros movimentos para uma leitura distinta* (2003) e a dissertação de mestrado de Lúcia Silva Parra intitulada *Leituras Libertárias – cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930* (2013).

⁸⁰ Sobre o processo da leitura dois importantes trabalhos comentam seu papel no meio operário: Dora Barrancos *As “leituras comentadas”: um dispositivo para a formação da consciência contestatária entre 1914– 1930; A trajetória do educador João Penteado leituras sobre educação, cultura e sociedade* por Luciana Eliza dos Santos (2009).

romances, poesias, tratados filosóficos e obras de divulgação e produção científicas. Tudo isso vinculado a uma vasta atividade editorial⁸¹. Ferrer (2005) nos lembra de como os anarquistas acreditavam no poder transformador da palavra pública e, por isso, não fugiam do confronto e da produção de ideias. Ávidos pelo conhecimento se mostravam atualizados nos debates mais contemporâneos de sua época e se sentiam preparados a oferecer sua contribuição.

Duas questões chamam a atenção sobre o papel dessas leituras libertárias em dimensões que estão além do caráter socializador dos conteúdos: a primeira apontada por Doris Accioly e Silva (2011) diz respeito de como o conhecimento era, em certa medida, dessacralizado – perdia o *status* de algo acessível somente aos sábios⁸²; a segunda apontada por Clara E. Lida (2012) fala sobre o papel exercido na criação de um imaginário simbólico, discursivo e visual⁸³.

Por consequência, essas ações anarquistas articulavam objetivos plurais: formar uma comunidade ideológica e estimular a participação dos leitores. Conforme Clara E. Lida (2012, p.78) aponta esses espaços culturais se convertiam em “espacios de sociabilidad virtual” capazes de fomentar o sentimento de pertencimento a uma comunidade de classe e a uma ideologia em comum. Mais que isso, as ações anarquistas iam no sentido de construir uma tentativa de rompimento com o monopólio da informação na elaboração de discursos de opinião pública alternativos. Assim, podiam construir seu próprio discurso em oposição ao dominante e desenvolver imaginativos instrumentos de comunicação e de cultura, elaborados por eles e para eles.

Nesse quadro de efervescência cultural podemos citar algumas das leituras realizadas internacionalmente por anarquistas: no campo da ciência autores como Charles Darwin, Élisée Reclus e Ernst Haeckel eram bastante privilegiados; no campo da cultura geral entre os autores prediletos estavam Tolstoi, Ibsen, Mirabeau, Zola, Balzac, Sue, Michelet, Ruskin, Flaubert, Diderot, Rousseau, Blasco Ibañez, Heine, Hugo, Tchekhov, Merimée, Nourdeau, Kropotkin, Mella e clássicos do anarquismo e do socialismo. A preferência era dada para aquelas obras cujo conteúdo de crítica social possibilitava a utilização de elementos rebeldes impulsionadores da sua luta.

⁸¹ Atividades que, como frisa Ferrer (2005), eram, muitas vezes, tocadas por apenas um único indivíduo.

⁸² Nas leituras públicas ou em grupo, obras em outros idiomas também eram traduzidas oralmente.

⁸³ Sobre a análise da iconografia anarquista recomendamos o livro organizado por Alberto Gawryszewski (2009): *Imagens Anarquistas – análises e debates*.

Luciana Eliza dos Santos (2009) - a partir da utilização da teoria de Pierre Bourdieu - comenta sobre a capacidade dos anarquistas em se apropriar do “arcabouço cultural hegemônico” (p. 58). Nesse processo, acabavam por ressignificar os valores morais, éticos e as visões de mundo presentes nas práticas culturais da burguesia. Conseguiram difundir, dessa forma, na classe trabalhadora certo “habitus cultural dominante” (*idem*)⁸⁴, mas reorganizado e propagado “sob a ótica dos dominados” (SANTOS, 2009, p.58). Essas apropriações se tornaram um dos principais métodos presentes na cultura de combate e serviam como meios e fins da transformação e libertação sociais.

Para conseguir realizar seu projeto cultural os anarquistas estimularam a criação e a participação em redes de solidariedade – organizadas, em muitos casos, internacionalmente. Essas redes eram capazes de articular, em torno de projetos protagonizados por anarquistas, sujeitos pertencentes a proeminentes setores da cultura e da ciência – positivistas, livre pensadores, maçons, anticlericalistas, higienistas, dentre outros - numa demonstração prática da visão interclassista dos libertários. Tratava-se de um trabalho de intensa comunicação com grupos articulados à luta social. São exemplos disso as revistas e os jornais libertários que contavam com a publicação de intelectuais simpatizantes das causas anarquistas, mesmo não sendo anarquistas declarados. Talvez o caso mais expressivo desse tipo de relação seja a experiência das Escolas Modernas e Racionalistas⁸⁵ que, por onde foram implantadas, receberam a colaboração moral e material de amplos setores progressistas da sociedade.

Sobre isso, Sergio Grez Toso (2011), ao discutir o anarquismo chileno, comenta que os libertários ansiavam por criar uma “zona de contestação social” (p.6). Ou seja, suas ideias não estariam circunscritas à sua militância e à sua área de influência direta – o operariado. Assim, tanto o campo libertário era enriquecido por

⁸⁴ Suriano (2011) fala sobre o tensionamento existente entre cultura popular e anarquismo. Em sua visão o anarquismo desejava formar uma cultura alternativa tanto das elites quanto da cultura popular, mas conforme discute, essa alternativa se baseava em grande medida em elementos da cultura erudita.

⁸⁵ As Escolas Modernas e Racionalistas foram escolas criadas a partir da experiência pedagógica desenvolvida pelo educador e livre pensador catalão Francesc Ferrer i Guàrdia no início do século XX, consolidando o que ficou conhecido como um movimento pedagógico de inspiração anarquista que tinha por princípios a criação de escolas racionais (baseadas no método científico), laicas e destinadas aos excluídos. Iniciativas de criação de escolas inspiradas na experiência catalã ocorreram em países como Espanha, Argentina, Brasil e Estados Unidos, sendo semelhantemente fechadas por perseguições políticas ou falta de recursos.

reflexões vindas de outros setores quanto seu pensamento poderia deslizar para outros espaços e influenciar a expansão de uma cultura crítica de traços anárquicos, fazendo sua voz audível e circulante em diferentes grupos da sociedade⁸⁶.

Contudo, essas redes de solidariedade não ficaram restritas à colaboração intelectual entre setores anarquistas e progressistas. Existiram aquelas criadas internamente pelos próprios anarquistas para a sustentação do movimento – com trocas de informações técnicas sobre imprensa, por exemplo - e para a proteção de seus militantes perseguidos, bem como para a organização de ações políticas radicais – muitas vezes realizadas por organizações clandestinas ou colocadas na clandestinidade a depender do contexto político local em que surgiam.

Ainda sobre a cultura de combate é possível discutir aspectos presentes no que Manuel Morales Muñoz (2011) aponta como sendo um processo secularizador em que se encontravam imersas as classes trabalhadoras. Nesse contexto, o autor fala da existência de uma “laicización del ocio” em que se faz presente a problematização, por parte de setores do operariado, sobre como o tempo fora do trabalho deveria ser ocupado com atividades que não fossem consideradas degradantes. As críticas elaboradas por esses setores eram direcionadas à Igreja e suas celebrações religiosas nos dias de descanso⁸⁷, mas também a atividades como a taverna, o jogo e a prostituição nas quais muitos trabalhadores se envolviam.

Tratava-se, como já dito, da construção de uma nova moral. Para que ela fosse difundida e apropriada, os anarquistas fizeram uso de símbolos, emblemas e lemas. Neles apareciam presentes a inspiração pelo progresso e a crítica ao obscurantismo – de caráter religioso, burguês ou até mesmo proletário (MUÑOZ, 2011).

Muñoz (*Idem*) aponta também para a busca do movimento operário de uma *ética do tempo livre* e das imensas lutas na busca pela consolidação do direito ao descanso. Desse modo, a valorização das horas livres e das atividades desenvolvidas fora da jornada de trabalho possibilita pensar a *dessacralização do tempo* como

⁸⁶ Mesmo entre os setores operários Toso (2011) chama a atenção para a existência de um “ecumenismo obrero” que, apesar das contradições e dos antagonismos vivos entre as diversas correntes ideológicas, em algumas ocasiões havia o primado de aspectos com fundo comum a todo movimento. Portanto, uma porta aberta de investigação poderia se dar em relação à capacidade que tiveram os anarquistas de influenciar e adentrar no imaginário político do movimento operário geral.

⁸⁷ Regina Celia Mazoni Jomini (1990) mostra, por exemplo, que as escolas libertárias em São Paulo costumavam não participar dos feriados do Estado e os da Igreja. Os anarquistas reconheciam apenas as datas celebradas pelos próprios trabalhadores. Nessa mesma lógica se mantinha uma preocupação com a prática de “manter vivas, na memória de seus membros, datas significativas da História dos oprimidos” (JOMINI, 1990, p.99).

componente de uma cultura operária da qual os anarquistas foram partícipes. Nesse sentido, podemos indagar o quanto a circulação dos temas culturais e científicos está relacionada a essa nova experiência social. Francesco Codello (2007, p.159) demonstra, por exemplo, que para Kropotkin o “reino da liberdade” seria aquele “no qual o tempo humano é o mais possível empenhado na atividade artística e na pesquisa científica”. Ou seja, havia um investimento por parte dos anarquistas na criação de uma nova significação em relação ao tempo livre que estivesse vinculada à criação da nova sociedade.

Ao sintetizar as ideias desenvolvidas nesse tópico consideramos importante ter a clareza de que as concepções e as manifestações culturais anarquistas deram ao movimento e a seus militantes um perfil próprio (Lida e Yanlevich, 2012). Tratava-se de uma cultura capaz de entrelaçar positivamente processos ideológicos, práticas políticas e organizativas plurais com ritos, costumes, símbolos e linguagens variadas. Junto disso, compunham discursos, imaginários e formas de sociabilidade alimentadas pelo vínculo estabelecido com a comunidade e com a classe.

Ferrer (2005) ao tentar utilizar uma imagem para descrever o que foram os anarquistas invoca a figura mitológica do Centauro: metade razão, metade fé⁸⁸. Nesse ser híbrido – o anarquista - capaz de articular utopia e razão, valorização das vontades e dos impulsos humanos com sua habilidade de análise e reflexão, aparece outra característica marcante do centauro que Ferrer deixou escapar: ser guerreiro.

Os anarquistas empreenderam batalhas culturais a partir da articulação entre as suas compreensões ético-políticas sobre a liberdade e as armas que seriam as consideradas mais adequadas para a superação do capitalismo e do Estado de modo a realizar a emancipação dos povos. Adentraremos agora na discussão de como os anarquistas entendiam a natureza humana em sua relação com a natureza e com a sociedade capitalista.

2.2. Sobre as Filosofias Anarquistas da Natureza

A riqueza do conteúdo ético-político presente nas práticas culturais anarquistas não é a única dimensão que nos chama a atenção ao estudarmos essa tradição

⁸⁸ Jaime Cubero - um dos mais importantes anarquistas brasileiros - compreende de modo semelhante ao afirmar que “A história do movimento anarquista é pontilhada de extremos de paixão e lucidez, de amor e de heroísmo” (CUBERO, 1998).

política. Os libertários foram também responsáveis pela produção de reflexões originais sobre a Natureza Humana – em constante debate com a filosofia moral de sua época – e sobre a própria Natureza – forjando o aparecimento e a circulação de uma *cultura da natureza* nos meios operários.

Sobre esse segundo ponto é possível citar os trabalhos de Eduard Masjuan Bracons (2002, 2006, 2008) como algumas das principais investigações acadêmicas que respaldam a defesa da ideia da existência de uma filosofia da natureza - de complexo sistema interno - no anarquismo.

Apesar de, segundo nossa compreensão, as pesquisas de Masjuan Bracons, oferecem o melhor conteúdo sistematizado sobre essa questão, elas replicam o erro apontado por Cleminson (2008) e Prietto (2012) de tentar apresentar o anarquismo como um sistema único e coerente em si mesmo. Nesse sentido, defendemos a existência de múltiplas *filosofias da natureza* no pensamento libertário – cada qual mais ou menos articulada às discussões realizadas pelas correntes já citadas.

Compreendido isso, retomamos à Masjuan Bracons (2006) quando, ao estudar o anarquismo ibérico e cubano, propõe que os libertários tenham sido os responsáveis por construir uma *cultura da natureza*⁸⁹ nos meios operários. Segundo o autor, a novidade trazida pelo anarquismo foi a elaboração da interpretação⁹⁰ da Natureza a partir de termos provenientes das ideias culturais, sociais e históricas e não somente uma interpretação limitada a descrição científica realizada exclusivamente através dos conceitos da biologia.

Esse procedimento ganha um relevante sentido político quando compreendido dentro de um quadro intelectual no qual alguns dogmas sociais como o lugar em que cada classe ocupa na sociedade ou a suposta diferença entre os povos passam a ser justificados a partir de interpretações biológicas⁹¹. Além disso, possibilitou aos

⁸⁹ Masjuan Brancons comete, ao nosso ver, um equívoco ao outorgar, de forma taxativa, os anarquistas enquanto “criadores” de uma cultura da natureza nos meios operários. Tal leitura tende a achar que não haveria por entre os operários outras leituras sociais sobre a natureza advindas de outras influências que não as anarquistas. O mais prudente seria dizer que os anarquistas contribuíram para a construção de uma cultura libertária da natureza, ou trouxeram argumentos libertários para a *cultura da natureza* forjada nos meios operários.

⁹⁰ Conforme explicado, consideraremos as práticas envolvendo a chamada *cultura da natureza* no sentido plural. Em respeito ao pensamento de Masjuan Brancons quando forem apresentadas suas reflexões utilizaremos os termos no singular, conforme o próprio autor.

⁹¹ A partir do século XVIII alguns naturalistas desenvolveram teorias que classificaram os seres humanos baseadas na ideia de “raças”. Lineu, por exemplo, separava os humanos em quatro: branca, parda, amarela e negra (FILHO, 2004). Já no século XIX, a palavra raça começou a ganhar novo sentido, passando a determinar a desigualdade biológica - indicativa da suposta superioridade cultural, social, econômica de certos grupos sobre outros. À classificação de Lineu são acrescidas outras

anarquistas a articulação de argumentos críticos a respeito da doutrina moral da Igreja – conforme discutiremos adiante.

Diante desse contexto, é fundamental assinalar – antes da reflexão moral - que os anarquistas conseguiram em suas análises demonstrar os vínculos existentes – e hoje reconhecidos - nas relações estabelecidas entre a população e os recursos naturais. A partir daí, encontrava-se aberta a possibilidade de discutir política e socialmente o esgotamento de recursos naturais tais como o carvão, o ferro, as terras férteis e a água pura, fato pouco visto até aquele momento. Nesse sentido, o leque de preocupações políticas é ampliado. Passa a ser prioritário para esses revolucionários considerar questões como a disponibilidade de energia e sua finitude e a conservação das matérias de subsistência para as gerações futuras e a relação desse cuidado com a sobrevivência da humanidade.

Entre os anarquistas fez-se presente aquela que, talvez, tenha sido a sua mais importante contribuição para uma compreensão radical e não hegemônica de Natureza: a ideia de que a dominação da Natureza está relacionada com a dominação dos homens pelos homens. Portanto, nessa lógica, era necessário pensar não somente uma sociedade livre entre as pessoas, mas também a modificação da própria relação da humanidade com o meio natural.

Tais concepções deixaram legados que permanecem vivos nos debates ecológicos atuais, ainda que sua origem libertária seja na maior parte das vezes esquecida ou deliberadamente apagada. Conforme se posiciona Masjuan Bracons (2008), é necessário recuperar as raízes históricas desse tipo de protoecologismo de crítica anticapitalista radical e de forte caráter popular e absorver sua capacidade política para a atualidade.

Para entendermos o processo de desenvolvimento da *cultura da natureza* entre os anarquistas é necessário atentarmos para dois importantes aspectos: a) a influência que os pensamentos de Kropotkin e de Reclus tiveram nos meios libertários quando esses dois militantes teorizaram sobre “la orquestación de las ciencias en una continuidad histórica de la totalidad de la Tierra y una coevolución sustentable con la naturaleza” (MASJUAN BRACONS, 2008, p. 100); b) as teorizações de Paul Robin

características fenotípicas: cor da pele, tipo de cabelo, forma do nariz e dos lábios, formato do crânio, como critérios exteriores indicativos da desigualdade e que fomentam teorias justificadoras de exclusão.

Nesse contexto, teorias baseadas em princípios ideológicos, somadas às novas Ciências: *frenologia*, *antropometria* e *eugenia*, ofereceram suporte para a naturalização dessas ideias. (SCHWARCZ, 1993).

conhecidas como neomalthusianismo⁹² que também contaram com ampla repercussão – com aceitação e negação – entre os anarquistas e incentivaram a formulação daquilo que Masjuan Bracons (2008) chama de “ecologia da população humana” (MASJUAN BRACONS, 2008).

O que principalmente Kropotkin e Reclus fizeram foi possibilitar uma inversão teórica em relação às compreensões científicas em voga no período: a partir de suas obras a Natureza deixava de ser tomada como um conjunto de processos amorais, tais como nas formulações presentes em Darwin, Huxley e Spencer. A partir desses dois geógrafos libertários a ideologia anarquista se desenvolvia fundamentada em uma ciência da moralidade em que a ética era formada primeiro na natureza e depois expandida para e na humanidade. A moralidade a ser buscada e tomada como exemplo era aquela que poderia ser vista no seio das relações naturais.

Masjuan Bracons (2008) mostra que os grupos influenciados por Reclus tentaram, a partir de seus estudos, elaborar discursos que tinham por objetivo recuperar os vínculos perdidos de amor pela natureza e tentar encontrar um equilíbrio entre esses vínculos e o progresso científico. Esse traço marcadamente romântico⁹³ ganha sentido se observado a partir de um contexto econômico e social em que as mudanças provocadas pelo industrialismo já causavam sérios impactos no meio ambiente com desmatamentos, poluição de rios, mudanças de paisagens e a vivência de condições miseráveis e insalubres de vida nas cidades, bem como fomentava o distanciamento da cidade e do campo.

As visões de Natureza desenvolvidas pelos anarquistas impulsionaram em seus círculos próximos o aumento do interesse pelos estudos e pelas investigações científicas que tomavam por objeto a humanidade em seus contextos ambientais. Para os libertários, conhecer a natureza era a chave para o conhecimento da sociedade. Desse modo, inúmeros trabalhos de pesquisa eram desenvolvidos na tentativa de compreender essas relações entre a sociedade e o ambiente. Verificou-

⁹²O Neomalthusianismo é uma teoria demográfica, social e populacional que considera o excesso de população das classes pobres como um problema fundamental para sua emancipação. Essa teoria nasce inspirada nos movimentos revolucionários e recorre em parte à teoria de Thomas Malthus. Entretanto, se diferencia do malthusianismo clássico ao considerar o problema da população x recursos a partir de uma perspectiva social e com implicações políticas. Paul Robin foi um de seus grandes divulgadores. Em sua militância se mostrou partidário da liberação da mulher e defendia a maternidade livre. Participou de um dos primeiros centros de planificação familiar, informando e distribuindo produtos contraceptivos em Paris. Em 1896 funda a *Liga de la Regeneración Humana*.

⁹³ Para uma melhor discussão sobre a presença do romantismo nos meios revolucionários consultar Michael Lowy (2012) *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*.

se, assim, a expansão dos estudos naturais e a forte presença de pensadores libertários nas sociedades científicas dedicadas à compreensão da Natureza. Além disso, esse interesse serviu como uma das bases de seu projeto de educação popular e permitiu o avanço do conhecimento e a elaboração de conceitos que descreviam a vida em sociedade (MASJUAN BRACONS, 2006).

Com o objetivo de cultivar esse olhar de amor pela natureza, os anarquistas insistiram na necessidade de se enriquecer a sensibilidade humana e de se educar o sensível⁹⁴ para aquilo, em sua concepção, naturalmente bom e belo. Assim, a pedagogia ácrata incentivou os passeios, as excursões e as aulas ao ar livre a fim de estimular esse contato respeitoso com o meio natural. O caráter científico de seu ensino buscava ancoragem nas ciências naturais e principalmente na geografia reclusiana. Havia a procura por uma geografia integral capaz de dar conta de todos os fenômenos da Terra e que concebesse as relações entre humanos e natureza a partir de uma nova dimensão: a geopolítica dentro da história ambiental (MASJUAN BRACONS, 2006; SILVA, 2010).

O esforço para dar concretude aos seus projetos políticos e culturais em relação às filosofias da natureza aparece novamente entre os anarquistas no trabalho de elaboração e publicação de seus próprios materiais didáticos a serem utilizados nas Escolas Racionalistas. Dessa forma, abria-se a possibilidade do uso público e pelas classes trabalhadoras dos conhecimentos que seriam ampliados para além dos círculos acadêmicos. Buscava-se assim a pregada unidade entre a ciência e o compromisso social⁹⁵.

Esse tipo de perspectiva produziu efeitos diversos. Conforme assinala Masjuan Bracons:

⁹⁴ Paul Robin (1989), ao discutir sobre a proposta idealizada de instrução integral, compreende que a educação racional e humanizadora deveria começar pela educação dos sentidos e de seus órgãos – chegando a descrever métodos e etapas que poderiam ser seguidos para tal empreendimento – e deveria caminhar em direção à formação científica, através da liberdade. A educação moral e a educação estética seriam dois pilares fundamentais da educação libertária, sem os quais não haveria uma sociedade livre. Em nossa compreensão, o tema da educação estética entre os anarquistas ainda se encontra praticamente inexplorado. Um dos aspectos a ser considerado talvez seja o de pensar em que medida a valoração positiva dada aos sentidos e sentimentos humanos pelos anarquistas se constituiu enquanto uma contraposição ao ideal de conhecimento centrado na “razão pura”.

⁹⁵ Rodrigo Rosa da Silva (2013, p.90) comenta que para “os anarquistas sempre houve uma natureza política na ação dos intelectuais e cientistas” interpretada, erroneamente, “por alguns estudiosos como uma visão utilitarista da ciência”.

La ideología anarquista iniciaba así, un cambio de paradigma por medio de imágenes de una naturaleza siempre en transformación y aportaba nuevos instrumentos de estudio, criterios de racionalidad, interés, de investigación y nuevas vinculaciones que ofrecían una explicación aceptable de las relaciones de los humanos con el medio ambiente (BRACONS, 2006, p. 109).

Chama a atenção, nesse caso, o fato dos anarquistas estimularem o aparecimento de visões holísticas da Terra no seio do operariado. Tratava-se de uma novidade surgida justamente no momento em que ocorriam intensos processos de luta em torno da educação proletária. Dessa forma, a conscientização em relação ao respeito pela natureza passava a ser algo presente na vivência política das camadas trabalhadoras. Isso é relevante por conta desse tipo de concepção auxiliar na consolidação de compreensões de mundo contrahegemônicas, fortalecendo discursos de oposição aos oficiais dos Estados Nações e seus conteúdos de caráter nacionalistas e separatistas.

As filosofias da natureza observadas no pensamento libertário não se destinaram apenas à reflexão exclusiva da natureza. Pelo contrário e conforme já assinalado, elas constituíram algumas das bases argumentativas sobre as quais os anarquistas compuseram seus repertórios de questionamentos sobre a sociedade capitalista e a moral que a sustenta. Além disso, permitiram que a crítica do caráter normalizador da ciência – sempre presente na tradição libertária - atingisse grande complexidade e instigaram seus círculos de influência a encararem os problemas ambientais enquanto problemas sociais.

Essa articulação teórica que caminha do estudo do meio natural em direção ao mundo social e suas relações, atravessada por uma ética da natureza - existente também entre os humanos - ocorre no esforço em elaborar concepções capazes de apreender nosso mundo em todas as dimensões⁹⁶. Nesse tipo de narrativa há o encontro entre o apontamento dos aspectos considerados “degenerados” produzidos pelo capitalismo e a valorização da humanidade em suas características tidas enquanto naturais. No lugar da natureza domada, busca-se uma natureza livre; no

⁹⁶ Essa ideia de compreender o mundo em totalidade ganha em alguns anarquistas até mesmo um sentido cósmico e metafísico. Embora críticos da religião, não foram poucos os libertários que tematizaram questões espirituais a partir de uma lógica anarquista. No Brasil temos, por exemplo, Maria Lacerda de Moura com seu *Religião do amor e da beleza* (1929) e José Oiticica com o livro de poesias *Fonte Perene* (1955), exemplificando esse entrelaçamento entre o pensamento anarquista e concepções cósmicas, energéticas e metafísicas de mundo.

lugar de um sistema de homens dominados, outro que os liberta e permite a realização de suas potencialidades.

Esse encontro é muito bem expresso, de acordo com Javier Paniagua (1999), na crença nas tendências naturais do auxílio mútuo e na inclinação humana para à solidariedade. Essa ideia passa a circular em grandes proporções nos círculos libertários a partir da obra de Kropotkin, *O Apoio Mútuo*, onde o autor defende que na natureza as espécies que sobrevivem são aquelas praticantes da ajuda recíproca entre seus membros. A humanidade, por pertencer à natureza, também apresentaria esses caracteres. Desse modo, a crítica moral ganha novos contornos: o desejo avarento, a cobiça, a renúncia dos cidadãos aos seus direitos seriam características vinculadas ao capitalismo e eram desejos criados apenas em sistemas deturpadores da natureza humana, baseados em hierarquias e em despotismos, não sendo, portanto, surgidos e legitimados por uma ordem natural (PANIAGUA, 1999).

Paniagua (1999) aponta ainda que a defesa da harmonia da natureza é, no caso de alguns anarquistas, o suporte para a ideia de bondade natural da humanidade em face da maldade antinatural⁹⁷. Mais do que apenas uma importante tendência humana, a solidariedade observada na natureza seria o motor para o desenvolvimento humano, sendo o ponto fundamental de garantia de sua sobrevivência enquanto espécie. Nesse sentido, a noção de solidariedade passa a ser uma categorial central em termos teóricos para a interpretação dos processos históricos.

Temos aqui uma utopia que, ao olhar para a natureza associa, ao mesmo tempo, a projeção de um passado “originário” de liberdade não mais existente e o lançamento da esperança em um futuro onde a Natureza e a Humanidade cumpririam seu destino histórico de pleno progresso e desenvolvimento. De acordo com Álvaro Girón Sierra (1996) em sua tese de doutorado sobre os anarquistas espanhóis, ideias como essas sobre a Natureza foram de grande importância dentro dos círculos libertários, pois permitiam a criação de um “contramundo utópico” (SIERRA, 1996, p. 12).

⁹⁷ Entretanto, não é consenso entre os anarquistas a ideia de que a natureza é harmônica. Paniagua cita Paul Robin como exemplo de uma diferente interpretação quando aponta que na natureza “también se producen enfrentamientos, catástrofes y dominio de unos animales sobre otros” (PANIAGUA, p. 126, 1999). Por outro lado, Maria Lacerda de Moura, entendia que a imperfeição da natureza “seu caos, sua brutalidade, sua voracidade e vontade de potência é como a imperfeição da natureza humana” (QUELUZ, 2013, p. 152).

Entre os anarquistas foi comum a incorporação de vocabulários e de conceitos advindos das teorias científicas consideradas mais avançadas naquele momento⁹⁸. Todavia, não se tratava de uma incorporação total e acrítica de seus conteúdos à medida que parte deles eram alterados pelos libertários com o objetivo de embuti-los no quadro teórico mais amplo oferecido pelo próprio anarquismo. Desse modo, suas filosofias da natureza, muitas vezes, encontraram nas teorias evolucionistas do momento seus fundamentos e justificativas “científicas”, tidas enquanto necessárias à defesa política e intelectual de sua visão de mundo.

Conforme demonstra Sierra (1996), a noção de evolução foi uma dessas ideias apropriadas e ressignificadas pelos anarquistas e que foram muito utilizadas em seus embates intelectuais e políticos. Vários libertários entendiam a evolução como o processo progressivo responsável pelo desenvolvimento do *homo sapiens*. Assim, a busca pelo que chamavam de “progresso” era a busca pela continuidade da própria evolução natural e humana, da qual os anarquistas eram representantes. Nessa narrativa, os inimigos⁹⁹ do verdadeiro progresso seriam o Estado, a Igreja e o Capital.

Embora o uso de concepções pertencentes originalmente a outros universos intelectuais nem sempre fosse algo bem visto por todas as correntes anarquistas, tratou-se de um expediente usado com frequência principalmente em relação à construção de algumas das filosofias da natureza. Ainda em diálogo com o evolucionismo e outras teorias, notava-se por parte dos pensadores ácratas a idealização de imagens antropomórficas da Natureza que a tomavam como uma grande “mãe” ou como possuidora de propósitos e vontades quase humanas. Faziam uso também, outras vezes, de imagens inspiradas em filosofias cósmicas ou transcendentais para descrição do mundo natural onde eram exaltados seu caráter criador e suas dimensões quase divinas. Tudo isso sempre de modo peculiar e amalgamado ao fazer ético-político libertário.

Outro elemento comum entre os anarquistas foi a defesa de suas ideias a partir de uma estratégia expositiva na qual eram apresentados pensamentos na forma de

⁹⁸ Isso pode ser interpretado em ao menos três sentidos não excludentes: a) a tentativa dos anarquistas em encontrar uma legitimação dentro do debate intelectual de sua época; b) a tentativa de politizar os espaços intelectuais; c) a tentativa de utilizar teorias científicas que questionassem os dogmas da Igreja.

⁹⁹ É interessante observar como os anarquistas colocavam em cheque e se contrapunham às narrativas da burguesia industrial que também clamava por progresso e acusava os socialistas de estimularem a corrupção social e atrasarem o progresso do país quando promoviam manifestações, greves e confrontos políticos.

pares em oposição. Nessa direção, a Natureza e as relações sociais eram pensadas a partir das diferenças e dos conflitos existentes entre o mundo “natural” e o mundo “artificial”. Aqui, a sociedade capitalista ocupava o lugar daquilo que era falso e a moral burguesa – seu sustentáculo ideológico – não passava de dissimulação; já a Natureza continha a verdade social e o anarquismo – em alguns casos extremos – expressava essa verdade natural.

A artificialidade denunciada pelos anarquistas na ordem capitalista foi explorada através do uso de marcantes imagens vindas do campo médico. Os libelos contra a sociedade “patológica”, “degenerada” e “doente” eram comuns e compunham o arsenal do vocabulário político libertário, bem como suas as concepções de Natureza e de Natureza Humana. Para o retorno da “saúde” e da “vitalidade” do “organismo vivo”, que era a experiência social e natural, era urgente a necessidade da revolução social – responsável por colocar novamente nos trilhos a história do progresso natural e humano (PANIAGUA, 1999).

Apesar da pluralidade de fontes intelectuais inspiradoras do modelo de evolução proposto pelos anarquistas, vale frisar que sua matriz era materialista. Tal fato se verifica na compreensão de que tudo contém uma base física e material. Esse princípio se associava ao entendimento da materialidade presente no Universo e sua característica de estar em constante processo de transformação. Dessa dinâmica, uma pergunta política é novamente captada pelos anarquistas: se até mesmo o Universo se transforma, por que não seriam também passíveis de modificações as instituições humanas? (SIERRA, 1996).

Das características observadas no Universo e na Natureza os anarquistas retiram a defesa do *movimento* como um traço a ser constantemente buscado pela humanidade. Se o progresso é natural e ocorre através do movimento, todas as instituições rígidas e defensoras daquilo que é permanente e estático devem ser criticadas por sua inércia e pelo fato de serem antinaturais¹⁰⁰.

Nesse sentido, como podemos ver, a relação com a Natureza é uma rica fonte de inspiração para a criação de concepções científicas e políticas no pensamento anarquista. Elas são elementos constituintes de toda perspectiva libertária. E por serem assim, também se encontram incorporadas às distintas concepções de

¹⁰⁰ O sentido de natural e antinatural, conforme assinala Cleminson (2008), só pode ser entendido a partir dessa lógica interna da argumentação anarquista.

Natureza Humana desenvolvidas por essa tradição. O anarquismo teve a qualidade de produzir instigantes ideias sobre quais seriam as características da essência humana, feito realizado em pleno diálogo e confronto com as filosofias morais de sua época¹⁰¹.

2.3. A Natureza Humana, suas Paixões e o Amor pela Humanidade

Pode-se dizer que entre os anarquistas predominava um profundo sentimento de amor pela humanidade. Malatesta, um de seus mais influentes pensadores, disse certa vez que “é por amor aos homens que somos revolucionários: não é nossa culpa se a história nos obriga a esta dolorosa necessidade” (MALATESTA, 2011, p.85).

O amor pela humanidade é ressaltado através de um olhar marcadamente positivo sobre a natureza humana, conforme já comentado. Essa perspectiva distingue os anarquistas do pensamento da Igreja Católica que propõe a existência de uma natureza “caída” da humanidade, essencialmente má e pecaminosa, capaz de ser regenerada apenas na eternidade. Ela coloca em campos opostos também os anarquistas e os discursos burgueses que, apoiados no darwinismo social, afirmavam a luta entre os indivíduos como o fator de progresso das sociedades¹⁰².

Em relação à propaganda moral burguesa, os anarquistas denunciavam a construção ideológica que responsabilizava pela degradação social a suposta natureza das classes populares que necessitavam de vigilância e moralização – através do trabalho. Em contraposição, os anarquistas – utilizando uma tática discursiva comum entre os libertários - invertiam a lógica desse tipo de discurso e responsabilizavam a burguesia e sua política de pão e circo pela degradação moral, denunciando que essas práticas tinham por objetivo neutralizar as lutas sociais (SÁNCHEZ COBOS, 2011).

A partir desses elementos, podemos afirmar que para os anarquistas o amor pela natureza está vinculado ao amor pela humanidade. Desse modo, a expressão dos aspectos sentimentais e emocionais deveriam ser estimulados entre seus

¹⁰¹ Mechthild Albert (1995) discorre sobre a forma como militantes de grande importância como Ricardo Mella realizaram debates de alto nível com as tradições da filosofia moral inglesa e francesa.

¹⁰² Sobre a discussão da relação entre natureza e natureza humana entre os anarquistas recomendamos a pesquisa realizada por Fernando Bomfim Mariana (2008) intitulada Educação e ecologia: práticas de autonomia social ou renovados discursos do poder do capital transnacional.

simpatizantes, tornando-se um fator impulsionador da luta pela liberdade. As paixões humanas chamariam o anarquista à uma atitude ética, movida pelo sentido de justiça e equidade, transformada em atitude política, de acordo com Jaime Cubero (1998), um dos mais importantes anarquistas brasileiros.

É Cubero (*Idem*) que nos ajuda a entender como se estabelece essa relação entre ética, afetos e política. Em uma palestra intitulada *Razão, Paixão e Anarquismo* ele comenta:

As vias de nosso conhecimento são a sensibilidade, a intelectualidade e a afetividade. Temos portanto uma intuição sensível, uma intuição intelectual e uma intuição páthica (do grego afeto, paixão). Há uma interatuação entre elas. Podemos racionalizar um sentimento de simpatia ou de antipatia, como podemos, através de uma dedução lógica, provocar a nossa santa fúria. [...] Há variáveis, na subordinação dos valores, que se refletem de pessoa para pessoa ou até na mesma pessoa conforme o momento, mas sempre, na maioria das circunstâncias que a vida oferece, um prevalece sobre os outros. Para o anarquista todos os valores se subordinam aos valores éticos, porque todos os atos humanos são passíveis de juízo ético (CUBERO, 1998)

A partir daí o anarquista conclui:

O que é ser anarquista? Ser anarquista é antes de tudo uma atitude ética. Ante a iniquidade, um ímpeto de justiça leva o anarquista a romper racional e afetivamente com o sistema vigente. Romper com a autoridade é afirmar a própria independência humana. Ser anarquista é procurar realizar no cotidiano a plenitude do ato humano, e o ato humano só o é quando livre, fundado na vontade, no conhecimento dos fins e no poder de realizá-lo. Contra toda a desmoralização do ato humano, a luta anarquista não tem limites. Ser anarquista não tem limite. Ser anarquista é lutar pela liberdade de todos, tendo a consciência de que a liberdade dos outros aumenta a minha própria e não a limita (*IDEM*).

Conforme lembram Muñoz (2011) e Cubero (1998), a temática das “paixões humanas” sempre animou os estudos anarquistas, principalmente espanhol. São exemplos disso obras como “*Las Pasiones Humanas*” de Teobaldo Nieva, “*Breves apuntes sobre las pasiones humanas*” de Ricardo Mella, “*Harmonia Pasional*” de Fernando Tarrida e “*La Revolución es la paz*” de Anselmo Lorenzo. Muñoz entende que há uma coincidência dessas obras por interpretarem as paixões como expressões da natureza e que a satisfação individual haveria de conduzir à harmonia social (MUÑOZ, 2011).

Cubero (1998) defendia que era inerente ao ser humano uma vontade de ter uma vida distinta da que se vive. Ele chamava tal desejo de “ímpeto utópico”. As utopias, em sua concepção, poderiam ser divididas em utopias de evasão e utopias

de superação. As utopias de superação deveriam ser valorizadas pelos anarquistas pois teriam um papel importante papel educativo – atuando como instrumento que possibilita a superação constante de si mesmo e na estimulação das capacidades criativas. Cubero ressaltava ainda que, longe de ser uma deficiência, o “ímpeto utópico” era um fator fundamental para a existência. Todo ser-humano deveria sonhar, desejar e crer nas possibilidades de mudanças para, assim, tornar em ato – produto da liberdade humana - o que parecia impossível.

Essa concepção de valorização dos chamados sentimentos naturais humanos e suas vias de conhecimento múltiplas era manifesta nas escolas racionalistas e nas propostas pedagógicas dos anarquistas - preocupadas em valorizar o aluno na relação de ensino e na busca pelo desenvolvimento de suas aptidões “naturais”. As escolas racionalistas desejavam também transmitir ideais de amor, de bondade e de justiça em todas as suas práticas, de modo a reabilitar na humanidade uma vida de harmonia e fraternidade – aspiração de um mundo onde todos pudessem viver livremente (JOMINI, 1990).

Segundo Francesco Codello (2007), as ações anarquistas em educação ancoradas na proposta de instrução integral¹⁰³ eram, de certo modo, herdeiras da tradição rousseauista¹⁰⁴. A essência humana poderia ter suas potencialidades desenvolvidas caso ocorressem processos de convivência comunitária e de convivência junto à natureza, experimentados a partir dos princípios éticos libertários. Conforme lembra-nos Sánchez Cobos (2011), através da utilização de métodos ativos de ensino – educação corporal, estudos de meio, saídas de campo – os anarquistas buscavam o desenvolvimento completo de cada pessoa. Com isso, alinhavam-se e dialogavam com outros ideais de formação humana e correntes de pensamento – como as naturistas e de educação sexual – preocupadas com o bem viver.

Como exemplo desses diálogos, podemos citar as leituras particulares que os libertários fizeram de pensadores como Nietzsche e Stirner. Os anarquistas, interessados pela reflexão sobre a necessidade de se destruir a moral baseada em princípios teológicos, argumentavam a partir dessas leituras sobre o florescimento da capacidade humana em expressar suas paixões de forma livre e desfrutar dos

¹⁰³ Projeto de ensino científico e teórico em unidade com o ensino industrial teorizado por Bakunin e colocado em prática por Paul Robin e Sébastien Faure em experiências educativas que tiveram grande impacto entre os anarquistas (MORIYÓN, 1989).

¹⁰⁴ Herdeiras, entretanto não iguais. Codello (2007) explora em que medida os anarquistas conseguiram elaborar uma crítica de Rousseau e se diferenciar de seu pensamento.

prazeres da vida. Os ecos das análises nietzschianas e stirnerianas são observados nas obras mais influentes dentre as correntes individualistas.

Os adeptos dessas perspectivas dialogaram também com o vitalismo¹⁰⁵ e com o voluntarismo e tiveram intensa participação na divulgação de novas concepções sobre a natureza humana e sobre a natureza através de escritos e de práticas que valorizavam outras formas de cuidado individual e coletivo entre as pessoas e para com a própria natureza.

Retomando sentimentos e noções como os de solidariedade, amor, revolta e vontade, observamos que entre os anarquistas eles são convertidos em práticas cotidianas com profundo impacto político. Para além das abstrações sentimentalistas, eles se tornam princípios e valores das ações libertárias. Esses valores são, por exemplo, articuladores de redes solidárias e de práticas políticas em vários níveis de organização que iam desde publicações de revistas até a ajuda de companheiros necessitados em razão de prisões ou dificuldades advindas do desemprego. Portanto, princípios éticos eram colocados em prática, transformando-se em e pautando ações políticas – fazendo com que para o anarquista fosse importante não somente os resultados pragmáticos de suas ações, mas também o modo de fazer.

Ao vincular afetos, sentimentos e políticas, os anarquistas de certo modo – e como em muitos outros temas – anteciparam, em ao menos um século, algumas das reflexões contemporâneas no campo da filosofia política.¹⁰⁶

Neste tópico, quisemos ainda assinalar outra contribuição que os anarquistas deram ao campo das reflexões sobre as paixões humanas que animava a filosofia moral e a ainda nascente psicologia, demonstrando mais uma vez o espírito científico e de vanguarda de seus adeptos. A contribuição anarquista ocorreu também no quadro da teoria do conhecimento, ampliando métodos investigativos e contribuindo com a criação de novas categorias no campo das ciências sociais, pedagógicas e das próprias ciências naturais, com modelos desprezados pelo positivismo racionalista que, inclusive, estava presente por entre os socialistas.

¹⁰⁵ Doutrina formulada por cientistas europeus, entre meados dos séculos XVIII e XIX, que defendia a ideia de que os fenômenos relativos aos seres vivos (evolução, reprodução e desenvolvimento) seriam controlados por um impulso vital de natureza imaterial, diferente das forças físicas ou interações físico-químicas conhecidas.

¹⁰⁶ Como exemplo ver Vladimir Safatle (2015) *Circuito dos Afetos: Corpos políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo*.

2.4. Batalhas no campo da Ciência e da Tecnologia – os enfrentamentos anarquistas

Dentre os diversos espaços sociais por onde os anarquistas circularam e os embates intelectuais nos quais apresentaram suas opiniões revolucionárias de forma ativa, destacam-se as batalhas ideológicas travadas em torno das práticas científicas e do desenvolvimento tecnológico, principalmente vinculado ao mundo do trabalho.

Conforme já discutido, os anarquistas tinham uma complexa relação com a ciência: ao mesmo tempo em que consolidavam uma tradição¹⁰⁷ de rigorosa crítica ao uso burguês da ciência para fins de dominação e legitimação das desigualdades sociais. Ela também servia politicamente como instrumento de contestação dos dogmas religiosos e das próprias ideologias burguesas que se pretendiam científicas – demonstrando seu caráter anticientífico. Essa segunda característica foi acentuada em estudos como os de Maza (1993) em que se apresenta uma interpretação das práticas anarquistas em torno da ciência como meramente instrumentais. Todavia, como já apontamos, esse tipo de leitura acaba por ser reducionista da relação entre o anarquismo e a ciência, impedindo que observemos suas peculiaridades.

Ao apresentarmos alguns apontamentos críticos em relação às concepções anarquistas de ciência e tecnologia cabe destacar as sofisticadas discussões trazidas desde a década de 1990 pelos chamados teóricos pós-anarquistas¹⁰⁸ como Lewis Call (2002) para os quais há perigosos “essencialismos” nas identidades, nos paradigmas discursivos e epistemológicos formadores da base da crítica libertária à autoridade, bem como na sua leitura científica do mundo.

Apesar de diferentes interpretações, parece ser consensual a centralidade que a ciência teve para o anarquismo, tanto quanto a crítica do capitalismo, o questionamento da autoridade e a defesa do fim do Estado como pontos fundamentais na busca da construção de outra ordem social. O “cientificismo” anarquista procurava uma alternativa à ordem vigente e aos dogmas religiosos.

¹⁰⁷ A crítica da ciência esteve presente tanto em correntes coletivistas quanto em correntes individualistas, mostrando sua presença e incorporação enquanto marca fundamental desse tipo de debate entre os anarquistas.

¹⁰⁸ Corrente que hibridiza reflexões anarquistas – criticando aqueles que seriam os aspectos “humanistas” do anarquismo dito “clássico” - com leituras trazidas do pensamento pós-estruturalistas. Discorreremos melhor sobre esse tipo de pensamento, o conteúdo de sua crítica e seus principais representantes no próximo capítulo.

Investir no caráter emancipatório da ciência é, para esses militantes, vislumbrar possibilidades de mudança social.

Esse tipo de compreensão se forja, de maneira sistematizada, nas discussões realizadas nos seios libertários ao menos desde Bakunin¹⁰⁹ quando refletia em seus textos sobre o caráter de classe da ciência sob o capitalismo. Segundo o pensador russo, a ciência compartilhava seus benefícios com uma parcela ínfima da sociedade. Além disso, Bakunin apontava para os vínculos existentes entre o Estado e a ciência numa época em que predominava um discurso no qual a ciência ainda era tida como “neutra” e desinteressada.

Seguindo pelo mesmo caminho, temos Malatesta (2011) que também discorreu sobre a existência de uma ciência oficial cuja posição era a de serviçal dos interesses dos dominadores, o que acabava por negar aquele que seria o verdadeiro papel da ciência. O anarquista italiano elaborou uma denúncia da vinculação da ciência com elementos como o patriotismo, os ódios raciais, as guerras, etc – valores contrários, segundo os anarquistas, aos interesses da classe trabalhadora.

Tratava-se de uma relação complexa de convivência entre uma perspectiva crítica da ciência e uma perspectiva utópica, depositária de grandes esperanças sobre seu papel de transformação. Sobre a dimensão da admiração anarquista pela ciência Alvarez Junco (1976), ao discutir o anarquismo espanhol, comenta que seus simpatizantes nomeavam o programa libertário como o “reinado da razão”. Numa influência iluminista, pensava-se no abandono da lógica mágica da religião à medida que a ciência avançava em seus conhecimentos sobre o universo. Esse seria, em alguma medida, o caminho natural do progresso da história humana. Dessa forma, a narrativa anarquista traz os contornos de uma ciência que encarna a razão advinda da própria natureza e que emana Harmonia e Justiça.

Os antigos anarquistas idealizavam que a racionalidade e a natureza libertariam a humanidade. Com isso, retornar-se-ia à posição de uma natureza não degradada, por meio de relações antiautoritárias. A *razão* seria o caminho a ser buscado em torno da *verdade* e os indivíduos racionais não necessitariam do Estado e de uma sociedade baseada nos comandos, sintomas da irracionalidade da atual organização social (LEWIS CALL, 2002).

¹⁰⁹ Para uma leitura aprofundada das reflexões sobre a ciência em Bakunin consultar Maurício Tragtenberg que defende a tese que de o anarquista russo foi criador de uma “sociologia da ciência” (2011).

Paniagua (1999) nos ajuda a pensar sobre a confiança quase que absoluta na razão, na ciência¹¹⁰ e no acesso cultural como elementos de libertação da humanidade que em alguns momentos foi predominante no pensamento libertário. Para alguns anarquistas, tudo poderia ser explicado e analisado pela ciência, sendo ela articulada enquanto o único conhecimento verdadeiro. Dessa forma, o resultado lógico é o de que a organização social deveria se basear em princípios científicos. Tal questão é importante pelo fato de que, ao incorporar esses princípios, alguns libertários são levados a certo “determinismo vulgar”, explicitado no seguinte raciocínio: a anarquia virá pelo fato de ser o único caminho natural da humanidade que, cientificamente, encontrará sua harmonia. Dessa forma, a anarquia seria inevitável, ela demonstraria sua superioridade conforme a sociedade vigente fosse demonstrando sua incapacidade de lidar com suas próprias mazelas sociais.

Para que se tenha uma melhor compreensão do quanto era visceral o significado político da ciência para os anarquistas, pode-se dar os exemplos das entregas dos próprios corpos para fins de pesquisa após a morte e o das práticas dos “rebatismos” nos quais os militantes trocavam seus nomes por outros - muitas vezes homenageando figuras relevantes da ciência. (FERRER, 2005). De acordo com Ferrer os nomes dados nos rebatismos aos filhos dos anarquistas tinham por característica assinalar a busca por um mundo melhor. Poderiam ser homenagens como: “Espártaco”, “Giordano Bruno”, “Darwin”, “Prometeo”; afirmações doutrinárias como “Libertário”, “Ideal”, “Progresso”, “Liberto”; homenagens aos representantes do movimento como “Miguel”, “Enrico”; referências ao mundo natural como “Amanhecer”, “Universo”, “Aurora”, “Sol libertário”; odes à vida e suas admiradas características como “Vida”, “Prazer” e etc.

A fim de que avancemos para além de exemplos lúdicos como esses - que podem ser encontrados em grande número - convém discutir algumas das características existentes no funcionamento dessa relação entre anarquismo e ciência sem as quais há o risco de pouco compreendermos a dinâmica desse processo social.

Conforme defende Álvaro Giron Sierra (1996), o anarquismo trabalha com antinomias e é capaz de ser original por ter um “cientificismo militante”. Ainda de

¹¹⁰ Este traço abre possibilidades de estudo mais aprofundado sobre o quanto o positivismo foi importante em diversos momentos para os autores anarquistas.

acordo com Sierra (2011) é imprescindível pensar o papel que o racionalismo liberal e o republicanismo mais radical tiveram em forjar o substrato ideológico comum à esquerda espanhola onde o anarquismo se difundiu largamente¹¹¹. Segundo Sierra, é possível falar de uma cultura política das esquerdas que se mesclam com a tradição republicana. Nesse quadro se encontram: livre pensamento, positivismo, evolucionismo progressista e anarcossindicalismo se influenciando mutuamente.

A argamassa capaz de juntar republicanos, anarquistas e, em alguma medida, socialistas nessa cultura política comum pode ser vista, mas não de forma exclusiva, no papel que teve o anticlericalismo e a influência do livre pensamento na esquerda espanhola desde as últimas décadas do XIX (SIERRA 2011). Esse encontro de várias correntes ideológicas estimulados pelo anticlericalismo e pelo livre pensamento pode ser visto em vários lugares em que os militantes anarquistas estiveram presentes. De certa forma, os libertários sempre tentaram estabelecer laços intelectuais¹¹² e de colaboração com representantes desses outros agrupamentos.

Paniagua (1999) assinala na Espanha o aparecimento de diversas publicações seguidoras dessas tendências e que traziam os mais variados temas desse universo comum entre 1888 e 1907. Assim, foram expandidas um conjunto de ideias cujo enquadre em um todo compacto é difícil de ser realizado. Essas ideias acabam por apresentar contornos que se diluem em influências diversificadas e, muitas vezes, contraditórias.

Dentre os anarquistas houve, por exemplo, a aceitação, num primeiro momento, dos princípios do darwinismo e do malthusianismo, o que representava a expressão do evolucionismo materialista que alguns anarquistas, dentre eles Ricardo Mella, defendiam frente às concepções religiosas de caráter providencialista. (Paniagua, 1999). Também foi comum a utilização de elementos advindos de um liberalismo ilustrado e tradicional, mas esquecido, em desuso, que compuseram bandeiras como a defesa da liberdade de pensamento, do racionalismo, do materialismo, do naturalismo, do idealismo hegeliano e da fé no progresso. Eram

¹¹¹ Barona (2002) defende que a ciência passa a ser o elemento de coesão entre grupos variados que desejam transformar a realidade espanhola. Um movimento modernizador que tem raízes liberais e republicanas, mas que também encontra ecos nos movimentos trabalhistas principalmente através dos anarcossindicalistas. Trata-se de uma tese bastante interessante para se pensar como grupos de tendências tão distintas e perspectivas diferentes puderam trabalhar juntos em projetos como os da Escola Moderna.

¹¹² No Brasil um representante dessa perspectiva de estabelecimento de laços entre anarquistas e outros grupos intelectuais foi João Penteadó.

presentes também elementos da tradição socialista, dos descobrimentos científicos, combinados de modo muito diverso, às vezes com posicionamentos de partidos contrários, englobando o que seria um otimismo histórico que às vezes deixava de lado as dissidências teóricas em nome da harmonia que seria vista no futuro que estava se aproximando. Desse modo, pode-se afirmar a existência no campo anarquista de uma espécie de “calidoscópio”. (Paniagua, 1999, p. 134).

Tendo clareza desse contexto em que se tratou da temática científica no qual os anarquistas estão inseridos temos condições de pensar o que lhes foi específico. Para Gilson Leandro Queluz (2013) pode-se dizer que os anarquistas foram capazes de interagir e se contrapor “sistematicamente a narrativas tecnológicas e científicas presentes em diversas instâncias” (p.133), elaborando “contranarrativas” e “narrativas da resistência”. Essas características estiveram presentes em campos que foram da economia à política, passando pela biologia, pela geografia, pela medicina, pela química e etc¹¹³.

Ainda segundo Queluz (2013), essas contranarrativas tinham por característica a capacidade dos anarquistas em decodificar e/ou recodificar as narrativas científicas e tecnológicas que eram alvos de sua crítica e que se impunham enquanto narrativas hegemônicas. Clara Lida (2012), em proximidade, discorre sobre a capacidade do discurso anarquista de se apropriar de formas antigas e funcionalizá-las. Assim, temos uma narrativa que substitui a perspectiva de desenvolvimento harmonioso tipicamente burguesa por outra que ressaltava o conflito e seus efeitos negativos.

Discutir as perspectivas de ciência e de tecnologia no anarquismo é pensar quais as implicações políticas e sociais existentes na utilização de certos conceitos científicos que aparecem em um espaço situado entre as preocupações das ciências naturais e de outras questões ampliadas. (QUELUZ, 2013).

O estudo da perspectiva anarquista deve, desse modo, levar em consideração as ambivalências, as ambiguidades e as contradições que foram constituídas e estavam presentes não somente nas suas elaborações teóricas sobre ciência e tecnologia, mas também na dinâmica de suas lutas e práticas sociais.

¹¹³Em uma tabela elaborada a partir de publicações periódicas consultadas no *Instituto Internacional de História Social de Amsterdam* (IISG) Barona (2002) encontra publicações com os seguintes conteúdos temáticos: alimentação e dietas; amor livre e reforma sexual; ciência em geral; controle de natalidade, eugenia e neomalthusianismo; enfermidades e saúde; evolucionismo; geologia e zoologia; liberação da mulher; natureza e naturismo; pedagogia e educação; química e tecnologia.

Nesse sentido, a fé na ciência e no seu papel emancipatório também foi relativizado em outros momentos. Queluz (2013) aponta como os homens da ciência eram criticados quando assumiam um papel político em seus discursos que biologizavam o problema social e econômico. Autoras como Maria Lacerda de Moura, por exemplo, realizavam a denúncia política de como se produzia uma biologia que funcionava a favor da sociedade capitalista, uma biologia desenvolvida para a adaptação ao ambiente social. Conforme Queluz discorre, Maria Lacerda “constatava, desta forma, a construção social do argumento biológico”.

Assim, apesar da crença na ciência, os anarquistas também compreendiam os processos de disputa presentes em torno das narrativas científicas – apropriados pelos capitalistas para a manutenção da sua ordem. Os capitalistas poderiam se apoderar do desenvolvimento científico e deturpar todo conhecimento nele trazido. Na crítica de Maria Lacerda de Moura há também a reflexão sobre como a própria ciência se esvazia de sentido quando canalizada para apenas alguns interesses exclusivos. É possível encontrar ainda a crítica do papel da ciência na indústria que explora a força de trabalho e que se coloca no desenvolvimento dos aparatos militares – aspecto que já havia sido assinalado por Malatesta.

Sobre o processo de construção do conhecimento por parte dos anarquistas Queluz (2013) discute a respeito do esforço envolvendo os anarquistas - principalmente vinculados as correntes individualistas - em construir abordagens de caráter transnacional no campo da sexualidade, criando comunidades de indivíduos livres capazes de se organizar para além das fronteiras políticas nacionais. É o caso da revista *Estudios*¹¹⁴ e de outras que contaram com a participação de intelectuais e pesquisadores de diversas áreas e campos do conhecimento¹¹⁵.

Os anarquistas chamavam aqueles que se encontravam em posição privilegiada na sociedade – as camadas compostas por intelectuais e profissionais liberais - a se aproximar dos explorados. No embate com a burguesia, os anarquistas percebiam que os industriais e os governantes se utilizavam de discursos técnicos e científicos para “despolitizar os problemas sociais, transformar desigualdades

¹¹⁴ Revista espanhola de orientação anarquista publicada entre 1922-1937 que contou com a colaboração não só de anarquistas, bem como de livre pensadores, anticlericais, médicos higienistas, republicanos e outros intelectuais.

¹¹⁵ Sánchez Cobos (2011) mostra que para dar maior força ao seu argumento os anarquistas reproduziam publicações e artigos de pensadores e de homens da ciência, buscando assim, um duplo processo: dar legitimidade e credibilidade frente aos trabalhadores que pretendiam moralizar; ter legitimidade no enfrentamento à própria burguesia, colocando-se no mesmo patamar de erudição.

econômicas e sociais em questões administrativas” (SILVA, 2013, p.90) e, desse modo, estabelecer um discurso de neutralidade científica no qual os conflitos sociais não se faziam objeto de estudo. Os anarquistas, ao realizarem o que Silva (2013) chama de “politização” da ciência ou de exigir que os cientistas e intelectuais se posicionassem, acabavam por manter sua crença na ciência, mas em uma ciência que se encontrasse no chão da realidade, ela enquanto uma prática política e um espaço de disputa privilegiado.

Uma questão fundamental e que permanece aberta enquanto campo de pesquisa para o estudioso das relações entre ciência e anarquismo está naquilo que Ferrer (2005) nos lembra ao comentar que a história do anarquismo é marcada pelas experiências migratórias. Durante anos, o internacionalismo anarquista espanhol, europeu e latino se manteve vivo através das constantes viagens e correspondências trocadas entre seus militantes e pela organização de congressos públicos e secretos. (LIDA, 2012). Lida faz importantes reflexões a respeito do papel que os tempos de clandestinidade tiveram para forjar uma rede de trocas de informações que acabou, por produzir, no anarquismo espanhol, sua marcante pluralidade – dimensão que pode ser extrapolada às práticas anarquistas ocorridas em outros países nos quais o anarquismo foi proibido. Lida chama a atenção para o fato de que justamente nos anos de clandestinidade ocorressem trocas significativas na cultura do anarquismo espanhol que pode experimentar o florescimento de novos debates ideológicos. Nesse sentido, é fundamental pensar o papel da repressão e a capacidade de resistência que produz uma imaginação renovada da doutrina e readaptada às novas circunstâncias sociais.

Outros pontos chamam a atenção em relação aos anarquistas e à ciência, mas especial destaque deve ser dado ao fato de que, muitas vezes, os libertários encarassem suas práticas sociais e políticas como verdadeiros experimentos científicos. Ao final de uma determinada ação apresentavam a postura de um pesquisador da época, elaborando anotações, tabelas, reflexões teóricas, no intuito de desenvolver seu campo de investigação ou chegar às conclusões racionais dos motivos que levaram determinada ação ao fracasso.

Desse panorama geral sobre a maneira distinta que os anarquistas se relacionavam com a ciência podemos dar continuidade ao trabalho explorando algumas já citadas temáticas caras ao movimento e que foram eleitas enquanto cruciais e estratégicas no debate público do chamado período clássico do

anarquismo: Trabalho e Tecnologia; Sexualidade e Saúde; Utopias urbanas e transformações territoriais.

2.4.1 Trabalho e Tecnologia

Um dos primeiros exemplos acerca da discussão anarquista em torno do tema do Trabalho e da Tecnologia – principalmente em relação ao mundo fabril - pode ser encontrado no caloroso debate realizado na Espanha nos finais do século XIX entre anarquistas coletivistas e anarco-comunistas o qual teve continuidade e semelhança em outros países que passavam por processos de modernização e contavam com representantes desses matizes. Tratou-se de um embate de perspectivas marcante para a explicitação das diferenças entre a concepção anarco-comunista e da coletivista - historicamente mais antiga. Entre os comunistas a influência de Kropotkin se fazia bastante presente. **Para eles a sociedade do futuro deveria ter por pressuposto a existência de abundância material – garantida pelo desenvolvimento científico e tecnológico - enquanto que para os coletivistas a questão central do socialismo estava situada em torno da capacidade física do operário em trabalhar e produzir com suas próprias mãos – fator diferenciador do burguês -, sendo esse o demarcador da divisão social justa.**

Outro elemento de destaque nesse mesmo contexto é apontado por Paniagua (1999) quando demonstra existir no anarquismo espanhol referências a certo *agrarismo difuso*. O autor ressalta não existir dúvidas de que o anarquismo espanhol tenha sido um produto das cidades, fruto do desequilíbrio causado pelo crescimento industrial e que, em seu esteio, gerou questões ligadas ao problema da terra, das condições de trabalho e da qualidade de vida nos bairros urbanos. Houve, todavia, uma espécie de mitificação da agricultura, em parte, em função da segurança e da liberdade de trabalho – experimentadas anteriormente pelos trabalhadores - que não havia nas indústrias e nas oficinas. Segundo o autor “estas manifestaciones pro-agricultura se entremezclan com um comportamento de desconfianza ante la mecanización y refuerzan aún más el anti-industrialismo” (Paniagua, 1999, p.130).

É possível, de acordo com Paniagua (1999), encontrar vários testemunhos criticando as novas condições de trabalho, ainda que não se possa falar de uma reação antimáquina por ser numericamente minoritário. **Por outro lado, é interessante verificar a forma como, em certos momentos, a moderna tecnologia era**

colocada como uma solucionadora final das condições de trabalho de extrema dureza: uma “catarse” que acabaria com todas as dificuldades do homem frente a natureza.

Já em um contexto geográfico e histórico distinto do Espanhol, Marina Kabat (2000) ao analisar publicações socialistas da Argentina entre 1926 e 1932, discute a forma como eles observavam os recentes processos de racionalização vividos pela indústria do país. Segundo Kabat, para os anarquistas estudados a partir das publicações presentes no jornal *La Protesta*, a técnica só tinha consequências negativas quando era empregada dentro de um contexto capitalista. Esses anarquistas não faziam, por exemplo, a defesa de um retorno a uma época sonhadora do trabalho artesanal, ao contrário, entendiam que somente o processo revolucionário poderia colocar os avanços técnicos conquistados à serviço de todos. Além do mais, a autora mostra a complexa interpretação que faziam dos processos de racionalização vinculando-os não somente à maquinaria, mas como um processo que ocorre em todo o sistema de trabalho, considerando a distribuição dos trabalhadores, a organização das fábricas, a mudança dos processos de trabalho, o controle dos movimentos dos trabalhadores e etc. A esse respeito, Kabat argumenta que esses anarquistas não tinham uma concepção reativa aos processos de racionalização em si, mas às formas como eles se consolidavam dentro da sociedade capitalista.

As opiniões anarquistas sobre as relações existentes entre desenvolvimento tecnológico e mundo do trabalho não estavam circunscritas apenas ao maquinário desta ou daquela fábrica específica. Ao contrário, podemos apontar a presença de anarquistas tematizando a respeito de questões como produção em larga escala, bem como sobre sistemas e modelos produtivos e as diferentes concepções de trabalho presentes na sociedade.

Sobre a produção centralizada na mão do Estado e sua relação com escolhas políticas autoritárias em um contexto revolucionário podemos citar as críticas de Kropotkin direcionadas à Lênin em algumas cartas e encontros ocorridos entre esses dois revolucionários (TRAGTENBERG, 1987). Ainda sobre o contexto soviético e as concepções de trabalho ali desenvolvidas, bem como o papel centralizador da produção pelo Estado, são ricas as reflexões desenvolvidas por Luigi Fabbri em 1922 com críticas direcionadas ao planejador bolchevique Nicolai Bukharin e seu suposto “materialismo científico”.

No contexto da Guerra Civil Espanhola desponta o clássico produzido por Diego Abad de Santillán (1980) *Organismo Económico de Revolución* que apresenta o plano econômico-produtivo e o sistema de planejamento autogestionário posto em prática durante os anos de revolução social.

Fora do contexto mais especificamente industrial o uso de novidades tecnológicas se fez presente como alternativa pedagógica e de lazer. João Penteado¹¹⁶, por exemplo, fez uso do cinema como instrumento voltado à educação os trabalhadores (RIGHI, 2011). Oreste Ristori, era outro anarquista entusiasta do cinema como instrumento político, utilizando dele e de outros artefatos tecnológicos como meio de atrair a atenção das pessoas para seus discursos (ROMANI, 2002).

Ademais, as discussões sobre a educação científica para formação de pesquisadores e a formação para o trabalho na sociedade capitalista e no futuro mundo anarquista levando em consideração os avanços tecnológicos foram explorados por pensadores como Kropotkin (1989) e o educador brasileiro Adelino de Pinho que trabalhou em Escolas Modernas e na educação profissionalizante (2012).

Todos esses exemplos servem para fortalecer a tese de que a discussão libertária também no campo econômico e industrial foi além do agrarismo e de um suposto antimaquinismo de verve anticientífica e antitecnológica, como por muito tempo se acreditou. Ao contrário, observamos nesses debates a participação anarquista opinando intelectualmente sobre o desenvolvimento industrial e produtivo com suas formas discursivas e a defesa de seus princípios na atuação política envolvendo essas dimensões.

2.4.2 Sexualidade e Saúde

Dora Barrancos (1990) nos informa que foi destacado o papel do anarquismo na exposição pública realizada sobre questões tidas, até então, enquanto pertencentes à vida particular, dentre elas a sexualidade. Conforme lembra Cleminson (2008), é fundamental entender que a produção dos discursos sobre a sexualidade a partir da perspectiva anarquista deve ser compreendida a partir dos

¹¹⁶ Daniel Righi (2011) comenta como João Penteado mediou a participação de professores nas sessões de cinema, pensando a valorização do elemento humano na relação com a tecnologia em um momento em que o professorado temia que a cinematografia educativa retirasse seu papel em sala de aula.

critérios já discutidos¹¹⁷, ou seja, contextualizada e observada como não homogênea, mas sim multifacetada e as vezes contraditória. Tendo isso em vista, pode-se dizer que o anarquismo foi criador de discursos sexuais inovadores e que foram acompanhados pelo estímulo a práticas sexuais que estivessem vínculo com esses discursos.

Para os anarquistas a sexualidade não deveria ser encarada em âmbito privado, mas como questão de ordem social. Desse modo, era comum ver entre os anarquistas a divulgação de propostas alternativas ao sistema moral vigente e aos códigos de comportamento sexual empunhados pela ideologia dominante.

Essas propostas auxiliam na ampliação de perspectivas teóricas sobre a sexualidade abrindo caminhos para o aparecimento de novos estudos e debates em torno da temática¹¹⁸. Além disso, possibilitaram que outros campos – não médicos - do saber, como o direito e a filosofia, fossem atravessados e estimulados por questões envolvendo a sexualidade (MUNÓZ, 2012).

Segundo Queluz (2013) os anarquistas travaram verdadeiros combates em torno da questão sexual. Um dos exemplos dessa luta se deu em torno do combate à necessidade da virgindade pregada naqueles dias. Queluz demonstra como os anarquistas valorizavam a instrução das mulheres e denunciavam a relação existente entre a exigência da virgindade e o papel que a elas era destinado na sociedade burguesa. Além disso, os anarquistas também se posicionaram a respeito da prostituição, demonstrando a existência de relações entre a sua manutenção e os problemas sociais que as incentivavam.

Em se tratando de sexualidade é fundamental destacar o papel que as correntes individualistas tiveram. Sua atuação extrapolou o universo anarquista, alçando muitos dos intelectuais libertários individualistas ao posto de protagonistas¹¹⁹

¹¹⁷ Nadia Ledesma Prietto (2012) apresenta uma importante diferenciação entre a abordagem de Cleminson e Bracons no estudo sobre a sexualidade no campo libertário, apontando para a abordagem de Cleminson como a mais adequada quando se distancia da apresentação de uma imagem homogênea, progressista e internalista do discurso anarquista – postura que corroboramos.

¹¹⁸ Laura Fernández Cordero (2015) em *Anarquismo, género y sexualidade em América del Sur* apresenta um interessante levantamento sobre os estudos daquilo que se denominou enquanto anarcofeminismo. Nesse levantamento é possível ter contato com as mais importantes obras produzidas por pesquisadoras sul-americanas a respeito das práticas de gênero e sexualidade conduzidas em nossa fatia do continente.

¹¹⁹ Mabel Bellucci, ao discorrer sobre as práticas anarquistas no que tange a sexualidade, afirma: “difícilmente se encuentra en otra corriente contestataria un léxico mas denostador de las formas vinculares y una crítica tan severa a la falsificación de los afectos como la que proviene del campo libertário” (BELLUCCI, 1990, p. 149).

no debate internacional da esquerda sobre sexualidade, reprodução e emancipação. A tradição anarquista francesa pode ser tomada como exemplo desse papel através de pensadores como Eugene Humbert e Émile Armand (Queluz, 2013). Segundo Xavier Diez (2007), Armand pode ser tomado como um modelo da atuação intelectual individualista ao fazer uma inovadora junção das tendências neomalthusianas – a partir de Paul Robin – com o movimento eugenista, o naturismo nudista e a filosofia de Stirner.

Outro importante elemento presente no debate sobre sexualidade e saúde foi a participação dos anarquistas na discussão sobre eugenia¹²⁰. Tradicionalmente, a ideia de eugenia pensada por Francis Galton foi compreendida como a ciência que estaria disposta a buscar o aperfeiçoamento da raça. A eugenia se consolidou nas primeiras décadas do século XX e, como cita Nadia Ledesma Prietto (2012), seus princípios foram aceitos por pensadores de diversas matrizes ideológicas e políticas. Esse é um fator fundamental para entender que em torno da eugenia se travavam disputas interpretativas a partir de diferentes posicionamentos políticos e ideológicos. Os anarquistas participaram desse processo, propondo leituras alternativas sobre essa ciência, aproximando-a do neomalthusianismo – que também passou por situação semelhante – e ativando uma nova ferramenta de luta conforme explicaremos adiante.

Prietto (2010) defende a tese de que a conjunção do anarquismo com o malthusianismo foi responsável pela elaboração de um discurso que pregou a liberdade das mulheres com qualidade distinta do que era visto até então por considerar sua capacidade volitiva em relação às decisões envolvendo seu próprio corpo e sua sexualidade. Esse discurso foi acompanhado de práticas com repercussão pública como a abertura de consultórios psicosssexuais em que médicos prestavam consultas e falavam abertamente sobre os assuntos de interesse daqueles que os procuravam. Além disso, os anarquistas estimularam o ensino e a divulgação de métodos contraceptivos¹²¹, mostrando a relevância que esses temas tiveram nos meios libertários e sua capacidade em criar métodos de ação.

¹²⁰ O debate sobre eugenia ainda está em aberto e desperta o interesse contemporâneo em pensadores do gabarito de J. Habermas por exemplo na obra *O Futuro da Natureza Humana* (2005) na qual discute acerca dos limites da perspectiva da eugenia liberal diante dos avanços das pesquisas em biociências e dos questionamentos éticos e políticos por elas trazidas.

¹²¹ Bellucci (1990) apresenta alguns desses métodos contraceptivos divulgados e praticados nos meios libertários dividindo-os em diferentes modalidades: mecânicos; químicos; cirúrgicos; radiográficos; sorológicos; fisiológicos.

O que os anarquistas buscavam era a transformação da moral sexual vigente – segundo a concepção na qual a sociedade vindoura era gestada a partir da atual - e a educação sexual foi uma de suas ferramentas básicas. Entretanto, vale lembrar que as ações em torno da construção dessa outra perspectiva da sexualidade causaram repercussões muitas vezes negativas e produziram perseguições políticas¹²².

Para melhor compreendermos as batalhas anarquistas em termos de produção de contranarrativas no campo da sexualidade podemos separá-las em diferentes frentes. Em primeiro lugar destacamos o uso de instrumentos discursivos compondo a crítica da moral burguesa que só permitia relações sexuais dentro do casamento, para fins de reprodução e que, de certa maneira, validava a prostituição para satisfazer as necessidades dos homens – segundo a interpretação libertária. Nesse contexto, surge a defesa anarquista do amor livre e da chamada maternidade consciente ou voluntária – que apesar de não conseguir se livrar de ideias maternalistas¹²³ conseguiu vincular a maternidade as ideias de liberdade individual (PRIETTO, 2010).

Vinculada à crítica da moral burguesa e a defesa da liberdade individual quanto ao casamento e a geração de filhos observa-se a bandeira da eugenia numa perspectiva libertária. Como o melhoramento da raça se daria a partir da organização do nascimento, a mulher passava a ter papel de destaque enquanto reprodutora da espécie. Para os anarquistas, a equidade entre os sexos só poderia ser alcançada quando as mulheres controlassem seus próprios corpos.

Novamente, a propaganda eugênica adotou um modelo maternalista de mulher-mãe que tem seu espaço de atuação circunscrito ao lar. Todavia, provocou um deslocamento quanto ao valor da mulher na sociedade, permitindo que se elaborassem defesas políticas em relação a sua saúde e suas condições de vida. Conforme Prietto comenta, o discurso eugênico e o neomalthusiano libertário

¹²² Ferrer (2012) lembra a perseguição sofrida por anarquistas que nos anos de 1930 distribuíam camisinhas entre os membros dos sindicatos e sofreram processos do Estado espanhol. Décadas antes, episódios parecidos ocorreram também na Espanha quando alguns militantes foram presos por distribuírem camisinhas pelo sistema postal.

¹²³ Bellucci (1990) assinala os limites do maternalismo anarquista. Em que pese o papel protagonista das vanguardas libertárias, elas não conseguiram se livrar do conteúdo simbólico do modelo de maternidade que se coloca como universal, acabado e ahistórico. Dessa forma acabaram por reproduzir o paradigma Mulher = Mãe como condição da natureza feminina.

contribuíram para “redefinir los deberes y derechos de las mujeres” (PRIETTO, 2010, p.77).

Queluz (2013), apoiado nas reflexões de Cleminson, discute que os anarquistas se apropriaram da narrativa da eugenia como instrumento crítico ao capitalismo e ao Estado. Tal fato possibilitava o fortalecimento das lutas ocorridas em torno da busca por melhores condições de vida para a classe trabalhadora¹²⁴. Isso é fundamental para desvincular a ideia majoritária de que a eugenia foi um fenômeno necessariamente racista, vinculado ao Estado e ao pensamento de direita unicamente.

Na mesma direção o neomalthusianismo, conforme já dito, é defendido entre os anarquistas, recebendo o nome de procriação consciente. Essa procriação deve ser entendida dentro de determinados parâmetros: alguns anarquistas, por exemplo, defendiam que por conta de sua ação revolucionária não seria justo fazer com que possíveis filhos sofressem com prisões e exílios, desse modo optavam por realizar métodos de esterilização. Por outro lado, o tema do controle da natalidade era alvo de polêmicas¹²⁵ por se tratar de um momento no qual as políticas autoritárias desejavam controlar a procriação dos chamados “degenerados”. Aqui, os anarquistas se posicionavam contra o Estado definindo padrões de normalidade ou intervindo sem autorização nos corpos dos indivíduos. Nesse sentido, a liberdade individual seria o balizador do controle da procriação numa autoconsciência produzida pelo amor livre.

Outro ponto determinante do neomalthusianismo se encontra presente nas reflexões do pensador francês Paul Robin que criou a “Liga da Regeneração Humana”. De acordo com a filosofia de Robin, ao evitar um número excessivo de filhos as famílias proletárias poderiam oferecer melhor atenção para os nascidos e, assim, teriam a chance de experimentar uma melhora de suas próprias condições físicas e materiais. Essa dimensão se unia ao apelo político dos anarquistas direcionado ao proletariado para restringir conscientemente a mão de obra disponível ao capital, o que acabaria por incrementar a força de trabalho, fazendo com que recebessem melhores salários. As consequências dessas ações conjuntas seriam

¹²⁴ Barona (2002) também chama a atenção para o papel que a eugenia tinha ao permitir que o operariado vislumbrasse a busca por melhores condições físicas. Isso deve ser compreendido num contexto no qual os trabalhadores conviviam com péssimas condições de vida e de saúde, se encontravam, na maior parte das vezes, em condições físicas debilitadas. A eugenia, nesse sentido, permitia afirmar a possibilidade de superação daquelas condições.

¹²⁵ Barona (2002) traz algumas das outras polêmicas envolvendo métodos de esterilização.

vistas no aperfeiçoamento físico dos trabalhadores e em seu avanço intelectual para a revolução (PRIETTO, 2010).

Barona (2002) chama atenção para um fato que passa despercebido entre parte dos estudiosos do neomalthusianismo libertário: o fortalecimento da criança enquanto um sujeito político. Conforme Barona discorre, a partir desse mútuo encontro entre neomalthusianismo e eugenismo, os anarquistas se colocam na luta pelos direitos das crianças ao defenderem melhores condições de nascimento, cuidado e de desenvolvimento.

No contexto da apropriação¹²⁶ da ideia de aperfeiçoamento¹²⁷ os anarquistas a entendem enquanto uma possibilidade real, mas se trata de uma tarefa que não depende apenas de uma articulação biológica. Ela depende de uma ação política¹²⁸: o capitalismo, como o principal fator disgênico, precisaria ser suplantado a fim de que a raça se aperfeiçoasse; era necessário destruir a sociedade responsável pela criação das mazelas sociais e biológicas. Assim, as práticas educativas anarquistas ressaltavam a importância de vincular a eugenia com a superação dos fatores disgênicos sociais, melhorando a vida do proletariado.

O entrecruzamento de ciências e os encontros experimentados entre o neomalthusianismo, a maternidade voluntária, a eugenia e o amor livre permitiram aos anarquistas a elaboração de teses próprias e inovadoras que foram rapidamente recebidas e difundidas em vários países (PRIETTO, 2012).

A partir delas se verificou um avanço em debates além da sexualidade. Os libertários passaram a se organizar em torno da defesa de uma medicina preventiva, que desenvolvesse saberes acerca da higiene, da alimentação e dos cuidados em saúde de maneira acoplada aos fatores sociais mais amplos.

¹²⁶ Cabe ressaltar que se tratava de uma apropriação crítica dos conceitos. Os anarquistas apontavam o caráter de classe tanto do discurso eugênico vigente quanto do discurso neomalthusiano, visto que, esses mesmos discursos eram pronunciados, muitas vezes, para defender a ordem social vigente. Nesse sentido, as lutas de classes se manifestam em torno das disputas sobre os discursos científicos.

¹²⁷ De acordo com Queluz (2013) o neomalthusianismo acabou por interagir com o discurso eugenista dentro de uma lógica na qual a eugenia, no sentido de “ciência da seleção artificial para a melhora da espécie humana” seria o aspecto qualitativo, complementar aos seus argumentos quantitativos. Barona entende que o resultado desse encontro foi a produção de uma “seleção sexual positiva” (BARONA, p.19, 2002).

¹²⁸ Em síntese: os anarquistas denunciaram os “limites sociais e de classe da visão eugenista hegemônica” e propuseram “a emancipação como uma utopia eugênica libertária do aperfeiçoamento humano”. (QUELUZ, 2013, p.152).

Sobre isso, Barona (2002) comenta como algumas publicações anarquistas traziam divulgações sobre os avanços conquistados em áreas da medicina como a cirurgia, a imunologia, a bacteriologia, a genética, a fisiologia, a gastroenterologia, a cardiologia, a dietética e etc. Além disso, contribuíram para a divulgação médico sanitária em meios operários das denominadas “enfermidades sociais”, auxiliando na formulação de demandas políticas mais específicas para os locais de trabalho e moradia e na denúncia da responsabilidade do Estado e do capital nos altos índices de mortalidade infantil.

Outro ponto que chamava a atenção era a participação de médicos anarquistas ou simpatizantes no desenvolvimento de uma literatura científica destinada a demonstrar e debater a dimensão social de enfermidades como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo (BARONA, 2002).

Ainda de acordo com Barona (2002), um traço especial da atuação anarquista no campo da saúde se deu na participação e envolvimento de médicos naturistas que defendiam o vegetarianismo e o uso de métodos terapêuticos alternativos no enfrentamento das enfermidades. O naturismo libertário forneceu base para um tipo de medicina naturista que tinha por ideal buscar a saúde em um modo de vida natural. Desse modo era estudado o papel da alimentação na produção de defesas orgânicas e práticas como as do nudismo e banhos de sol eram incentivadas visando seus benefícios.

Além das práticas alimentares, eram incentivadas a fitoterapia e hidroterapia que buscavam não somente uma perfeição físico-biológica, mas carregavam uma concepção de saúde ampliada, contendo elementos sociais e morais. Nesse sentido, havia a defesa de uma saúde que se apresentasse também enquanto um novo modelo de vida no qual a natureza era a grande inspiradora. Assim, a saúde perdida poderia ser retomada no contato constante com a natureza (BARONA, 2002).

Por fim, ainda envolvendo a luta por saúde, os anarquistas criticaram o aspecto mercantilista da medicina. Afirmavam ainda que a organização social capitalista se apresentava enquanto um obstáculo ao cumprimento da vocação da medicina. Mais que isso, a prática médica sob o capitalismo se convertia em uma verdadeira inimiga da saúde. Para superar essa constatação forjaram a defesa de uma medicina que visava superar a ideia de doença e se esforçava em destinar seu foco para as pessoas enfermas. Era a tentativa de elaborar uma verdadeira medicina social (Idem).

Considerando as questões trazidas nesse tópico podemos notar a relevância de se pensar sexualidade e saúde no anarquismo. Inclusive, segundo Prietto (2012), em países como a Argentina a participação libertária nessas discussões foi uma das estratégias de sobrevivência do pensamento anarquista após o retrocesso das lutas sindicais, sendo esse um espaço privilegiado para se pensar as práticas de liberdade e a defesa das transformações sociais.

2.4.3 Utopias urbanas e transformações territoriais.

Masjuan Bracons (2002, 2009) é um dos autores que tem enfatizado o papel protagonista¹²⁹ dos anarquistas no debate sobre o que hoje conceituamos como território. Segundo ele, a profícua troca intelectual existente entre Reclus e Patrick Geddes¹³⁰ inspirou, principalmente Geddes, a forjar a base de um tipo de pensamento que almejava a criação de modelos alternativos de planificação urbana, dando início as modernas discussões sobre o urbanismo sustentável.

Segundo Bracons (2009), esse tipo de perspectiva que considerava os processos de planejamento e modernização urbana, bem como a (re)organização social e estrutural das cidades a partir do processo de industrialização, torna-se comum entre os anarquistas. Nesse sentido, podemos falar da existência de um “urbanismo libertário” que tinha por principal característica pensar o território a partir da unidade orgânica entre a cidade e o campo – ou as regiões naturais.

Esse urbanismo libertário era compreendido enquanto uma ciência integral, de caráter político e que reunia estudos de diversas áreas – geografia, economia, antropologia, história. Uma de suas principais tarefas era o de regular e educar a população para a construção de novos planejamentos urbanos em contraposição aos experimentados até o momento, buscando encontrar um equilíbrio organizacional com as regiões naturais (*Idem*).

¹²⁹ Vale lembrar que esse protagonismo está inserido em um contexto de consolidação de uma tradição de estudos: a geografia libertária. Grandes intelectuais anarquistas – mais destacadamente Reclus e Kropotkin – fizeram contribuições teóricas e metodológicas para a Geografia moderna e, principalmente, para a chamada *geografia social* que são estudadas e consideradas válidas até hoje. Para uma discussão sobre a contribuição do pensamento anarquista na geografia consultar Federico Ferretti (2013) *Evolução e Revolução: os geógrafos anarquistas entre a ciência e a militância*.

¹³⁰ Patrick Geddes (1854–1932) pensador escocês conhecido por discussões nos campos da biologia, do planejamento urbano e da educação.

Através da utilização de suas concepções sobre a natureza e seus ideais políticos os anarquistas conseguiram elaborar uma perspectiva crítica e de oposição à consolidação dos projetos de urbanização burgueses experimentados nas grandes cidades industriais. Nisso a influência do pensamento de Reclus foi fundamental por permitir naquele momento que se teorizasse acerca da materialização da luta de classes no espaço urbano (SILVA, 2010).

Para se compreender a maneira como o pensamento libertário produziu uma reflexão própria sobre a cidade é necessário ter clareza de outro traço emprestado das concepções de natureza aqui já discutidas: a metáfora da cidade como organismo vivo. Essa é uma chave discursiva que permite a abertura e a estruturação tanto da crítica quanto das proposições alternativas dos anarquistas.

A fim de que se torne mais compreensível a maneira como essa metáfora se concretizava nas lutas libertárias trazemos o exemplo discutido por Ricardo Melgar Bao (2011) em seus estudos sobre o anarquismo no Peru. De acordo com Bao entre 1908 e 1920 a cidade de Lima se abria para uma agenda modernizante trazida por suas elites: vislumbrava-se seu futuro; experimentava-se uma modernização arquitetônica e de seus serviços municipais; notava-se a demolições de casas coloniais e a aberturas de vias para o transporte público. Tal processo de modernização também foi sentido de forma mais ou menos semelhante em outras grandes cidades da América do Sul.

Nesse cenário o mundo do trabalho se transformava e acompanhava a reorganização urbana, sendo os setores da classe trabalhadora os mais afetados pelos deslocamentos forçados e mudanças em seu modo de vida. Diante disso, os anarquistas peruanos passaram a tecer críticas ao modelo civilizatório burguês e a cidade que representava a tentativa de consolidação da utopia desta classe social.

Conforme aponta Bao (2011), a crítica anarquista da cidade era composta tanto por dimensões realistas quanto utópicas. Segundo ele, os anarquistas hibridizavam ideias positivistas e românticas com as libertárias de Reclus e Kropotkin. A principal estratégia narrativa ocorria através da apresentação de uma imagem dupla de Lima: a cidade como hospital – ou enferma - e como cemitério – na condição de cadáver. Dessa forma, podemos perceber que na denúncia da política urbana capitalista há uma conjunção entre imagens advindas do universo da medicina higienista e imagens trazidas do universo profético e escatológico.

Ainda ao se pensar sobre o urbanismo libertário Bao (idem) ressalta o papel que as utopias exerceram nos escritos dos anarquistas peruanos sobre as cidades, ampliando a presença simbólica desse debate no imaginário social. Além da leitura de utopias consagradas os anarquistas dedicaram-se a escrever suas próprias utopias nas quais exerciam criativamente sua capacidade de planejamento da cidade socialista imaginada. Nessas utopias eram comuns descrições de cidades com características estéticas atraentes e que possuíam características hedonistas – elas eram pensadas como se fossem vivas e possuíssem sensações próprias.

Outro fenômeno a ser evidenciado no anarquismo peruano diz respeito ao que Bao (2011, p.10) denominou como “peculiar amalgama” ocorrido entre as ideias anarquistas e indianistas¹³¹ - redigidas no periódico *El Sol de los Incas*. O resultado desses encontros¹³² foi a elaboração de um poderoso discurso indígena sobre autonomia cultural, política e territorial dos povos nativos que auxiliava o enfrentamento nos conflitos agrários no quais estavam envolvidos.

De acordo com Bao (2011) e Leibner (2015) o contato com as ideias anarquistas e o processo de copenetração de ideias auxiliou na ressignificação das lutas indígenas, possibilitando uma renovação da defesa de seus históricos projetos de socialização e comunalização das terras, bem como a elaboração de uma nova narrativa sobre seu direito à terra e uma tradição de pertencimento àqueles espaços.

O projeto comunitarista¹³³ visto no Perú daquele período sofreu repressão sendo vários de seus preceptores fuzilados. Posteriormente, as correntes anarcocomunistas reintegraram o legado deixado pela primeira geração em um novo modelo que advogava a educação racionalista e a federalização das comunidades indígenas.

Segundo Bao (2011) entre os anarquistas peruanos foi muito forte a influência dos levantes revolucionários da Rússia e do México. Este sendo alvo de releituras realizadas a partir dos anos de 1900 que apontavam para a presença de tradições comunistas e indígenas pautadas na propriedade coletiva que teriam semelhanças

¹³¹ A partir de 1909, alguns círculos progressistas organizam um seminário sobre a Educação do Indígena ecoando um produtivo encontro entre o pensamento ferrerista e as concepções educativas indígenas (BAO, 2011).

¹³² Sobre como se deu o processo de trânsito intelectual entre anarquistas e indígenas consultar o trabalho de Gerardo Leibner (2015) *La Protesta e la andinización del anarquismo en el Perú*.

¹³³ Bao (2011) aponta que a veia comunalista e indianista estava presente já na obra de Ricardo Flores Magón que, por sua vez, se adianta às reflexões doutrinárias presentes na obra de Voltairine de Cleyre, em um contexto urbano, símbolo da defesa anarquista dos processos de expropriação da propriedade privada.

no México e no Peru. Essa releitura comunalista e andinista da Revolução Mexicana se popularizou e fincou raízes no imaginário social dos libertários do Peru. Nela se verificam exemplos de uma conjugação entre mito, revolução, utopia e pensamento nativista. A denúncia indígena se ancora no argumento de que as antigas tradições e costumes haviam sido mortas pelos burgueses e, portanto, deveriam renascer.

Considerando alguns dos pontos apresentados sobre o chamado urbanismo libertário - mas longe de encerrá-lo – visualizamos sua amplitude. Ou seja, a reflexão anarquista conseguiu abarcar a crítica dos projetos de modernização burguesa, passando pela criação de utopias e pelo enriquecimento do imaginário político com a produção de metáforas sobre as cidades e chegou a auxiliar na ressignificação da discussão sobre o direito ao território por parte dos povos indígenas.

Todavia, apesar dessas considerações, entendemos que permanece aberto ainda um espaço para pesquisas que discorram sobre como essas utopias alimentaram práticas sociais envolvendo o planejamento das cidades a partir de parâmetros libertários.

Capítulo 3. MUITO ALÉM DE UM CURTO VERÃO¹³⁴

Após a experiência da Guerra Civil Espanhola¹³⁵ (1936-1939) a anarquia havia sido declarada morta. Colin Ward (2013), no prefácio da obra *Anarquia em Ação* de 1973, comenta a respeito desse veredito selado por historiadores de diversas correntes teóricas, incluindo, até mesmo, alguns simpatizantes das ideias libertárias. Entretanto, uma inflexão ocorreria: no final da década de 1960, bandeiras anarquistas retornavam ao cenário público e foram hasteadas em Paris, Bruxelas, Roma, Nova York, Cidade do México e tantas outras que vivenciavam as movimentações estudantis daqueles agitados anos¹³⁶.

Naquele contexto de efervescente movimentação social, fizeram-se cotidianas as conversas sobre a necessidade de construção de outro modelo político no qual as pessoas pudessem decidir seu destino e construir o futuro a partir de suas próprias escolhas. Assim, vieram à tona debates a respeito de práticas políticas e sociais descentralizadas, do controle da indústria por parte do operariado, das relações de poder existentes nas instituições educativas e da importância no envolvimento comunitário em torno da busca pela ampliação dos serviços sociais – principalmente de saúde pública. O vulcão aparentemente adormecido dava sinais de vitalidade: as ações anarquistas, reconhecidas por sua verve contestatória, (re)apareciam enquanto viáveis modelos alternativos de organização humana para um grupo considerável de pessoas (WARD, 2013; GUÉRIN, 2008).

Essa narrativa que ascende do quase óbito - ou da perda de relevância social - em direção ao (re)nascimento mítico e heroico e que remete à imagem da Fênix, ou utiliza simbolicamente da figura do vulcão - anteriormente adormecido mas que retoma sua atividade – foi, em alguma medida, incorporada por alguns comentaristas¹³⁷ do anarquismo contemporâneos às movimentações da década de

¹³⁴ Em referência à obra *O curto verão da anarquia* de Hans Magnus Enzensberger.

¹³⁵ A chamada Guerra Civil Espanhola foi um conflito bélico deflagrado após um fracassado golpe de estado de um setor do exército contra o governo da Segunda República Espanhola. Contou com intensa participação de setores revolucionários, tendo os anarquistas uma participação massiva seja no combate às tropas contrarrevolucionárias seja liderando os processos de coletivização de fábricas e do campo. A guerra terminou com a vitória dos militares e com a instauração de um regime de caráter fascista, liderado pelo general Francisco Franco. Para muitos, essa teria sido a última aparição pública relevante dos anarquistas.

¹³⁶ Para maiores informações sobre a presença das ideias anarquistas nos movimentos daquela época consultar a obra de Luís Antonio Groppo (2006) *Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil* e o texto do militante anarquista francês Maurice Joyeux (2008) *Mai de 68: sob as dobras da bandeira negra*.

¹³⁷ São exemplos o próprio Ward, Daniel Guérin e, com maior intensidade, George Woodcock.

1960. Ao utilizar esse expediente, acabaram por incorrer em problemas teóricos questionados recentemente em estudos sobre a história do anarquismo como os de Felipe Correa (2013) e de Michael Schmidt Michael e Lucien van der Walt (2009).

Dessa crítica contemporânea à historiografia anarquista podemos destacar dois pontos fundamentais: a) a perspectiva do anarquismo que renasce após seu quase desaparecimento assim é elaborada por concentrar sua visão apenas nos países centrais da Europa e nos países sul-americanos que contavam com a presença maciça de imigrantes anarquistas europeus envolvidos com as organizações operárias nos países nos quais desembarcaram. Desse modo, acabam por desconsiderar importantes práticas, ações políticas e organizações anarquistas desenvolvidas fora desse eixo entre as décadas de 1940 e 1970¹³⁸ b) trata-se de uma concepção do anarquismo muitas vezes essencialista e ahistórica¹³⁹, desprezando a dinâmica material das lutas sociais em seus fluxos e contra fluxos, e que transforma o anarquismo em sinônimo de qualquer luta por liberdade.

Apesar do aspecto frágil e conflituoso em torno das leituras sobre os anarquistas, nos importa assinalar, neste momento, um dado único: eles permaneceram! E, junto deles, reapareciam as histórias de contestações, de provocações, de perseguições, de reinvenções de existência e dos abalos sísmicos provocados nas formas nas formas hegemônicas de teorizar a realidade oferecidas por duas racionalidades consolidadas a partir da Segunda Guerra Mundial: a racionalidade estatista do marxismo e a racionalidade liberal, posteriormente travestida de neoliberalismo (PASSETTI, 2003).

Diante dessa constatação, iremos em direção ao objetivo traçado no início do trabalho: apresentar concepções e narrativas sobre ciência e tecnologia elaboradas e utilizadas pelos anarquistas atuantes nas décadas posteriores à experiência espanhola e ao período “clássico” do anarquismo.

Adotaremos uma postura de ênfase nas práticas consideradas “novidades” dentro do cenário libertário quando tomadas em relação ao universo descrito no

¹³⁸ Para saber mais a respeito da presença dos anarquistas fora desses centros consultar as duas obras citadas.

¹³⁹ Um exemplo didático desse procedimento são os livros sobre a história do anarquismo – amplamente lidos no Brasil - escritos por George Woodcock (2002) onde ele localiza as origens do pensamento libertário nas mais remotas tradições filosóficas da antiguidade. Nesse tipo de ideia – que dialoga com tradições argumentativas anteriores presentes, por exemplo, em Kropotkin, Max Nettlau e Peter Marshall - o anarquismo seria uma espécie de representação da tendência e potência da natureza para à liberdade. Sobre isso consultar Corrêa (2013).

primeiro capítulo - seja em relação ao tema em torno das quais se vinculam, seja em relação à forma como se apresentam. Todavia, cabe aqui uma ressalva: o sentido por nós utilizado de novidade não denotará necessariamente um rompimento com as práticas e as concepções consolidadas do anarquismo. Consideramos que, de algum modo, muitas tradições foram incorporadas e ainda sobreviveram no debate anarquista atual. Justamente para enfatizar o caráter dinâmico do anarquismo, consideraremos sua relação com as transformações sociais ocorridas a partir da década de 1940 as quais forçaram os anarquistas à renovação de suas utopias, ainda que mantivessem vivos seus princípios de pensamento em ciência e tecnologia.

Outra nota a ser assinalada: a retomada do anarquismo também abriu o cenário acadêmico para debates sobre a importância política do pensamento libertário nos novos movimentos sociais. Muitos questionam em que medida esse anarquismo contemporâneo dialoga com as práticas de dois séculos atrás. Esse debate movimenta autores de diversos países na última década. Apesar de considerarmos essas discussões de extrema relevância, assinalamos que não apresentaremos tomadas de posição em relação a qual opinião consideramos mais correta, por compreendermos que nos afastaríamos do objetivo geral dessa pesquisa.

Dito isso, assinalamos para a estrutura do capítulo com a seguinte ordem: a) a primeira parte será dedicada ao levantamento histórico das práticas políticas anarquistas realizadas após o acontecimento da Guerra Civil Espanhola. Ela será dividida em dois subitens que abarcarão os períodos entre 1940 a 1990 e as décadas posteriores a 1990; b) Em um segundo momento, apresentaremos algumas das teorizações sociológicas contemporâneas em torno dos possíveis significados sociais e políticos da retomada do anarquismo.

3.1 A anarquia retorna aos tribunais. Ou: a nossa pátria continua sendo o mundo inteiro, nossa lei sempre será a liberdade!¹⁴⁰

Ainda que não tenham desaparecido, as práticas anarquistas sofreram reflexos e transformações após a derrota de suas fileiras na Espanha. Outros fatores podem ser somados como fundamentais para esse ocorrido: a) as repressões e perseguições

¹⁴⁰ Em referência a obra do anarquista italiano Pietro Gori (1865 - 1911) *A anarquia perante os tribunais* e à famosa frase de uma de suas canções “Nossa Pátria é o mundo inteiro, nossa lei é a liberdade”.

padecidas pelos anarquistas como, por exemplo, a criação de leis que proibiam a existência de suas organizações – fenômeno observado em diversos países com a presença libertária; b) as derrotas militares sofridas nos processos revolucionários – incluindo o soviético em que foram massacrados pelos bolcheviques; c) a ascensão de fenômenos como o bolchevismo, o nacionalismo e o fascismo (CORRÊA 2012).

Mesmo diante de um quadro de retração numérica em relação à sua militância, é possível destacar a presença de anarquistas no combate ao fascismo na Europa, com destaque para os conflitos armados ocorridos na Bulgária entre 1941 e 1944. Ainda em território europeu, podemos citar a intensa participação libertária na resistência à ocupação Nazista, com participação de anarquistas em diversas frentes republicanas. Na América Latina, apesar da ascensão de governos de caráter nacionalista e com posturas políticas autoritárias, muitos sindicatos, centros culturais e organizações libertárias ainda continuaram existindo e outros foram criados. Na Ásia, as ações anarquistas foram influentes principalmente na Coreia e nos episódios de enfrentamento ao avanço do imperialismo japonês. O continente africano também contou com a presença anarquista nas lutas instauradas por movimentos de libertação nacional como na Argélia, Marrocos e Tunísia¹⁴¹ (*Idem*).

As atuações libertárias que demonstravam certo arrefecimento, sofreram ainda mais com os impactos decorrentes da Segunda Guerra Mundial e com as modificações ocorridas no plano geopolítico mundial após seu desfecho. A divisão do mundo entre capitalistas e comunistas – simbolizada radicalmente pela Guerra Fria – afetou anarquistas que tentavam construir modelos políticos não identificados com nenhuma das duas opções oferecidas hegemonicamente naquele momento¹⁴².

É dentro deste novo cenário geopolítico que devemos localizar o surgimento das práticas contemporâneas anarquistas e as narrativas estudadas em torno dos temas científicos e tecnológicos. Conforme discute Edivaldo Vieira da Silva (2006), desde a Segunda Guerra a ciência e a tecnologia foram colocadas em outro patamar

¹⁴¹ Obras contemporâneas da historiografia do anarquismo como Côrrea e Van der Walt empreendem o esforço em ampliar a leitura para além do continente europeu e sul americano, demonstrando uma presença mais global do trânsito das ideias e práticas libertárias.

¹⁴² Corrêa (2012) comenta que se tratou de um contexto marcado pelo *boom* capitalista pós-Segunda Guerra, por ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos no território Latino Americano, bem como pelo avanço do maoísmo na China e de outras ditaduras ligadas ao bloco comunista – como, por exemplo, na revolução Cubana em que libertários participaram ativamente do processo e depois foram perseguidos. Diante disso e mesmo reduzidos numericamente, guerrilhas e grupos de resistência anarquistas surgiram em resposta aos governos tanto de direita quanto de esquerda até o final dos anos de 1980.

e passaram a ter grande importância para os Estados à medida que ganharam proeminência nas correlações de força política e militar dentro da nova configuração global. Esse novo papel desempenhado por esses campos pode ser melhor visualizado nas corridas espaciais e armamentistas incentivadas e desenvolvidas pelos dois blocos em disputa.

O período situado entre a terceira década do século XX até por volta dos anos de 1970, de acordo com Charles Thorpe e Ian Welsh (2008), estimulou o desenvolvimento de reflexões anarquistas sobre ciência e tecnologia. Essas reflexões apresentavam, enquanto horizonte de referência, um cenário social no qual as pesquisas científicas e tecnológicas eram, majoritariamente, objetos de interesse e de patrocínio do Estado. Na época se vê a composição de uma tradição de pensamento anarquista que incorporou dimensões ideológicas clássicas a respeito da importância do acesso popular à ciência e que investiu nas possíveis potencialidades libertadoras da técnica. Mesmo algumas narrativas de caráter crítico¹⁴³ - porém pessimistas - sobre a ciência e a tecnologia que adotavam uma tonalidade distanciada da noção de técnica libertadora, trabalharam em torno de modelos teóricos forjados a partir da oposição ao gigantesco sistema técnico-científico-estatal e ao complexo industrial-militar.

Ao final da década de 1960¹⁴⁴, em diversos países, ocorrem protestos e atos de revolta marcados, principalmente, pela presença pública e politicamente organizada de novos grupos e movimentos sociais: jovens universitários que questionam o modelo educativo e o estilo de vida capitalista burocrático; hippies e suas manifestações artísticas e musicais unidos aos movimentos de protesto contrários à Guerra do Vietnã; movimento negro articulado em torno da busca por direitos civis; artistas e produtores culturais envolvidos na produção contracultural e ligados à geração *Beat*. Em vários desses levantes foi possível observar confrontações ao modelo de organização econômico-social, científico e tecnológico da União Soviética. Essa oposição se tornou ainda mais forte quando em 1968 a URSS invadiu a Tchecoslováquia (GROPPO, 2006).

¹⁴³ Fazemos referência aqui as reflexões realizadas por Jacques Ellul (1968) nas quais ciência, tecnologia, Estado e capital aparecem amalgamados na construção de uma "Sociedade Tecnológica".

¹⁴⁴ É importante ressaltar que vários desses grupos já estavam articulados desde ao menos a década de 1950 (GROPPO, 2006).

Conforme dissemos, nesse momento ocorreu certa (re)popularização das concepções e de textos, bem como de práticas anarquistas. Sobre isso, João Henrique de Castro Oliveira (2011) entende se tratar de retorno que deve ser compreendido em um contexto no qual as críticas à Guerra Fria iniciadas pelas gerações intelectuais dos anos de 1950 e as críticas ao modelo político preconizado pelo marxismo-leninismo - responsável pela monopolização da direção ideológica dos movimentos políticos de esquerda – acabam por se encontrar, estimulando o surgimento de novas leituras sociais que permitissem a construção de linhas de fuga desse cenário aparentemente fechado.

A retomada do pensamento libertário aconteceu por diversos motivos: o Maio de 1968, por exemplo, experimentou na valorização da *ação direta* e na busca por *democracia direta* o “encontro do movimento estudantil com os temas caros ao sindicalismo revolucionário” (GROPPO, 2006, p.20). Mais do que um compartilhamento de ideias, ocorreram ações conjuntas entre setores destes dois mundos – estudantil e operário - aparentemente tão distantes. Ao dividirem a ocupação de ruas e de barricadas ao lado dos trabalhadores, os estudantes acessaram antigas tradições políticas ausentes no debate acadêmico considerado sofisticado e científico entre os pensadores da esquerda universitária. Algumas das tradições marginais do socialismo permaneciam vivas entre os trabalhadores que compunham a base das manifestações e eram defendidas à revelia das direções partidárias e sindicais alinhadas à perspectiva ideológica e aos comandos dados pela linha ideológica adotada pelos Partidos Comunistas.

Ao mesmo tempo, esse avizinhamento às perspectivas periféricas e uma espécie de (re)encantamento¹⁴⁵ com as ideias libertárias, serviu de combustível para a articulação das teses de oposição às organizações político-partidárias da classe trabalhadora que se encontravam presas à uma lógica hierarquizada e Estatal e com desvinculação entre a vontade de suas direções e os trabalhadores. A esse respeito Maurício Tragtenberg (2004, p.140) comenta como foi positiva a crítica trazida por estudantes e outros movimentos sociais em relação à “maquinaria opressiva da

¹⁴⁵ Ainda há espaço para se pensar o significado desse reencantamento. Gostaríamos de pensar de que maneira o anarquismo é rejuvenescido, se renova e o próprio movimento social é enriquecido com o reencontro com o anarquismo. Tais questões são discutidas pelo teórico anarquista Tomas Ibañez (2014) em *Anarquismo es Movimiento*

burocracia constituída em vanguarda” nos quais haviam se tornado os partidos e os sindicatos de esquerda.

Após as agitações ocorridas naqueles anos ganharam visibilidade reivindicações anteriormente esquecidas pela esquerda tradicional por se desvincularem do universo do chão de fábrica - que, de certa maneira, ditava as principais pautas de luta social. Segundo Groppo (2006), a palavra que mais apareceu nas novas lutas foi “liberação”, presente entre feministas, pacifistas, ambientalistas, ativistas negros, ativistas gays e demais coletivos.

Esses movimentos traziam novas urgências ao cenário político em termos de direitos a serem conquistados ou de questionamentos das relações sociais vigentes. Realizados a partir de outros olhares¹⁴⁶ – mulheres, negros, gays, imigrantes -, denunciaram as diversas relações de opressão existentes, não somente a do capital sobre o trabalho. Apresentaram também, como característica da prática militante, a defesa de modos diferentes de organização em relação às estruturas “duras” e verticais das organizações operárias e de esquerda.

Os movimentos “autonomistas” ou “identitários”, como ficaram conhecidos, fizeram uso sistemático da temática da *autogestão*¹⁴⁷ tão cara aos anarquistas. Assim, há um trânsito imenso de lutas que alimentam e se realimentam, em um atravessamento saído da fábrica em direção aos outros grupos. O anarquismo, de certa maneira, acaba por potencializar e enriquecer o imaginário dessas lutas, pois trabalhou, como vimos no primeiro capítulo, com temáticas sobre a educação, sobre as mulheres, a cultura, a ciência e com debates envolvendo aspectos das relações hierárquicas e de poder (IBÁÑEZ, 2014).

Esses entrecruzamentos ocorridos entre o pensamento anarquista e as novas práticas sociais ganham ainda novos contornos nas duas décadas seguintes. Entre os anos de 1970 e 1980 o discurso de crítica ao regime soviético ganha força entre diversos setores progressistas. Essa crítica se deu muito em razão da diminuição do ritmo da economia e da queda na taxa de seu crescimento econômico que acabou por produzir consequências negativas nos indicadores sociais básicos, colaborando para a ampliação da desconfiança ao socialismo vinda desde os meados da década de 1950 com a divulgação dos crimes de Stálin. As críticas à Nomenklatura permitem

¹⁴⁶ Silva (2006) e o aparecimento dos chamados movimentos de minorias que articularam suas lutas pelas próximas décadas do século XX – movimento negro, ecológico, feminista, sexuais.

¹⁴⁷ Para essa discussão verificar Aquino (2014).

a retomada da concepção crítica de Estado posto que foram trazidas problematizações a respeito do favorecimento pessoal através de cargos e postos de trabalho na burocracia, o enriquecimento ilícito, a perda dos ideais revolucionários, a alta burocratização do sistema político e da esfera produtiva etc.

Nesse contexto, o debate sobre a esfera produtiva se destacou e a crítica do desenvolvimento das forças produtivas defendida pelo Partido Comunista é realizada dentro de setores marxistas (NOVAES, 2011). Já entre os anarquistas, as concepções entre trabalho e máquina presentes no anarquismo histórico e típicas do sindicalismo operário também foram questionadas por grupos desejosos em pensar a crítica da sociedade para além do mundo do trabalho.

Esse tipo de contestação nos meios libertários é visto em ações práticas como, por exemplo, as advindas dos movimentos anarco-punk questionador da estrutura e dos valores da sociedade do trabalho e sua organização urbana – o ataque por movimento de *okupa*¹⁴⁸ à especulação imobiliária que afetava os mais pobres, imigrantes e trabalhadores. Segundo Thomás Ibáñez (2014), o movimento de *okupa* foi simbólico por aproximar o pensamento libertário do movimento contracultural anarco-punk, fortalecido a partir dos anos de 1980. Nesse caldo de movimentos e práticas Ibáñez verificou aquilo que definiu como *mestiçagem*. Esse anarquista espanhol observou-se uma série de lutas “contra diversas formas de dominação” que exerceram um papel de revitalizador do “atual imaginário anarquista” (IBÁÑEZ, 2014, p. 29). Essas novas lutas encontram suas “raízes em tradições libertárias de longa data, mas realocadas sob novos códigos”.

Ainda nessas décadas, dois movimentos se aproximaram do anarquismo: o *antimilitarismo* expresso no movimento antinuclear e as práticas vinculadas ao ativismo pacifista do movimento ecológico radical (OLIVEIRA, 2011). Foi um momento no qual periódicos de esquerda, dentre eles libertários, presentes por exemplo na imprensa alternativa brasileira trouxeram a congregação de elementos de diferentes gerações libertárias para se pensar os enfrentamentos das situações nas quais estavam vivendo. Tradicionalmente, os anarquistas produziram muito material em torno de temas ecológicos e antimilitares.

¹⁴⁸ É um termo anarquista, derivado da palavra *ocupação* sendo que seu equivalente na língua inglesa é *squat*. O termo faz referência especificamente ao ato de ocupar um espaço ou construção, abandonada ou desabitada, sem permissão de seus proprietários legais, não para transformá-lo numa propriedade privada, a ser alugada ou vendida, mas com o objetivo de criar uma esfera de sociabilidade e vivência libertária.

No contexto da ditadura civil-militar brasileira algumas agremiações libertárias se organizaram de forma marginal e ilegal, produzindo materiais de reflexão e circulação das ideias libertárias. Após o golpe de 1964, anarquistas cariocas precisaram se livrar de materiais que poderiam ser considerados subversivos, - inclusive muitas atas dos agrupamentos políticos do período – retirando parte do acervo do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO). No lugar da edição do jornal *O Libertário* os anarquistas fundaram um período chamado *Dealbar*. Com o AI-5 DE 1968 o CEPJO foi invadido, alguns militantes anarquistas acabaram presos. Após o período militar, com a abertura política, muitos libertários congregaram suas ideias no jornal *Utopia* (1988-92). Nele estavam presentes importantes figuras do pensamento ácrata nacional, como Ideal Peres e sua esposa Ester Redes, além de antigos militantes envolvidos no episódio de repressão ao CEPJO. Nesse jornal muitos textos foram traduzidos como, por exemplo, os de Murray Bookchin, promovendo suas ideias pela primeira vez entre ecologistas radicais. Os poucos anarquistas brasileiros agora se encontravam disseminados não mais em um movimento sindical, mas espalhando as ideias libertárias dentro dos chamados novos movimentos sociais. Nesses espaços, resgatam textos clássicos e apresentam novas reflexões a partir de autores libertários contemporâneos de outros países (OLIVEIRA 2011; OLIVEIRA 2014; ROCHA, 2016).

Entre 1967 e 1968 circularam jornais de menor expressão como *O Protesto* de estudantes de Porto Alegre e o *Autogestão* em 1968 por estudantes do interior do Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2014). Outro material importante daquele momento foi a publicação do jornal *Inimigo do Rei*. Esse periódico se caracterizava pela diferenciação em relação à grande imprensa no que diz respeito ao trato crítico para com a ditadura militar. Conforme Kucinski:

Os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica ao modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. (KUCINSKI, 2003, p. 9/10).

Após alguns anos sem publicação o *Inimigo do Rei* é retomado em 1977 por estudantes baianos. De acordo com Oliveira (2014), esse jornal trouxe uma mistura de militância com o bom humor, influência da contracultura. Foi um importante veículo

de rearticulação de anarquistas no Brasil. O *Inimigo do Rei* impressionou por sua organização autogestionária e por trazer pautas ligadas ao movimento negro, movimento gay e movimento feminista, além de um amplo debate sobre questões de sexualidade. Outra publicação baiana anarquista publicada durante a ditadura foi a revista *Barbárie* (1979-82). Esse jornal, parecido com o *Inimigo*, publicava materiais variados sobre “história do anarquismo, autogestão, movimento operário, minorias sociais (indígenas, homossexuais, negros, mulheres...), pedagogia libertária, entre outros” (OLIVEIRA, 2014, p.13).

Um figura fundamental para o anarquismo brasileiro foi Maurício Tragtenberg, intelectual de rara envergadura, escreveu em jornais dirigidos à grande massa de trabalhadores. Especial destaque pode ser dado às publicações no *Notícias Populares*, no qual tinha uma coluna intitulada "No Batente". Tragtenberg atuou de diversas frentes, fez traduções de textos inéditos, resgatou textos clássicos, apresentou uma imensa bibliografia para o público brasileiro e alinou essas ações num pensamento próprio e heterodoxo. Para o pensamento anarquista, Maurício contribuiu inserindo temas e o estilo libertário no debate acadêmico, problematizando, por exemplo, a universidade como lugar de produção de conhecimento voltado à manutenção de uma sociedade de classes. Discutiu questões econômicas, administrativas, políticas, ecológicas e outras vinculadas ao ensino e à pesquisa. Em seu entorno, uma geração de pesquisadores interessados pela tradição anarquista foi formada.

Outra figura fundamental da década de 1980 foi Roberto Freire, psiquiatra e militante anarquista criador da somaterapia - uma terapia corporal de bases libertárias que utiliza a capoeira da angola como instrumento de trabalho. Freire estimulou reflexões e leituras sobre a produção de conhecimento em áreas de saúde, educação, natureza e questões ecológicas. Também foi uma figura capaz de aglutinar anarquistas ao seu redor. Sua prática como escritor e intelectual recolocou em pauta reflexões sobre o amor livre, a sexualidade e o corpo entre os libertários. Para além da discussão política presente nos teóricos clássicos do anarquismo, introduziu a discussão da antipsiquiatria dentro da tradição contrária as práticas de encarceramento (SILVA, 2015).

Ainda enfatizamos Jaime Cubero, um dos mais importantes membros do Centro de Cultura Social (CCS-SP). Cubero foi responsável pela aproximação dos antigos militantes anarquistas com muitos jovens do nascente movimento punk

paulista. Além disso, foi um incansável divulgador do anarquismo, requisitado para participar de congressos, bancas e palestras. O próprio Jaime conta que nos anos 90 a difusão do anarquismo foi grande e ele foi convidado a fazer fala em diversas Universidades, para auditórios lotados. Desse modo, ajudou na complicada tarefa de inserção do debate libertário dentro do espaço acadêmico, além de ter contribuído com memórias e abertura de acervo para muitas dissertações ocorridas entre os anos de 1980 e 1990 (SANTOS, 2015).

3.2. As cúpulas quebradas pelos molotovs em chamas! Outros 90

A década de 1990 contou com transformações históricas fundamentais para a compreensão das práticas anarquistas contemporâneas. A queda do Muro de Berlim no ano de 1989 marcou em definitivo colapso do modelo soviético e estimulou o aparecimento de teses que versavam sobre o “fim da história”¹⁴⁹: concretizando uma suposta vitória total do capitalismo e a generalização de sua versão neoliberal pelo mundo.

Nesse cenário, foi possível verificar a reorganização do movimento anarquista em países que compunham o antigo bloco soviético ocorrida em conjunto com a vinda a público de grupos clandestinos dos tempos de “cortina de ferro” (CORRÊA, 2012). A abertura e reorganização de grupos anarquistas ocorreram similarmente na América Latina após o fim dos regimes militares, acompanhados de ondas de democratização no continente.

Entre meados dos anos de 1990 e início dos anos 2000 os anarquistas participaram com relevância na articulação da *Ação Global dos Povos*¹⁵⁰ (1998) levantando suas bandeiras negras em contraposição às políticas de modelo neoliberal espalhada a partir de modelos como os governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher. As articulações geradas nesse cenário produziram desdobramentos políticos, culminando em protestos massivos em diversos países contra organizações como a *Organização Mundial do Comércio* (OMC), o *Banco Mundial*, o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e contra determinados acordos internacionais como o *Tratado Norte-Americano de Livre Comércio* (NAFTA) e a *Área de Livre Comércio das*

¹⁴⁹ Tese que ficou conhecida na obra de Francis Fukuyama.

¹⁵⁰ AGP – movimento social de características radicais marcado por movimentações populares e a utilização da ação direta, anticapitalista e que busca justiça social e ambiental.

Américas (ALCA). Esse conjunto de protestos podem, de certa forma, ser sintetizados nas movimentações ocorridas nos Estados Unidos conhecidas como “movimento antiglobalização”.

A expansão planetária das comunicações e da capacidade dos monitoramentos policiais permitidos pelo desenvolvimento de novas tecnologias de informação, principalmente a Internet, foram confrontadas com a tática *Black Bloc*¹⁵¹ Táticas já experimentadas anteriormente, mas que foram alçadas a novos patamares, sendo copiadas, difundidas, reinventadas. A vantagem dessa nova forma de ação estava no fato dela garantir certo anonimato e defesa ou escudo nos confrontos de rua. No cenário de crises financeiras mundiais, chama atenção – alguns anos depois - as atuações da *Conspiração das Células de Fogo*, organização de anarquistas gregas com importante papel durante a crise de 2008.¹⁵²

Dentre as diversas ações anarquistas aquela ocorrida durante os dias do encontro da OMC¹⁵³ em Seattle se tornou símbolo de toda uma geração de jovens militantes. Os anarquistas tiveram significativa participação política naquele momento – demonstrada pela denominação posterior “dias de ação direta”. O alvo principal dos protestos eram as organizações mundiais que tinham por objetivo desregulamentar a circulação e a produção de mercadorias em nome do livre comércio (AUGUSTO, 2013). No Brasil esse movimento teve eco no ano 2000, com destaque para a manifestação ocorrida em frente ao prédio da BOVESPA no mês de setembro. Como assinala Acácio Augusto

Desde então, sazonalmente, palavras como *Reclaim The Streets*, AGP (Ação Global dos Povos), anticapitalismo, antiglobalização e anarquismo passaram

¹⁵¹ Nome dada para uma tática de ação direta desenvolvida por anarquistas, por meio de grupos de afinidade, na qual se reúnem pessoas mascaradas e vestidas de preto com o objetivo de realizar protestos e manifestações de rua. Esta tática surgiu na Alemanha durante a década de 1980 e foi usada por autonomistas e anarquistas que defendiam ocupações contra ações da política e ataques organizados por grupos de neonazistas. Posteriormente, durante a década de 1990, ficou internacionalmente conhecida em razão da sua utilização nas manifestações de Seattle. O termo vem do inglês *black* (preto) e *block* (bloco sólido).

¹⁵² Desde 2008 a Grécia entrou numa grave crise econômica. A crise de suas finanças foi ampliada após a crise da dívida pública da zona do euro que cresceu por conta da crise mundial de 2008. A situação grega foi agravada quando descobriu-se que o governo vinha ocultando diversos dados macroeconômicos que maquiavam os valores da dívida nacional. Em 2010 o governo do país solicita um gigantesco empréstimo à União Européia e se comprometeu a tomar uma série de medidas de austeridade, impactando a vida de milhares de trabalhadores.

¹⁵³ Em 1999 ocorreu a tentativa de organizar na cidade de Seattle, nos EUA, a 3ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio. Nesta reunião de líderes das mais importantes economias do mundo estava na pauta a criação de uma nova era para o livre comércio em escala mundial.

a ser comuns nos noticiários da grande mídia e de uma ainda incipiente mídia alternativa, expressa em um novo sítio de notícias chamado Centro de Mídia Independente (CMI), com filiais ao redor do planeta (AUGUSTO, 2013)

O novo vocabulário das ações políticas daqueles dias contou ainda com a retomada de palavras como: horizontalidade, contra representação, ação direta, antipartidarismo e apartidarismo, libertário, anarquista, autogestão e etc. Expressões vinculadas às práticas e à história dos anarquismos (AUGUSTO, 2013). Outras três palavras chave acabam sendo associadas ao pensamento anarquista, “alternativa”, “autonomismo”, “novos movimentos”.

A partir da virada do milênio a Ação Global dos Povos (AGP) marca uma convergência temática de luta em busca de maior participação política em nível internacional. A partir dessa organização uma série de mobilizações de rua passam a ser convocadas. O principal objetivo naquele momento era o de chamar atenção da grande mídia, apresentando as questões consideradas relevantes. A estratégia adotada era de uma espetacularização das ações, protestos marcadamente festivos e carnavalizantes. As demandas iniciais eram voltas às pautas ecológicas, como a oposição da construção de estradas em meio à mata ou o deslocamento de populações tradicionais causadas pela pressão de grandes agricultores. Atenção especial foi dada a temática dos alimentos transgênicos. As ações visavam ampliar a informação e pautar, de algum modo, o debate público, sensibilizando as opiniões.

Uma referência que pode ser tomada como importante no período são as ações do *Reclaim The Streets*¹⁵⁴, organizando *raves* de vários dias como estratégia de retardamento das máquinas utilizadas na construção de estradas. O movimento ficou conhecido como movimento antiestrada (WALL, 1999).

Chrispiano sintetiza as características dos movimentos do período dizendo que o modelo seria uma mistura de festa com sabotagem, influenciados pelos movimentos de desobediência civil contrários a Guerra do Vietnã e pela contracultura. De algum modo o movimento foi bem sucedido no que diz respeito a repercussão midiática, fazendo com que esses protestos ganhassem adesão. Consolida-se aí, uma maneira de pensar dos próprios movimentos que passam a denominar sua organização como uma articulação em rede, a partir da noção de autonomia e com grande

¹⁵⁴ É possível acessar o manifesto do grupo chamado "Reclaim The Streets! (Do or Die)" em <http://www.eco-action.org/dod/no6/rts.htm>.

relacionamento com a mídia, tanto de massas quanto alternativa. Nessa relação são desenvolvidas plataformas como o *Centro de Mídia Independente* e sítios estimuladores da participação flexível de alimentação dos conteúdos e autogestionária.

Durante a década de 1990 outro acontecimento político movimentou os setores revolucionários de vários países: o *Exército Zapatista de Libertação Nacional* (EZLN) realizou um levante em 1994 contra o Estado mexicano e contou com apoio de vários grupos libertários espalhados pelo mundo. Foram organizadas redes de propaganda e arrecadação de fundos pela internet a fim de apoiar as ações dos indígenas mexicanos. Em 2006, novamente envolvendo os zapatistas, o levante de Oaxaca contou com participação e apoio de organizações anarquistas diversas.

Se o aparato repressivo militar contava agora com novas ferramentas, as resistências libertárias também eram possíveis a partir de novas bases. Tal ideia se expressa nas palavras da voz zapatista, o sub comandante Marcos, que define o “laptop como um fuzil”. Aliás, o movimento zapatista é representativo desses processos organizativos de informação a partir de novos artefatos. O trabalho pioneiro fez do EZLN um dos grupos mais ativos na grande rede, trançando novas características para a luta contemporânea, mostrando a força da divulgação das palavras até mesmo para grupos armados. Hoje o grupo utiliza também revistas virtuais, publicações impressas e rádios como suporte para a divulgação não só dos comunicados vinculados às suas reivindicações mais imediatas, mas também para difundir a cultura indígena maia (BISCO JUNIOR, 2007).

A utilização da internet apareceu em um primeiro momento como uma causalidade que aos poucos foi sendo aproveitada como instrumento de primeira necessidade, aumentando a capacidade de enfrentamento do EZLN nas frentes políticas mais ampliadas. Ao perceberem uma desvantagem no campo militar quando utilizavam da tática de guerrilha tradicional contra as tropas do exército mexicano, passaram a realizar uma inflexão no campo teórico e reflexivo, utilizando discussões sobre ética e direito, que serviu de base no desenvolvimento de um capital simbólico capaz de proporcionar uma relação de maior igualdade de força na disputa com o governo (BISCO JUNIOR, 2007)

Esse capital simbólico pode ser visto na ampla e generalizada adesão que o movimento zapatista passou a ter por parte de militantes e intelectuais de todo o mundo e, principalmente, da opinião pública mexicana, rendendo grande apoio à sua

luta. A internet propiciou que esses grupos não vinculados diretamente com a guerrilha passassem a ter acesso aos documentos produzidos pelos zapatistas e pudessem participar sistematicamente de debates nos quais o movimento era tema central das discussões (BISCO JUNIOR, 2007).

A luta zapatista usou a internet para expressar suas diferenças diante de um mundo cada vez mais padronizado pelo consumo ditado pelo globalismo capitalista. O zapatismo se colocou como um símbolo de resistência a esse mundo. Trouxe à tona e ao centro da discussão política inquietações ligadas à possibilidade de construção de outros modos de existência, fundamentados em outras raízes e tradições. Augusto (2013) assinala ainda outro ponto: o uso da Internet como forma de tornar a luta local em uma luta global.

A segunda década do milênio também é atravessada por movimentações de larga escala. É exemplo o movimento *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos que se torna movimento difusor de uma série de manifestações de caráter anticapitalista. É um momento de fortalecimento de discussões sobre a representatividade política organizadas em redes sociais na internet. Além dessas movimentações, desde os anos 90, como dissemos na introdução, se observa a rearticulação de anarquistas também no hemisfério Sul e principalmente na América Latina em organizações políticas.

3.3 Conhecimento, Ciência e Tecnologia nas práticas de resistência do Anarquismo Contemporâneo

Em relação ao campo CTS, a partir da década de 1990 a disseminação das redes de comunicação ganha novos contornos através do desenvolvimento da informática. Novos campos científicos são abertos a partir do avanço da biotecnologia - que ganha visibilidade a partir da divulgação de 'técnica de clonagem e com o Projeto Genoma Humano - trazendo à tona debates éticos sobre a questão humana e os limites da ciência (VIEIRA DA SILVA 2006).

A nova configuração da ciência baseada no desenvolvimento de novas tecnologias como a ciência computacional e de informação, engenharia genética, inteligência artificial, ciência cognitiva e, em particular, a nanotecnologia foi a base para o avanço de pesquisas anarquistas desenvolvidas a partir do conceito de *Sociedade do Controle*. Essa ideia formulada por Gilles Deleuze em 1990 tenta dar

conta das transformações ocorridas em razão das inovações tecnológicas que foram capazes de redesenhar as relações de poder. No Brasil vários trabalhos acadêmicos de orientação libertária tomam as reflexões de Michel Foucault e Deleuze para discutir aquilo que seria a passagem da “sociedade disciplinar”¹⁵⁵ para a sociedade de controle.

A nova base tecnológica das comunicações possibilitou a abertura das pesquisas para as universidades e institutos de pesquisa e aumentou o acesso a essa recente tecnologia. Dentro desse novo universo foram desenvolvidos protocolos de acesso à internet que realizam o envio de informações de um computador a outro e as monitoram – tanto seus conteúdos como a localização geográfica do tráfego de dados. Os jovens presentes no desenvolvimento dessas pesquisas começaram a explorar novos usos, desdobrando-se no desenvolvimento dos computadores pessoais e o investimento em crianças para se habituarem desde cedo com essa tecnologia. Desse modo, novos embates começam a ser travados tanto pela popularização dos computadores como pela abertura de seus códigos para que qualquer um com conhecimento técnico pudesse manuseá-los e desenvolver novos softwares sem ter de adquirir das grandes empresas a altos valores ou esperar suas atualizações. O desenvolvimento desses softwares se deu por comunidades hackers de maneira colaborativa (VIEIRA DA SILVA, 2006).

Dentro dessas movimentações estabelecem-se as chamadas “guerras computoinformacionais”¹⁵⁶. O trabalho de Vieira da Silva (2006) é um exemplar de pesquisa sobre o campo libertário envolvendo essa dimensão. Nele há uma análise apurada de um aspecto do movimento antiglobalização expresso no que se convencionou chamar como neo-ludismo. Esse neo-ludismo deriva, segundo Vieira da Silva, da articulação de diferentes leituras da matriz primitivista do anarquismo estadunidense.

No território das resistências à sociedade de controle via primitivismo nos três tendências se delineiam como estratégias diferenciadas: a) os anarco-primitivistas representados por Theodore Kaczynski (UNABOMBER) e Jonh Zerzan; b), a

¹⁵⁵ A noção de sociedade disciplinar elaborada por Michel Foucault foi utilizada para a análise da sociedade constituída no século XVIII a partir do capitalismo industrial cuja riqueza estaria baseada em oficinas, máquinas, estoques e matérias primas.

¹⁵⁶ Para maior aprofundamento desse debate desde uma perspectiva libertária, indicamos a obra *La Tragedia Del Copyright – Bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural* (2013) publicada pela editora anarquista espanhola *Virus Editorial*. Outro texto importante é *El lado oscuro de Google Historia y futuro de la industria de los metadatos* (2010) escrito pelo coletivo Ippolita.

tendência ciberrevolucionária representada pelos cyberpunks¹⁵⁷ e Timothy Leary; c) a figura emblemática de Hakim Bey, ou Peter Labor Wilson, criador da noção de TAZ, *Zonas Autônomas Temporárias*, que esboça um percurso desterritorializado em relação às vertentes procedentes.

Vieira da Silva (2006) argumenta como o neo-ludismo será usado para designar, de forma pejorativa, as ações de ativistas antitecnológicos, próximos ao anarcoprimitivismo, como Kirk Patrik, Jeremy Rifk, Jerry Mander, Mae-Wanho e Vandana Shiva. Mas o termo será usado, sobretudo, para atacar um primitivista dedicado a ações terroristas, mais conhecido como Unabomber. Embora o autor ressalte a pertinência histórica em relacioná-lo com os quebradores de máquina ingleses, na contundente resistência à sociedade disciplinar na emergência da disciplina fabril, ele pondera, a partir de Proudhon, como uma resistência que simplesmente recusa uma relação com as novas tecnologias é por demais reativa e se furta às possibilidades libertadoras que as máquinas virtualmente carregam em relação a atividade de produção. No entanto, o importante é, como mostra, que a atitude de recusa destrutiva em relação aos produtos da civilização é apresentada como meio de se libertar das determinações científicas, ou seja: só há liberdade em relação aos meios computo-informacionais fora deles¹⁵⁸.

A pertinência dessa referência está no fato de que grande parte dos *BlackBloc* que estiveram nas jornadas de novembro de 1999 em Seattle pertenciam a associações e squatters primitivistas de Eugene, cidade de Jonh Zerzan¹⁵⁹. Silva verifica nisso o nascimento de um “movimento global antitecnologia” que se mostrou consolidado a partir do *International Forum no Globalization´s Teach-In on Technology and Globalization* em Nova Iorque.

¹⁵⁷ Gênero de romance – literatura de ficção científica – cyberpunk. O anti herói são os piratas de dados, os junks, a vírus que é colocado nos dados. Segundo Vieira da Silva (2006) o “cyberpunk articula-se enquanto o primeiro movimento de contracultura em um universo eletrônico e virtual” (p.171). O ativismo cyberpunk teve em Timothy Leary um defensor e teórico. Esse movimento de reconhecimento do velho senhor da contra cultura se dá a partir do computador pessoal – uma nova geração que pretende reconciliar espiritualidade, ciência e tecnologia. Essa geração o reconhece como um dos pais do cyberpunk.

¹⁵⁸ Para maior conhecimento da história do cyberativismo libertário, bem como das práticas e táticas políticas adotadas indicamos a leitura do texto *Ciberactivismo – sobre usos políticos y sociales de la red* (2006) escrito pelo coletivo *Reunión de Ovejas Electrónicas* (RDE).

¹⁵⁹ Para uma discussão mais aprofundada da possível relação entre a tática *blackbloc* e uma possível perspectiva antitecnológica verificar o trabalho de mestrado *Representações de Ciência e Tecnologia no Anarquismo Brasileiro Contemporâneo e a Ação Direta* (2017) de Luiz Felipe de Castro Henning.

Ainda sobre a temática antitecnologia ou anticiência dentro do anarquismo contemporâneo, podemos citar publicações de revistas científicas respeitadas como a *Nature* que trouxeram relatos de atentados com bombas ocorridos em 2012 e voltados contra cientistas. Essas práticas acabaram relacionadas com grupos anarquistas. Os atentados tinham por alvo, companhias de energia nuclear, laboratórios de nanotecnologia e laboratórios de universidades vinculados a pesquisas armamentista. Silva (2013) identifica que esses grupos “eco-anarquistas”, de acordo com a imprensa científica, possuem uma perspectiva antitecnológica e anticivilizatória. No entanto, conforme Amster (2012) destaca, não existe um consenso dentro do próprio movimento anarquista sobre a postura anticiência, nem em relação aos métodos terroristas. Tal exemplo pode ser visto na polêmica obra de Murray Bookchin, *Anarquismo: crítica e autocrítica* (2010) no texto *Anarquismo Social ou Anarquismo de Estilo de Vida – um abismo intransponível* no qual tece uma crítica radical à perspectiva primitivista.

Aliás, Bookchin foi um dos maiores defensores da tradição libertária inspirada nas propostas do mutualismo social e natural desenvolvidas por Kropotkin. Desse anarquista, Bookchin tomou enquanto fundamental a necessidade de se pensar a reconciliação entre a humanidade e a natureza, em um processo no qual o auxílio mútuo exerce papel central na evolução natural e social. Outro importante elemento da tradição libertária presente em Bookchin é a crítica das hierarquias e a perspectiva de reflexão da possibilidade do desenvolvimento técnico ser realizado a partir de uma base social e produtiva descentralizada, através do modelo federativo. (AQUINO E QUELUZ, 2016).

Segundo a Ecologia Social – disciplina desenvolvida por Bookchin - a tecnologia deve ser estudada de maneira alargada, contemplando aspectos políticos da organização social sob a qual ocorre seu desenvolvimento. Assim, essas novas tecnologias só fariam sentido se estivessem em íntima relação com práticas sociais que também buscam a emancipação como a democracia direta, a descentralização urbana, a autogestão, as formas comunais de vida social, etc. (BOOKCHIN, 1999a).

Ainda de acordo com Bookchin (1973) a visão científica da realidade acabou por se estruturar em torno da preposição de que podemos interpretar o ordenamento do real em forma de uma lógica científica explicada a partir de rigorosos sistemas matemáticos. Essa visão de ciência nos faz crer em uma suposta superioridade humana sobre a natureza que acaba por nos afastar de nossas responsabilidades

para com outros seres humanos, para com a sociedade e para com a própria natureza. Nesse sentido, parece estar presente em Bookchin a denúncia do afastamento da ciência para com a ética e a política – retomando novamente uma longa tradição libertária.

O projeto político e filosófico de Bookchin (1999a) em torno da ciência e da tecnologia não buscava retomar as inocentes metáforas, as técnicas mágicas, os mitos e cerimônias e a imaginação animista, pura e simplesmente como propostos pela perspectiva primitivista. Em contraposição, pretendia fazer uma revisão mais racional daquilo que foi produzido pela humanidade até o presente. Ele buscava desenvolver uma lógica de ciência diferente, entendida como mais orgânica e capaz de pensar valores da imaginação técnica e da natureza de outros períodos ou aqueles considerados marginais para a mentalidade moderna. A partir desse híbrido seria possível forjar outras imagens técnicas. A imagem da técnica moderna não pode, de acordo com ele, omitir a natureza fluída do mundo em que vivemos e a natureza fluída da própria humanidade. A imaginação da nossa época, atualmente limitada, deve ser capaz de abarcar o fluxo da vida, ser dialética e criativa.

Dessa maneira, os mais importantes problemas da técnica são suas vinculações com os ideais e as estruturas sociais de liberdade. Em princípio, uma técnica libertária se diferencia de uma técnica autoritária por algo mais que a escala de produção, o tipo de tamanho ou a forma em que se organiza o trabalho. Para Bookchin é fundamental superar a metafísica dualista entre estrutura e superestrutura. Devemos entender as dinâmicas políticas, pois estas podem ser mais técnicas que as próprias ferramentas e as máquinas (BOOKCHIN, 1999a). Para se postular a existência de uma tecnologia libertadora, se pressupõe a existência de instituições libertadoras, o desenvolvimento de uma sensibilidade libertária requer uma sociedade emancipada. Nesse sentido, é necessário desafiar radicalmente as tecnologias políticas, as ferramentas dos meios de massa e as complexidades burocráticas na busca da transformação social e ecológica. A tarefa daqueles preocupados com a natureza passa a ser alargada (BOOKCHIN, 1984; BOOKCHIN 1999b).

Pensando a respeito dos desafios envolvendo essas temáticas, Silva (2013) discute a dupla tarefa que os anarquistas teriam em relação ao papel da ciência e da tecnologia hoje: a primeira seria a de continuar utilizando a ciência como ferramenta de combate à medida que verificamos ocasionalmente a crítica da ciência por parte

de seitas religiosas fundamentalistas e de tendências conspiracionistas conservadoras que produzem retrocessos em relação à ciência; a segunda seria a de buscar produzir formas de se aumentar a capacidade de vigilância de cidadãos em relação a temáticas das manipulações genéticas da produção de alimentos sob o monopólio de algumas empresas, abertura dos dados da pesquisa nuclear, democratização das informações sobre transgênicos e o fim das pesquisas militares. Conforme nos lembra Amster (2012) os anarquistas sempre se relacionaram com temáticas de ciência e tecnologia de forma bastante complexa.

3.4 As Cidades, Territórios, Desterritorialização Utopias e Distopias – contestações anarquistas

Após o término da segunda grande guerra os anarquistas passaram a utilizar uma prática de ocupação de prédios estatais abandonados. Esses espaços se tornavam lugar de moradias coletivas ou centros de cultura, conhecidos como *Squatters*. No Reino Unido, o processo começou em 1946 com o movimento popular por moradia. Conforme o Estado atendeu as demandas da população, construindo moradias para as famílias, muitos prédios foram retomados pelo poder público e desocupados. Todavia, aqueles que sobraram foram ocupados novamente por jovens e transformados, agora majoritariamente, em espaços culturais organizados principalmente por movimentos contraculturais (WARD, 2013). Nesses espaços, encontrados até os dias de hoje, é comum a manutenção de bibliotecas coletivas, a realização de palestras, promoção de debates, de grupos de estudos, de festivais de livros, culturais e de alimentação, feiras de trocas, concertos musicais e etc. Muitas vezes esses locais também serviam de abrigo para imigrantes em condição de ilegalidade ou de viajantes. A partir de associações de *squatters* surgiram editoras preocupadas em publicar livros e revistas com conteúdo cotidiano e político, além do incentivo a intervenções artísticas de cunho político nos espaços da cidade. Os objetivos principais desses materiais eram trazer o questionamento do modo de vida urbano baseado no trabalho e no acúmulo de bens, assim como debater a própria experiência de como se organiza a vida nos espaços da cidade, politizando a questão da moradia.

Os *squatts* serviram também como ponto de encontro de movimentos sociais e a partir deles vários outros grupos de diversas temáticas nasceram e se

organizaram. Desse modo, são espaços de grande circulação de ideias. Muitos dos envolvidos nos movimentos antiglobalização circularam ou participaram da experiência das ocupações. Esses espaços foram pedagógicos no incentivo da adoção de posturas e formas de atuação difusas, horizontais e descentralizadas. Muitas dessas ocupações produziram debates sobre a lógicas da cidade, trazendo temas sobre as disputas territoriais dos povos locais, das populações tradicionais, de imigração ilegal, das demandas ecológicas e da reaproximação entre cidade e campo (AUGUSTO, 2013).

A questão do modo de vida urbano tem aberto um interessante campo de pesquisa entre os libertários, rendendo frutos importantes. Trata-se das aproximações entre o pensamento anarquista e a antropologia. Uma indicação pode ser a obra organizada por Martínez:

El caso de la antropología social no es una excepción –a pesar de que muchas personas que se sienten anarquistas se han acercado a la antropología en busca de conocimientos con los que fundamentar su rechazo a las instituciones de dominación como el Estado, el Mercado o el Patriarcado, o, del mismo modo, muchos antropólogos se han sentido atraídos a partir de su experiencia vital, o interesados desde un punto de vista teórico, por el anarquismo (MARTINEZ,s/d p.4)

Outro movimento importante sobre as cidades foi estimulado por Murray Bookchin em torno da proposta do Municipalismo Libertário. Os militantes ligados ao movimento da Ecologia Social compreendiam a necessidade de reinventar os espaços de convívio e de sociabilidade da vida contemporânea. A nova organização social estaria fundamentada em práticas de autogestão social e numa política estruturada a partir da prática da democracia direta, priorizando o bem-estar coletivo e o controle das cidades pelos seus próprios habitantes. O Municipalismo Libertário emerge, enquanto proposta política da Ecologia Social, com o objetivo de: reintegrar os humanos com a natureza e com seus pares; de produzir um equilíbrio entre a cidade e o campo e entre a vida social e a biosfera. Esses seriam os componentes considerados indispensáveis para a construção de uma sociedade ecológica com cidadãos politicamente ativos - a única forma de se evitar, de fato, a catástrofe social e ambiental tão anunciada por diversos pesquisadores (BOOKCHIN, 2003).

Em seus estudos sobre o desenvolvimento da vida nas cidades, Bookchin afirmava que durante o processo de urbanização das cidades modernas corrompeu-

se a noção de ação cidadã, visto que com a emergência dos Estados-nação, os habitantes foram convertidos ao papel de simples "eleitorado", "votantes" - delegando, assim, a sua função de participantes ativos nas decisões da cidade. No lugar dessa participação ativa, emergiram os chamados "homens políticos", encarregados de, através das estruturas governamentais e burocráticas, tomar as decisões que influenciam a vida de todo o restante da população - supostamente, em nome dessas pessoas e atendendo todos os seus interesses (BOOKCHIN; BOINO; ENCKELL, 2003, p, 11). Criticando essa concepção apequenada de *política*, o autor enfatizou a necessidade de se retomar aquele que seria seu real significado, que supõe uma participação da população na gestão das questões públicas e baseia-se na interrelação social.

Dentro da proposta do Municipalismo Libertário a participação dos indivíduos insere-se, por exemplo, na participação em assembleias comunitárias localizadas em bairros de moradia e nos espaços de trabalho. A esfera política teria por objetivo reforçar a individualidade, dando um sentimento de posse, ao passo que a esfera individual reforçaria a política, fornecendo-lhe, assim, um sentimento de lealdade e responsabilidade (BOOKCHIN; BOINO; ENCKELL, 2003, p. 14). A responsabilidade, aqui, está ligada tanto às decisões da cidade, quanto às relações entre seus habitantes, mas também no intercâmbio com a natureza, em acordo com as ideias da Ecologia Social.

Durante a década de 1980, Bookchin participou de uma série de conferências na Europa e viu a articulação de coletivos municipalistas se expandir para além dos Estados Unidos e chegar à Alemanha, Espanha e, principalmente, Itália, tendo muito de suas obras traduzidas em diferentes idiomas. As ideias da Ecologia Social aportam no Brasil ao final da década de 1980 e circulam em pequenos grupos anarquistas e punks do Rio de Janeiro durante aqueles anos. A partir da década de 1990 e começo dos anos 2000 os textos de Bookchin são lidos em maior volume no país e exercem influência direta entre os chamados "anarquistas sociais" - ainda que o interesse acadêmico por seus escritos ainda seja bastante restrito.

Atualmente, na região de fronteira da Síria com a Turquia, chamada Rojava, vê-se a atuação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) adotando enquanto orientação teórica o Municipalismo Libertário nas organizações de assembleias de bairro e na busca pelo aumento do controle político realizado pela própria população em uma região que tenta se desenvolver autonomamente. Abdullah Öcalan, um dos

fundadores do PKK, adaptou as ideias de Murray Bookchin à realidade do Oriente Médio (sobretudo do povo curdo) e desenvolveu a proposta do *Confederalismo democrático*¹⁶⁰ (OCALAN, 2015).

Pode-se citar também a experiência baseada no Municipalismo Libertário em Spezzano Albanese, uma comuna italiana, situada em uma região agrícola. Em resposta à corrupção da administração do local, o movimento anarquista local organizou a *Federação Municipal de Base*, cuja única exigência para a participação dos membros é que aceitem os métodos libertários e a práxis autogestionária. Através de assembleias, a população participante decide as questões relacionadas à comunidade e sua sobrevivência material (BOINO, 2003).

Há ainda a importante contribuição do pesquisador libertário Jean Pierre Garnier em obras como *Architecture et anarchie : Un couple mal assorti* (2004) e *Contra Los Territorios Del Poder – por un espacio público de debates y combates* (2006). Esse francês realiza importantes investigações sobre sociologia urbana e urbanismo. Garnier faz reflexões críticas sobre as relações existentes entre as formas espaciais e a dominação social. Destacam-se ainda suas pesquisas sobre a maneira como políticas públicas de urbanização influenciam a organização social, as representações dos espaços sociais e as ideologias que articulam essas mesmas políticas. Além disso, parte do seu trabalho se dedica a discutir o tema da violência urbana e as políticas da cidade, naquilo que ele entender ser uma tentativa contemporânea de transformar a vida urbana num parque de diversões. Garnier retoma a antiga tradição libertária da crítica das prisões para atualizar o pensamento sobre as cidades enquanto espaços de encarceramento.

3.5. Anarquismos, contracultura e ambientalismos.

Um dos encontros mais criativos do pensamento libertário contemporâneo foi a hibridização ocorrida entre os movimentos ambientais e a contracultura. Um movimento que pode ser tomado por exemplo é a banda anarcopunk CRASS e o movimento *Straight Edge*¹⁶¹, que unia um discurso majoritariamente vegetariano e

¹⁶⁰ Modelo político organizativo autogestionário defendido pelo PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão). Para uma análise mais aprofundada do pensamento de Ocalan, principal referência teórica do partido, indicamos a leitura Abdullah. *Prison Writings: The Roots of Civilisation*, 2007.

¹⁶¹ Vertente do punk e do hardcore conhecida por se abster de álcool e drogas.

ambientalista. Posteriormente, ganhou força a vertente mais radical do vegetarianismo: o veganismo, caracterizado pela recusa da utilização de produtos de origem animal. Essa prática rapidamente foi aderida entre os anarquistas e grupos de contracultura (FERNANDES, 2014).

Durante as décadas de 1960 e 1970 ocorreu o que Walls (2008) chamou de “segunda onda dos movimentos ambientalistas”. Trata-se período no qual proliferam publicações discutindo a relação entre natureza e humanidade, apontando para a exacerbação do afastamento desses dois polos no capitalismo industrial. As movimentações em torno da ecologia ganharam força, tornando-se comuns ações e passeatas com pautas contrárias a poluição de lençóis freáticos, derrubada de florestas, contaminação do ar e discutindo a utilização de recursos naturais como combustíveis.

Essas manifestações em torno de causas ecológicas passaram a compor a agenda das mobilizações sociais, principalmente quando alguma lei específica era discutida tais como: Lei de Poluição das Águas (1967, 1970 e 1972), Lei de Limpeza do Ar (1965, 1970 e 1972) e a Lei de Pesticidas (1972) (FERNANDES, 2014)

Nessas décadas os movimentos passaram por um processo de inflexão radical, marcados pelo aparecimento de agrupamentos como *Friends of the Earth* (1969), *Environmental Action* (1970), *Greenpeace* (1970), *Clean Water Action* (1971), *Earth First* (1980), *Citizens Clearinghouse for Hazardous Waste* (1981) e *Earth Island Institute* (1982) (WALLS, 2008). Todavia, essas lutas foram, a seu modo, capturadas e se abriram para negociações em torno da produção de resoluções, metas, conferências que criam documentos e relatórios, endossando a produção de conceitos negociados como o de “desenvolvimento sustentável”. Conceito que vai ser veementemente criticado pelas organizações ambientalistas anticapitalistas. Muitos desses movimentos experimentam cisões estimuladas pelos quadros que discordavam com a adesão da pauta do desenvolvimento sustentável. Os que romperam acreditavam da impossibilidade de desvincular o caráter anticapitalista da luta ecológica.

A partir dessa cisão, muitos grupos resolvem deixar nítida sua oposição ao capitalismo, adotando o modelo de ação direta para a radicalização de suas ações. Nesse contexto aparece o termo “ecoterrorismo”. A organização internacional *Animal Liberation Front* (ALF) é uma das mais populares quando pensamos a ação direta e o ambientalismo. A ALF é mundialmente conhecida por ações como a prática de

invasões em indústrias e matadouros e o resgate de animais ou destruição de laboratórios que realizam a vivissecação. Conforme discute Fernandes (2014) a associação entre ambientalismo e práticas radicais foi usada como base para a descrição do FBI sobre grupos e células de práticas de ação direta ambiental no enquadro do “terrorismo”. Conforme cita o relatório:

considerando-os ilegais e criminosos: [...] o uso ou ameaça de violência de natureza criminosa contra inocentes, vítimas ou propriedades por um grupo ambientalista subnacional, por razões político-ambientais, ou tendo como alvo a população [...] como ato simbólico (U.S. Code, Title 18, Part I, Chapter 113B § 2331)

É importante destacar que o veganismo libertário traz discussões éticas e políticas sobre ciência e tecnologia de grande profundidade. Suas problematizações questionam, por exemplo, modelos cognitivos e técnicos de experimentação científica, introduzem a temática do valor da ciência na sociedade contemporânea, ampliam investigações voltadas à neurociência, ciências biológicas, farmacêuticas, veterinária, médica e etc., Além de pensar a ciência como uma prática social histórica que deve ser problematizada por outras questões sociais que não sejam somente preceitos técnicos da própria ciência.

Ainda em relação a década de 1990 há um aumento do movimento anarcopunk e de publicações que propunham discutir ideias anarquistas com a difusão de práticas e ideias ligadas a questão ecológica. Um dos coletivos emblemáticos daquele momento é *Crimethinc Ex-Worker's Collective*, um coletivo baseado na ação direta e no apoio à toda e qualquer manifestação contrária ao Estado. A *Crimethinc* se alia ao pensamento de John Zerzan pela vertente do primitivismo de forte discurso contrário à civilização, voltando-se a uma trajetória de vida que procura “transformar o mundo à nossa volta da mesma forma que transformamos nossas próprias vidas” (CRIMETHINC, 2010, p.273).

Fernandes (2014) aponta que a profusão deste tipo específico de anarquismo é mais comum entre *straight edgers* pela influência da *Crimethinc* e pela propulsão de zines que cobriam a temática em suas páginas, como *Reclaim*, Grito Feral (uma alusão à John Zerzan), Ética da Sabotagem, Pequena Ameaça, Selvage, Erva Daninha, Libres y Salvajes, dentre outros. De acordo com Fernandes (2014), o anarcoprimitivismo une a prática libertária a ideia do apocalíptico fim da civilização.

Nessa perspectiva, a civilização é um modelo contrário à própria existência da terra. Além disso, consideram que outro mundo existiu, e também um outro mundo é possível. Os anarcoprimitivistas insistem em estabelecer uma relação entre cotidiano e trajetória de vida, buscando uma ética de vida. Ainda conforme Fernandes(2014) podemos ver esse movimento na adoção de práticas como freeganismo. Na medida que o veganismo se tornou um produto e popular, sendo transformado em uma fonte de consumo e vida saudável, perdeu parte de seu caráter contestatório na visão desses primitivistas. Desse modo, o freeganismo buscava unir a luta contra o capitalismo, a harmonia com os processos naturais, questionando o consumo capitalista e as formas de troca e consumo dessa sociedade.

A palavra freegan é uma combinação de “free” - de graça, porque você o encontrou numa lixeira - e “vegan”, um vegetariano que se abstém de todos os produtos de origem animal. No entanto nem todos os freegans são estritamente vegetarianos. Alguns preferem comer a carne, os laticínios e os ovos que encontram em vez de os deixar estragar (NAUMCZUK, 2011, p.5). No Brasil é comum a utilização do nome “coletor urbano” em referência ao freegan, como forma de evitar o anglicismo e, deste modo, a continuidade do imperialismo estadunidense, mesmo tendo em vista que a maior comunidade freegan do mundo localiza-se em Nova York (DOWDEY, 2011) Ainda, a denominação “coletor urbano” provém de uma homologia aos caçadores-coletores paleolíticos, referenciados através do anarcoprimitivismo. A prática freegan, assim, possui uma relação direta com as práticas primitivistas, baseando-se na ação de evitar o consumo a partir das coletas de alimentos em feiras ou no lixo.

Em contraposição, temos novamente o exemplo de Murray Bookchin quando criticou os dois tipos de ecologismos vigentes entre as décadas de 1970 e 1990: a) o pensamento ambientalista pragmático; b) o pensamento ambientalista místico e primitivista. Bookchin desejava construir uma perspectiva ecológica dissociada das propostas “naturalistas” que buscavam um modelo de intervenção puramente técnico para os problemas ecológicos e que eram defendidas pelos chamados “movimentos verdes” – rapidamente absorvidas pelo discurso capitalista. Ao mesmo tempo, a proposta bookchiniana também se distanciava das filosofias de tipo *New Age* e seus apelos irracionistas, pensamento defendido por correntes filosóficas como as da *Ecologia Profunda*, *Primitivismo*, *Gaia* etc. (BOOKCHIN, 2011; AQUINO e QUELUZ, 2016).

Em relação ao Brasil, em 1992, o Centro de Estudos Libertários (CEL) que era um espaço de circulação de anarquistas, incentivado por Ideal Peres, acaba por congrega militantes ambientais simpatizantes do pensamento libertário. O CEL se torna responsável pela publicação do jornal Mutirão em 1991, tendo como bandeira o engajamento nas lutas camponesas e dos sem-teto. É um jornal libertário que apresenta debates sobre primitivismo, ecologia social, libertação animal e etc. Posteriormente, dessa experiência cria-se o *Libera*, o mais duradouro jornal anarquista brasileiro, o qual realizaremos análise na parte dois do trabalho.

3.6. Sociologias e Filosofias Libertárias dos Movimentos Sociais – teorizações sobre a retomada contemporânea do anarquismo

O campo da pesquisa acadêmica sobre o anarquismo passa por um momento de consolidação. Nele pensadores se colocam a analisar os problemas sociais a partir de uma perspectiva libertária, como também a discutir o próprio reaparecimento do anarquismo sob uma matriz libertária. Esse movimento ocorre como uma tentativa de contestação e de fuga das típicas análises marxistas que compreendem o anarquismo como doutrina pré-política. Assim, nas duas últimas décadas diversos anarquistas se esforçam para inserir o pensamento libertário no debate acadêmico, além do fato de existir anarquistas que participam de movimentos sociais e que acabam se aproximando das universidades, produzindo novas intersecções.

Podemos sintetizar diferentes possibilidades nesses encontros: a) a tentativa de formulação de novas teorias anarquistas; b) o enriquecimento de outras teorias consolidadas a partir das formulações anarquistas; c) a crítica do anarquismo clássico via estudos de outras teorias filosóficas, produzindo novas modalidades de anarquismo d) hibridizações teóricas entre anarquismos e outras teorias.

A expansão dos anarquismos nas universidades parece ser evidente¹⁶² pelo número de estudos e posicionamentos libertários encontrados em diferentes países. Trata-se de um universo heterogêneo, composto por professores com posições muito diversas entre si, que dialogam com diferentes perspectivas do anarquismo, mas por outro lado, observa-se a manutenção da tradição libertária de produção de encontros

¹⁶² Não obstante há professores, como David Graeber, que discordam que essa presença seja tão evidente, diante de uma maior presença de marxistas ou de anarquistas que recorrem às outras referências, dando exemplo de Michel Foucault (AUGUSTO,2013).

e aproximações mesmo entre os discordantes. Além disso, o trânsito ocorre também junto de grupos não anarquistas.

Tendo em vista os estudos realizados por Avelino (2008) nos quais se propõe a realizar uma discussão sobre a contemporânea produção acadêmica de perspectiva anarquista, pode-se apontar a existência de uma análise política emergente a partir de 1990 que coloca em evidência as analogias entre o pensamento anarquista e o pensamento "pós-estruturalista", denominada pós-anarquismo¹⁶³ ou anarquismo pós-moderno. A ligação entre as duas correntes teóricas apontada por Avelino (2008) teria sido abordada de forma inicial no Brasil nos trabalhos de Edson Passetti e Margareth Rago. Esses autores produziram uma literatura bastante extensa de análises consideradas pós-anarquistas. O próprio Avelino investe na tentativa de produzir uma aproximação positiva entre pós-estruturalismo e anarquismo a partir dos estudos foucaultianos (AVELINO, 2008).

Ao tratarmos de pós-anarquismo, podemos citar autores como Hakim Bey, Todd May, Saul Newman, Lewis Call e Michel Onfray. O que parece haver de comum em tais autores é a fonte da qual bebem: Foucault e a repercussão de seu pensamento na forma do pós-estruturalismo. O pós-anarquismo pode ser visto como um conjunto de teorias políticas, filosóficas e estéticas que usam da crítica do poder, da resistência política e do impulso antiautoritário do anarquismo clássico. Todavia, os autores pós-anarquistas fazem uma ressalva ao humanismo presente nos clássicos como Bakunin e Kropotkin. Newman (2001), por exemplo, dirige suas críticas à ideia de progresso natural humano. May (1994) analisa, por sua vez, as noções de sujeito presentes no anarquismo tradicional, mostrando como tais elaborações estavam presas às próprias premissas do Iluminismo. Em suma, os pós-anarquistas buscam aplicar as críticas pós-estruturalistas ao modelo tradicional do anarquismo na tentativa de livrá-lo do seu conteúdo humanista. Para os teóricos do pós-anarquismo, o pós-estruturalismo seria o responsável por fornecer combustível epistemológico para a continuidade da crítica radical do sistema.

Acácio Augusto é um desses estudiosos no Brasil dedicados a contemporaneamente estudar algumas das mais relevantes teorizações libertárias

¹⁶³ Para melhor compreensão dessa perspectiva recomendamos a leitura de Saul Newman (2012) *PÓS-ANARQUISMO: entre política e antipolítica*. No Brasil há um único trabalho que discute profundamente esse encontro, trata-se da dissertação de mestrado de Roberto Vieira Junior (2012) *Pós-estruturalismo e pós-anarquismo: conexões*.

(anarquistas, autonomistas, heterodoxas). Em sua tese de doutorado intitulada *Política e antipolítica: anarquia contemporânea, revolta e cultura libertária* (2013) articula uma rede de pensamentos, propostas políticas e teóricas numa rede a partir da noção de *cultura libertária* cunhada por ele e por Edson Passetti – fazendo referência às potências de revolta presentes nos embates contra os poderes. Concebe o atual momento como um contexto no qual se inserem lutas entre as tecnologias de poder e suas resistências. Ao discutir, por exemplo, as lutas organizadas após a década de 1990, comenta ser comum entre os vários autores libertários da atualidade a existência de uma constatação no debate das ideias, de que viveríamos num momento anarquista de lutas planetárias.

Augusto (2013), compreende ser necessário estabelecer uma distinção entre anarquismo como movimento específico e libertarismos, afastando-se da sinonímia e distinguindo efeitos tradicionais de inspiração bakunista (anarquismo) e efeitos ativos de associações não mais vinculadas imediatamente com a ideia de emancipação humana (libertarismos). Essa separação não seria o estabelecimento de uma prática divisória ou uma nova classificação, mas uma indicação de diferenciação de método, de modo de fazer nas lutas contra as tecnologias de poder e práticas de governo. Nesse sentido, seu interesse se volta mais as lutas que compõem a cultura libertária num sentido ampliado.

De acordo com Augusto, as ações políticas dessa cultura libertária fogem da institucionalização ou da busca por hegemonia e controle do Estado. Com isso novas questões são trazidas para os paradigmas teóricos consolidados nas universidades acostumados a trabalhar com as categorias marxistas. Há, para ele, uma multiplicidade e algumas singularidades surgidas dentro dos movimentos de rua a partir das décadas de 1990.

Augusto *et al.* (2016) dividem o anarquismo contemporâneo a partir de três segmentações: a) o campo do desejo; b) o campo da ação c) o campo da organização. Seriam características das ações contemporâneas uma maior organização fundamentada a partir de uma lógica não institucionalizada, marcada pela recusa das disputas de sindicatos, partidos e poder estatal. Nesses grupos são incorporados novos campos temáticos, novos repertórios e modos de comunicação.

Augusto (2011) defende ainda existir um processo de “mutações anarquistas”. Augusto (2016) entende que todas as modulações do movimento altermundialista “sempre esteve atravessado por enunciados e práticas derivados dos anarquismos,

seja direta ou indiretamente” (p.2). Assim, na tentativa de realizar uma leitura das situações políticas contemporâneas e compreender os entrecruzamentos com as práticas anarquistas, aproximam a noção de “cultura libertária” com a perspectiva Deleuziana no conceito de “menor”. Em resumo, a cultura libertária seria um conjunto de práticas que buscam romper com aquilo já estabelecido e desejam abrir caminhos para novas práticas de liberdade na recusa da política (oficial) ou reafirmação dela no campo institucional.

Augusto (2016) é enfático ao dizer que a “nova onda” anticapitalista possui “estreitas relações com as formulações, práticas e críticas dos anarquismos, seja de maneira direta ou indireta” (p.2). O movimento Zapatista marcaria essa característica mostrando que “querem mudar o mundo sem tomar o poder” segundo a expressão do pensador marxista Jonh Hooloway (2002). Nessa direção, a nova esquerda não estaria mais orientada na luta por ocupação de espaços no aparelho de Estado.

Nessa perspectiva libertária de ler esses movimentos, Acácio Augusto (2013, 2016) se preocupa em verificar os processos de capturas ocorridos nesses novos movimentos que acabam por esvaziar sua potência libertárias. A primeira captura seria expressa na crítica ao conceito de *multidão* utilizado por Antonio Negri e Michael Hardt. Para Augusto, o conceito de multidão é uma tentativa de pavimentar um campo comum para distintas formas de oposição ao capitalismo financeiro globalizado, agrupando diferenças inconciliáveis. Assim, haveria uma marca de separação entre uma antipolítica anarquista e aqueles grupos que investiriam na produção de uma nova política global, um alteromundismo. Uma disputada se daria no centro dessa esquerda entre a busca por uma nova política¹⁶⁴ e a antipolítica.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 no Brasil marcaria o fortalecimento da tendência de institucionalização do altermundialismo, proposta desde o Fórum Social Mundial. Essa tendência pode ser vista nas vitórias de outros governantes de esquerda na América do Sul, com Evo Morales, Rafael Correa, Cristina Kirchner, José Mujica e Michelle Bachelet.

Na leitura de Augusto, o processo de institucionalização do movimento antiglobalização acabou por deslocar o foco da luta anticapitalista para a crítica de base econômica do processo de mundialização do capital financeiro, sendo usada

¹⁶⁴ A política pode ser demonstrada pelo movimento espanhol Indignados em 2011, que logo passam a disputar eleições políticas.

politicamente como plataforma de políticas de Estado na América Latina. Os efeitos dessa postura nas lutas ocorrem no estímulo de criação de diversos conselhos, mas que permanecem diretamente vinculados ao Estado. Mais aguda ainda é a percepção de que a institucionalização dessas lutas faz com que as militâncias acabem por pautar postulados elaborados por organizações internacionais como a ONU, sintetizados em combates à pobreza, defesa de direitos humanos, defesa de leis para populações tradicionais, defesa de meio ambiente, atravessados, muitas vezes, pela ação de Ongs e institutos privados.

Augusto e Rodrigues (2014) apontam ainda para outros efeitos vinculados às capturas dessas resistências nos meios virtuais. Após os vários movimentos da segunda década do século XXI ocorreu a disseminação de listas eletrônicas e petições públicas com objetivo de pressionar governos e apresentar demandas aos representantes parlamentares. No Brasil, por exemplo, a lei da Ficha Limpa é resultado desse tipo de projeto. Em termos mundiais o *Avazz*, criado em 2007, é a representação mais visível desse tipo de tendência. As causas mobilizadoras de luta e suas pautas reivindicativas são articuladas às possibilidades do aparato jurídico e são institucionalizadas. Nesse sentido, os autores enxergam um deslocamento da indignação para a participação responsável (eletrônica), culminando na busca por uma autonomia capaz de influenciar políticas estatais sem necessidade de filiação partidária tradicional.¹⁶⁵ Ou seja, haveria uma espécie de “conformação” na qual todas as disputadas concepções, antigamente tidas como inconciliáveis, passem a ser moduladas dentro de um fluxo democrático possível na web, produzindo usuários zelosos pelo bem comum. Renova-se o conceito de *cidadania* na tentativa de lidar com as próprias crises da representatividade democrática liberal e suas formas político-partidárias.

Por outro lado, a antipolítica se caracterizaria por: quebra dos protocolos e relações diplomáticas; não ser participativa, nem reivindicativa, mas como uma ação direta que busca outras representações e protagonismos. A marca de sua unidade seria a recusa – seja das disputadas por poder ou das negociações. Nessa direção, a tática *blackbloc* seria a grande representante dessa prática, pois difere em seus objetivos. Suas práticas de invasão, violações de prédios e ocupações se tornam

¹⁶⁵ Aqui os autores utilizam como exemplo desse movimento o caso da Islândia e as mudanças que ocorreram em sua legislação através da utilização desses mecanismos eletrônicos.

insuportáveis e expõem os limites do conservadorismo moderado e da democracia liberal participativa.

Em um texto chamado *Movimentos de ocupação e os limites da teoria*, Acácio Augusto critica a leitura de autores marxistas que se colocam a pensar as manifestações de 2011 ocorridas em vários países. Em sua leitura, os pensadores marxistas repetem uma estrutura de argumentação viciadamente hegeliana que tenta encontrar o “em última instância” e na qual a conclusão final seria a basilar falta de “perspectiva da luta de classes e um horizonte revolucionário comunista” (2012, p.128). Utilizando a ironia típica dos anarquistas Augusto concluí que para esses analistas “falta o ato de fé que afine uma caminhada em direção ao reino dos céus na Terra e, para isso o Espírito Santo, se materializa na forma do Partido da Revolução” (*idem*)

Acácio ao se referir ao importante autor Slavok Zizek traz diversos exemplos de como a crítica marxista em relação aos libertários tende a denunciar sua “limitada visão” e sua falta de totalidade – supostamente possível de se realizar somente por meio da antiga concepção materialista dialética. Em oposição, Augusto investe na ideia de agonismo¹⁶⁶, ou seja, lutas que ocorrem incessantemente entre tecnologias de poder e que estão em metamorfoses - produzindo novas formas de resistências e práticas anarquistas constantemente. Os anarquistas seriam aqueles que realizam provocações permanentes na sociedade de controle. O anarquista contemporâneo mais do que um vivenciador de utopias estaria na posição de ser um criador de heterotopias.

No tensionamento entre política e antipolítica, os anarquistas afirmam a cultura libertária, resistindo às capturas e ao pacificamento de seus modos de luta. Nessa perspectiva, o anarquista atua conforme as contingências da luta. Assim, não buscam a vitória final e redentora, mas são uma “força difusa na história”, utilizando de “práticas dispersas e descontínuas”. São um incomodo permanente e lembram aos poderes seu estado de alerta. Nesse sentido, os anarquistas sempre foram e continuarão a ser uma força antipolítica presentes “em meio aos movimentos, sejam velhos, novos ou novíssimos” (AUGUSTO, 2016).

¹⁶⁶ No lugar de Antagonismo que trabalha com a ideia de oposição de termos que se bloqueiam, mas não se provocam.

Richard Day teve uma grande repercussão com seu sugestivo livro chamado *Gramsci is dead*. Ele nomeia os movimentos da década de 1990 como *novíssimos movimentos sociais* – pois estariam afastados, cada vez mais, da luta pelo poder e das disputas em direção as influências das decisões do Estado. Em termos de ação suas táticas se manifestariam nas ruas, privilegiando ações diretas e experimentações de caráter ético para o mundo do presente. Suas unidades seriam por afinidades, marcando práticas não contrahegemônicas, mas antihegemônicas.

Richard Day (2005) irá sugerir a existência da radicalização das táticas e dos discursos em torno da raiz estrutural dos problemas. Assim, em contraposição ao esquema gramsciano de trocas de uma hegemonia por uma contrahegemonia – amplamente presente nos estudos dos movimentos sociais – seria necessário estudar os movimentos que questionam, inclusive, as formas de dominação e as próprias relações políticas e sociais permissivas com esquemas de dominação. Esse tipo de ativismo social não buscaria tomar o poder do Estado ou exercer sobre ele sua influência, mas buscaria mudanças radicais que saiam da lógica da hegemonia por dentro. Assim, não haveria luta por dominação. Movimentos que não são necessariamente anarquistas, mas anárquicos, quando consideradas as táticas de ação e os questionamentos éticos em torno do fazer político.

Para Colson (2012) a renovação do pensamento libertário pode ser identificada um pouco antes do aparecimento dos movimentos emancipatórios dos anos sessenta e setenta do século passado nos estudos de autores franceses como Deleuze e Foucault¹⁶⁷. Em sua interpretação, os teóricos franceses resgataram a tradição libertária dentro da filosofia. Isso também ocorreu de maneira mais fragmentária em outros filósofos e teóricos como Scherer e Derrida, Castoriadis, Blanchot ou Klossowski. Essas leituras atravessaram os oceanos, contribuindo na conjunção da *French Theory* – como foi chamada nos Estados Unidos. Desse modo, a leitura libertária dos franceses ajudou a “fazer do mundo anglo-saxão um dos principais centros da atual renovação do pensamento libertário” (COLSON, 2012, p.88).

Partindo das reflexões de Deleuze foi possível ler Proudhon e Bakunin atualizados, mostrando o potencial da antiga ideia filosófica surgida no século 19 defendida por movimentos operários. Colson (2012) compreende que essa renovação

167 M. Foucault não se debruçou especificamente a respeito do anarquismo, mas sua leitura libertária de Nietzsche e sua crítica radical do poder e da razão foram fundamentais para o procedimento posterior de outros autores que realizaram a retomada filosófica do anarquismo.

do anarquismo realizada pelos filósofos franceses ia além de uma mera repaginação da ideologia anarquista vinculada aos princípios do humanismo, individualismo e racionalismo científico. Outras afinidades foram encontradas e estimuladas como, por exemplo, as existentes entre autores como Nietzsche e os libertários.

A articulação de Colson (2012) tenta demonstrar que esse procedimento retomou a analogia entre os movimentos anarquistas e um pensamento filosófico e político que estava esquecido também entre os próprios anarquistas. O pensamento de Nietzsche esteve presente no próprio desenvolvimento do pensamento libertário por longos anos, mas de alguma forma fora deixado de lado. Nesses processos de retomada da filosofia nietzschiana e na promoção do seu (re)encontro com anarquismo foi possível dar sentido a ideia anarquista de afirmação comum da “vida” - uma crítica radical que perpassava desde a ciência até toda a modernidade. Ainda segundo Colson, afirmou-se uma concepção do mundo e de emancipação que destruiu as velhas distinções entre indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade, real e simbólico e etc.

O movimento produzido pelos teóricos franceses foi importante pelo fato de retomar a percepção da originalidade emancipatória do projeto anarquista além de possibilitar uma saída outra da polarização do pensamento marxista e liberal em relação à tentativa de submeter toda a existência às leis gerais da história ou do mercado. O anarquismo lido pela teoria francesa a partir da explanação de Colson, parece positivar a compreensão libertária de que a emancipação se estende para toda situação da existência, todo acontecimento, toda luta política, filosófica e, até mesmo, toda expressão artística. Diante disso, o olhar do analista se desloca para o cotidiano das resistências, para o mundo real de cada indivíduo em suas lutas, nas práticas mais inventivas de viver.

Para retomar a discussão sobre ciência a partir dessa perspectiva, Colson retoma Bakunin quando o revolucionário ataca a ciência em um ensaio intitulado *Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre o mundo real e sobre o homem*. Nessa passagem, Bakunin afirma “a ciência é infinitamente inferior à arte” e continua dizendo que a arte:

individualiza de qualquer modo os tipos e as situações que ela concebe e, por meio dessas individualidades sem carne e sem ossos e, por essa razão, permanentes e imortais, que ela tem o poder de criar, ela nos reporta às individualidades vivas e reais que aparecem e desaparecem aos nossos

olhos [...] a arte é de algum modo o retorno da abstração na vida” (BAKUNIN, *apud* COLSON, 2012, p.90).

Nessa afirmação da arte e da vida, Colson retoma a crítica de Bakunin quando diz ser a “ciência [como a Religião, o Estado ou o Capital], é a [...] imolação perpétua da vida fugidia, passageira, porém real, sobre o atual das abstrações eternas” (BAKUNIN, *apud* COLSON, 2012, p.90). Ou seja, religião, estado, capital e a ciência como produtoras de abstrações que tentam, a todo instante, encarcerar e eternizar, sob seus ditames, o movimento próprio da vida.

A leitura de Colson (2012) sobre a renovação do anarquismo a partir das experimentações criativas realizadas por Deleuze e da influência das análises e dos conceitos de Michel Foucault para gerações de anarquistas não é única, mas pode ser tomada como significativa e representante de uma tradição de estudos. Essa tradição apresenta uma tendência em aderir a crítica da ciência a partir das bases foucaultianas e a valorização da vida e da arte a partir do duplo movimento da leitura libertária de Nietzsche e da leitura nietzschiana dos libertários.

Outro autor que busca compreender o anarquismo contemporâneo é Tomás Ibáñez na obra *ANARQUISMO ES MOVIMIENTO Anarquismo, neoanarquismo y postanarquismo* (2014). Ibáñez é, nas palavras de Augusto (2014, p.123), “um anarquista de primeira hora”. Seu pai integrou as juventudes libertárias espanholas e foi exilado na França após o domínio das forças políticas ligadas ao general Franco após o fim da Revolução Civil Espanhola de 1936-1939. Assim como seu pai, Ibáñez atuou nos meios libertário da França e da Espanha. Durante o período no qual foi estudante em Paris, militou junto a Daniel C. Bedit e Jean-Pierre Duteuil nas revoltas do maio de 1968 na França. Em período posterior, ano de 1973, foi um dos participantes da refundação da histórica CNT na Espanha. Em sua carreira profissional foi professor de Psicologia da Universidade Autônoma de Barcelona onde ficou conhecido por desenvolver pesquisas capazes de aproximar as práticas anarquistas aos estudos de Michel Foucault (AUGUSTO, 2014).

Uma das dimensões da análise de Ibáñez (2014) é o questionamento da ciência. Para que se possa pensar a ciência como objeto, segundo sua perspectiva, seria importante discutir anteriormente a própria ideia de modernidade¹⁶⁸, visto não

¹⁶⁸ Apesar de apresentarmos Ibáñez dentro dessa teorização de possíveis sociologias do anarquismo contemporâneo, temos apontamentos críticos para fazer em relação ao autor. Um exemplo é a própria

ser possível separá-las. Para o autor a “Ciência” - grafada com letra maiúscula – pode ser considerada uma empresa descomunal, capaz de produzir enormes efeitos sobre nossa forma de ser, de viver e de pensar. Nessa direção, sugere que pensar a relação entre ciência e modernidade é compreender o aparecimento da modernidade a partir de um conjunto de inovações tecnológicas as quais originam um novo modo de produção que aos poucos se configura e se consolida como o modo de produção capitalista. Esse processo potencializa a industrialização que se acelera e é generalizada na segunda metade do século XIX. Conforme discute Ibáñez(2014) a novidade presente no desenvolvimento tecnológico da modernidade é o fortalecimento de tecnologias com capacidade de se inscreverem no próprio processo do pensamento, tendo por função e efeito possibilitar operações de pensamento impossíveis até então. Essas tecnologias foram denominadas por alguns autores como “tecnologias de inteligência”.

Essas tecnologias das quais fala Ibáñez (2014) são caracterizadas por possibilitarem a realização de certas operações do pensamento com o objetivo de gerar mais eficácia para as próprias operações, melhorá-las e modificá-las em algum sentido. Em suma, criar, a todo instante, novas formas de pensamento e métodos de criação que, por sua vez, possibilitarão a criação de outras formas e métodos e assim por diante. Dentro desses processos, pode-se destacar o papel da difusão da escrita (uma das mais importantes tecnologias de inteligência) que afetou as modalidades de pensar e trouxe incontáveis efeitos sobre o conhecimento. O desenvolvimento da imprensa se insere entre as tecnologias da inteligência. As inovações proporcionadas pelas tecnologias de inteligência foram fundamentais para possibilitar a constituição da modernidade e de seu importante aliado: a razão científica moderna. Para o autor, o conhecimento científico moderno não seria possível sem a existência de livros impressos e tudo que os envolve.

Em continuidade com o debate sobre o desenvolvimento da modernidade Ibáñez se insurge contra o que chama de *ideologia da representação*¹⁶⁹ (IBÁÑEZ, 2014, p.98). Nesse texto, essa ideologia é destrinchada e subtematizada em onze

noção de modernidade como algo estanque e monolítico, que deixa de abarcar suas contradições e a própria dialética envolvida em seu desenvolvimento. Certamente, nesse ponto, a argumentação de Ibáñez seria rebatida pelo campo CTS que conseguiu avançar em outras concepções menos idealistas, absolutizadas e mais históricas da modernidade. Outro ponto criticável, desde uma perspectiva CTS, é a leitura determinista da ciência realizada pelo autor espanhol. Temática amplamente discutida pelo campo.

¹⁶⁹ Mais uma vez Ibáñez incorre no erro de tomar o projeto iluminista numa perspectiva única.

características de um processo que foi se agigantando e permitiu o alinhamento entre as esferas científica, do desenvolvimento industrial e da política. Ibáñez chama a atenção para o fato de que, apesar de ter produzido inúmeros avanços sociais, a modernidade também gerou custos sociais consideráveis. O preço pago por sua manutenção e em nome de seu desenvolvimento foi bastante elevado, produzindo grande sofrimento para as vítimas desse processo. Ou seja, para todos aqueles sujeitos considerados marginais aos valores fundamentais da modernidade; para os situados em posições periféricas em relação aos centros de poder da modernidade; e para as partes do mundo colonizadas a fim de que a modernidade pudesse prosperar e ser fortalecida.

Enquanto leitor de Foucault, Ibáñez olha de maneira crítica para as relações entre poder e saber desenvolvidos na modernidade e nos discursos de sustentação da ideologia de representação. Seu interesse está, em grande parte, em realizar uma crítica dos elementos autoritários presentes na modernidade. Partindo desses pontos discutidos, Ibáñez traz para a cena o pensamento libertário em seu encontro com a obra de Foucault. Como ressalta Augusto (2014), o que o autor espanhol faz nessa obra não é mostrar que existe no pensamento de Foucault algo como uma teoria anarquista ou uma formulação analítica devedora do pensamento libertário. Ao contrário, entende ser possível, a partir das análises das relações de poder realizadas pelo filósofo francês, retirar elementos potencializadores para uma formulação atual de anarquismo – um desafio a ser pensado após a crítica da modernidade e da ciência.

Nesse momento, Ibáñez (2014) vê de bom grado outras discussões como, por exemplo, as realizadas pelos teóricos pós-estruturalistas enquanto aspectos que também podem ser utilizados e incorporados nas formulações de um anarquismo atual. Somam-se a esses elementos algumas bandeiras e práticas trazidas pelos movimentos do maio de 68 em sua crítica do poder, do sujeito e da filosofia essencialista. Em especial, para se falar de uma teoria anarquista contemporânea, Ibáñez entende ser necessário retomar a atenção para o chamado “relativismo” valorizado e radicalmente adotado pelos pensadores pós-estruturalistas. Para ele, o relativismo pode ser um elemento inspirador de um anarquismo contemporâneo.

A perspectiva de Ibáñez de se pensar a elaboração de um anarquismo a partir da crítica da modernidade e da ciência ocorrerá a partir da reflexão sobre o relativismo. O autor considera produtiva a utilização anarquista do relativismo à

medida que o relativismo golpearia, ao mesmo tempo e na mesma raiz, tanto o princípio de autoridade quanto os argumentos absolutistas. Dessa forma, de acordo com Ibañez, nenhuma outra corrente filosófica estaria mais disposta a receber essa potencialidade crítica do que o anarquismo. Em seu entendimento, ao adotar o relativismo, o anarquismo se apoderaria de ferramentas que permitem evidenciar e neutralizar os eventuais rastros de princípios autoritários advindos do pensamento moderno presentes desde sua constituição.

Segundo Ibañez, o encontro entre anarquismo e a crítica pós-estruturalista é realizado pela falta de sistematicidade e de sofisticação teórica do anarquismo enquanto modelo filosófico único – o que para ele é bastante positivo. Além do mais, historicamente, o anarquismo valorizou a razão prática e a intuição mais do que a razão científica, tendo esse tipo de atitude contribuído para que o pensamento anarquista fosse menos permeável que outras formulações - como marxismo - às influências da chamada “ideologia da modernidade”, os “pressupostos da Ilustração” e os “pressupostos cientificistas da razão científica”¹⁷⁰. Talvez, por isso, em sua leitura, o anarquismo se conectaria melhor com certas formulações pós-estruturalistas e também com novas concepções em torno da natureza da razão científica forjadas da crítica da modernidade.

No esteio desse debate, Ibañez (2014) se coloca a pensar sobre a retomada do anarquismo anteriormente discutida em suas novas configurações práticas e manifestações. Essas novas formas seriam favorecidas por algumas mudanças tecnológicas potencializadas em especial pelo que ele chama de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Para ele, as mudanças sociais e históricas observadas com o surgimento de movimentos contestatórios permitem perceber suas diferenças qualitativas em relação às formas e conteúdos tradicionais de luta contra o poder e o capitalismo. As expressões contemporâneas de luta contra a dominação e as mudanças culturais atuais favoreceriam as práticas e análises dos anarquismos em detrimento de teorias totalizantes.

¹⁷⁰ Uma leitura contrastante à de Ibañez seria a de Murray Bookchin que não estabelece **razão prática** e a **intuição** como elementos antagônicos à ciência e à modernidade. Em nossa perspectiva, a leitura sobre a modernidade desenvolvida por Bookchin em *The Ecology of Freedom* se aproximaria mais das concepções de CTS por sua dimensão dialética à medida que ele ressalta o quanto as práticas anarquistas foram capazes de postular a perspectiva de desenvolvimento da ciência sem desconsiderar a dimensão prática e intuitiva da humanidade.

A opinião sobre o papel das NTIC é reafirmada em entrevista dada à Amador Fernández Savater (2014) quando afirma existir nas NTICs e nas redes sociais algumas características fomentadoras do processo de auto-organização das pessoas em situações de efervescência popular. Isso ocorre não pelo fato de serem utilizadas com fins e resultados autorganizativos, mas simplesmente porque propiciam confluências massivas sem que exista uma estrutura prévia, um plano pré-estabelecido, uma direção que ordene e direcione as atividades, características valorizadas pelos libertários.

Em seu raciocínio, a adesão desses novos anarquistas não ocorre à doutrina de Proudhon ou de Bakunin de forma ortodoxa e estudada, mas sim a um tipo de “imaginário”. O interessante desse movimento, na perspectiva de Ibáñez, é observar não apenas um ressurgimento do anarquismo, mas uma renovação de suas práticas e ideias, enriquecendo o *imaginário antiautoritário*, produzindo trocas ou forjando uma *mestiçagem* entre anarquismo e outras lutas levadas a cabo por distintas tradições de lutas sociais, culturais e políticas.

Talvez a ideia de *imaginário antiautoritário* fique mais clara com o próprio exemplo dado por Ibáñez (2014) quando disserta sobre a incorporação da prática de construção de barricadas tão comum nas manifestações dos últimos anos e que foi historicamente desenvolvida e utilizada pelos anarquistas. Sobre a *mestiçagem*, fala das relações entre pensamento libertário e o movimento anarcopunk e o movimento de *okupa*. Nesse caldo de movimentos e práticas que provocam a *mestiçagem* destaca ainda, em relação aos dias atuais, uma série de “lutas contra diversas formas de dominação que vêm revitalizando o atual imaginário anarquista” (IBÁÑEZ, 2014, p. 29).

Retornando especificamente às lutas e sua relação com a tecnologia, Ibáñez destaca que é necessário olhar para os modos¹⁷¹ como os movimentos sociais utilizam-nas nos momentos de enfrentamento político. Para o autor, acontecimentos como os de maio de 68 são produzidos em outros momentos da história. Agitações populares surgidas de forma imprevista e com pessoas atuando por elas próprias não esperam o aparecimento das novas tecnologias, nem a constituição das redes sociais prévias para que possam ocorrer. Dessa forma, acredita que em cada época as

¹⁷¹ Tal afirmação de Ibáñez parece contradizer a lógica determinista de sua argumentação geral sobre ciência e tecnologia, como quando entende as NTIC como autônomas. Ao demonstrar as diversas possibilidades de uso dessas tecnologias ele acaba por apontar seu possível caráter dinâmico e não estático.

manifestações populares radicais, de características destrutivas ou construtivas, aprenderam a se apropriar e utilizar as tecnologias existentes naquele período histórico. Como exemplo disso, podemos pensar na importância da rádio no maio de 68, as técnicas de serigrafia e a composição de materiais de propaganda política, dentre outras coisas. Entretanto, é importante frisar que as tecnologias só podem ser instrumentos e nada mais, pois em situações de efervescência criadora, nada substituí a presença física das pessoas, os gestos, as vozes, as palavras. (IBÁÑEZ, 2014).

Ibáñez estrutura seu argumento olhando ao seu redor e percebendo a formação de um imaginário revolucionário projetado no aqui e agora, não mais no futuro. Desse modo, as lutas se apresentariam também enquanto modo de vida capazes de gerar transformações na realidade presente, vivenciando as transformações radicais na existência cotidiana (AUGUSTO, 2014).

A favor do anarquismo contemporâneo, estaria também sua capacidade de se expressar em alternativas de habitar, produzir e existir entre distintas formas e posicionamentos ainda que o Estado e o capitalismo não fossem vencidos, mas construindo em oposição a eles numa realidade marginal, plural e com outra lógica organizativa. Desse modo, Acácio Augusto (2014), ao comentar a obra de Ibáñez, afirma ser uma característica do autor espanhol a compreensão de um anarquismo que obriga o pensamento libertário se rever a todo instante, se repensar e reconsiderar suas próprias práticas e concepções de poder.

Muitas considerações críticas poderiam ser tecidas sobre da leitura realizada por Ibáñez do anarquismo e da própria modernidade, conforme já assinalamos, Augusto (*Ibidem*) traz mais uma quando ressalta que, apesar de realizar reflexões criativas sobre esse atual momento do anarquismo, a obra de Ibáñez está centrada ao contexto europeu e ao universo de autores anglo-saxões, recaindo no erro de ignorar práticas na América do Sul, região na qual estabeleceu-se ricas aproximações entre o pensamento libertário e as análises de Foucault.

Para dar conta desse problema também podemos apresentar a discussão realizada por Edson Passetti, professor da PUC de São Paulo, um dos mais antigos pesquisadores do país a estudar a aproximação entre o anarquismo e a obra de Foucault. Nessa trajetória analítica Passetti não se limita a realizar simplesmente um procedimento de aproximação e trazer analogias entre as duas correntes de pensamento, mas como ele próprio diz “interesse-me por práticas de liberação e

libertação anarquistas problematizando os saudosistas, utópicos e intérpretes ajustados tanto ao anarquismo quanto a Foucault” (PASSETTI, 2007, p.2). Passetti afirma que os escritos de Foucault “desde as análises genealógicas”, permitem o “deslocamento da existência para a fronteira” dando, desse modo, “forma à impaciente liberdade” (PASSETTI, 2007, p.9).

Muitas são as possibilidades temáticas extraídas desse encontro, dentre elas, o estudo da chamada *sociedade de controle*, os meios eletrônicos de comunicação, as políticas de segurança e, mais recentemente, a chamada *ecopolítica*. Em todos temas seu olhar está focado nas tensões existentes entre as capturas e as resistências. Em se tratando das tecnologias eletrônicas de comunicação e informação e os processos de resistência por parte dos anarquistas, Passetti (2013b) assinala para o fato de que, desde a década de 1990, pode-se observar uma novidade no uso do meio eletrônico ocorrido pela forma de utilização realizada através EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional. Os zapatistas, ressalta Passetti, iniciaram uma produção de chamadas à participação com alcance planetário por meio da divulgação do movimento através de contestações, denúncias, cartas manifestos realizados pela internet. Nesse movimento, Edson Passetti está interessado em observar a maneira como os anarquistas passaram a descobrir a internet e estabelecer comunicação mais rápida e objetiva, além de criar sítios e provedores. É exemplar a criação do *Portal Anarquia*, vinculado à Wikipédia, fazendo da internet um lugar de abrigo de fontes de arquivos transterritoriais.

Ao debater esse encontro entre o pensamento libertário e sua utilização nos meios eletrônicos, Passetti (2013b) tenta compreender a existência de possíveis conflitos entre uma perspectiva de utilização libertária das ferramentas eletrônicas no momento em que elas continuam conectadas às tecnologias de poder eletrônicos. Os controles dessas tecnologias de poder permanecem verticais e são hierarquicamente organizados, produzindo uma espécie de “ruído” quando se encontram com as perspectivas horizontais comum aos anarquistas.

Para Passetti (2000), ainda que a Internet tenha se mostrado uma conformação de base menos fixa, ela permanece seguindo a lógica da organização de saber-poder, na qual as convocações à participação e de caráter democrático se encontram enquadradas dentro das positivities de poder de uma racionalidade neoliberal. Nesse momento é necessário entender o que Passetti compreende por “racionalidade neoliberal”, temática que ocupa parte de sua produção mais recente. Essa

racionalidade incita um determinado tipo de participação dentro de uma sociedade de direitos, sob o regime neoliberal. Nessa direção afirma que:

as liberações entraram em contração, simultaneamente à expansão dos fluxos de inclusão. Este é o seu momento conservador, no qual se convoca trabalhadores e cidadãos a participar em programas (computacionais, sociais, partidários, universitários, televisivos, recreativos...), esperando que eles acatem e ampliem protocolos, configurando uma conduta diplomática (PASSETTI, 2013b, p.10)

Passetti deseja demonstrar que sob a atual configuração do capitalismo em sua forma política neoliberal o chamado à participação – seja nas fábricas ou na política - e os direitos oferecidos pelo Estado, assumem um papel conservador. Conforme afirma em outro texto, observando os programas de participação para trabalhadores existentes nas fábricas toyotistas, o trabalhador se torna sujeito ativo e “atuante na elaboração dos programas geradores de continuidade do emprego, segurança e acesso a bens” nos quais “se multiplicam alguns supostos direitos e crença no Estado” (PASSETTI, 2007, p.18). Os efeitos nocivos dessas práticas são que o trabalhador se torna útil e dócil, como na sociedade disciplinar, mas agora conta com a convocação à participação de forma diplomática nos programas de inteligência. Diante disso, Passetti é categórico quando afirma: “Estamos diante de uma profusão de fluxos anuladores de resistências” (*Idem*).

Essa análise sobre os processos de participação vividos a partir da racionalidade neoliberal presente tanto na internet quanto na fábrica e/ou na política está inserida dentro do que Passetti entende ser uma *sociedade de controle*. Para ele, a racionalidade neoliberal “pretende convencer a todos, e de diversas maneiras, sobre a participação democrática em todas as manifestações da vida” (PASSETTI, 2007, p.20). Assim, são conhecidas formas de produção de consenso político através do medo, da omissão e da adesão, expandidas para a economia, a cultura, a ecologia, atingindo grupos minoritários por meio da concessão de direitos e o chamado à participação nas biopolíticas – vindas de grupos organizados ou de manifestações para o Estado – conformando o controle sobre a população conforme demonstrou Foucault. Essa racionalidade se manifesta na sociedade de controle na qual há uma dissolução entre o privado e o público, e se investe no clamor por vigilâncias eletrônicas e segurança e mais segurança (*Ibidem*).

A noção de sociedade de controle é tomada a partir de Deleuze quando reflete sobre a ideia de sociedade disciplinar desenvolvida por Foucault. A sociedade disciplinar, marcada pelas suas grandes instituições e seus regimes de verdade com objetivos de forjar corpos dóceis dá, aos poucos, lugar à sociedade de controle, organizada a partir da eletrônica e das máquinas cibernéticas de computadores com seus bancos de dados e programas nos quais todos se encontram inseridos. Essa sociedade eletrônica traz para dentro de si todas “as formas possíveis de saberes cujas verdades se refazem por meio da confiança aos protocolos” (PASSETTI, 2000). O que marcaria a diferença da sociedade de controle para a sociedade disciplinar é que a atual não busca mais docilizar, mas fomentar a criação de dispositivos diplomáticos construtores de bens materiais e imateriais capazes de possibilitar a adesão de todos a determinado projeto societário. Aos sujeitos, caberia única e exclusivamente a vontade de estar inserido.

Refletir sobre essas características é refletir sobre a própria ação dos anarquistas, pois a sociedade do controle assume a postura de se transformar em um mundo de direitos, introduzindo nos marginalizados os valores da sociabilidade neoliberal. De maneira provocadora Passetti diz:

Mundo dos direitos: a ser negro, índio, mulher, menor, gay, deficiente, louco, preso, com muitos outros direitos a participar obrigatoriamente desta sociedade. A sociedade de controle inclui e articula o discurso da exclusão — tão pertinente à sociedade disciplinar, e que girou em função da obtenção de direitos ao trabalho, ao sexo, à educação, etc. — aos diversos fluxos que deságuam em políticas afirmativas, declarações sobre tolerâncias e disseminação da noção de coexistência, entre outros, gerando fusões uniformizadoras que contornam as diferenças (PASSETTI.2007, p.23).

À primeira vista a afirmação pode parecer reacionária no sentido de colocar-se contrariamente às lutas travadas por aqueles que são destituídos de direitos, mas ao que nos parece, o objetivo de Passetti é o de levar a crítica ao limite, demonstrando o preparo da sociedade de controle na realização de captura das lutas radicais. Em alguma instância, as lutas são absorvidas e pacificadas quando são reconhecidas.

Nessa construção analítica, destaca-se também o debate sobre passagem da biopolítica para o nascimento da ecopolítica. Segundo Passetti (2013), Foucault mostra a partir de meados do século XVIII a população sendo objeto de técnicas de transformação que agem sobre o desejo, assimilando transformações autoritárias pensadas e calculadas. A noção de biopolítica se relaciona às disciplinas e à

segurança como modo de governar. O governo aqui é o da população, relacionado à gestão do cálculo através das estatísticas e nas intervenções que garantam a manutenção dos corpos em pleno funcionamento para o Estado e também, a biopolítica, como tecnologia que almeja impedir a configuração dos corpos como povoou classe. A população é pensada e calculada, mas também se torna alvo de opiniões, hábitos, maneiras de ser esperadas pela noção de razão pública do liberalismo.

Entretanto, de acordo com Passetti (2013) há um “deslizamento” da biopolítica visto em momentos como: na solução final nazista em que a biopolítica chegou ao seu limite no que diz respeito à produção do corpo em condições para o Estado; na tensão sofrida pelo welfare-state no questionamento de 68 e a resposta conservadora através da racionalidade liberal. O alvo, a partir de agora, não é mais a população dentro do território, mas ela estratificada gradualmente, vista em seu ambiente. Passetti entende que o

conceito de biopolítica foi se exaurindo a partir deste momento, segundo as sugestões metodológicas de Michel Foucault a respeito da história do presente em que um conceito somente tem relevância diante de sua história efetiva. Biopolítica não é um conceito universal, diz respeito à sociedade disciplinar (PASSETTI, 2013, p.9).

No lugar da biopolítica da população observa-se o aparecimento de uma ecopolítica planetária. Nessa perspectiva, não há mais corpo dentro do corpo planeta, mas um corpo planeta presente no espaço sideral: desenvolver a vida para que se ocupe todo o espaço sideral (PASSETTI, 2000). A ecopolítica presente na sociedade de controle faz com que os investimentos de poder-controle ocorram de forma global, visando a preservação do planeta nos trajetos realizados pelo universo. Esse controle do corpo-planeta – a ecopolítica – ocorre nas tentativas de se resguardar santuários ambientais, com suas pessoas e os discursos de qualidade de vida que permitem negociar a política ambiental pelas extensões dos continentes. Mas para isso “é preciso vigilância intensa por dispositivos eletrônicos estatais e particulares” (PASSETTI, 2007, p.21).

Dessa forma a ecopolítica do planeta “introduz nova máquina de governo”, articulando, “desde o local ao transterritorial, os fragmentos do indivíduo e seu corpo à emergência de indivíduos, suas inteligências e novos direitos” (*Idem*). Tudo isso ocorre dentro de um cenário que busca

elevar os indicadores econômicos, auferir índices de felicidade e desenvolvimento humano (saúde, educação e cultura), disseminar uma cultura de paz, educar pessoas e práticas para a resiliência, instituir uma economia verde, encontrando certa qualidade de vida com redutores de vulnerabilidades e gerando condições compartilhadas para uma vida melhor de pessoas, ares, mares, relevos, florestas, enfim, do ambiente. Trata-se de um investimento na ocupação de inteligências, em participações, conexões, múltiplas identificações, assentamento de direitos, segurança e securitização, conservação do planeta que requer, antes de tudo, moderação (PASSETTI, 2013, p. 12).

O próprio planeta passou a ser o alvo da introdução da economia sustentável, dos controles ecológicos realizados a média e longa distância. O trabalhador se tornou capital humano empreendedor e todos passaram a ser convocados a participar de maneira sustentável na melhoria do planeta, garantindo as melhores condições de vida para hoje e as futuras gerações, conforme as Metas do Milênio da ONU (PASSETTI, 2000).

De modo incomodo, ou não, ecologia e sustentabilidade tornam-se temas que atravessam a esquerda e a direita. Nesse caldo, também se fala em desenvolvimento sustentável, tecnologias sociais, negócios sociais, urbanização sustentável, controle de emissão de carbono. Até a política e a ciência se rendem ao clima e a vida dos refugiados (climáticos e políticos). Diante disso, são evocadas as novas possíveis seguranças e os “novos direitos com base na força, na ideia, no divino, na cultura democrática, participativa e normalmente normalizadora” (PASSETTI, 2013, p.19).

O que pensar das ações radicais dos movimentos sociais libertários diante disso? Parece ser a questão a ser retomada diante dessa realidade descrita. Conforme entende Passetti (2013b), esses movimentos são importantes por permitir uma ampliação nas conexões e nas convocações imediatas diante de situações de protestos e confrontos com a ordem, como durante o final dos anos 1990 com o movimento denominado antiglobalização, e mais recentemente com *Os Indignados*, *Occupy Wall Street*, e as jornadas de junho, no Brasil. Mas há limites, os quais, Passetti tenta apresentar na radicalidade de sua reflexão.

Nessa apresentação das sociologias anarquistas contemporâneas notamos que, muitas vezes, acaba-se caindo numa tendência de absolutização da realidade. Desse modo, constrói-se uma narrativa que promove a sensação de quase incapacidade de produção de saídas. Duas hipóteses podem explicar esse processo: a) a presença de certo traço da argumentação anarquista que busca tentar

demonstrar todas as dimensões das estruturas do poder, elaborando uma crítica no limite da radicalidade; b) a influência exercida por autores como Foucault, Deleuze e Guatarri, fez com que a perspectiva de revolução fosse substituída pela ideia de resistências molares¹⁷². Nisso, alguns autores acabam por enfatizar mais os jogos de poder que as resistências, pois preocupam-se com os chamados mecanismos de captura.

Gostaríamos, todavia, de superar essa concepção ao adentrarmos na próxima parte de nossa pesquisa ao trazeremos à tona discussões acerca das práticas anarquistas dos libertários brasileiros contemporâneos, buscando verificar possibilidades de ações de resistência e transformação da sociedade, valorizando posturas políticas que objetivam transformar a realidade.

¹⁷² Vinadé e Guareschi (2007) discorrem em *Possibilidades militantes na liquidez contemporânea* sobre quais seriam as características da militância política a partir da influência da obra de G. Deleuze e F. Guatarri.

Parte 3. Capítulo 4. Temas do campo CTS presentes nos periódicos anarquistas brasileiros

4.1. Os coletivos libertários diante do contexto de rearticulação anarquista nacional

A partir da década de 1990 vários coletivos anarquistas se rearticularam ou nasceram no Brasil. Uma dessas primeiras organizações ocorreu em torno do grupo *Multirão* que contou com uma publicação de mesmo nome. Seus membros defendiam a articulação entre libertários e outros movimentos sociais. Já em 1991 é criado o boletim *Libera* a partir da experiência do *Círculo de Estudos Libertários*, nascido pela influência de Ideal Peres e Esther Rede no Rio de Janeiro. Ainda entre em meios cariocas, surge o *Coletivo Anarquista Estudantil 9 de Julho* posteriormente denominado *Grupo Anarquista Ação Direta*.

Em 1992 ocorre uma tentativa de rearticulação em nível nacional com o encontro “Outros 500 – Pensamento Libertário Internacional” em São Paulo que teve por objetivo criticar a Eco-92¹⁷³ e debater os 500 anos da chegada europeia nas américas. O evento foi significativo, dentre outros motivos, em razão da participação de reconhecidos intelectuais libertários como Roberto Freire, Maurício Tragtenberg, Eduardo Colombo, Cornelius Castoriadis, dentre outros. A partir desse encontro ocorreu a tentativa de criação de uma rede de informações anarquistas que acabou não vingando, mas teve importante papel no estabelecimento de laços entre anarquistas de diversas regiões. Além disso, houve o fortalecimento do trânsito das ideias libertárias no espaço acadêmico brasileiro.

Ainda nesta década, teve início uma produtiva aproximação entre anarquistas brasileiros com membros da *Federação Anarquista Uruguya* (FAU). Mais especificamente em 1994 editores do boletim *Libera* estabelecem diálogos com os membros da FAU que apresentam a perspectiva especificista por eles defendida. Segundo os uruguaios, o anarquismo deveria retomar sua atuação na esfera social – dentro de movimentos populares – e se reorganizar politicamente – numa organização especificamente anarquista. No ano de 1995 a articulação de libertários

¹⁷³ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra, Cimeira do Verão, Conferência do Rio de Janeiro e Rio 92, foi uma conferência que contou com a presença de chefes de estado e foi organizada pela ONU e realizada na cidade do Rio de Janeiro. Seu principal objetivo foi debater os problemas ambientais mundiais

gaúchos com a FAU gera frutos e é formada a Federação Anarquista Gaúcha (FAG). A partir da consolidação da consolidação da FAG o especificismo ganha força em terras nacionais, sendo essa organização uma estimuladora da criação de outras organizações anarquistas locais com as mesmas características. Em 1997 surge outro agrupamento anarquista denominado Organização Socialista Libertária (OSL) na tentativa de organizar nacionalmente grupos estaduais identificados com o especificismo.

Durante a década de 2000 ocorre a tentativa de outro modelo de organização anarquista em relação à proposta especificista. Agrupamentos individualistas, praticantes de somaterapia e anarquistas de outras correntes passam a tentar uma unidade a partir da noção de *síntese*. Desse movimento ocorre o *Encontro Internacional de Cultura Libertária* na UFSC. Durante o evento tentou-se construir uma Federação Anarquista sintetista, mas a proposta não vingou em razão das divergências dos vários grupos. Outro resultado importante desse encontro foi o fortalecimento do Núcleo de Alfabetização Técnica sob a direção da professora Maria Oly Pey, que também inspirou a criação da Coleção Pedagogia Libertária pela editora Imaginário. A partir do uso de oficinas voltas para grupos sociais variados, o NAT tentava efetuar práticas educativas inspiradas tanto em Paulo Freire quanto nos ideais libertários a partir de abordagens não-disciplinares do processo educativo.

Alguns anos depois, os anarquistas especificistas criaram o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) em 2011, com o objetivo de forjar uma organização anarquista nacional. Em 2003 nasce a Federação Anarquista do Rio de Janeiro e o *Libera* ganha destaque como principal órgão de comunicação especificista no país. Em 2012 os especificistas fundam a Coordenação Anarquista Brasileira que agrega a FAG, no Rio Grande do Sul; FARJ, no Rio de Janeiro; Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN), em Santa Catarina; Coletivo Anarquista Luta de Classes (CALC), no Paraná; Federação Anarquista dos Palmares (FARPA), em Alagoas; Fórum Anarquista Especificista (FAE) na Bahia; Coletivo Mineiro Popular Anarquista (COMPA) de Minas Gerais; a Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL) em São Paulo; Organização Resistência Libertária (ORL) em Fortaleza; Federação Anarquista Cabana (FACA) no Pará; e Rusga Libertária no Mato Grosso.

No ano de 2003 houve uma divisão entre alguns especificistas e desse processo nasce a União Popular Anarquista (UNIPA), reivindicando o "bakuninismo", o que seria a teoria organizativa baseada em Bakunin.

Em termos gerais os anarquistas brasileiros presentes nos grupos que estudamos têm atuação em movimentos sindicais, grupos comunitários, associações de bairro, grupos estudantis, cursinhos populares, movimentos de cooperativas, agrupamentos de economia solidária e a presença junto aos movimentos de trabalhadores sem-teto e sem-terra. Desde a década de 1990 anarquistas se fazem presentes em ocupações urbanas e movimentos de rua em torno de mobilizações sobre os mais diversos temas. No Rio de Janeiro, por exemplo, nos anos de 1998 e 1999 conhecidas ocupações tiveram participação ativa de militantes anarquistas. Essas atuações se fortalecem ainda mais a partir dos anos 2000 com anarquistas participando de ocupações e construindo agrupamentos como Centro Popular Canudos, Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Vila da Conquista, Quilombo das Guerreiras, dentre outras.

O movimento de *okupas* também foi diversificado e visto em diversos estados, sendo as mais famosas a Ocupação Flor do Asfalto, Casa da Lagartixa Preta, Assentamento Urbano Utopia e Luta, Casa Reciclada, Pomba Negra, Corcel Negro, Kasa da Kultura, Payoll. A militância das *okupas* aproximou a contracultura do movimento por moradia promovendo relações com a União para as Lutas de Cortiços, União dos Movimentos de Moradia e a Frente de Luta por Moradia.

A luta junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também conta com a participação de muitos anarquistas, com destaque da atuação da FAG e da FARJ. Essa atuação se dá em diversas perspectivas, inclusive auxiliando na tentativa de inserção da perspectiva da pedagogia libertária dentro de assentamentos e na formação de militantes do movimento.

Temos ainda grupos que atuam em questões culturais e no campo da espiritualidade, como o *Coletivo por uma Espiritualidade Libertária* que tenta congrega militantes de diversas concepções espirituais, promovendo encontros de formação, debate, manifestações ecumênicas, crítica clerical e institucional, além da construção e desenvolvimento de um curso de extensão dedicado a formar educadores para o tema da diversidade religiosa numa perspectiva libertária. Segundo publicação do próprio coletivo¹⁷⁴ entre seus membros há pessoas que atuam nas mais diversas áreas, tais como teologia, filosofia, direito, administração, educação, letras, artes, história, geografia, sociologia, antropologia, psicologia,

¹⁷⁴ Silas Fiorotti (2010) *Um breve balanço das atividades do coletivo Por Uma Espiritualidade Libertária*.

biologia, etc.) e ministram palestras que são voltadas para jovens, estudantes, educadores e religiosos nos seguintes temas: *Possibilidades da espiritualidade libertária em nossos dias*; *Enfrentando a intolerância religiosa na igreja e na escola*; *Diálogo sobre a homofobia e a chamada “cura gay”*; *Diálogo sobre o consumo de drogas e a dependência*; *Diálogos entre a ciência evolutiva e a fé cristã*; *Literatura & Espiritualidade: leituras de textos bíblicos como literatura*; *Literatura & Espiritualidade: leituras de Machado de Assis*; *Diálogo sobre a espiritualidade da criação: leituras de Matthew Fox*; *Diálogo sobre a leitura popular da Bíblia: contribuições de Carlos Mesters*; *Diálogo sobre a teologia e a política na obra de Jacques Ellul*; *As contribuições da teologia de Liev Tolstói para os cristãos de hoje*. O coletivo existe desde 2008 e se organiza na cidade de São Paulo.

Considerando esse cenário, conforme poderemos verificar, os coletivos atuantes dentro do campo anarquista brasileiro contemporâneo possuem uma diversidade característica do pensamento libertário. Variadas são as correntes que expressam seus modos de agir e de refletir politicamente diante dos problemas sociais do mundo atual. A partir da leitura das publicações e da seleção de alguns trechos acessaremos os interesses desses anarquistas sobre temas próximos ao campo CTS construídos a partir da realidade que vivenciam no cotidiano de suas lutas.

As primeiras leituras e análises realizadas em torno do material consultado nos permitem afirmar a existência de publicações que se encontram ideologicamente vinculadas às mais distintas correntes do anarquismo – expressando a continuidade da tradição libertária de convivência com a multiplicidade. Entre elas, podemos citar enquanto fontes de influência explícitas: o anarquismo social, o anarquismo especificista, o anarquismo comunista, o anarquismo individualista, o anarquismo primitivista e o anarquismo cristão – englobando dentro dessas categorizações suas variadas subdivisões. No universo consultado chama a atenção o número de periódicos ou informativos vinculados ao especificismo – corrente anarquista que ganhou força em toda América Latina principalmente nos últimos dez anos, tornando-se a mais expressiva.

Em relação às temáticas presentes nessas publicações observamos a existência de uma ampliada gama de conteúdos e de interpretações – destoantes ou concordantes entre si, conforme cada material e cada organização. Também se diferenciam em relação à maneira como trabalham essas temáticas e como

desenvolvem a profundidade teórica das reflexões apresentadas. Todavia, podemos afirmar com certa segurança que os grupos em sua grande maioria preconizam trazer a público discussões que possuam estreitas relações com suas práticas sociais, seus espaços de militância e seus interesses políticos mais diretos.

Várias das reflexões escritas se encontram conectadas às tradições anarquistas clássicas, deixando explícita a compreensão que possuem de se enxergarem a si próprios enquanto continuadores do anarquismo. Militar pelo anarquismo é manter viva sua memória. Essas tradições são acessadas através de diversos expedientes: a) a utilização de uma estética dos jornais contemporâneos que se aproxima das formas presentes nos jornais operários do início do século XX; b) a rememoração de citações e de textos de autores consagrados; c) o uso das construções teóricas clássicas como instrumentos auxiliares na interpretação do presente; d) Constante vinculação aos princípios históricos do anarquismo; e) espaços dedicados às datas importantes para o movimento anarquista.

Entretanto, nesses mesmos materiais pode-se verificar, ao mesmo tempo, a elaboração de análises e interpretações inovadoras e a tentativa de reflexões sobre questões sociais contemporâneas as quais não foram trabalhadas por autores clássicos como, por exemplo, os problemas e os usos políticos em torno das novas tecnologias informacionais¹⁷⁵ e a crítica dos novos modelos tecnológicos de produção de alimentos¹⁷⁶.

Outro elemento que merece atenção diz respeito às práticas dos anarquistas envolvendo temas CTS, considerando debates com proximidade do campo. Essas práticas acontecem através da divulgação de novas teorias científicas, da difusão de conhecimentos marginais, da valorização de saberes populares e tradicionais, da politização em torno da construção científica, da realização de experimentos científicos, do seu envolvimento com universidades e movimentos sociais na tentativa de construção de saberes contra hegemônicos, do debate em torno das próprias categorias epistemológicas de construção do conhecimento, da discussão sobre a ética em torno da produção do saber, dentre outras.

A partir da análise prévia que realizamos, considerando nosso interesse de pesquisa, foi possível organizar os conteúdos lidos e dividi-los em seis grandes

¹⁷⁵ Presente no informativo *A-info* n.5 (2012) do coletivo *Fenisko Nigra*.

¹⁷⁶ Presente no texto *Indicações para uma Caracterização do Período Histórico Brasileiro* da Coordenação Anarquista Brasileira.

temas: 1) **Ciência e Educação** – abarcando debates sobre teoria e produção do conhecimento; sobre as instituições responsáveis pelo ensino e difusão científicas; sobre as políticas científica e tecnológica; sobre as práticas educativas e de formação no mundo contemporâneo 2) **Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)** – englobando discussões sobre a popularização dessas tecnologias; sobre seu papel na constituição da subjetividade; sobre seu uso político por parte do Estado e a criação de resistências libertárias as utilizando enquanto instrumentos de luta política 3) **Ecologia** - considerando as concepções anarquistas sobre natureza; a crítica da destruição do meio-ambiente produzida pelo sistema capitalista; o desenvolvimento de novas formas e técnicas de conhecimento sobre a natureza, organizados a partir de outra lógica de relação com o chamado mundo natural; 4) **Saúde, Vida e Sexualidade** - congregando reflexões acerca da precarização das instituições públicas de saúde no Brasil; a construção de outras concepções de saúde na sociedade; questionamentos sobre sexualidade, aborto e gênero; a produção e divulgação de conhecimento gerado a partir das práticas anarquistas em torno da saúde; 5) **As utopias das Cidades e a Urbanização capitalista** – trazendo à tona as lutas urbanas contemporâneas por melhores condições de moradia; os impactos sociais causados pelas transformações ocorridas nas cidades brasileiras em razão dos megaeventos; retomada das utopias anarquistas sobre a aproximação entre cidade e campo; reflexões sobre a degeneração da paisagem e dos elementos estéticos nas cidades atuais; a criação de modelos de resistência política na criação de formas alternativas de sociabilidade urbana 6) **O mundo do trabalho** – elencando diversos processos de luta e enfrentamento por parte dos trabalhadores como greves e paralisações; discussões sobre processos de precarização e terceirização; sobre as dimensões políticas das novas tecnologias de gestão; crítica das transformações da planta produtiva nacional; defesa de formas alternativas de produção.

Ainda que tenhamos proposto essa divisão, é importante assinalar que não se tratam de debates que ficam estanques nessas categorias propostas. Os campos temáticos se influenciam, se atravessam e se complementam a todo momento. Práticas ligadas ao desenvolvimento de conhecimento em saúde também se tornam práticas educativas que, por sua vez, permitem que se discuta o modelo de cidade que queremos: ou seja, os anarquistas continuam funcionando de forma parecida com a tradição da hibridização de campos de conhecimento de maneira a produzirem discursos integrados e inovadores. A perspectiva de uma integralidade ou

complexidade nunca deixou de estar no horizonte do movimento. Como exemplo desse expediente discursivo e cognitivo trazemos o seguinte trecho:

Nessa luta, entendemos o bairro e a comunidade não apenas como o espaço de moradia de nosso povo, mas que está intimamente articulado com as questões de **lazer e cultura** (acesso e meios de desenvolver cultura com autonomia, não restritos apenas às elites), de **trabalho** (luta pelos direitos dos trabalhadores, precarização do trabalho e concentração de empregos em áreas ricas e distantes dos bairros de periferia), **transporte** (tarifas caras e serviço péssimo dominado por máfias), de **estudo** (luta por educação pública e gratuita de acesso não elitizado), **saúde** (péssimo serviço de saúde pública e sujeição ao mercado das máfias de planos de saúde) e **alimentação** (exploração do agricultor pelo agronegócio, o que gera alimentos envenenados, caros e um distanciamento social do povo e das luta (LIBERA, edição 156, 2012).

Tendo em vista essa separação didática, apresentaremos a seguir uma síntese mais detalhada de alguns conteúdos discutidos em cada um dos tópicos propostos.

4.2.1. Ciência, Tecnologia e Educação

Variadas são as questões trazidas sobre Ciência, Tecnologia e Educação nos materiais por nós consultados. Mantem-se viva talvez a mais importante das tradições libertárias que é a **ênfase na luta pelo conhecimento como meio de emancipação**. São temas bastante enfatizados em quase todos os periódicos e números apresentados. As reflexões sobre educação perpassam desde as suas dimensões políticas e estruturais, chegando à dimensão formativa mais individual no que diz respeito à formação intelectual do militante libertário.

Dentre as questões mais frequentes estão as notícias sobre as greves de estudantes universitários em busca de melhores condições de ensino¹⁷⁷. Nesse contexto, o debate sobre o modelo político organizativo das entidades estudantis é colocado como prioridade, com os anarquistas fazendo a defesa de formas descentralizadas. É comum a tentativa de se estabelecer conexões com os cenários dos movimentos estudantis de caráter libertário de outros países – as lutas estudantis chilenas (2013) tornam-se referências importantes¹⁷⁸. É presente também alguns debates sobre os processos de privatizações das universidades e a interferência de

¹⁷⁷ Como por exemplo *A Fagulha* n.1 (2011), n.2 (2011), n.4. (2012).

¹⁷⁸ Em *A Fagulha* n.2 (2011) vemos o uso desse recurso de aproximação ideológica entre lutas ocorridas em países diferentes.

instituições políticas internacionais e empresas e bancos pautando qual tipo de pesquisa deve ser realizado na universidade – fato que **faz com que os anarquistas apresentem a defesa de um determinado tipo de ensino e de pesquisa científica**¹⁷⁹. Há a crítica da chamada teoria do empreendedorismo presente nas universidades na qual apresentam seus fundamentos ideológicos¹⁸⁰. **Ainda sobre a universidade alguns periódicos denunciam o caráter de classe e racista da universidade brasileira**¹⁸¹.

Outro importante debate diz respeito às políticas de formação profissional de trabalhadores, mais especificamente o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que estaria pautado em um modelo de expansão desordenada¹⁸² da rede tecnológica, e que seguiria os parâmetros da transferência de recursos para o setor privado, em especial pelo modelo de “parcerias”.¹⁸³

Vários dos coletivos anarquistas relatam sua atuação em cursinhos populares e sua proximidade com a prática da Educação Popular. Assim, as bibliotecas, os grupos de estudo, as palestras, os debates e a busca por formações ainda continuam existentes e sendo consideradas prioritárias nas práticas libertárias. Além disso, existem propostas relacionadas ao engajamento dos libertários na produção de conhecimento a partir de outras teorias e saberes como os das antropologias orientais¹⁸⁴ e indígenas e dos conhecimentos populares e quilombolas¹⁸⁵.

Desse modo, discute-se a formação dos trabalhadores e os projetos de educação que visam oferecer a força de trabalho para as empresas que se instalem na América Latina a partir da ALCA¹⁸⁶. Ao mesmo tempo, compreendem que a pequena produção científica e tecnológica desses países os obrigará a importar ciência e tecnologia produzidas nos E.U.A. ou Canadá, tornando-a ainda mais dependentes – vemos, assim, os ecos do diálogo anarquista com a teoria crítica da dependência¹⁸⁷

¹⁷⁹ FAG Edição Comemorativa 10 anos (2005).

¹⁸⁰ *A Fagulha* n.2 (2011), n.5. (2012)

¹⁸¹ *Carta Política do Coletivo Ademir Fernando* (2012).

¹⁸² Apesar do material defender a ideia de que as políticas criticadas são elaboradas de forma “desordenada” consideramos que políticas como as do REUNI, PRONATEC e PROUNI estão articuladas numa mesma lógica de apropriação dos recursos públicos pelo setor privado.

¹⁸³ *Indicações para uma Caracterização do Período Histórico Brasileiro*.

¹⁸⁴ *El Saleroso* n.5 (2010).

¹⁸⁵ *Declaração de princípios Coletivo Anarquista Resistência Cabana*.

¹⁸⁶ Informativo FAG, n.1.

¹⁸⁷ A teoria da dependência é uma formulação teórica desenvolvida a partir dos anos de 1960 por intelectuais de diferentes tendências tendo como um de seus principais expoentes Ruy Mauro Marini. Esta corrente do pensamento almejava realizar uma leitura não dogmática, mas crítica e de base

Sobre a questão da matriz tecnológica nacional os anarquistas da FAG (Federação Anarquista Gaúcha) defendem um modelo que preconize a decisão e o controle popular das fontes e reservas energéticas¹⁸⁸. Posicionam-se contrariamente às políticas desenvolvimentistas que investem na construção de hidrelétricas implantadas de maneira autoritária e com consequências funestas para as populações e com graves impactos ambientais e sociais. Reclamam um modelo energético a serviço do povo.

Uma dúvida que pode ser apresentada aqui seria a respeito do caráter internacionalista do anarquismo. Como poderiam os anarquistas defenderem um projeto nacional? Tal questão é debatida entre os libertários e uma das referências mais utilizadas é a chamada *Teoria da Jaula* de Noam Chomsky. Baseada em uma concepção que estabelece metas e projetos pensa-se a relação entre os movimentos sociais e o estado nacional. Nessa relação, Chomsky discutiu como lidar com as tiranias contemporâneas, muitas vezes representadas por corporações capitalistas supranacionais, por meio dos movimentos sociais que lutam na tentativa de aumentar direitos e liberdade. Conforme Chomsky entende as corporações multinacionais se transformaram em tiranias maiores que os próprios governos. Desde esse ponto de vista, por menos democrático que um governo e um Estado nacional seja, existe nele a possibilidade ainda que mínima de intervenção ou participação pública. Por outro lado, corporações personificam o que seria uma espécie de ditadura informal na qual não há praticamente nenhum espaço para influência política ou participação. Há então um quadro de vulnerabilidade do governo que pode ser utilizada nas lutas imediatas. Todavia, apesar de existir esse espaço de influência, a perspectiva libertária ainda defende que essa luta por participação ou influência não deva necessariamente passar pela via institucional. Ela pode ocorrer por pressão popular, pela organização de movimentos de ação direta e outras táticas.

Retomando a análise do material, temos nesses periódicos libertários também a discussão sobre as tecnologias de dominação produzidas pelos oligopólios – demonstrando uma concepção relacional de tecnologia¹⁸⁹ -, da dependência dos

marxista dos processos de reprodução do subdesenvolvimento nas áreas periféricas do capitalismo mundial.

¹⁸⁸ Declaração pública do VI Congresso da FAG.

¹⁸⁹ De acordo com Queluz e Filho (2006, p.01) uma das possibilidades de se pensar a tecnologia se dá a partir de uma matriz relacional que “compreende a tecnologia como construção, aplicação e apropriação das práticas, saberes e conhecimentos”

capitais financeiros, da influência dos grupos transnacionais e dos grandes proprietários de terra impondo um modelo capitalista que faz do agronegócio e da mineração agentes “desenvolvimentistas” e atropelam os indesejados para as periferias e para o subemprego¹⁹⁰.

4.2.1. Os Ensinos Superior e Técnico brasileiro

A educação não é tomada como um processo estanque, estrita ao que chamamos de educação formal, oferecida nas instituições oficiais. Para os anarquistas suas ações políticas são consideradas também como práticas educativas, seja por uma pedagogia das próprias lutas desenvolvidas no jeito anarquista de compreender a ação política e seus princípios, seja pela constante tentativa de disseminar conhecimentos e práticas. Portanto, focaremos aqui em debates específicos sobre instituições escolares e projetos de educação em termos políticos. Mas, em outro momento, apresentaremos práticas educativas incentivadas e construídas numa concepção ampliada.

O jornal *A Fagulha* é um exemplo das discussões anarquistas presentes nos movimentos estudantis. As edições de 2011 do periódico foram publicadas dentro de um contexto de mobilização e greves estudantis na Universidade Federal do Paraná na qual os libertários tiveram presença organizativa importante. Nessas publicações aparecem fortes críticas aos órgãos representativos dos estudantes organizados nacionalmente: UNE¹⁹¹ e ANEL¹⁹², afirmando a partir de uma crítica fundamentalmente libertária das burocracias políticas as divergências que possuem com tais organizações. De modo geral, suas estruturas estariam burocratizadas e atenderiam interesses específicos dos grupos políticos que as dirigem, deixando de lado os interesses das bases estudantis e suas reivindicações. Segundo as publicações da *Fagulha*, as bases estudantis não se sentiam representadas por esses agrupamentos que, historicamente, fecharam acordos com os governos sem passar pelo respaldo dos movimentos mobilizados em greves e ações nos *campi* universitários. Como modelo alternativo, apresentam o movimento estudantil chileno

¹⁹⁰ *Opinião Anarquista* 2013.

¹⁹¹ União Nacional dos Estudantes – Maior entidade de organização dos estudantil.

¹⁹² Assembleia Nacional dos Estudantes Livres – Tentativa de organização estudantil nacional em dissidência do aparato da UNE. Organizada principalmente pelo partido PSTU.

de inspiração libertária no que diz respeito à auto-organização. Os estudantes chilenos teriam sido capazes de se organizar e ir às ruas com estudantes dos diversos níveis educacionais, questionando os resultados das reformas neoliberais adotadas naquele país nas últimas décadas e obtendo importantes vitórias.

A crítica aos órgãos estudantis como UNE e ANEL também perpassa o fato de que, muitas vezes, tais instituições tentavam construir ações políticas sem representatividade, sem mobilização nas bases. Os anarquistas da *Fagulha* discorrem que o movimento estudantil brasileiro deve se organizar nos seus espaços locais, em centros acadêmicos, em unidades estudantis, para que se possa ter uma luta capaz ser espalhada e organizada nacionalmente de forma autêntica e não apenas aparente. Em contraposição, nesse jornal vemos em vários momentos a defesa de práticas de organização a partir da estratégia da ação direta.

É apresentado enquanto contexto dessas mobilizações e desses debates as políticas para a universidade pública brasileira que foi chamada de REUNI¹⁹³. Segundo *A Fagulha* o REUNI é uma das política de expansão da educação superior que faz parte de um leque maior de políticas elaboradas de “forma desordenada”, as quais seguem “parâmetros da transferência de recursos para o setor privado, em especial pelo modelo de “parcerias”¹⁹⁴. Dentro dessas políticas, estariam o PRONATEC¹⁹⁵ e também programas como o PROUNI¹⁹⁶ Segundo a publicação, tais programas estariam pautados em um “discurso de expansão e acesso a profissionalização para as camadas populares, porém aponta-se para mais um projeto educacional onde ao centro estão o mercado, e as estratégias eleitoreiras.”

Sobre a formação técnica de trabalhadores propostas em políticas como o PRONATEC, podemos citar a discussão trazida pelo documento da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) chamado *Indicações para uma Caracterização do Período Histórico Brasileiro – Análise conjuntural do período histórico presente*

¹⁹³ ¹⁹³ REUNI - Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. Foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior.

¹⁹⁴ *A fagulha* edição n.5 Dezembro de 2012.

¹⁹⁵ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal em 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

¹⁹⁶ O Programa Universidade para Todos, instituído em 2005, é um programa do Governo Federal do Brasil criado com o objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

aprovada no I Congresso Nacional Coordenação Anarquista Brasileira. Conforme o documento afirma:

São também **similares** as políticas para a **rede técnica e tecnológica**, que se expande, norteadas por um **discurso de qualificação profissional** e de melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, mas atende aos interesses de mercado e eleitorais. A transferência de verba pública para o setor privado também se repete no caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Isso se torna, ainda, uma política pública mais ampla para todo o **setor da educação tecnológica profissionalizante**, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE). (CONCACAB, 2012, grifos nossos).

Quanto ao modelo adotado pelas universidades, a denúncia trazida pelo *A Fagulha* se dá em termos ideológicos a partir da crítica da chamada *teoria do empreendedorismo* que já teria adentrado em todos os meios educacionais. Como exemplo, apontam para as parcerias que ocorrem entre as universidades e bancos privados. É significativa a publicação de uma imagem com o Símbolo da UFPR onde embaixo está escrito o nome do Banco Santander. Ainda sobre universidade privada a edição n.09 do jornal *A Fagulha* traz algumas considerações sobre sua baixa qualidade, sobre o dinheiro público aplicado nelas e como elas acabam servindo de locais de reprodução de estruturas de classe e divisão social da sociedade brasileira.

Em algumas edições, a publicação apresenta ações educativas que o *Coletivo Quebrando Muros* está envolvido. Dentre elas está a organização de um cursinho popular que ocorre em região periférica da cidade de Curitiba. A edição n.09 traz uma notícia apresentada com bastante satisfação pelo grupo: relata que alguns jovens participantes do cursinho conseguiram passar em exames de universidades públicas.

Reconhecendo todas as limitações de suas práticas, esses libertários enaltecem o fato desse tipo de cursinho conseguir, por meio de práticas de solidariedade, auxiliar que camadas populares sem acesso à educação de qualidade possam ocupar postos em Universidades cujas vagas, historicamente, estão reservadas à estudantes oriundos de camadas mais ricas.

Uma dimensão importante desse debate é que os anarquistas brasileiros não se colocam contrários à expansão de vagas nas universidades públicas, mas são contrários ao tipo de política utilizada para alcançar tal fim. Denunciam, desse modo, o processo de precarização que o ensino superior passa quando ocorre uma expansão não planejada, visando apenas colocar mais alunos em sala de aula. Para

eles, o resultado seria a produção de uma *expansão precarizada* com a construção de prédios incompletos, projetos inacabados e salas de aula com número de alunos ampliados, mas sem contratação de professores em número suficiente. Junto disso, questionam as políticas de educação baseadas na transferência de renda para instituições privadas de menor qualidade.

O jornal *A causa do povo* é enfático ao afirmar que:

O novo sistema consegue a proeza de ser mais excludente. Novamente os jovens das favelas e periferias e filhos dos trabalhadores estarão fora. Aos pobres, o PROUNI e as Universidades Shopping-Center. Nas universidades públicas a intensificação da relação universidade- empresa dá continuidade ao modelo tecnicista da Ditadura e precariza cada vez mais o trabalho docente. Aos jovens que conseguem chegar ao ensino superior, em torno de 10% da faixa etária (2,6 milhões), é destinado um ensino universitário de péssima qualidade voltada exclusivamente para as exigências do capital (A CAUSA DO POVO, n.48, 2009).

Ainda em *A Causa do Povo*, mas na edição 39 de 2007, acessamos a discussão sobre a reforma universitária vigente durante o governo do Partido dos Trabalhadores. Segundo o jornal, essas reformas estão baseadas em “sugestões” de relatórios desenvolvidos pelo Banco Mundial. Esse projeto teria por objetivo principal “transformar as universidades em empresas de prestação de serviços tecnológicos”, mas uma tecnologia desenvolvida com baixo custo à medida que estaria assentada na utilização de uma força de trabalho barateada, precarizada e financiada pelo Estado. Apesar das bases precárias, as universidades continuariam a funcionar pela quantidade “cada vez maior de investimento em tecnologia para desenvolvimento de novos produtos”. Desse modo, seu principal objetivo não estaria na formação humana, nem na qualificação de trabalhadores. Ainda segundo essa edição da *Causa do Povo* é fundamental as grandes corporações buscam associar-se às universidades para desenvolver suas tecnologias de forma mais barata e rápida. A leitura continua numa tentativa de compreensão do papel da universidade brasileira dentro da divisão internacional do trabalho. Segundo o periódico, no atual modelo de acumulação do capital, baseado na liberalização financeira e comercial, o investimento em tecnologia seria fundamental para essas grandes empresas, e as universidades e centros de pesquisas “públicos” se tornam locais estratégicos no barateamento das pesquisas.

Para confrontar as políticas autoritárias do Estado e do capital para o ensino superior a proposta é de um confronto radical a ser realizado em diferentes frentes e

instâncias: na concepção de classes da universidade; no modelo de seleção da universidade; na questão do acesso à universidade pública; na problematização das instâncias de voto e das práticas não democráticas nos órgãos institucionais; na luta estrutural contra os aparelhos de repressão do Estado. Essa perspectiva é sintetizada na seguinte afirmação:

É preciso **destruir a universidade elitista** e para isso é fundamental lutar pelo **fim do vestibular**, pelo **livre acesso às universidades**, e pelo **voto universal em todas as instâncias**. Só implantaremos essas medidas rompendo com a estratégia do pacifismo e do legalismo. Portanto, devemos eleger a estratégia da **ação direta**, com o **protagonismo direto dos estudantes pobres e trabalhadores** (camponeses, desempregados, camelôs, operários, etc), através de bloqueios de ruas e rodovias, ocupação de prédios públicos e a retenção de autoridades, manifestações de rua radicalizadas, com a queima de carros e ônibus, bem como o enfrentamento dos aparelhos repressivos de Estado (A CAUSA DO POVO, n.39, 2007).

Ainda sobre o debate a respeito do ensino superior brasileiro, a FAG elaborou uma nota de discussão sobre a Universidade em novembro de 2002 na qual afirma que apesar de legalmente entendermos que a universidade é autônoma não seria ela, enquanto instituição, que decidiria possíveis temas e os caminhos das pesquisas realizadas. No contexto atual seriam as empresas, sob a alcunha parcerias e organismos financeiros internacionais os principais responsáveis pelos rumos políticos das instituições de ensino superior da América Latina

Eles enxergam que a universidade acaba por exercer papel subalterno na produção de conhecimento e no desenvolvimento tecnológico no território latino. As instituições de ensino superior formariam força de trabalho qualificada para trabalhos de organizações que se instalam na América Latina a partir de acordos da ALCA. Denunciam que, aos poucos, a pequena produção científica e tecnológica dos países da região corre o risco de terminar e ampliar ainda mais a dependência que possuem de países como E.U.A. e Canadá, importadores de tecnologia. Dentre os grupos analisados, tanto a Federação Anarquista Gaúcha quanto a Federação Anarquista do Rio de Janeiro explicitam a influência da teoria da dependência em suas análises.

Para romper com esse ciclo, os anarquistas especificistas que militam em meios estudantis, chamam os estudantes e professores à colocar em prática o seu discurso político, defendendo projetos de universidade com características populares. Uma estratégia utilizada seria a participação em projetos de extensão social com os

movimentos sociais, organizações populares, comunidades de periferia, rádios comunitárias e etc.

4.2.2. A educação como sociabilidade

Os anarquistas contemporâneos mantêm vivas as práticas de divulgação e criação de espaços educativos na busca pela formação para à vida, conforme discutimos em capítulos anteriores, produzindo uma cultura de combate. Nesse sentido, a educação é observada sob diversas perspectivas, uma delas se dá a partir do seu efeito de autoformação, a educação pela arte, a educação da sensibilidade. Como exemplo, podemos citar o jornal *A Fagulha*¹⁹⁷ que abre espaço chamado *AutogestARTE*, destinado à publicação de poesias, poemas, crônicas ou músicas elaboradas por seus militantes.

A educação é tomada em sua dimensão mais ampliada de sociabilidade pelos membros da Casa da Lagartixa Preta¹⁹⁸. Em uma de suas publicações, o periódico *El Saleroso*¹⁹⁹ há a apresentação de cursos oferecidos no espaço físico no qual o Coletivo ABC atua. Aliás, a casa Lagartixa Preta funciona na perspectiva de ser espaço educativo, fomentando a continuidade da tradição dos Ateneus livres, mas reinventado pelo encontro com a contracultura punk e a experiência das *Okupas*. Nesse espaço há cursos sobre práticas de saúde, práticas alimentares, cursos de línguas, de música, experimentações de saberes práticos, aulas sobre política, além de conferências livres com convidados de vários outros agrupamentos políticos e diferentes abordagens. Chama atenção a forte tendência para se trazer questões vinculadas a antropologia – principalmente de culturas não ocidentais - e o estudo sistemático desenvolvido no espaço em torno dessa disciplina. Segundo relatos colhidos nos materiais analisados, esses estudos estimulam o desenvolvimento de criação de saberes que permitam estimular a vivência de experiências culturais distintas daquelas presentes no cotidiano competitivo capitalista. Tal perspectiva se justifica da seguinte forma:

Nesse sentido, a política anarquista tem muito a aprender com o estudo de culturas “não-ocidentais”; experimentos diversos de modos de vida concebidos de maneiras que, quase sempre, estão além da nossa

¹⁹⁷ Presente desde a edição inaugural do jornal.

¹⁹⁸ Para uma outra leitura sobre as práticas militantes existentes na Casa da Lagartixa Preta recomendamos, Souza (2012) *Experiências Libertárias no ABC Paulista*.

¹⁹⁹ El Saleroso, n.13, 2012.

imaginação, além do capitalismo. Isto traz novo fôlego às reflexões libertárias, que muitas vezes ficaram restritas a pensar sua própria história dentro de uma evolução da sociedade enquadrada por uma perspectiva eurocêntrica, priorizando análises de conjuntura presas aos limites da macroestrutura dominante (EL SALEROSO, n.05, 2010).

Podemos destacar dentre as formações realizadas o curso de *Comunicação Não-Violenta* que também funciona como grupo de estudos. Segundo a publicação seu objetivo é o de “Construir uma nova sociedade” que não esteja apenas pautado na ideia de mudar seu modelo econômico, as formas de consumo e produção, o meio ambiente ou mesmo mudar a uma mentalidade que constrói preconceitos e na qual todos são formados. Conforme a publicação:

É tudo isso e, inclusive, mudar nossas formas de comunicação e expressão, nossa interação na comunidade que estamos criando. Nossa comunicação é cheia de manias e vícios que podem fazer com que as pessoas com quem nos comunicamos não fiquem à vontade para se expressar. Isso acaba acontecendo de forma inconsciente, somos moldados numa sociedade individualista que não nos ensina a compreender as outras pessoas, a perceber nossos sentimentos e nos expressarmos de forma que as pessoas possam nos compreender. Na busca da autonomia tanto pessoal quanto social percebemos ser impossível e indesejável viver sem uma comunidade de pessoas com as quais nos sintamos a vontade e em quem possamos confiar. É em busca dessas novas formas de relações que propomos o grupo de estudos de Comunicação Não Violenta (El Saleroso, n.013, 2013).

Práticas de cursos ou modos de vida baseados em comunicação não violenta, ou em outras formas de comunicação também cresceram entre os anarquistas. Muito influenciados pelo pensamento de contracultura e pelo crescimento de uma psicologia alternativa dos anos de 1970. Caberia, entretanto, a realização de uma investigação mais ampliada sobre a continuidade de práticas pacifistas – importante corrente libertária que, muitas vezes, é esquecida dentro do movimento anarquista.

Sobre esse espaço libertário, podemos citar outras práticas e vivências vinculadas à ideia de formar um espaço educativo não institucional, inspirado nas concepções historicamente construídas pela pedagogia libertária em suas diferentes matrizes. Dentro da Casa da Lagartixa Preta funciona uma horta agroecológica construída pelos seus participantes, espaço no qual realizam tanto atividades educativas, quanto experiências envolvendo a tentativa de colocar em prática conhecimentos agroecológicos. Conforme relatam em diversos materiais, quando chegaram no espaço onde hoje funciona a casa havia apenas terra e entulho. Hoje, o local foi transformado substancialmente contando agora com plantação de espécies

como milho, bananeira, mamoeiro, goiabeira, feijão, milho, couve, hortaliças, ervas medicinais e plantas espontâneas.

Na casa funciona uma biblioteca utilizada para estudos, cursos de línguas, organização de material anarquista, videoteca na qual ocorre projeção de cine-debates. O espaço da biblioteca é aberto para pessoas interessadas nos materiais que nela são encontrados. A biblioteca foi organizada e construída pelos próprios militantes que relatam os processos de aprendizagem obtidos nessa experiência.

Sobre a dinâmica de construção coletiva, foram feitos na casa um galpão de ferramentas que também serve como banco de sementes e, posteriormente ampliado, se transformou num laboratório de produção de medicamentos. Além disso, os próprios membros do coletivo apreenderam a construir coletores de água de chuva para utilizar na horta, na limpeza da casa. Junto desenvolveram sistema de tratamento da água da pia da cozinha ligado às bananeiras da horta. Pequenas ações, mas que envolvem processos ampliados de leitura, estudo, aprendizagem prática e exercício coletivo para sua realização.

Em práticas que vão num sentido de divulgação de certas perspectivas da educação libertária, existe o coletivo *Fenisko Nigra* que em sua primeira publicação apresenta uma definição sobre a luta anarquista que diz:

A luta anarquista não é só por uma mudança econômica, é a ampliação das mudanças em todas as esferas da vida humana”. Desse modo, compreendem que “o comunismo libertário, a coletivização dos meios de produção e distribuição, as relações sociais, sexuais, ecológicas e políticas estão nesse processo e por isso, a importância da união e troca das experiências das diversas expressões anarquistas (A-INFO, n.15, 2012).

Numa concepção de aglutinação dos setores libertários, esse coletivo expressa ainda que as lutas de coletivos negros, feministas, ecológicos e sindicais precisam atuar no sentido de organizar grupos explorados e oprimidos. Esse jornal parece apresentar uma tendência sintetista. Além de estimular eventos culturais anarquistas, o coletivo se destaca por ser propagador do Esperanto²⁰⁰ – mantendo

²⁰⁰ Segundo o anarquista e adepto do esperanto Roberto das Neves (1968) o esperanto é, na visão dos libertários um “terrível ácido sulfúrico das fronteiras, um dos fatores mais revolucionários de todos os séculos, que já hoje conta centenas de jornais e revistas, numerosas editoras que fazem aparecer diariamente livros no idioma da pátria humana, e milhões de pessoas que por todo mundo o falam e escrevem”.

viva uma antiga tradição anarquista. O coletivo oferta aulas de esperanto em ocupações e espaços autônomos.

4.2.3. Anarquismo, ciência ou ideologia?

O debate acerca do lugar da ciência no anarquismo ou mais especificamente sobre o fato do anarquismo ser ou não uma ciência acabou por se constituir um dos principais eixos de polêmica entre os anarquistas. Tal importância pode ser constatada pela participação de grandes teóricos do pensamento libertário como, por exemplo, Kropotkin que via o anarquismo como a própria expressão científica da natureza e Malatesta que, em sua crítica, separa os campos da ciência e o da ideologia.

Essa discussão é retomada e tida como importante pela Confederação Anarquista Brasileira²⁰¹. Em diferentes publicações a organização se dedica a trazer a debater acerca da cientificidade ou não da prática política. Esse debate é visto como central para os anarquistas brasileiros contemporâneos pelo fato de se tentar produzir uma resposta teórica ao embate cotidiano travado com organizações marxistas brasileiras de traços marxistas-leninistas que defendem a existência de uma ciência materialista. Segundo a perspectiva do materialismo histórico e dialético sustentado pelas organizações marxistas, o anarquismo seria um movimento pré-científico e pré-político. Trata-se de uma visão, segundo a CAB, estabelecida desde o texto de F. Engels sobre as diferenças entre o socialismo utópico e o socialismo científico. Nesse sentido, trata-se de uma tentativa anarquista de marcar posição no interior das disputas ideológicas no interior da esquerda radical.

Em resposta a certa presença hegemônica do marxismo-leninismo em muitos espaços e movimentos sociais nos quais os anarquistas militam, seus adeptos questionam-se acerca da existência de um método de leitura da realidade especificamente anarquista. Posteriormente, dentro do próprio campo especificista, os mais preocupados com o tema, o debate permanece em aberto. Há organizações que defendem a existência de uma teoria científica anarquista de cunho bakuninista como, por exemplo, a UNIPA – organização não pertencente à CAB, enquanto outras se opõem a tal ideia.

²⁰¹ Revista Socialismo Libertário, n.2, 2014.

Como resposta a questão “Há uma Teoria Anarquista?” a CAB propõe a leitura de um documento escrito pela Federação Anarquista Uruguaia em 1972 chamado “*Huerta Grande: a importância da teoria*”. O texto inspirador da publicação *Teoria e Ideologia* na revista da CAB afirma em determinado momento:

“Ou seja, **nunca** conseguiremos **ter uma ciência** ou **teoria geral**, que dê conta de toda a realidade; o campo teórico-científico constitui um legado histórico social e, por isso mesmo, possui suas limitações.” (SOCIALISMO LIBERTARIO, n.2, Grifos nossos).

Desse modo, há uma concepção do campo teórico-científico, em especial no que diz respeito às análises da sociedade, como um “campo provisório”, colocando em xeque o próprio critério de verdade. A principal fonte de fundamentação se encontra na leitura tanto de Malatesta quanto na de Bakunin na tentativa de realização da defesa do caráter provisório do saber científico. Não haveria, nesse sentido, uma teoria de base científica definitiva para a explicação social. Por esse motivo, a publicação expressa não ser possível falar em um “socialismo científico”, nem em um anarquismo enquanto uma ciência.

O que seria o anarquismo então? Tratar-se-ia de uma corrente socialista que pode fazer uso de métodos científicos, principalmente das ciências humanas – partindo da distinção entre ciências sociais e ciências naturais. Se colocam num campo de oposição tanto ao empirismo quanto ao positivismo.

A partir do argumento de base malatestiana defendem que o anarquismo deve ser visto como uma ideologia, ou seja, um conjunto de concepções de mundo. Desse modo, a ideologia deve ser concebida mais em termos de princípios políticos-ideológicos. Mas, poderíamos então trazer um questionamento crítico: todo conhecimento ou toda ciência passa a ser válido para o anarquista, desde que avalizados por seus princípios ideológicos? Atentos a problemática da neutralidade da ciência, questionada pelo campo CTS, o texto da revista se posiciona da seguinte maneira:

Sabemos, entretanto, que o campo teórico-científico não é neutro. É justamente por entendermos que teorias veiculam valores, ou seja, que há ideologia na teoria, que pensamos que se deve, sempre que preciso, recorrer a ou desenvolver elementos teóricos que contribuam para nossa prática política. [...] Portanto, não são quaisquer métodos ou teorias que nos servem (REVISTA SOCIALISMO LIBERTÁRIO, n.02, 2014).

Será necessário, então, pensar uma metodologia ou maneira que possibilite fazer uma limpeza de campo entre aquilo que é possível de ser utilizado numa perspectiva libertária daquilo que deve ser alvo de crítica e oposição. Desse modo, é proposta a seguinte fórmula:

Compreendemos ser necessário tratar a “teoria como uma caixa de ferramentas”, tal como a concebeu Michel Foucault, tratando “de construir não um sistema, mas um instrumento” para a análise social, o qual “só pode se fazer aos poucos, a partir de uma reflexão (necessariamente histórica em algumas de suas dimensões) sobre situações dadas”. (*IDEM*).

Para realizar a operação de separação seria importante utilizar um diferenciador entre teoria e ideologia, critério necessário para a condução de uma prática política coerente segundo sua concepção. Para eles, a teoria está relacionada ao campo do conhecimento e da ciência, enquanto a ideologia ao campo da doutrina e da política.

A ideologia, mais especificamente, seria composta pelo espaço político e doutrinário, expressos no pensamento e na ação por meio de elementos de ordem “não-científica”, tais como: aspirações, valores, sentimentos e motivações, impulsionadores de práticas políticas²⁰².

Por fim, apresentam uma síntese do movimento analítico realizado segundo a máxima: “o anarquismo se define pela perspectiva de **certeza ideológica e dúvida teórica** permanente. O critério de verdade utilizada é a prática política” (Socialismo Libertário, n. 2, 2014 grifos nossos).

Numa perspectiva contraposta, mas dentro do chamado especificismo, está a UNIPA, que afirma utilizar como metodologia o que denominam por bakuninismo²⁰³. Essa proposta metodológica pode ser observada na tentativa de realização de uma análise das relações de classe no mundo, mas principalmente no Brasil. Segundo esta organização é necessário, aos anarquistas, elaborar uma teoria da revolução brasileira numa perspectiva libertária e bakuninista. De acordo com a UNIPA a

²⁰² É importante destacar, em nossa perspectiva, que considerando o debate científico atual, tal perspectiva deixaria de considerar algumas questões da pesquisa contemporânea. Hoje, estudos em Psicologia desenvolvem tentativas de compreensão a partir de perspectivas científicas elementos como aspirações, valores, sentimentos e motivações, inclusive no impulsionamento de práticas políticas, conforme estudos da Psicologia Social e da Psicologia Política. Nesse sentido, entendemos que a ideia de que são elementos “não-científicos” no mínimo ingênua.

²⁰³ A CAUSA DO POVO, n.34, 2007.

principal tarefa teórica nesse sentido seria a de contrapor a “teoria etapista da revolução”²⁰⁴ pela “teoria da revolução integral” (econômica, política e social), característica do anarquismo.

Ainda sobre discussões envolvendo ciência num sentido ampliado, mas considerando outros pontos em relação ao debate anterior apresentado, chama a atenção a discussão trazida pelo *Coletivo por uma Espiritualidade Libertária* em texto intitulado *Uma conversa sobre a evolução darwiniana em diálogo com a fé cristã*.²⁰⁵ Uma das preocupações apontadas pelo autor seria o fato de que a teoria criacionista estaria sendo difundida no país, sob influência de uma visão advinda dos meios religiosos ortodoxos dos EUA, por meio de importação de discursos conservadores. No Brasil, essa recepção e divulgação seria feita, principalmente entre os evangélicos pentecostais e neopentecostais. Para que a visão criacionista ou religiosa fosse adornada com um rosto “científico” elaborou-se a suposta teoria do “design inteligente”²⁰⁶. Nesse sentido, a revista *Espiritualidade Libertária* faz questionamentos em torno do obscurantismo científico defendido por essas igrejas e, em vários momentos, aponta para a utilização política desses discursos como forma de angariar poder²⁰⁷.

Esse debate aparece de maneira mais direta no dossiê *Evolução Biológica e Espiritualidade*²⁰⁸. Logo na introdução do material há um posicionamento que visa situar o momento do debate sobre a suposta controvérsia entre evolução e criacionismo. Suposta pelo fato de que, segundo a revista, não se trata de um embate no âmbito científico, nem mesmo teológico, mas uma disputa entre modelos culturais distintos. Conforme discute a revista, o debate incorporaria outros temas como aborto,

²⁰⁴ Referência, ao nosso ver, ao que se caracterizou ser a leitura da revolução brasileira feita pelo Partido Comunista Brasileiro durante os anos de 1950 e 1960.

²⁰⁵ Monteiro (2010) *Uma conversa sobre a evolução darwiniana em diálogo com a fé cristã*, Revista *Espiritualidade Libertária*

²⁰⁶ Teoria do Design Inteligente é uma hipótese pseudocientífica baseada na ideia de que certas características dos seres vivos e do universo seriam explicadas por uma causa inteligente e não por um processo não-direcionado como o da evolução por seleção natural; No Brasil a universidade Mackenzie criou um grupo para promover o design inteligente. A criação do núcleo gerou protestos de vários cientistas com repercussão em publicações na revista *SCIENCE* que considerou a iniciativa como uma ameaça à educação no Brasil.

²⁰⁷ Chama atenção o fato de que logo nos primeiros dias do governo do presidente Jair Bolsonaro no Brasil, tenha ganhado destaque a fala da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, vinculada aos setores evangélicos, de que se “deixou entrar nas escolas a teoria da evolução”. Outro espanto foi causado com as declarações do chanceler nomeado que em discursos e textos questionou a existência do aquecimento global. Assim, um artigo escrito em 2010 e que parecia tão distante de algo significativo na leitura realizada naquela época, hoje ganha novos contornos.

²⁰⁸ Dossiê: *Evolução Biológica e Espiritualidade*, *Revista Espiritualidade Libertária*, n.03, 2011.

direitos dos homossexuais, pena de morte, dentre outros. Assim, o tema da evolução acaba se tornando uma espécie de bandeira a ser defendida por um “lado”, conservador. Segundo o texto, sempre que o tema da evolução e criacionismo é invocado é possível notar a citação dos outros temas citados e questões como um possível declínio da civilização cristã e ocidental.

Desse modo, a publicação quer chamar atenção para a dimensão política apresentada em torno da discussão sobre evolução. O que estaria em jogo é a tentativa do fundamentalismo evangélico e protestante de se colocar como fonte organizadora da sociedade utilizando, inclusive, meios científicos e diversos espaços institucionais.

Conforme apresentamos ao longo do trabalho, os anarquistas apesar de anticlericais, muitas vezes, exerceram práticas de espiritualidade, confessaram algum tipo de crença ou fé e/ou defenderam perspectivas cósmicas de criação e de divindade. O coletivo parece seguir essa tradição, renovando-a. Assim, nesse anarquismo a espiritualidade é vista também sob uma ótica política, sendo usada tanto para opressão quanto para promoção da liberdade humana. Destacamos um trecho da publicação que pode ser exemplar da argumentação utilizada:

Acredito que as obras de Deus não se mostram apenas no insondável, inexplicável e milagroso, mas no próprio tecido da realidade. O naturalismo metodológico (que é um nome bonito para método científico), nos mostra que o universo que habitamos possui uma regularidade exemplar. Acho que parte de Deus ter descrito a criação como "muito boa" é justamente o seu potencial para se desenvolver plenamente e sua independência e liberdade para realizar esse desenvolvimento. Uma Criação que não necessita de remendos, mas que possui pleno potencial para crescer. Dizer que a teoria evolutiva retira parte do poder de Deus sobre sua Criação equivale a dizer que as descobertas a respeito de metrologia tiram das mãos de Deus o poder sobre o clima e as estações do ano! Se você vê as coisas desse jeito, cada avanço científico será um retrocesso para Deus. Creio que Deus avance e se revele a medida em que avança e se revela aquilo que conhecemos a respeito de sua Criação. Gênesis relata, antes de tudo a Criação de Deus como vista por povos de culturas nômades de uns dez mil anos atrás, simplesmente não é um relato científico e não tenciona ser literal. Mais importante, o texto nos fala da queda da humanidade (MONTEIRO, 2010, p.537-538).

Diferente da perspectiva que tenta justificar o anarquismo pela via da ciência, ou por princípios éticos, alguns anarquistas cristãos realizam uma leitura que tenta

justificar o anarquismo a partir de outras dimensões ontológicas²⁰⁹. No texto *O que é anarquismo cristão? Uma leitura de Tiago 4.4.*²¹⁰ o autor afirma:

O anarquismo estabelece sua ontologia na afirmação de que a condição humana, é em si mesma ausente de referências artificialmente constituídas pelo corpo político. O humano é em si mesmo uma condição ausente de referências. É essa condição que chamamos liberdade. Anárkhos [...] É afirmação da liberdade, da ausência de referências impostas pelo corpo político e a objetividade. Anárkhos enquanto distância é subjetividade. [...] anárkhos representa essa tentativa de tornar o humano para além de uma condição subjetiva e pessoal (como acontece na democracia) e sim social, mas não política. (SANTANA, 2010, p.413).

Vários dos libertários cristãos contemporâneos realizam uma genealogia de sua perspectiva ancorada em diversas frentes: 1) A tradição dos Profetas do Velho testamento que estaria dividida em duas frentes - reformista (justiça do governante) escatológica (nem um poder é divino). 2) Outra perspectiva seria a filosófica/religiosa de carga bastante subjetivista, representadas no Teísmo de Tolstoi ou no Deísmo de Sóren Kierkegaard. 3) Uma terceira perspectiva pensa as relações entre teologia e uma ação política no mundo, perspassa autores como Jacques Ellul, Dietrich Bonhoeffer e Dorothea Day.

Conforme explicitam em um de seus editoriais, o *Coletivo Por Uma Espiritualidade Libertária* entende que é preciso questionar muitos dos valores cristãos ou espirituais a partir do encontro com o anarquismo. Apresentam que diversas vezes o próprio paradigma de missão se torna condicionado por relações de dinheiro, poder, eficácia, mercado e por ideias de progresso e desenvolvimento. Desse modo, seria necessário se contrapor a esses valores por meio de uma compreensão espiritual libertária que valorizaria a vida e não a lei e os dogmas, que colocaria a cura e o perdão como ações fundamentais, buscando construir laços de amor, generosidade, amizade, alteridade, liberdade. Nesse sentido, agir segundo esses valores seria uma forma de desobediência civil.

Nessas linhas podemos acessar tanto a presença de certa argumentação vitalista presente em vários anarquistas, como observamos a crítica do progresso e

²⁰⁹ De certo modo, podemos observar aqui a permanência nos espaços libertários da tradição debatida que toma o anarquismo de maneira essencialista, como presente na experiência humana desde tempos imemoriais, como luta pela liberdade.

²¹⁰ *O que é anarquismo cristão? Uma leitura de Tiago 4.4.* Diogo Alves da Conceição Santana (2010), in: *Espiritualidade Libertária*, São Paulo, n. 1, 1. sem. 2010, pp. 408-437

do desenvolvimento como desumanizadores ou contrários à própria vida. Nessa leitura podemos perceber a presença da interpretação anarquista de Jacques Ellul.²¹¹

4.2.4. Saberes populares e tradicionais como crítica do positivismo

Muitos materiais apresentam uma tendência crescente do movimento libertário latino-americano que é o de incorporar os debates dos teóricos surgidos na própria região desde os anos de 1960. Falamos dos estudos decoloniais²¹² e de outros estudos críticos²¹³ elaborados nas últimas décadas. Fato este que coloca, até mesmo, certas tendências anarquistas em suspensão, relativizando, por exemplo, seus excessos positivistas e eurocêntricos. Um dos exemplos mais significativos encontrados em nossa pesquisa é a *Declaração de princípios Coletivo Anarquista Resistência Cabana*²¹⁴ localizado no estado do Pará.

O primeiro aspecto diz respeito ao processo de ressignificação das lutas locais por meio da construção teórica anarquista. Tal postura é descrita por alguns teóricos que mostram como o anarquismo enriqueceu o imaginário das lutas dos indígenas latinos e, ao mesmo tempo, teve a possibilidade de reconstruir muitas de suas próprias concepções eurocêntricas. Assim, os anarquistas do *Resistência Cabana*²¹⁵

²¹¹ Compreendemos que existe a necessidade de explorar de maneira mais aprofundada o quanto é presente uma perspectiva escatológica advinda da leitura do texto de apocalipse nas concepções de ciência e tecnologia de Jacques Ellul e sua crítica da Sociedade da Técnica. Acreditamos existir uma leitura sobre Jacques Ellul que tende a separar o teólogo, o filósofo da técnica e o militante político, sem compreender a maneira como o autor francês articulou em seu próprio pensamentos os diferentes campos de investigação.

²¹² O pensamento decolonial problematiza a manutenção das condições colonizadas na produção de conhecimento e na elaboração epistemológica. É um tipo de reflexão que se caracteriza na busca pela emancipação de variados tipos de opressão e dominação, articulando interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento, privilegiando características locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial. Tal perspectiva é derivada dos estudos pós-coloniais que, segundo Rosevics, tiveram sua preocupação “centrada nas décadas de 1970 e 1980 em entender como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador” (ROSEVICS, 2017, p. 188).

²¹³ Fazemos referência ao pensamento de Paulo Freire, a Psicologia de La Liberación, a Psicologia Social Comunitária brasileira, dentre outros.

²¹⁴ Disponível em <http://resistencialibertaria.org/quem-somos/declaracao-de-principios/>

²¹⁵ No momento de sua criação, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro saúda o Núcleo Anarquista Resistência Cabana com a seguinte declaração “Temos a certeza que de que o NARC buscará inserir o anarquismo nas lutas sociais, do contrário não teria escolhido prestar homenagem a Cabanagem, revolta de caboclos, índios e negros, que ocorreu entre os anos de 1835 e 1840, na então Província de Grão-Pará. [...] O espírito da Cabanagem manteve-se vivo nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras paraenses nas décadas seguintes.” Disponível em:

afirmam que tomam como exemplos revolucionários as posturas adotadas pelos povos da Amazônia em suas práticas cotidianas, gerando possibilidades de criação de perspectiva de combate aos mecanismos de dominação. Ao mesmo tempo que incorrem numa certa tradição libertária de estabelecimento de vínculo idealista na história, apontado por nós diversas vezes, por outro lado, o movimento de identificação com povos oprimidos como sinônimo de resistência libertária valoriza a história das lutas da população local, inspirando os militantes da atualidade.

Parece existir a tentativa de estabelecer um intercâmbio entre os movimentos, não só de ver a luta pela liberdade como traço libertário fundamental, mas como um dos princípios anarquistas uma cosmologia de unidade entre sociedade e natureza, uma filosofia da natureza enriquecida²¹⁶. Nesse sentido, o próprio anarquismo é rememorado em um aspecto nem sempre lembrado de forma consciente pelo próprio movimento anarquista. Ao mesmo tempo que estabelece essa cosmologia, o anarquismo assume uma significação de muita força e capacidade de resistência no contexto de avanço capitalista para esses libertários.

Segundo acessamos em materiais do *Núcleo Resistência Cabana* há, na sociedade capitalista, um modelo de organização pautado na ruptura entre sociedade e natureza. Segundo eles, o projeto europeu que simboliza essa divisão é o positivismo de Augusto Comte que expressa essa visão de mundo a partir da noção de sociedade positiva, na qual homens deixam de fazer guerra contra outros homens, mas passariam a declarar a guerra contra a natureza. Desse movimento, esses anarquistas apresentam sua unidade simbólica com aqueles que se colocam a lutar em oposição ao modelo capitalista na região Amazônica. Em sua própria perspectiva,

Nossa organização colabora humildemente pela permanência e refinamento de tais princípios junto ao nosso povo. Compreendemos que isso não se dará sem luta social. Luta não apenas de um povo, mas de diversos povos. Dos Makus da Colômbia aos Mundurucus do Tapajós. Dos “Tapuios” aos ribeirinhos. Dos seringueiros aos camponeses sem-terra. Dos cabanos aos quilombolas. Dos atingidos por barragens aos operários da mineração. Esse espectro de sujeitos que representa a sócio-diversidade da Amazônia é componente de uma grande frente de oprimidos que nossa organização está inserida. (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, NÚCLEO RESISTÊNCIA CABANA).

<https://anarquismorj.wordpress.com/2013/11/29/saudacao-a-fundacao-do-nucleo-anarquista-resistencia-cabana-narc/>

²¹⁶ Pelo menos há nove mil anos as populações originárias da região apresentam uma cosmologia de negação do que, na consolidação do capitalismo, insistiram em separar – a sociedade da natureza. Tal empreitada era fundamental para o projeto capitalista já que o tempo da natureza não é o tempo do capital. Disponível em <https://faca.noblogs.org>

O coletivo desenvolve uma prática de cooperativa de trabalhos serigráficos que homenageia um personagem do folclore popular: Matinta Perera. A associação se dá entre o personagem, a noção de má-tinta, ou tinta subversiva, e a ideia de “tinta”, em referência aos trabalhos de pintura. Desse modo, une-se em um nome, a lenda amazônica como referência de cultura e identidade artística e o anarquismo como luta política subversiva.

Na região do nordeste, o *Coletivo Ademir Fernando* assinala aproximações entre o anarquismo e o movimento quilombola. Reivindicam a história utilizando uma figura de linguagem da região simbolizada como um “grande quilombo” ou uma grande “canudos”. Segundo a publicação, o povo baiano aprendeu a resistir a diversas opressões vindas de coronéis, capitães do mato, jagunços. Como símbolo da resistência, a história foi escrita e cantada na poesia de repentistas, nas ladainhas dos capoeiras, nas cantigas de louvor aos Orixás de Candomblé, na ginga e na navalha, no cano de uma espingarda ou de um Parabelum, nas mandingas de Candomblé, formando um grande caldo cultural.²¹⁷

Esse coletivo traz ainda uma problematização sobre a universidade federal do estado como “*branca e estruturalmente*” racista. Num outro trecho faz referências históricas numa chamada de luta desejando que

possa pulsar o sangue de Maria Felipa mulher negra que afundou quarenta e duas embarcações portuguesas na guerra de independência, o espírito de luta e rebeldia que cada negro, Bantu, Nagô, Haussás, Jeje que fugiu para os Quilombos e de lá resistiu à escravidão. (CARTA POLÍTICA, 2012).

Há, ainda, coletivos que trazem discussões sobre indígenas e o processo de modernização do país. Outros que retomam ou valorizam saberes vindos da permacultura e saberes ligados aos quilombolas, com atividades de danças afro-brasileiras. Muitos ressaltam os quilombos como locais de criação de práticas de autonomismo.

Um exemplo da questão indígena trazida entre os anarquistas pode ser visto nos *Diálogos sobre política ameríndia*, um curso livre promovido na *Casa da Lagartixa Preta* visando apresentar bases dos estudos sobre política indígena, trazendo seu

²¹⁷ Carta Política (2012). Disponível em <http://coletivoanarquistaademirfernando.blogspot.com/p/quem-somos.html>

pensamento e sua prática para o diálogo com as políticas libertárias. Segundo as publicações consultadas, o objetivo do curso seria apresentar concepções políticas indígenas e estimular a troca de conhecimentos. Inspirado nos estudos sobre as populações indígenas, foi criada uma prática denominada *Desculturalizando*, que trata da tentativa de construir uma rede de trocas autônomas, fortalecendo laços políticos e de conhecimento entre coletivos próximos²¹⁸.

Por fim, outro exemplo pode ser dado em relação à Educação do Campo, que trata sobre a proximidade da Federação Anarquista do Rio de Janeiro com O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na tentativa de construir conhecimentos sobre soberania popular.²¹⁹ Uma das atuações dos anarquistas da FARJ se dá em relação ao curso de Licenciatura em Educação do Campo no estado do Rio de Janeiro. Este é um exemplo da prática dos anarquistas dentro das instituições universitárias, traço marcante nas gerações após os anos de 1990, organizada a partir da inserção de ideias de transformação na lógica da instituição universitária, aproximando a produção acadêmica aos setores excluídos da sociedade.

4.2.5 A preservação da memória entre os anarquistas

A questão da memória sempre foi um aspecto muito importante entre os anarquistas. Acostumados com o violento apagamento de sua própria história, preservá-la se torna algo fundamental e valorizado entre seus militantes²²⁰. Talvez a mais antiga prática nesse sentido, ampliada para setores mais amplos do proletariado, diz respeito a comemoração anual dos mártires de Chicago. Tratando dessa dimensão, algumas publicações especificistas noticiam que os restos mortais de Alberto “Pocho” Mechoso, um dos fundadores da Federación Anarquista Uruguaya – FAU, foram encontrados²²¹. Pocho havia sido preso em Buenos Aires em 26 de setembro de 1976 e seu corpo foi encontrado com outros sete no fundo do mar, dentro de barris com cimento.

²¹⁸ *El Saleroso*, n.06, 2010.

²¹⁹ *Libera* 159, 2013.

²²⁰ Um excelente texto que trabalha a questão da memória na militância anarquista é, Ensaio sobre a memória anarquista: a história como ficção coletiva de Edgar Salvadori de Decca (1999). Texto, inclusive, dedicado à Jaime Cubero.

²²¹ Informação disponível em <https://anarquismorj.wordpress.com/2012/05/26/alberto-pocho-mechoso-porque-a-vida-e-a-luta/>

Nessa mesma direção, há o exemplo do Coletivo Anarquista Bandeira Negra que realiza um evento dedicado ao resgate histórico de mulheres anarquistas, sendo o próprio nome da livraria do coletivo uma homenagem à uma mulher militante: Lucy Parsons. Quase todo coletivo anarquista apresenta algum tipo de material, espaço ou evento que homenageia um antigo militante ou figura importante do anarquismo.

Além disso, a quase totalidade dos periódicos destinam um de seus espaços para retomada de lutas ou eventos históricos com envolvimento de anarquistas. Um dos eventos mais lembrados pelos periódicos anarquistas brasileiros é a fundação da Confederação Operária Brasileira, a COB, em 1906, que foi fundamental para as lutas daquele período e da greve geral de 1917, que abalou o Brasil. Os espaços de memória também são utilizados para fazer denúncias de assassinatos políticos como, por exemplo, situações de violência no campo.²²²

4.3 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

O debate sobre temas envolvendo o uso e o controle de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é parte de preocupação de algumas das publicações estudadas. O coletivo *Fenisko Nigra* é, dentre os coletivos pesquisados aquele que apresenta a maior quantidade de publicações relacionadas ao tema²²³. Entre suas publicações vemos a defesa da divulgação de novas formas de comunicação, como a do acesso comunitário à internet e ao software livre.

Algumas dessas reflexões tematizam o modo como essas tecnologias afetariam nossas vidas. O questionamento se dá a partir do fato de que, apesar de vivermos na era das “tecnologias avançadas”, a base dessas tecnologias ainda permanece desconhecida à maioria dos usuários, incapazes de resolver, por exemplo, problemas mínimos nos sistemas operacionais de seus computadores. De acordo com a interpretação do *Ativismo ABC* e da *Casa da Lagartixa Preta*²²⁴ isso só aumentaria a dependência da população à uma esfera macro cuja conexão com a micro – entendida como cotidiana - dificilmente poderia ser traçada a não ser por especialistas. Desse modo, há o fortalecimento da relação capitalista na qual a especialização se transforma em mercadoria. Nesse sentido, os anarquistas

²²² Libera, 157, 2013

²²³ Especial destaque ao boletim *A-Info*.

²²⁴ Zine *Gestão de Espaços Autônomos*.

continuam sinalizando para a permanência da relação entre a apropriação do conhecimento e o controle da própria vida. Ou seja, para a existência de relações entre saber e poder. Diante disso, há a defesa por parte do Ativismo ABC da construção de práticas políticas que buscam, simultaneamente, a apropriação de conhecimentos considerados avançados e a luta pela valorização e reapropriação de saberes tradicionais como modelo de questionamento da superespecialização e da fragmentação imposta pelo capitalismo.

Outra dimensão debatida é a da subjetividade dos indivíduos diante das TICs. Trata-se de uma preocupação presente principalmente em textos publicados pelo *Coletivo Por Uma Espiritualidade Libertária*. Conforme já apontamos, há forte influência do pensamento de Jacques Ellul nesse grupo. Assim, é exemplar o texto *Música, Tecnologia e Consumo*²²⁵ cujo autor reflete o que seria o caráter predominante das relações entre tecnologia e subjetividade no mundo contemporâneo. Em sua concepção, tudo assumiria a forma de simulacro e simulação; as esferas mais ampliadas da vida como o trabalho, o dinheiro, a cultura, a arte, o ensino, a psicologia, a economia, o sexo (pornografia), a música, etc. seriam englobadas dentro desse grande sistema. Diante desse cenário, caberia até mesmo questionar se a humanidade já teria se tornado, ela própria, máquina. O autor faz, então, uma distinção entre vida individual – com seres humanos cada vez mais adaptados à vida cibernética – e vida real – na qual se experimentaria a sensação de ineficiência diante dos problemas. Viveríamos uma “cibernetização” da humanidade marcada por uma disputa entre a cibernetização (“baixo, logo existo!”) versus “consumidorização” (“consumo, logo existo!”). Toma, assim, uma concepção pessimista e essencialista de tecnologia na qual haveria a necessidade de um grito proclamador do retorno a certos valores humanos. Na complementaridade entre cristianismo e pensamento antitecnológico afirma a superioridade do amor ante à tecnologia. Ao considerar a lógica presente nas relações entre tecnologia e consumo a partir das práticas de se baixar e ouvir música na internet, sua análise enfatiza o que seria a “lógica de contrabando digital”. Segundo Paiva “ao contrário do que fazem parecer nossos queridos piratas antiglobalização, não atrapalha o sistema, antes, o estimula, uma vez que, raramente é usado contra o capital” (PAIVA, 2010, p.50).

²²⁵ PAIVA, S. V. K (2010) Música, tecnologia e consumo *in* Espiritualidade Libertária, São Paulo, n. 1, 1. sem. 2010, pp. 46-59.

Diante da luta contra o “tecnicismo global” sobraria construir resistências por meio de relações de amor, em sua capacidade de ser um afeto humano que não poderia ser capturado. Esse amor aplicado em diferentes esferas, tais como o amor pela música e pela arte que jamais

poderá ser profanado, tocado ou abusado por nenhum dos terroristas econômicos ou digitais. E enquanto ela estiver sendo feita de maneira orgânica, de maneira popular, em círculos familiares, para promover a comunhão entre amigos e os vínculos locais, o simples da vida e a alegria cotidiana, ela jamais estará submetida aos terrorismos psicológicos e econômicos dos sumo-sacerdotes do capitalismo; ela estará protegida. Para muitos, música é presente para o próximo e não estratégia de controle, técnica política ou técnica sociológica (PAIVA, 2010, p.55)

A perspectiva da crítica da tecnologia também pode ser vista em uma crônica produzida e publicada em material da *Fenisko Nigra* na qual se faz presente a ideia de que estaríamos envenenados pela “poluição do progresso e tecnologia”²²⁶. Em um pequeno trecho que selecionamos podemos ver o apontamento para as contradições da tecnologia na seguinte leitura:

A cada dia, a cada hora, a cada minuto, milhões de pessoas em todo mundo perdem mais o pouco que restava de dignidade, de esperança, de amor e humanidade, esses milhões estão à mingua de moradia, comida e trabalho. A cada momento milhares destes veem a si próprios e seus filhos, morrerem aos poucos por falta de remédios, comida e condições adequadas para viverem em mundo de fartura e avanços tecnológicos, chegamos em outros planetas, mas não saciamos a fome de nossos próximos. Tanta miséria é o resultado oposto do acúmulo de riqueza por uns poucos indivíduos (A-INFO, n.05, 2012).

O enfrentamento político anarquista também pode acontecer na internet. O *Boletim Informativo A-Info*²²⁷ traz diversas denúncias acerca das tentativas do Congresso dos Estados Unidos em atacar os sítios virtuais estrangeiros acusados de hospedar ou encaminhar materiais com direitos autorais. A crítica da propriedade privada é ampliada e levada ao universo virtual. Os anarquistas passam a compor as

²²⁶ É interessante pensar na imagem, aqui utilizada, do progresso e da tecnologia visto como veneno e poluidor. Essa publicação é exemplar do aparecimento de perspectivas dialéticas de tecnologia e de perspectivas essencialistas, muitas vezes no mesmo texto e embasando a argumentação a partir dessas duas visões. Muitas vezes, os argumentos trabalham utilizando campos argumentativos opostos para fazer denúncia. Caberia fazer uma análise mais aprofundada, mas temos como hipótese de que a visão essencialista é prevalente na descrição e na denúncia, enquanto que perspectivas dialéticas de tecnologia aparecem em momentos de defesa da atuação política.

²²⁷ *A-Info*, n.05, 2012.

fileiras de defesa do fim da propriedade intelectual – o que demonstra a incorporação de um debate denso ocorrido nas últimas décadas e não necessariamente anarquista para o campo libertário.

Ainda a respeito das leis para o mundo virtual são comentadas aquelas que criminalizam alguns dos serviços como o *Riseup* – servidor de internet utilizados por inúmeros agrupamentos anarquistas em todo o mundo o qual exerce papel fundamental nas trocas de informações exercidas pela militância libertária. Segundo a publicação da *Fenisko Nigra* tal prática aproximaria os Estados Unidos ao Irã e ao Paquistão como países que tornam ilegal o uso de tecnologias e que praticam censura. Comenta o jornal:

Nos próximos anos, vamos nos deparar com muitas outras tentativas de "civilizar" a internet e trazer a "força da lei" para o mundo virtual. Se isso ocorrer, essas tentativas de trazer a força da lei para dentro do ciberespaço vai minar a segurança, não só de ativistas, mas de todos, e ainda demandar um aparato estatal extensivo e repressivo para que seja colocada em prática (*A-INFO*, n.05, 2012).

Para eles, qualquer enfrentamento político contrário a essas práticas envolveria uma atuação em três perspectivas: político, legal e técnico. Diante dessa configuração social, caberia aos anarquistas a elaboração de estratégias a longo prazo para lutar contra essas leis. Como participantes de movimentos sociais, as publicações do *A-info* questionam a capacidade de formar práticas de resistência a partir de estratégias técnicas em torno desses novos artefatos e não somente com as estratégias políticas e legais. Segundo essa concepção, a realidade tecnológica traz consequências políticas e a existência e uso de ferramentas que assegurem o direito de se comunicar em segredo seriam algumas das nossas maiores defesas contra as tentativas de "civilizar" a internet. Como uma das formas de alerta, a *Fenisko Nigra* apresentam a *Declaração de Independência do Ciberespaço* por John Perry Barlow como um texto de referência teórica. A partir dele compreendem que

Pelo viés anarquista, a terra é, assim como água e o ar, bens coletivos, de uso comum, de propriedade de uso, inexistindo a propriedade de posse em nossos meios. E isso se estende nos meios urbanos, as mega construções que tem removido milhares de famílias de seus humildes lares, a base da violência peculiar do Estado autoritário que atende apenas aos interesses do capital, de seus mandatários de gravata, grandes gananciosos que só sabem lidar com cifras e cifras, assim como seus ancestrais bárbaros faziam (*A-INFO*, n.07, 2012).

Por fim, alguns materiais também fazem referência aos levantes políticos e sociais ocorridos na última década e que tiveram grande apoio através das informações disponíveis pela rede virtual. No Irã, manifestações de rua foram organizadas por twitaços, como também a Primavera Árabe teve sua organização e divulgação pelas redes sociais virtuais. Os movimentos de Ocupação de Praças também podem ser considerados enquanto amostra, segundo a *Fenisko Nigra*, da possibilidade de uso de ferramentas tecnológicas unidas às estruturas convencionais de luta revolucionária. Segundo a publicação do coletivo:

A união desses dois mundos, ampliam nossas capacidades organizativas e nosso alcance, na intenção de amplificar nossas propostas de emancipação. Neste sentido, temos que tomar todo o cuidado em não misturar os canais, causando mais problemas do que soluções. Os militantes que não conhecem de *softs* e programação, que são meros usuárixs devem ter muito cuidado no uso e avaliar sempre que tipo de informação está oferecendo (A-INFO, n.015, 2012).

Especificamente nesse campo, a discussão anarquista realizada em países como Estados Unidos, Espanha, Alemanha e Grécia nos parece mais avançada e consolidada. Nesses países é possível encontrar diversos coletivos que atuam especificamente em torno de lutas envolvendo as comunicações na internet e o uso de tecnologias de comunicação. Conforme podemos observar, apesar de conseguir divulgar parte dos elementos centrais discutidos entre os anarquistas de todo o mundo, a produção teórica em torno desses temas no Brasil ainda se encontra incipiente na militância política ou pouco apareceu nos materiais por nós consultados.

Há, por exemplo, a tentativa de construção de inúmeros portais e sites com conteúdo anarquista²²⁸, entre eles podemos citar alguns significativos:

- 1) Centre International de Reserches sur l'Ararchisme (CIRA)
<http://www.cira.ch>
- 2) Increvables Anarchistes <http://increvablesanarchistes.org/>;
- 3) Encyclopedie Anarchiste. <http://por.anarchopedia.org/>;
- 4) <http://anarkismo.net/>;
- 5) theanarchistlibrary.org/;
- 6) <https://info.nodo50.org/>;
- 7) <https://noticiasanarquistas.noblogs.org/>;

²²⁸ O trabalho de Luiza Uehara Araújo (2013) *Política e modulações: há vida libertária na internet?*, traz uma excelente análise do funcionamento de portais libertários e do uso que alguns anarquistas fazem da internet construindo práticas libertárias de resistência.

4.4 Ecologia – concepções de natureza e lutas em torno das questões ambientais

A ecologia sempre foi um tema de grande interesse entre os anarquistas conforme apresentado até o momento nesse trabalho. Uma característica que se mantém viva é a maneira como os anarquistas enfrentam a temática ecológica de forma integrada a outros campos. Os debates sobre Ecologia observados nos periódicos estudados aparecem, muitas vezes, vinculados ao de saúde. Temos, por exemplo, a atuação do *Núcleo de Alimentação e Saúde Germinar*²²⁹ que trabalha com hortas-comunitárias. Segundo o grupo, suas práticas combinam a ecologia social, a ecoalfabetização, a economia solidária e alimentação ecológica. É interessante observar a forma como concebem suas próprias ações na seguinte afirmação:

Nós estamos transbordando para um conceito de Saúde Social, tirando como base um progresso, que segundo Reclus, se dará da forma mais ampla, com a “Conquista do Pão” (LIBERA, n.137, 2008).

A prática da agroecologia²³⁰ é divulgada em boa parte das publicações. Os princípios e as técnicas da Agroecologia e da Permacultura²³¹ se somam às concepções políticas de Autogestão e Ação Direta, transformando-se em fundamentos da militância e das ações educativas relacionados ao meio ambiente e a natureza.

Um das formas de aproximação entre a ecologia e as práticas cotidianas se expressa em práticas descritas no já citado material *Desculturalizando*²³². Nessa produção do *Coletivo ABC* e da *Casa da Lagartixa Preta* são citados exemplos de técnicas que estariam mais próximas de práticas ecológicas libertárias. Construção de terra como adobe e taipa, historicamente utilizada em comunidades rurais, podem ser aperfeiçoadas. Esse tipo de material que foi por muito tempo considerado simplista e promotor de proliferação de doenças hoje é redescoberto nas chamadas bioconstruções. Nessa publicação os anarquistas discutem sobre como está em alta

²²⁹ *Libera* n.137, n.138, 2007.

²³⁰ *Libera* n. 138, 2007, afirma que a “agroecologia, enquanto técnica de produção e ciência, possui um papel fundamental nessa transformação”.

²³¹ *El Saleroso*, n.6, 2010.

²³² *El Saleroso*, n.06. 2010.

a utilização dos chamados materiais ecológicos. Todavia, politizam uma questão sobre o ensino e a divulgação dessas técnicas:

O resultado é a técnica de construção sendo ensinada a quem puder pagar e por pessoas de institutos, universidades (devidamente certificadas) e está deixando de ser um conhecimento livre, tradicional e de fácil acesso para se tornar algo ligado a especializações, instituições e ensino superior. Enfim, elitizada. O pior é que nós anarquistas, não pensamos nem agimos muito diferente. Se queremos aprender sobre as técnicas de construir com terra, agroecologia, banheiro seco ou filtros biológicos, vamos direto aos cursos de permacultura. O que a permacultura fez foi apropriar-se de muitas técnicas e algum conhecimento tradicional, juntar com um pouco de conhecimento acadêmico, cercar tudo isso e colocar um molde de instituição para administrá-lo (DESCULTURALIZANDO, EL SALEROSO, n.06, 2010).

Os anarquistas são duros em sua explicitação da forma como os políticos e os capitalistas encaram o meio ambiente. Segundo eles o meio ambiente foi jogado para segundo plano ou apenas tornou-se um meio propagandístico de se vencer eleições²³³. Esse tipo de compreensão abre a oportunidade para que os libertários discorram sobre sua própria maneira de entender a natureza. Na narrativa presente em algumas publicações a relação tida enquanto utilitária entre a nossa espécie e a “natureza”, forjada cotidianamente na cultura da sociedade industrial, nos deixaria livres para sugar o que fosse “necessário” em prol de uma única espécie e em detrimento do todo. Segundo as reflexões presentes nos materiais do coletivo *Ativismo Abc*²³⁴ tal perspectiva isentaria o ser humano da responsabilidade com a degradação, a poluição, a destruição de fontes esgotáveis de vida e da extinção de outras espécies.

Assim, é comum no discurso presente nos materiais analisados a defesa da necessidade de se pensar outro modo de trato com a natureza, considerando, em alguns casos, até mesmo as dimensões espirituais que envolvem essa relação – dando continuidade a uma outra tradição libertária. Há, também, a defesa da luta autônoma em busca da reconstrução dos laços com a natureza. Essa autonomia, segundo o *Puxirum*²³⁵ seria completamente real e possível, porque seria a raiz da relação homem-natureza enquanto a revolução industrial, a revolução verde, e demais ditas “revoluções na agricultura moderna”, já mostraram que não possuem

²³³ O *Ativista* n.1.2004

²³⁴ *Ativismo ABC*. Casa da Lagartixa Preta. Disponível em ativismoabc.org/

²³⁵ *Puxirum*, n.01, 2014.

essa raiz à medida que nunca foram sustentáveis para as sociedades rurais e para a sociedade como um todo.

Entre as publicações do *Espiritualidade Libertária* acessamos um debate sobre a relação entre concepções teológicas – a partir de uma perspectiva da Teologia da Libertação - e a Natureza. Em artigo publicado trazem o questionamento

Mas, e as religiões? Onde estavam as religiões que permitiram que a Criação Divina fosse dilapidada e explorada sem piedade? Quando e o que aconteceu que a grande maioria das religiões adormeceu para o sentido maior de uma crença que é (deveria ser) a Integridade da Criação (ROCHA, 2011, p.85).

Ainda em suas reflexões, temos em *Teologia da Libertação e Meio Ambiente*²³⁶ a denúncia da forma como o clero e as teologias dominantes sempre demonizaram a natureza através de uma visão que povoa o imaginário com visões como: a floresta é “perigosa”, os animais são “selvagens e peçonhentos”, a erva é “daninha” e o mar “avança e destrói”. A linguagem é utilizada para facilitar a comercialização da vida de acordo com essas reflexões. Questiona criticamente então a lógica cristã hegemônica que funciona a partir da premissa de que tudo quanto é mal haverá de ser extinto, assim é aceitável que a natureza “selvagem” possa ser explorada sem piedade. Citamos um trecho que demonstra o raciocínio:

Dessacralização da natureza para poder manipulá-la. Algumas [religiões] de forma paradoxal, abençoam a dessacralização porque interessa a alguns de seus chefes que apenas o templo seja sagrado. Se apenas o templo é sagrado, o que está ao seu redor não merece o mesmo respeito. Para algumas pessoas, melhorar o mundo é trazer o des-envolvimento, é não mais envolver-se, é o não envolvimento. Assim é possível destruir sem culpa, desmatar sem dor, violentar e sentir prazer. Se dessacralizo, eu não estou mais envolvido. Na Teologia da Libertação sonha-se com um mundo socialista, e é sabido que no Socialismo Real o ambiente não foi levado em conta muitas vezes, já que era preciso produzir o máximo possível para competir com o lado do planeta que representava o capital. Essa produção exagerada causou grandes desastres ecológicos: desertificação na China e na antiga União Soviética, monocultura e conseqüente perda da biodiversidade em Cuba, modelo de transporte poluente, etc. Pois então é chegado um tempo para que as religiões convertam-se, retornem para a causa inicial de seus iniciadores. É preciso re-ligar, religar-se, ligar no sentido de re-conectar não apenas aos outros seres humanos e a Divina Sabedoria, mas também aos não humanos (SILVA, 2011, p.85-86).

²³⁶ *Espiritualidade Libertária*, São Paulo, n. 3, 1. sem. 2011, pp. 83-90.

O Veganismo²³⁷ - enquanto ampliação do vegetarianismo para além de questões alimentares - aparece como uma prática política ecológica do anarquismo contemporâneo que é defendida em muitos dos materiais consultados. Um exemplo de luta de ação direta do movimento de *Libertação Animal* ocorre em torno de uma polêmica ação do movimento quando fez o resgate de beagles do laboratório do Instituto Royal²³⁸. Uma das publicações estudadas defende que

A ação de resgate dos beagles, particularmente, e a noção da relação humana com animais de outras espécies, do ponto de vista anarquista está associada a duas questões. De um lado, o combate ao capitalismo. De outro, a humanização do próprio homem que deve ver os animais não como mercadorias, mas como seres que sentem e pensam em determinado nível e vivem também em sociedade. Por isso é fundamental apoiar formas de luta contra os maus tratos aos animais (A CAUSA DO POVO, n.69, 2013).

É também muito presente a crítica da chamada Revolução Verde²³⁹. Diante desse tema vê-se o aparecimento de várias discussões envolvendo diretamente Ciência e Tecnologia. Em síntese, muitos anarquistas entendem que a Revolução Verde foi a consolidação da lógica da produção capitalista no campo e na produção agrícola dos países subdesenvolvidos. Essa teria sido uma revolução capitalista que buscava a modernização da industrialização da agricultura. Dessa forma,

o pacote tecnológico contendo maquinário agrícola, fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes industriais e engenharia genética foi amplamente difundido para garantir as insustentáveis produções, possíveis através dos latifúndios, da monocultura e da exploração do trabalho e dos recursos naturais (LIBERA, n. 142, 2009).

Junto disso, o financiamento de grandes e extensivas monoculturas de soja, de cana, de eucalipto, de pecuária, de mega mineradoras, de portos marítimos, de estradas e de obras de geração de energia favorecem as corporações que controlam o mercado internacional de *commodities*. Em contraposição ao modelo capitalista, os anarquistas da FARJ e da FAG defendem em várias publicações a utilização e o desenvolvimento de métodos de produção agroecológicos que priorizem a gestão popular da produção agrícola em harmonia com o meio ambiente. Junto disso, é

²³⁷ *A-Info* n.25, n.26.

²³⁸ <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/10/ativistas-invadem-e-levam-caes-de-laboratorio-suspeito-de-maus-tratos.html>

²³⁹ *Libera* n.142, 2009.

necessário o controle das sementes pelos trabalhadores do campo e uma oposição política organizada contra as leis de propriedade e de patente das sementes. Segundo o documento²⁴⁰ aprovado no I Congresso da CAB (CONCACAB):

O agronegócio, que responde por apenas 16% dos estabelecimentos agropecuários do país, recebeu, em 2011, mais de R\$ 107 bilhões, e seguiu sendo a prioridade do governo, enquanto somente R\$ 16 bilhões foram destinados à agricultura familiar, que ocupa nove vezes mais pessoal que os estabelecimentos patronais e produz cerca de 80% da nossa alimentação. Seguem avançando as frentes de transgênicos, agrotóxicos e as aprovações do Código Florestal. Somente entre 2008 e 2011, 29 tipos de sementes transgênicas – entre soja, milho, algodão e feijão – foram aprovadas. Dentre estas, o maior absurdo é o feijão, produto principal da alimentação brasileira, que apresentou falhas gravíssimas nos testes de segurança da EMBRAPA e, mesmo assim, foi aprovado às pressas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO). Segundo Gabriel Fernandes, da entidade agroecológica AS-PTA, em entrevista à revista Caros Amigos: “A indústria investe mais em sementes transgênicas resistentes a agrotóxicos para fazer a venda casada. Entre 2003 e 2009, período de forte expansão da soja transgênica da Monsanto, resistente ao herbicida glifosato (“mata-mato”), o Brasil passou a usar 5 vezes mais esse produto, segundo a ANVISA. Desde 2008, o Brasil passou a ser o país que mais usa agrotóxicos no mundo. (I CONCACAB, 2012).

Ao mesmo tempo, a luta em busca de reforma agrária ou por modelos alternativos de produção se dá com

batalhas agressivas contra um inimigo reforçado pela estratégia do agronegócio, com reivindicações indígenas, quilombolas e ações dos sem-terra por reforma agrária. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o ano de 2011, no governo Dilma, foi o pior para a reforma agrária nos últimos 16 anos. Um dos argumentos utilizados por Celso Lisboa Lacerda, presidente do INCRA, é que o foco das ações da entidade está voltado para a melhoria nos assentamentos já existentes, revelando uma imensa contradição, quando se constata a ausência de estruturas mínimas como estradas, energia, escola, saneamento e assistência técnica adequada a uma agricultura ecológica (I CONCACAB, 2012).

A atuação política da militância ecológica é expressa, diversas vezes, na participação em manifestações de massa sobre temas envolvendo questões ecológicas. São lembradas as mobilizações organizadas pelos movimentos sociais²⁴¹ na *Cúpula dos Povos*, evento alternativo à Rio + 20, que segundo os anarquistas conseguem demonstrar para a sociedade a existência de uma convergência de luta

²⁴⁰ Documento aprovado no I Congresso da Coordenação Anarquista Brasileira, Rio de Janeiro, 8, 9 e 10 de junho de 2012. Disponível em https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=191

²⁴¹ *Libera* n.154, 2012.

entre povos oprimidos. As lutas contra o *Novo Código Florestal Brasileiro*²⁴² também são tematizadas com certa frequência nos materiais consultados. Um exemplo da reflexão anarquista sobre a questão ambiental pode ser vista na problematização do evento Rio+20 feita pela publicação da UNIPA quando perguntam:

Qual a importância desse debate para os trabalhadores? Em grande medida, é um debate central. Pois a questão ambiental está hoje na realidade ligada diretamente a questão agrária, e logo, à da revolução. Dessa maneira é preciso rechaçar tanto o preservacionismo imperialista da economia verde e etc. quanto o desenvolvimentismo “sustentável” da periferia, pois ele está associado a duas exigências: o sacrifício dos interesses econômicos e políticos imediatos e históricos do campesinato e dos indígenas e quilombolas pela mudança dos regimes de produção, substituindo as formas de produção ecologicamente agressivas por formas menos destrutivas (tendo clareza que todo processo de produção terá necessariamente impacto ambiental, negar isso é cair num romantismo ingênuo). Defender não somente a luta pela terra, mas também a luta por trabalho e melhores condições salariais e de emprego no campo. Tirar o campesinato da direção governista, combater as contradições ideológicas campo-cidade, promovendo a aliança operário-camponesa e combatendo o comunitarismo conservador (de base étnica, religiosa e cultural que são frequentemente cooptados pela expansão do capital), incorporando esse comunitarismo como elemento de mobilização e integrando as camadas étnicas do campesinato (indígenas e quilombolas) na luta geral de classes. Essa tarefa é a tarefa essencial do momento (A CAUSA DO POVO, n.64, 2012).

Um dos pontos mais interessantes de entrelaçamento entre as perspectivas anarquista e ecológica pode ser vista na atuação da *Frente Anarquismo e Natureza* da Federação Anarquista do Rio de Janeiro. Segundo suas publicações, essa frente formada em 2007 possui o objetivo de

fortalecer, apoiar e desenvolver junto aos movimentos sociais um trabalho político que busque intensificar a luta de classes em torno da agroecologia, da saúde, da alimentação, da ecologia, do trabalho, da fitoterapia e da educação libertária. Essa atuação política é fruto do acúmulo de experiências de nossos militantes nas lutas sociais travadas em meio a organização dos/as explorados/as, efetivamente, através da participação em grupos como o GAE-UFRRJ (Grupo de Agricultura Ecológica), o GECA (Grupo de Eco-Alfabetização) e o CELIP (Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres), no apoio aos movimentos sociais ligados a luta por reforma agrária e urbana, por terras e por uma produção de alimentos agroecológicos, e sobretudo, na proposta de Anarquismo Social defendida pela FARJ. (LIBERA, n.160, 2013).

Essa frente entende que os movimentos sociais devam buscar a autonomia e a autossuficiência na produção de alimentos que sejam saudáveis. Também é

²⁴² *Libera* n.148, n.150, 2011.

possível, segundo eles, lutar para a mesma autonomia na produção de remédio e insumos produtivos. Para isso, as ideias de apoio-mútuo e de autogestão advindas do anarquismo poderiam contribuir para a consolidação dessa perspectiva.

De acordo com a publicação, a atuação da Frente ocorre em várias direções, com participação em atividades públicas de oposição ao agronegócio, manifesta na construção da *Rede Alerta Contra o Deserto Verde*, bem como a *Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos*. A organização tenta estabelecer vínculo e trânsito com outros movimentos sociais tais como a *Via Campesina*, o *Movimento de Pequenos Agricultores* (MPA), o *Movimento dos Atingidos por Barragens* (MAB) e o *Movimento das Mulheres Camponesas* (MMC).

Por se tratar de movimentos organizados e consolidados, a militância libertária da frente compreende que o papel mais importante a ser desenvolvido por ela é a realização de atividades pedagógicas com comunidades. Desse modo, citam algumas possibilidades:

As oficinas pedagógicas de fitoterapia, as mostras de filmes agroecológicos e a gestão da cozinha realizadas pelo Núcleo Germinal no CCS (Centro de Cultura Social), assim como a realização de cursos de formação em agroecologia e agroflorestas na Universidade Popular envolvendo o Núcleo Germinal e a Cooperativa Floreal, e também, o trabalho de estímulo as hortas urbanas junto à Ocupações dos Sem Teto (Ocupações Vila da Conquista, Poeta Xynayba, 16 de abril, entre outras) (LIBERA, n.160, 2013).

A luta desse grupo se expressa na busca em estabelecer contrapontos à agricultura realizada de modo convencional. Em sua análise, a agricultura predominante privilegia a exploração dos trabalhadores e da natureza ao mesmo tempo em que concentra a terra na mão de latifundiários. Além disso, cria a dependência dos mercados financeiros e de recursos naturais, sementes, fertilizantes e agrotóxicos. Outro aspecto se dá na apropriação de saberes populares e das riquezas naturais que o capitalismo faz. A agroecologia é vista, ao mesmo tempo, como técnica de produção e como modelo de luta capaz de fortalecer a organização popular. Por fim, defendem que o horizonte de toda ação libertária é o de construir uma sociedade emancipada da exploração do homem pelo homem e da natureza.

A perspectiva de transformação por meio da promoção de uma *Educação Ecológica* e a aproximação com a pedagogia libertária são ressaltadas na participação de várias experiências junto aos movimentos sociais, dentre elas transcrevemos duas:

Após anos de muita luta, MST, FETAG, CPT e Fórum de Comunidades Tradicionais aprovaram junto ao MEC o primeiro Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que possui o objetivo principal de graduar em 3 anos, assentados de reforma agrária, pescadores, quilombolas, indígenas e caiçaras de maneira a possibilitar o trabalho como futuros educadores em escolas das respectivas comunidades. Na solenidade de abertura do curso foram lembradas as ações pedagógicas anarquistas de formação de trabalhadores pelos próprios trabalhadores como a Universidade Popular de 1904 no Rio de Janeiro e as Escolas Modernas de São Paulo, louvando assim, a forte contribuição histórica da pedagogia libertária no âmbito da emancipação da classe trabalhadora (LIBERA, n.160, 2013).

Podemos dizer que o apoio de grupos como esse almeja fortalecer as organizações populares a caminharem rumo à transformação social na qual o povo se coloque como protagonista de sua própria liberdade. Nesse caminho, a luta ecológica no encontro com as práticas pedagógicas libertárias se fortalecem mutuamente.

4.5. Saúde, Vida e Sexualidade

Esse é um tópico composto por discussões bastante variadas. A primeira que poderíamos elencar são as constantes denúncias sobre os processos de privatização dos hospitais universitários públicos²⁴³ que atendem gratuitamente a população e o processo de sucateamento a que são submetidos. São exemplos dessas lutas algumas notícias que apresentam lutas em torno da saúde pública:

Em dezembro, se encerrou após quase 2 meses a greve dos trabalhadores da saúde, que mobilizou fortemente a categoria e recebeu a solidariedade de outros trabalhadores, como dos bancários e trabalhadores do transporte público, assim como de outros movimentos e organizações. (CABN, BOLETIM, DEZEMBRO, 2013).

Também em Florianópolis, há um processo de mobilização contra a implementação da EBSERH, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, no Hospital Universitário da UFSC (CABN, BOLETIM, JULHO, 2014).

Há também a crítica sobre a forma como o Estado lida com a saúde num sentido ampliado, como por exemplo

²⁴³ *A Causa do Povo*, n.38, 2007.

A hipocrisia é tanta que da parte do governo municipal surgiram as explicações mais cínicas sobre a disseminação da doença, ora atribuindo a responsabilidade ao próprio mosquito, que teria modificado seus hábitos, outras vezes ao clima tropical da cidade, retomando as perspectivas deterministas do fim do século XIX e ignorando que não é só o Rio de Janeiro que se encontra sob tal clima no mundo e, finalmente, à própria população, que, num descaso com a própria vida, teria se descuidado do trabalho de prevenção (A CAUSA DO POVO, n.41, 2008).

Um dos achados mais ricos da pesquisa diz respeito ao interesse por plantas vivenciado em práticas desenvolvidas na *Casa da Lagartixa Preta*. Conforme diversas publicações do coletivo há uma horta orgânica da Casa onde muitas plantas espontâneas dividem espaço. A partir disso foi desenvolvido um trabalho de pesquisa que consiste em identificar as plantas existentes no espaço, com a ideia de divulgar suas propriedades e usos, e o desenvolvimento de uma sala de plantas medicinais na casa – uma espécie de farmácia caseira. Nas publicações os resultados dessas pesquisas são compartilhados, além do fato do grupo se inserir em uma feira de trocas de saberes sobre plantas medicinais²⁴⁴.

O debate sobre as relações existentes entre gênero e saúde também é marcante. Encontramos em algumas publicações materiais a respeito, por exemplo, de coletores menstruais²⁴⁵ e a defesa de sua função de permitir o autoconhecimento feminino, “não ter nojo de si mesma, conhecer melhor as manifestações do corpo”, além disso, eles se encontram em consonância com o cuidado pelo meio ambiente atrelado ao fato de não utilizar produtos de origem animal.

A medicalização da vida²⁴⁶ é outro tema apresentado com uma reflexão bastante aprofundada. Ivan Illich é uma das principais referências utilizadas. Suas reflexões giram em torno dos malefícios desse processo de medicalização: primeiro, a intervenção técnica no organismo, acima de determinado nível, retira do paciente características comumente designadas pela palavra saúde; segundo, a organização necessária para sustentar essa intervenção transforma-se em máscara sanitária de uma sociedade destrutiva, e terceiro, o aparelho biomédico do sistema industrial, ao tomar a seu cargo o indivíduo, tira-lhe todo poder para controlar politicamente tal sistema.

²⁴⁴ *El Saleroso* n.5.

²⁴⁵ *El Saleroso* n.4.

²⁴⁶ *El Saleroso* n.6.2010

Assim, podemos tomar como exemplo a publicação de parte do manifesto Pensamentos sobre Saúde e Cura para a revolução de Laurel Luddite:

Minha caixa de remédios é um conjunto de biorregiões. Cada pote de plantas contém uma história (muitas vezes uma história triste de ecossistemas sendo extintos, ou lugares que não existem mais). Me sinto honrada por ter conhecido plantas em seus locais de origem e ter estudado seus usos como medicamentos. Mas para as pessoas que não têm muita sorte em perambular por locais selvagens e distantes, adquirir preparações fitoterápicas, como tinturas, pode ser um elo de ligação com esse tipo de cura. Como muitas coisas dessa sociedade de consumo, é fácil ignorar as conexões entre uma garrafa em uma prateleira de uma farmácia e uma planta viva, crescendo em algum lugar do mundo. Pode ser difícil saber se a planta cresce a um quilômetro de distância ou em outro continente. Há muita coisa para se dizer sobre nos reconectarmos, e nos reeducarmos sobre as ervas que usamos e colher nossos medicamentos quando pudermos. É assim que conseguiremos construir todo um novo sistema de cura - um que pode nos encorajar e nos ajudar a distanciarmos da estrutura de poder corporativo que a medicina se tornou. O desenvolvimento de um novo sistema médico, ou a restauração dos modelos antigos, será mais um reforço em nossa rede de segurança para quando o industrialismo falhar. Ela nos manterá vivos e ativos agora, nos últimos dias do sistema, quando tantas pessoas não possuem acesso à medicina industrial, e irá restabelecer nossa conexão com a medicina real, que é a Terra. (EL SALEROSO, n.05, 2010).

O veganismo – com o foco na alimentação - é citado novamente em algumas publicações como uma prática direcionada não só ao o outro, ou enquanto uma postura política e ética, mas também uma prática de cuidado com o próprio corpo e com a saúde. Em algumas edições são trazidas receitas de comidas veganas²⁴⁷.

A saúde também pode ser observada de uma perspectiva do cuidado do corpo como uma ferramenta que deve estar melhor disponível para a luta política, conforme a citação a seguir:

Os anarquistas em muitos textos alertavam que não só o consumo excessivo causava problemas individuais como também sociais e familiares, além de estarem favorecendo indústrias do vício que aliciavam nossa juventude com ilusões de bem estar e liberdade, o que eram e são uma grande mentira. Diante desse quadro, alertamos nossos companheir@s não há nada de revolucionário ou emancipador no consumo excessivo de entorpecentes lícitos ou ilícitos e que é necessário a consciência e controle sobre isso, a fim de termos o controle e não sermos controlados, escravos de tais vícios (A-INFO, n.05, 2012)

²⁴⁷ A-Info n.26. 2014

A ideia de que comportamentos não saudáveis servem apenas à dominação capitalista à medida que retiram a disposição para a luta política foi tradicionalmente tematizada dentro do anarquismo clássico, muitas vezes de forma moralista. Todavia, a relação existente entre saúde, alimentação, cuidado do corpo e exercícios físicos, também produziu uma cultura de cuidado-de-si entre os libertários quando tematizaram esses pontos sob uma perspectiva política positiva. Este traço, permanente em coletivos contemporâneos, pode ser notado nos dois seguintes trechos selecionados:

Veneno no Prato do Povo “não se deixando envenenar dia após dia pela célula cancerígena do CAPITALISMO”. Devemos nos organizar na defesa da vida, de uma agricultura ecológica que respeite o trabalhador do campo e da cidade, gerando alimentos saudáveis acessíveis a toda população. (LIBERA, n.152, 2011).

Existem práticas saudáveis também que devem ser estimuladas como o uso de dieta equilibrada e variada, exercícios físicos regulares para todos. Nesse sentido a união, parceria e solidariedade com áreas que proporcionem a realização dessas práticas. O ramo de produção agrícola local, por exemplo, será de importância por fornecerem os produtos necessários para uma alimentação saudável, logo a troca de informações a respeito, de qual a capacidade produtiva, quais produtos serão obtidos e se há necessidade de obter em outros locais, produtos complementares. Da mesma forma será tratado a questão esportiva, buscando junto preparar espaços, condições e materiais necessários para a prática esportiva de nossa gente. Como toda prática anarquista, a construção de ambientes saudáveis e procurar desenvolver um projeto de saúde de forma ampla e com a participação de todos os envolvidos é essencial, até porque o que queremos romper é com o modelo de “industrialização da doença” que se tornou um sumidouro de dinheiro e uma forma de manter sobre controle nossa gente, em sua dependência de atendimentos na área de saúde. União por uma revolução saudável! (A-INFO, n.29, 2015).

Citamos ainda a defesa que alguns grupos realizam acerca da promoção da saúde coletiva, a produção e o consumo de produtos agroecológicos, com destaque para as oficinas, a apresentação de trabalhos acadêmicos, os Mutirões Pedagógicos de Ação Direta e de Almoços Vegetarianos.

4.6. As utopias das Cidades e a Urbanização capitalista

As temáticas mais comuns desse tópico fazem referência às grandes obras construídas no Brasil - sede recente de grandes eventos esportivos: Pan-Americano,

Copa do Mundo e Olimpíadas. As críticas são em sua maioria relacionadas aos valores gastos e às políticas de remoção de famílias de seus locais de habitação. Essas questões forçam o aparecimento de movimentos sociais que precisam repensar suas práticas.²⁴⁸

Outro debate importante nesse campo se relaciona às lutas pelo transporte que acabaram por aglutinar diversos setores libertários na última década²⁴⁹.

Há ainda espaço para se pensar a relação individual com os espaços urbanos acompanhada de uma reflexão sobre a estética das cidades – também seguindo uma tradição anarquista discutida no primeiro capítulo. Não é raro ver a crítica da utilização do automóvel como meio de transporte urbano e de como essa escolha acaba por determinar certo modelo de cidade que exclui a convivência humana de sua prioridade.²⁵⁰

Há ainda a possibilidade de encontrarmos a escrita de reflexões e crônicas sobre as cidades e a relação com os espaços urbanos que são transformados ao longo do tempo como represas, as memórias que cada lugar traz, a integração entre cidade e campo. Reflexão sobre futebol, sua transformação em mercadoria, o desaparecimento de campos de várzea para se tornarem prédios verticalizados – tais pontos demonstram a riqueza temática e a criatividade de questões que são trabalhadas pelos anarquistas brasileiros contemporâneos.²⁵¹

Diante do que chamam por “modelo elitista de cidade” muitos anarquistas fazem a defesa de práticas de ação direta como a das Okupas²⁵² – afirmando o tradicional encontro do anarquismo com a contracultura punk e abrindo novas possibilidades de discussão sobre a cidade:

Perante o desenvolvimento desse processo proposital de segregação, nós defendemos a okupação de espaços inativos para fins sociais e de habitação, ou seja, o capital e seus/suas comparsas estão nos jogando às margens ou até mesmo deixando muitxs sem qualquer moradia, portanto, okupemos! Mostremos a nossa disposição de ir contra a propriedade privada e contra todos os aparelhos e instituições a serviço do Estado e do capital. Okupemos e transformemos estes espaços em polos polítoculturais de disseminação de pensamentos libertários. Contrarie a lógica mercadológica de consumo, estimule a autonomia (A-INFO, n.02, 2011)

²⁴⁸ *Boletim Pró-Coletivo Anarquista Organizado de Joinville* n.5.

²⁴⁹ *Opinião Anarquista*.

²⁵⁰ *O Ativista* n.2.

²⁵¹ *O Ativista* n.1, n.2.

²⁵² *A- Info* n.2, n.3.

Quase todas as páginas do *Libera* – dentre os jornais, aquele mais organizado e com maior longevidade - debatem a questão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Nelas vemos críticas ao PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, aos planos de reforma encampados pelo governo federal e que foi seguido pelos estados. Contrapõe-se também aos discursos sobre desenvolvimento e cidadania, considerando que eles significam mais repressão e criminalização do povo e dos movimentos sociais. Denunciam as tecnologias de gestão militar explicitadas nas ações das UPPs – Unidade de Polícia Pacificadora a as frequentes ocupações das favelas pela polícia.

Algumas bandeiras envolvendo a cidade e políticas urbanas aparecem como consolidadas entres os discursos libertários, poderíamos enumerá-las em: a) combate à especulação imobiliária e à usurpação privada do direito à cidade; b) defesa da função social do solo urbano; c) defesa da desapropriação de prédios e terrenos devolutos para programas de moradia popular que atendam aos milhões de populares sem moradia própria; d) defesa do desenvolvimento de planos de construção por sistema de mutirão, cooperativas e autogestão.

Entre outros temas, encontramos a defesa da demarcação de territórios indígenas e quilombolas e o apoio às comunidades pesqueiras e demais comunidades tradicionais.²⁵³

Transparece também nos textos libertários a luta pelo transporte e cidade como expressão da luta de classes:

Algumas abordagens atuais, de forma equivocada, buscam deslocar os movimentos urbanos da esfera da luta de classes, entendendo eles como somente reivindicações pela “cidadania”. Os novos movimentos sociais, sejam eles por moradia, transporte ou saúde, embora pareçam não se enquadrar no conflito capitalista de “patrões contra empregados”, não deixam de ser expressões dos embates de classes (A FAGULHA, n.07, 2014).

A edição 145 do jornal *Libera* traz um importante debate sobre a questão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Analisando o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento – o colocam como um plano reformista do governo federal, seguido

²⁵³ Declaração pública VI Fórum da FAG

pelos estados. Sob discursos bonitos de desenvolvimento e cidadania o plano significaria mais repressão e criminalização do povo e movimentos sociais.

Uma das edições mais marcantes é do jornal *A FAGULHA*, a publicação abre com uma capa em preto (sinal de luto) escrito em letras maiúsculas A CULPA É DO ESTADO. Relatam a morte de dois companheiros participantes das atividades do coletivo

faleceu na manhã de 12 de novembro de 2014. Menino de 8 anos, jovem morador da Portelinha, que nasceu e morreu na comunidade. Seus sonhos, seu futuro, sua vida foram interrompidas em mais um incêndio na Portelinha, sendo o Estado o verdadeiro culpado por esta tragédia. Luta por moradia Com a formação do Movimento de Organização de Base (MOB) no estado, a democracia de base e a ação direta passam a ser princípios de luta em comunidades de Curitiba e região. Eduardo participava da ciranda esportiva martins e das várias festas para as crianças que foram organizadas na comunidade em 2014 (*A FAGULHA*, n.09, 2015).

Numa outra perspectiva, o jornal *O ativista*²⁵⁴ também produzido pelo *Coletivo ABC* traz várias discussões sobre a cidade. Um dos textos que nos chamou a atenção é uma crônica baseada na transformação da represa *Bilings*, em São Paulo. Através da utilização de suas lembranças e memórias, o autor discorre sobre o processo de integração cidade e campo organizado pelo capitalismo. No mesmo material é possível verificar discussões sobre a necessidade de criação de projetos capazes de divulgar novas formas de comunicação, como o de acesso comunitário à internet e ao software livre. Há ainda crônicas sobre a utilização da bicicleta na cidade e reflexões sobre as mudanças estéticas que ocorrem nos espaços urbanos. Questiona-se o processo de organização da cidade voltada para os automóveis e não para os seres humanos.

Podemos acessar ainda discussões sobre o urbanocentrismo e a defesa do que chamam por “protopia” criação de espaços e conteúdos libertários em territórios livres, para isso, estudam exemplos de organização de comunidades autônomas como Colônia Cecília, agrupamentos amish, dentre outros. Apresentamos uma citação que pode exemplificar como compreendem a criação desses espaços e incorporam essa discussão em sua prática política cotidiana:

Estamos todos muito acostumados com a avançada divisão social do trabalho, tanto que no meio anarquista existe pouco material escrito a

²⁵⁴ O Ativista, n.01, 2003.

respeito e as vertentes acabam batendo em dois pólos que não se comunicam: um diz que a divisão social do trabalho é algo natural e que a autogestão magicamente dará conta de tudo e outro critica friamente a divisão social do trabalho mas não desenvolve nada prático a respeito dentro de um projeto político. Trata-se de uma grande mudança das relações sociais cotidianas e conseqüentemente a estruturação de uma nova cultura (antropologicamente falando) que viria a transformar espaços políticos em territórios políticos. Sugiro colocar no conjunto de conhecimentos que, se compartilhados coletivamente, podem catalisar possibilidades de uma vida sem mercado e sem Estado: construção, alimentação e saúde (autonomia do próprio corpo) estando os três intimamente ligados. O espaço é anterior ao território, logo territórios políticos anarquistas só conseguirão ser formados a partir da obtenção de espaços (casas, terrenos, assentamentos, etc) e a maturação de relações dentro deles. Para os anarquistas as crises deveriam ser oportunidades de expansão territorial, ou seja, a multiplicação do que já vem sendo feito há um bom tempo para novos espaços (EL SALEROSO, n. 08, 2011).

A UNIPA também traz suas contribuições sobre o tema discutindo a questão urbana a partir da luta de classe, das relações econômicas e dos processos de reorganização do capital. Segundo o jornal A Causa do Povo:

Não é difícil observar que as áreas mais afetadas pela dengue na região metropolitana do RJ são exatamente as que mais observam a construção de empreendimentos imobiliários, seguindo o mesmo modelo dos EUA de valorização imobiliária e, como conseqüência, gerando uma especulação imobiliária ainda maior, o que se converte em retirada da cobertura vegetal nestas áreas e aumento do número de terrenos baldios, condições sócio-ambientais estimuladoras da proliferação de mosquitos e outras pragas que atentam contra a saúde da população mais pobre. Ao contrário do que afirma a crítica dos reformistas, a questão não é de incompetência administrativa e de falta de ação dos governos. É justamente o oposto, o objetivo das ações dos governos é concentrar cada vez mais capital nas mãos da burguesia e isso só se consegue com a superexploração do trabalho (A CAUSA DO POVO, n.41).

4.7. O mundo do trabalho

O mundo do trabalho tão tematizado historicamente pelos libertários continua sendo objeto de atenção ainda que os horizontes de luta tenham se ampliado nas fases pós-sindicalistas.

Pensar o trabalho continua sendo pensar a própria vida, e a partir dele se recuperam antigas utopias e são trazidas à tona novas ideias – conforme defende *El Saleroso* na edição n.5. Os anarquistas continuam a defender as redes de cooperativas de consumo e de produção como modelo libertário de organização. Elas podem ser ampliadas em redes de conhecimentos medicinais e de cuidados com a saúde, bem como em redes de educação, dentro dos moldes anarquistas.

A ocupação de fábricas é o método de ação direta hegemonicamente preconizado. E dentro do contexto de luta as greves dos trabalhadores e as mobilizações das categorias frequentam as páginas de boa parte das publicações. Os processos de terceirização também são analisados com cuidado. Uma das reflexões ampliadas sobre o trabalho discute:

Durante muito tempo nossos conhecimentos tem sido institucionalizados, deixamos de conhecer aspectos importantes de nossa vida, numa perda contínua de nossa autonomia individual e coletiva. A educação se institucionalizou, os conhecimentos medicinais se institucionalizaram, num processo cada vez maior de controle individual e coletivo. Por isso, hoje creio ser necessário (re)construir nossas vidas, recuperar antigas utopias e trazer a tona novas ideias. Podemos criar redes de cooperativas de consumo e de produção. Redes de conhecimentos medicinais e de cuidados com a saúde. Redes de educação, dentro dos moldes anarquistas, ocupar fábricas... Podemos muito quando estamos juntos (EL SALEROSO, n.05, 2010).

Há páginas que se dedicam a realizar análises sobre o modelo tecnológico e produtivo desenvolvido no Brasil, demonstrando que os anarquistas brasileiros possuem opiniões sobre questões específicas da realidade do país.²⁵⁵

É exemplar a participação dos militantes da *FAG* na *Federação dos Trabalhadores das Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul* (FARGS). Nesse espaço político, os anarquistas gaúchos questionam as propostas políticas como as da Economia Solidária (que estaria vinculada ao Banco Mundial) que não empoderariam o povo, mas fariam com que ele atuasse como vetor da terceirização e precarização do trabalho. Trata-se de um tema polêmico que pode ser melhor aprofundado para que acessemos essa concepção da *FAG*.

Sobre essa questão o *Liberta*²⁵⁶ traz discussões sobre a chamada “inclusão socioprodutiva”, em que governo, ONGs e empresas de comunicação atuam de maneira a desmobilizar as iniciativas locais de organização social, produção coletiva e culturais.

Assim, a maior parte desses libertários defendem iniciativas como as do cooperativismo, produção coletiva e economia popular que rompam com a lógica de mercado e as relações de exploração e de domínio dos trabalhadores pelos empresários ou sistema financeiro.

²⁵⁵ *Indicações para uma Caracterização do Período Histórico Brasileiro*

²⁵⁶ *Liberta*, n.156, 2012

Primeiramente nas lutas que consideramos de curto prazo, que são: a criação de cooperativas de trabalho para geração de renda, a auto formação política, a organização de núcleos do movimento pelos trabalhadores, a agitação cultural e a luta por melhorias imediata (LIBERA, n.156, 2012).

No cenário brasileiro os libertários também refletem sobre o mundo do trabalho de maneira ampliada. Os materiais da *UNIPA*, por exemplo, concluem que as medidas de reestruturação produtiva e reformas do Estado se relacionam a uma estratégia burguesa de retomada do crescimento econômico e acumulação do capital baseada na acentuação da exploração do trabalho, através da precarização e do aumento de produtividade pela automação. Dessa forma, o impacto sobre a estrutura de classes é muito visível através da expansão do desemprego, da redução do proletariado industrial, da terceirização e da precarização das relações trabalhistas. Tais mudanças se associariam também à experiência particular do desenvolvimento dependente brasileiro.

Ainda segundo a concepção da *UNIPA* podemos verificar que o crescente aumento de áreas desmatadas e de conflitos no campo são consequências diretas deste modelo e da concentração de capitais através do agronegócio.

Desse modo, conclui-se que as medidas de reestruturação produtiva e reformas do Estado se relacionam a uma estratégia burguesa de retomada do crescimento econômico e acumulação do capital baseado na acentuação da exploração do trabalho, através da precarização e do aumento de produtividade pela automação (Resoluções III CONUNIPA, 2007).

E continua o documento:

O impacto sobre a estrutura de classes é muito visível através da expansão do desemprego, como redução do proletariado industrial, terceirização e precarização das relações trabalhistas. Tais mudanças estão associadas também à experiência particular do desenvolvimento dependente brasileiro. Além disso, podemos verificar que o crescente aumento de áreas desmatadas e de conflitos no campo são conseqüências diretas deste modelo e da concentração de capitais através do agronegócio. Na mesma medida que se expande o agro negócio, cresce também a super-exploração dos trabalhadores com a presença de mão-de-obra escrava e infantil nas plantações de cana de açúcar e definitivamente, o Estado brasileiro, como não poderia deixar de fazê-lo, segue garantindo a acumulação de capitais pelas elites econômicas e tentando conter a resistência dos trabalhadores frente às classes dominantes com ações repressivas. Somente através da ruptura revolucionária, garantindo o fim da acumulação capitalista e com o controle total dos trabalhadores de todas as atividades econômicas do país e gerência sobre o território brasileiro será possível acabar com o

desmatamento da Amazônia e demais áreas, assim como os assassinatos no campo (Resoluções III CONUNIPA, 2007)

A Federação Anarquista do Rio de Janeiro em seu congresso de comemoração de 10 anos de existência organizou um encontro com a temática *A Economia Que Queremos, Construindo Economias Coletivas no Campo e na Cidade* segundo publicação do Libera,

O encontro uniu coletivos e movimentos sociais para trocar experiências e fortalecer os laços entre iniciativas populares baseadas na autogestão, no respeito e no apoio mútuo. Trabalhos onde não há patrão e nem empreendedorismo individual e sim empenho e gestão coletivos. Vieram companheiras e companheiros de mais de dez municípios da região metropolitana e onze grupos para apresentaram os trabalhos e experiências que desenvolvem em seus coletivos (LIBERA, n.160, 2013).

Conforme dissemos um dos temas que mais preocupou os anarquistas do Rio de Janeiro foram os impactos das obras governamentais para os grandes eventos. Esses empreendimentos modificam não somente a estrutura física da cidade, mas redesenham todo projeto político que visa convencer os moradores de determinados locais sobre a necessidade dessas mudanças. Essa é uma das reflexões trazidas pela FARJ que pode ser sintetizada no trecho:

Obras do PAC, como a do Complexo Industrial Portuário do Açu, no norte fluminense enquanto ideologicamente, com a interferência na cultura e na economia locais, por meio de iniciativas de agentes e instituições externas como ONGs, empresas de comunicação e instituições da indústria (Grupo S, Firjan, Rede Globo, etc). Não só as lideranças e as referências comunitárias, mas também o jovem morador da favela, passa a ser disputado ideologicamente pelo Estado e setores econômicos, em projetos que “promovam o protagonismo juvenil” e a “formação de novas lideranças para estes territórios”. Buscando construir parcerias e envolvimento entre as entidades locais e instituições externas de caráter diverso (governamentais, financeiras, industriais, mídia corporativa) estimula-se uma prática de empreendedorismo (exploração de outros trabalhadores) e uma cultura consumista pelo acesso ao crédito. Ações que não deixam de ser formas de controle social, através da inserção das classes pobres no mercado consumidor numa suposta política de “inclusão social”, mas que na prática significa endividamento e dependência aos mecanismos de mercado e do sistema financeiro(...) Nessa luta, entendemos o bairro e a comunidade não apenas como o espaço de moradia de nosso povo, mas que está intimamente articulado com as questões de **lazer e cultura** (acesso e meios de desenvolver cultura com autonomia, não restritos apenas às elites), de **trabalho** (luta pelos direitos dos trabalhadores, precarização do trabalho e concentração de empregos em áreas ricas e distantes dos bairros de periferia), **transporte** (tarifas caras e serviço péssimo dominado por máfias), de **estudo** (luta por educação pública e gratuita de acesso não elitizado), **saúde** (péssimo serviço de saúde pública e sujeição ao mercado das máfias

de planos de saúde) e **alimentação** (exploração do agricultor pelo agronegócio, o que gera alimentos envenenados, caros e um distanciamento social do povo e das lutas (LIBERA, n. 156, 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo mundializado se apresenta em todos os cantos do mundo de forma contraditória, combinada e desigual. Nele há a produção de efeitos devastadores que provoca um desencantamento com o mundo. Entretanto, contraditoriamente aos processos perversos, verifica-se o surgimento de tentativas variadas de reencantamento com o mundo. Utopias se redesenham, num cenário atravessado por tensões de natureza religiosa, econômica e política. No palco, no qual as lutas se apresentam, assiste-se a migrações, atentados, fome, pobreza, desigualdades sociais e a elevação da apreensão com questões ambientais e climáticas.

Conforme apontou Milton Santos (2000), a globalização experimentada se dá acompanhada de uma imposição por meio da tirania da informação e do dinheiro. A economia é polarizada somente entre setores hegemônicos, produzindo uma competição desigual que, por sua vez, determina pobreza e escassez aos excluídos. A constatação de Milton Santos revela que a partir desse momento tudo passa a funcionar a partir das regras do mercado, marcados por sua violência através do dinheiro e da informação, produzindo competições semelhantes à guerra. Esse fenômeno foi denominado por “globalitarismo”.

Murray Bookchin nos lembra que sob o capitalismo contemporâneo existiu um longo processo de destruição das relações existentes entre experiência comunitária e o desenvolvimento da técnica. Quando as restrições sociais baseadas na ética e nas instituições comunais foram demolidas ideológica e fisicamente, a técnica se tornou livre para seguir os ditames do interesse privado. Para Bookchin (1984), o capitalismo subverteu uma das dimensões fundamentais da ordem social tradicional: a integridade da comunidade humana. Esse sistema social reduziu as relações entre indivíduos em relações entre comprador e vendedor, além de produzir a dissociação entre os espaços, tornando antagônica a agricultura em relação ao artesanato, o artesanato em relação à fábrica e a cidade em relação ao campo. O capitalismo invadiu e subjugou áreas da vida social que nenhum dos grandes impérios do passado havia conseguido penetrar.

Nessa reflexão final, vale lembrarmos sobre o conceito de racionalidade que se torna hegemônico na contemporaneidade. Diversos autores apontaram como a ideia de racionalização se voltou para as trocas mercantis e para o desenvolvimento

tecnológico, legitimando e ampliando a dominação sobre os seres humanos e sobre a própria natureza. Falamos aqui, principalmente, da racionalização apontada por Santos (2008) desenvolvida no contexto da consolidação do Estado liberal no continente europeu e nos Estados Unidos, durante as revoluções industriais, a consolidação do capitalismo, do colonialismo e do imperialismo.

Ianni (1999) também nos mostra que junto ao crescimento do capitalismo ocorre uma ação de racionalização na qual as diferentes esferas da vida se tornam burocratizadas e organizadas sob o prisma da calculabilidade, da eficácia, da lucratividade e da produtividade. Um fator fundamental para a incorporação e aceitação desse modelo de racionalidade é a aparência de neutralidade com que se expressa em conceitos, interpretações e paradigmas presentes no discurso tecnológico e científico. Nesses discursos a racionalidade assume o caráter ideológico de universalidade e generalidade, conforme demonstrado por Marcuse (1982). A filosofia da técnica de caráter crítico desenvolvida a partir das reflexões do pensador alemão apontou para os processos de desligamento do julgamento crítico que o pensamento científico teve e do seu distanciamento dos julgamentos de valor.

A aparente neutralidade da técnica e da ciência se torna questionada em reflexões sobre o caráter totalitário que assume a racionalidade instrumental que glorifica a ruptura entre desenvolvimento da racionalidade e os laços sociais, ecológicos e culturais. Uma sociedade organizada a partir das ideologias do determinismo e da neutralidade sustentam ideologicamente o desenvolvimento de práticas e de tecnologias políticas de caráter autoritário e que visam exercer controles sobre aqueles que se desviam desse mesmo projeto.

Nas contradições do capitalismo contemporâneo aparecem práticas advindas dos espaços banais, marcadas pela luta contra a perversão globalista, as quais podem ajudar a desmascarar a fábula que a sustenta: a fábula da vitória do sistema e suas expressões na produção, no mercado, no consumo e no dinheiro. Nesse processo, resistências políticas tomam a palavra em discursos formulados a partir de associações entre diversas possibilidades de linguagem, se aproveitando das potencialidades de transculturação, onde se apresentam polifonias, cacofonias e as utopias de discursos que haviam sido calados pela pretensão imperialista do capitalismo em instituir um modo de vida único, total, sobre as bases econômicas, sócio-técnicas e culturais que ele determinava para todos os povos. Se há uma globalização de cima, há também uma globalização dos de baixo.

Não podemos nos esquecer, conforme aponta Gohn que

O movimento antiglobalização apresenta-se, na virada deste novo milênio, como uma das principais novidades na arena política e no cenário da sociedade civil, dado sua forma de articulação/atuação em redes com extensão global. Ele tem elaborado uma nova gramática no repertório das demandas e dos conflitos sociais, trazendo novamente as lutas sociais para o palco da cena pública, e a política para a dimensão pública, tanto na forma de operar, nas ruas, como no conteúdo do debate que trouxe à tona: o modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos destrutivos sobre a natureza (humana, animal e vegetal). (GOHN, 2010, p. 34)

Os movimentos de antiglobalização apontados ao longo do trabalho são marcados pela heterogeneidade de sua composição social; organização de redes de movimentos e organizações sociais de espectro variado; destacam-se pela defesa de direitos humanos, direitos estudantis, direitos de minorias; podem ser compostos por anarquistas, socialistas, movimentos sociais rurais, centrais sindicais, alas de partidos e organizações de esquerda, grupos de afinidade e etc.

Nesse cenário optamos por realizar uma pesquisa que levasse em consideração parcela desses grupos, focando especialmente na militância anarquista brasileira contemporânea. Nossos pontos de interrogação ocorreram em torno de temas advindos do campo de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Em seu livro *Cabezas de Tormenta* Christian Ferrer (2004) explica que a palavra “anarquista” agora parece menos terrível do que estranha, como um animal que não tenha sido avistado em décadas, e que em outras vezes fora caçado em abundância e sujeito a contínuas batidas policiais. Conforme Ferrer, os anarquistas não precisam ser muitos para conseguir influenciar processos de mudança cultural e política a partir de suas ideias e práticas. É exemplo disso a capacidade que tiveram em antecipar slogans políticos que foram consolidados muitas décadas depois de suas formulações.

Tendo isso considerado, elaboramos uma hipótese investigativa sobre a possibilidade de, a partir das práticas políticas e sociais desenvolvidas pelos anarquistas brasileiros, construir uma teoria libertária de Ciência, Tecnologia e Sociedade de base latino-americana.

Desse ponto, elencamos algumas questões norteadoras de investigação. Realizamos um apanhado histórico sobre o movimento anarquista, levando em consideração mais especificamente questões vinculadas aos temas de interesse

CTS. Fizemos apontamentos sobre o panorama temático geral acerca de reflexões anarquistas das últimas décadas na tentativa de averiguar quais seriam as possíveis bases de uma teoria libertária CTS da atualidade.

Realizamos dois caminhos paralelos ao longo da pesquisa: a) o levantamento e o estudo de bibliografia especializada sobre as questões vinculadas às concepções de ciência e tecnologia no anarquismo, considerando seu período clássico, bem como sua atuação no mundo contemporâneo; b) a seleção de periódicos ativos na imprensa anarquista brasileira, sua leitura e análise por meio de um processo posteriormente detalhado;

A partir daí fizemos buscas e seleção de materiais, tanto de autores acadêmicos que se dedicam a estudar o anarquismo quanto de jornais anarquistas organizados por coletivos políticos os quais disponibilizam suas publicações em internet. Após seleção de material a ser consultado, fizemos a leitura de todo o material com a perspectiva de analisar seu conteúdo e poder agrupar os temas que apareciam.

Um dos maiores problemas encontrados na utilização desse tipo de material foi o fato de tais materiais possuírem diversas limitações e não apresentarem, na maior parte dos casos, discussões teóricas de maneira mais coesa e aprofundada. Muitas vezes, o material é utilizado como meio propagandístico das ações políticas do grupo. Outro limite, está no fato de que a pesquisa poderia ter sido complementada com contatos com os próprios grupos, visto que por conta do período histórico selecionado muitos continuam atuantes. Tal contato permitiria confrontar, investigar mais a fundo, perceber com maior profundidade o desenvolvimento e a apropriação das teses apresentadas no material escrito. As práticas políticas também poderiam ser observadas *in loco*, possibilitando a verificação de ações de interesse ao campo CTS talvez, nem debatidas pelos próprios militantes.

Ao longo do trabalho, foi possível verificar pontos de aproximação temática entre questões trazidas pelo campo CTS e pelo pensamento anarquista. Todavia, ao confrontar a forma como os temas são trabalhados no material publicado, concluímos que o debate anarquista brasileiro contemporâneo relacionado aos temas CTS ainda é bastante incipiente e, muitas vezes, até mesmo ingênuo quando comparados à elaboração teórica libertária desenvolvida em países como os EUA, Inglaterra, França e Espanha e a Argentina, na América do Sul. Um possível hipótese para tal acontecimento talvez esteja no fato de que, mesmo sofrendo revezes e movimentos

de crescimento e diminuição, os anarquistas de tais países sempre contaram com uma base social significativa e com organizações políticas com continuidade histórica ampliada. Desse modo, o desenvolvimento de debates passou por processos mais maduros de desenvolvimento de reflexão coletiva.

Nesse sentido compreendemos que a hipótese levantada de início sobre a possibilidade de se elaborar uma teoria de ciência e tecnologia libertária latino americana a partir da análise dos materiais estudados não foi alcançada. Há pontos que podem permitir o início dessa discussão, mas esses fragmentos ainda não permitem, em nosso entender, uma abstração mais densa no momento.

Todavia, entendemos que há, a partir do material que apresentamos, uma tradição do pensamento anarquista que se encontra, de certo modo, consolidada tanto em pesquisas acadêmicas quanto em leitura dos militantes no Brasil e que pode ser ponto de intersecção entre o anarquista e o campo CTS: a pedagogia libertária. Desse modo, em nossa realidade nacional, talvez seja interessante discutir a aproximação junto ao CTS do pensamento anarquista por meio de uma das suas áreas de atuação, que seria pensarmos as possibilidades da educação em CTS a partir dos princípios da pedagogia libertária. Tal desafio permanece em aberto, mas podemos sugerir a partir de nossa pesquisa caminhos possíveis.

Segundo López de Mesa (2011), atualmente existe uma grande necessidade do desenvolvimento de currículos e pedagogias que possibilitem aos educadores e estudantes compreender a natureza e impacto cultural das tecnologias, contemplando as diferentes formas em que hoje é reproduzida a informação e as diferentes formas de construção do conhecimento, dentro de um cenário de desenvolvimento de novos artefatos tecnológicos que passam por rápidas transformações.

Nesse cenário, aparece a defesa por parte de educadores de que conversemos sobre questões éticas e políticas em torno da tecnologia. Mas por que falar em questões ético-políticas quando nos referimos ao avanço tecnológico e científico? Se olharmos para o nosso entorno, podemos ver como a ciência e a tecnologia sofreram drásticas modificações nas últimas décadas, podendo citar como exemplo, o desenvolvimento tecnológico (comunicacional e industrial), que em conjunto com o crescimento populacional e questões ambientais, produzem formas de interação entre a humanidade e a natureza não harmoniosas.

Quanto à questão educacional, o campo CTS demonstra que, na maior parte das vezes, os campos da ciência e da tecnologia são apresentados nas escolas e na cultura como imparciais, sem problematização e de forma determinista. Todavia, na prática real das relações capitalistas, tal perspectiva não se sustenta. Portanto, a educação científica pode problematizar esse modelo de abordagem conceitual de modo a permitir aos estudantes a compreensão de elementos fundamentais para seu desenvolvimento e de sua comunidade.

Caso discutamos esse ensino de forma crítica, notaremos que o sistema educacional continua a exercer funções de apoio a consolidação de pensamentos hegemônicos, o que num contexto de desenvolvimento neoliberal, incorre no desenvolvimento de uma lógica na qual a ciência e a tecnologia devem ser pensadas em termos de competitividade internacional, de individualização e de adaptação a formas de controle.

Conforme vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, o campo CTS abordou temas científicos, ambientais, sociais e tecnológicos de modo a pensar conceitos e ideias advindas de diferentes áreas, mas de maneira relacional e interdisciplinar. Segundo García Palacios et al. (2001) as pesquisas CTS possuem quatro premissas em comum: a) o desenvolvimento tecnocientífico é um processo social constituído por fatores culturais, políticos e económicos, além de epistémicos; b) a mudança tecnocientífica é um fator determinante que contribui para moldar nossos modos de vida e de organização institucional. Constitui, assim, um assunto público de primeira ordem; c) Há, por parte de seus defensores, um compromisso comum básico de defesa democrático; d) a busca da promoção da avaliação e do controle social do desenvolvimento tecnocientífico. Isso significa a necessidade de construir as bases educacionais sólidas que fomentem a participação social de maneira firme, permitindo a criação de mecanismos institucionais que permitam tal participação

Desse modo, entendemos junto com Bazzo (2013) que a perspectiva CTS deseja refletir e discutir sobre as limitações e vantagens do desenvolvimento científico e tecnológico não para desqualificá-los, mas ao contrário, valorizá-los ao desmistificar concepções errôneas e ideológicas sobre esses campos de saber. Nesse sentido uma das preocupações do campo é o desenvolvimento da chamada alfabetização científica, contribuindo para a motivação dos educandos na busca de informações e conhecimentos que permitam tomadas de decisão organizadas a partir de valores e conhecimento.

O enfoque CTS se preocupa com a formação crítica do ser humano. Assim, segundo Galvão (2011) a estruturação do ensino na perspectiva CTS, pode se fundamentar em alguns objetivos, tais como: promover a alfabetização científica dos cidadãos; desenvolver nos estudantes o interesse pela ciência e pela tecnologia; promover o interesse pelas interações CTS e; desenvolver o pensamento crítico, o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a tomada de decisões. Dessa forma, entendemos que o enfoque CTS se coloca em oposição a visões reducionistas. Além disso, não se constitui como um método ou metodologia fechada de ensino, mas sim como uma perspectiva que pode vir a fundamentar práticas pedagógicas e de ensino. Por meio dessa perspectiva, é possível fazer uso de inúmeras estratégias metodológicas a depender da realidade na qual se atua.

Alguns autores como Auler (2007) e von Linsingen (2007) têm realizado tentativas de construção de concepções teóricas de ensino e aprendizagem de ciências na América Latina. Podemos destacar que um importante caminho que ganha força é o entrelaçamento entre pressupostos CTS e o pensamento de Paulo Freire. Tal encontro ganha fôlego quando se considera questões como interdisciplinaridade, democratização do conhecimento, elaboração de visão crítica do mundo, participação social, problematização de temas, dentre outros.

Um aspecto que os estudos CTS na região apontam é para a necessidade de democratização dos processos decisórios, principalmente para a existência de acesso ao conhecimento. Na América Latina, consideramos essa necessidade como urgente, principalmente por conta de ser uma região com abundância de recursos naturais que correm sérios riscos de exploração indiscriminada e utilização desses recursos por empreendimentos que podem gerar graves problemas ambientais, afetando o próprio planeta. Trata-se de uma região com políticas de proteção ambiental que quando não são inexistentes, pouco são aplicadas de fato. Além disso, áreas como a Floresta Amazônica são constantemente alvo de políticas e tentativas de exploração pautadas em perspectivas deterministas e desenvolvimentistas por parte dos detentores de poder.

Assim, constitui-se um padrão de relação com a natureza organizado a partir de interesses individuais e privados acima dos interesses coletivos. É urgente à população latina se apropriar de conhecimento, dos produtos tecnocientíficos, nas políticas científica e tecnológicas, dos impactos que determinados modelos de

desenvolvimento podem produzir, não deixando a tomada de decisões nas mãos dos “sábios” ou “profissionais” da ciência.

Fomentar em nosso continente perguntas de caráter reflexivo que nos levem a repensar as visões predominantes de ciência e de tecnologia e possamos questionar politicamente qual tipo de desenvolvimento almejamos. A crítica do modelo linear de desenvolvimento é estratégica para discutir as supostas relações de causalidade entre desenvolvimento e progressos, ciência e tecnologia como sinônimo de desenvolvimento social. Von Linsingen (2007) defende que ideologicamente a ciência deva ser assumida enquanto cultura, produzindo uma ruptura com a visão tradicional, de modo a atingir a autonomia suficiente para definir de que forma a sociedade deseja funcionar, e nesse sentido, os processos educativos desempenham um papel preponderante.

Em síntese, a perspectiva crítica de CTS para América Latina, realiza esforços para considerar o contexto territorial e cultural da região. Compreende ser preciso repensar nossos modelos de desenvolvimento, no sentido de promover valores como respeito pelos recursos naturais e humanos, a luta pela diminuição da desigualdade, a recuperação/criação da própria cultura do povo latino-americano e a autonomia tecnológica, nos livrando de dependência econômica.

Nesse ponto vislumbramos possibilidades de frutíferos encontros entre o campo CTS, principalmente nas preocupações da educação científica e tecnológica sob um enfoque CTS e o anarquismo, nas ricas produções que realizou no campo da pedagogia libertária. Tal encontro não é inédito. Conforme discutimos, durante o final da década de 1990 e início dos anos 2000, para citarmos um exemplo ocorreram uma série de oficinas desenvolvidas pelo Núcleo de Alfabetização Técnica (NAT) ligado à UFSC sob direção da educadora libertária Maria Oly Pey. Essas oficinas²⁵⁷ trabalharam a formação científica, especialmente o ensino de ciências naturais pautada no encontro entre o pensamento de Paulo Freire e as práticas e teorias desenvolvidas pela pedagogia libertária.

A fim de concluirmos, consideramos existir a urgência da mudança radical das atuais condições de exploração e dominação nas quais se encontram a humanidade, os animais e a natureza. O capitalismo produz uma forma de viver e de se relacionar

²⁵⁷ A dissertação de mestrado de Guilherme Carlos Corrêa (1998) intitulada *Oficina: Apontando Territórios Possíveis em Educação* discorre sobre como funcionou o projeto a partir das oficinas de ensino de Química.

que leva as sociedades humanas a um processo de autodestruição que acaba por refletir na destruição da base natural da vida, promovendo uma relação predatória dos homens para com a natureza. Assim, compreendemos que é nosso dever a defesa do planeta e da continuidade da riqueza de vida na Terra. Essa defesa se dá a partir de uma crítica dos projetos de dominação que atravessaram a história da humanidade e se expandiram sob o capitalismo. Para isso, não podemos fechar os olhos para a problemática científica e tecnológica, ao contrário, devemos lutar em torno de projetos de desenvolvimento de uma sociedade emancipada e organizada a partir de ciência e técnica sob novas bases ecológicas. Para isso, a humanidade, como diria Bookchin (1982) deve pôr em jogo tudo de si: trabalho, imaginação, ferramentas e seus desejos

Ao que tudo indica, o mapa do mundo e do processo de mundialização ainda não se fechou. Ainda existem atritos e ruídos, acomodações, protestos, tensões e lutas que demonstram a incapacidade do capitalismo administrar totalmente os movimentos da sociedade.

Por fim, esperamos que nosso trabalho venha a contribuir na consolidação dos estudos anarquistas no Brasil e na abertura de temáticas ainda não suficientemente exploradas, como as trazidas pelo campo CTS. Desse modo, esperamos sensibilizar a crescente militância política anarquista brasileira a respeito de questões que fazem parte de sua tradição, mas as quais os coletivos, organizações e agrupamentos ainda não dedicaram a importância que consideramos devida e necessária.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY E SILVA, Dóris. Anarquistas: criação cultural, invenção pedagógica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.32, n. 114, pp.87-102, jan.-mar. 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. Tradução de António Guerreiro. Lisboa: Presença, 1998.

AHAGON, Vitor. **Anselmo Lorenzo e a tensão indivíduo e sociedade: Uma perspectiva anarquista**. Memórias do Colóquio Internacional Ciência e Anarquismo. 2013. Disponível em <https://cienciaeanarquismo.milharal.org/files/2013/12/Ahagon-Vitor-Anselmo-Lorenzo-e-a-tens%C3%A3o-indiv%C3%ADduo-e-sociedade-Uma-perspectiva-anarquista.pdf>

AMSTER, Randall. **Anarchism Today**, Santa Barbara, CA, Praeger, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**, Boitempo, São Paulo, 2001.

AQUINO, Alysson Eduardo de Carvalho. **Autogestão e Educação: um estudo sobre a apropriação da categoria socialista pelas doutrinas gerencialistas neoliberais aplicadas à administração escolar**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2014.

AQUINO, Gustavo Ramus de. **Anarquismos, cristianismo e literatura social no Brasil (1890-1938)**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC-SP. 2011.

AUGUSTO, Acácio. Municipalismo libertário, ecologia e resistências. **Revista Ecpolítica**, v. 2, p. 64-98, 2011.

AUGUSTO, Acácio. Anarquismo contemporâneo? História, memória e luta. **Verve (PUCSP)**, v. 21, p. 420-428, 2012.

AUGUSTO, Acácio. **Política e antipolítica: anarquia contemporânea, revolta e cultura libertária**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais-Política). PUC-SP, 2013.

AUGUSTO, Acácio; RODRIGUES, T. Política, participação e resistências na sociedade de controle: entre indignados e a antipolítica. **Pensamiento Propio**, v. 40, p. 227-250, 2014.

AUGUSTO; RESENDE, P. E. R.; ROSA, P. O. Capturas e Resistências nas Democracias Liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. **Estudos de Sociologia**, v. 21, p. 21-37, 2016.

AULER, D. Enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. **Ciência & Ensino**, Campinas – SP, v. 1, n. Especial, p. 01-20, 2007.

AVELINO, Nildo. **Anarquistas: ética e antologia de existências**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

AVELINO, Nildo. Anarquismos e governamentalidade. Tese (Doutorado em Ciências Sociais-Política). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2008.

BAO, Ricardo Melgar. **El anarquismo y la cultura de las clases y minorías subalternas en el Perú**. Instituto Nacional de Antropología e Historia, Morelos, México, 2011.

BARBOSA, L.; BAZZO, W. O uso de documentários para o debate Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) em sala de aula. **Revista Ensaio**, v.15, n. 03, p. 149-161, 2013.

BARONA, Josep Lluís. La ciência y el movimiento obrero en España (1875 – 1939). Actas VIII **Congreso de La Sociedad Española de Historia de las Ciencias y las Técnicas**, 2002. pp. 3-21.

BARRANCOS, Dora. Anarquismo y sexualidad. In: Diego Armus (org). **Mundo urbano y cultura popular**. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

BARRANCOS, Dora. As 'leituras comentadas': um dispositivo para a formação da consciência contestatária entre 1914-1930. In **Cadernos AEL – Anarquismo e anarquistas**, arquivo Edgard Leuenroth/IFCH, nº 8 e 9. Campinas, UNICAMP, 1998, pp. 151-161.

BELLUCCI Mabel. Anarquismo e feminismo. **Todo es história**. Buenos Aires, año XXVII, 1994, n. 321, p. 68.

BELLUCCI Mabel. Anarquismo, sexualidad y emancipación femenina. Argentina alrededor del 900. **Nueva Sociedad**. N. 109. Set.Out. 1990. pp. 148-157.

BOOKCHIN, Murray. **Hacia una sociedad ecológica**. 1973. Disponível em <http://ceppas.org.gt/media/uploads/documents/murray-bookchin-hacia-una-sociedadecologica.pdf> acesso em 15/05/2016.

BOOKCHIN, Murray. Seis tesis sobre municipalismo libertário. In: BOOKCHIN, Murray, et.al. **La utopia és posible: experiencias posibles**. Argentina: Tupac Ediciones, 1984.

BOOKCHIN, Murray. **Post-Scarcity Anarchism**. Montreal, Black Roses, 1986.

BOOKCHIN, Murray. **La Ecología de La Libertad**: La emergencia e la disolución de las jerarquías. Madrid: Nossa y Jara, 1999a.

BOOKCHIN, Murray. **Municipalismo libertário**. São Paulo: NuSol/Imaginário/SOMA, 1999b

BOOKCHIN, Murray; BOINO, Paul; ENCKELL, Mariane. **O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários!** São Paulo: Imaginário, 2003.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. Organização e prefácio Mauro José Cavalcanti. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo crítica e autocrítica**: primitivismo, individualismo, caos, misticismo, comunalismo, internacionalismo, antimilitarismo e democracia. São Paulo: Hedra, 2011.

BRACONS, Eduard Masjuan. Procreación consciente y emigración: el ejemplo del neomalthusianismo ibérico em América Latina (1900 – 1914). VI Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. **Usos Públicos de La Historia**. Zaragoza. 2002.

BRACONS, Eduard Masjuan. La cultura de la naturaleza en el anarquismo ibérico y cubano. **Signos Históricos**, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa. Distrito Federal, México, n. 15, jan.-jun., 2006, pp. 98-123.

BRACONS, Eduard Masjuan. El neomalthusianismo ibérico e italiano: un precedente de la ecología humana contemporánea. **Historia Actual Online**, n.15, 2008 pp. 69-87.

BRÜGGER, Paula. Instrumental rationality, as proposed by Herbert Marcuse: a key concept to understand our relationship with nature. **Pensata Animal**, São Paulo, v. 23, 5 mai. 2009.

CALL, Lewis. **Postmodern Anarchism**. Lexington: Lexington Books. 2002.

CANDIDO, Antonio. Sobre retidão. In. PRADO, Antonio Arnoni (org). **Libertários no Brasil – Memória, lutas, cultura**. Brasiliense: São Paulo, 1986.

CHÉLIZ, Pilar Salomón. La Enseñanza de la historia de España en la Escuela Moderna de Barcelona: una contribución a la construcción de identidad nacional española. In. **Usos Públicos de la Historia**. FORCADELL, Carlos, FRÍAS, Carmen et all. (org). Zaragoza. 2002. pp.749-763.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEMINSON, Richard. **Anarquismo y sexualidad en España, 1900-1939**. España: Servicio Publicaciones UCA, 2008.

CLEMINSON, Richard. Eugenics without the state: anarchism in Catalonia, 1900–1937. **Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci.** 39, p. 232–239, 2008.

COBOS, Amparo Sánchez. Sociabilidad anarquista y configuración de la identidad obrera en Cuba tras la independência. In. LIDA, Clara E.; Yankelevich, Pablo (org.), **Cultura y política del anarquismo en España e Iberoamérica**, El Colegio de México, Colección Ambas Orillas, México, 2012.

CODELLO, Francesco. **A boa educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill**. Vol. 1. São Paulo: Imaginário, 2007.

COGGIOLA, O. L. A. **Universidade e Ciência na Crise Global**. São Paulo: Xamã/Pulsar, 2001.

COLSON, Daniel. O Anarquismo Hoje. **Política & Trabalho**. Revista de Ciências Sociais, n. 36 - abril de 2012 - pp.75-90.

CORDERO, Laura Fernández. Breve ensayo bibliográfico. Dossier: Anarquismo, género y sexualidade en América del sur.56, **Programa Interuniversitario de Historia Política**, Buenos Aires, 2015.

CORRÊA, Felipe. **Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, 2012.

CORRÊA, Felipe. **A Distinção Entre as Categorias Ciência e Doutrina/Ideologia na obra de Errico Malatesta**. 2013. Em ITHA. Acessado em fevereiro de 2016, disponível em <http://ithanarquista.wordpress.com/2013/11/22/felipe-correa-distincaoentre-as-categorias/>.

CUBERO, Jaime. Razão, Paixão e Anarquismo. **Revista Libertárias**, São Paulo, n.4, Dez, pp. 64-68, 1998.

CUTCLIFFE, Stephen. La emergencia de CTS como campo academico. In: Ideas, Maquinas y Valores. **Los Estudios de Ciencia, Tecnologia y Sociedad**. Barcelona: Anthropos, 2003.

DAY, F. Richard. **Gramsci is dead**. Anarchist Currents in the Newest Social Movements. Londres: Pluto. 2005.

DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaio sobre a memória anarquista: a história como ficção coletiva. **História Oral**, 2, 1999, pp.111-134.

DIEZ, Xavier. **El anarquismo individualista en España (1923-1938)**. Barcelona: Virus editorial, 2007.

FERRER, Christian. **Cabezas de tormentas** - Ensayos sobre lo ingobernable. Anarres Corrientes 4790: Buenos Aires - Argentina. 2005.

FERRER, Christian. Os antípodas. O futuro das publicações anarquistas de outrora. **verve**, 21. 2012. pp.13-21.

FERRETTI, Federico. **Evolução e Revolução: os geógrafos anarquistas entre ciência e militância**. Colóquio Internacional Ciência e Anarquismo 2013. Disponível em <https://cienciaeanarquismo.milharal.org/files/2013/12/Ferretti.pdf>.

FILHO, José Barbosa da Silva, **A questão do negro no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense**. Dissertação. Curso de Pós-Graduação em Política Social - Escola de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

GALLO, Silvio. **Pedagogia do Risco**. Campinas, Editora Papirus: 1995.

GALLO, Silvio. **Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

GARCÍA PALACIOS, E.; *et all.* Ciencia, Tecnología y Sociedad: una aproximación conceptual. **Cuadernos de Iberoamérica, Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)**, 2001.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Imagens anarquistas: análises e debates**. Coleção História na Comunidade v. 2. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GROPPO, Luís Antonio. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

GUERIN, Daniel. **El Anarquismo**. Utopia Libertaria. Anarres Corrientes: Buenos Aires - Argentina. 2008.

GUIMARÃES, Adonile Ancelmo. **Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade)**. Dissertação, Mestrado em Ciências Humanas - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Vozes, 2017.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria nem patrão**. Brasiliense: São Paulo, 1984.

HENNING, Luiz Felipe de Castro. **As Representações de Ciência e Tecnologia no Anarquismo Brasileiro Contemporâneo e a Ação Direta**. 2017. 107f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

HOBBSAWM, Eric. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOFMANN, E., JOAN I TOUS, P. y TIETZ, M. (orgs.). **El anarquismo español y sus tradiciones culturales**. Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 1995.

HOLOWAY John. **Change the World Without Taking Power**. Pluto: 2002.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2004.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 10ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2010.

IANNI, Octávio. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2011.

IBÁÑEZ, Tomás. **Anarquismo es movimiento**. Anarquismo, neoanarquismo y postanarquismo. Barcelona: Virus Editorial, 2014.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma educação para a solidariedade**. São Paulo, Pontes, 1990.

JOYEUX, Maurice; LENOIR, Hugues, *et. all.* **Maio de 68: os anarquistas e a revolta da juventude**. São Paulo: Imaginário, Faísca. 2008.

JUNCO, José Alvarez. **La ideología política del anarquismo español, 1868-1910**. Ed. SIGLO VEINTIUNO de ESPAÑA; Madrid. 1976.

KABAT, Marina. Socialistas y anarquistas frente a la racionalización industrial, 1926 – 1932. Investigaciones, **Razón y Revolución**, n.6, 2000, pp. 1-15.

KREIMER, Pablo. **El científico es también un ser humano**. La ciencia bajo la lupa. Buenos Aires, siglo XXI, 2009.

LEIBNER, Gerardo. La Protesta y la andinización del anarquismo en el Perú, 1912-1915. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v.5, n.1, 2015.

LIDA, Clara E.; YANKELEVICH, Pablo (org.), **Cultura y política del anarquismo en España e Iberoamérica**, México, D.F., El Colegio de México, 2012.

LIDA, Clara E. Organización, cultura y prácticas políticas del anarquismo español en la clandestinidad, 1873-1881. In. LIDA, Clara E.; YANKELEVICH, Pablo (org.), **Cultura y política del anarquismo en España e Iberoamérica**, México, D.F., El Colegio de México, 2012, pp. 63-94.

LIMA FILHO, Domingos. Leite.; QUELUZ, Gilson L. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 10, n.1, p. 19-28:2005

LIMA, Mariangela Alves de; VARGAS, Maria Thereza. Teatro Operário em São Paulo. In. PRADO, Antonio Arnoni (org). **Libertários no Brasil – Memória, lutas, cultura**. Brasiliense: São Paulo, 1986.

LITVAK, Lily. **Musa libertaria: arte, literatura y vida cultural del anarquismo español**. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2001.

LÖWY, Michael. **Romantismo e messianismo**: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. Trad. Myriam Vera Baptista e Magdalena Pizante Baptista, 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MALATESTA, Errico. **Escritos Revolucionários**. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: HEDRA. 2011.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARTIN, Brian. Strategies for Dissenting Scientists, **Journal Scientific Exploration**, 1998, v.12, n 4, p. 605-616.

MAY, Todd Gifford. **The Political Philosophy of Poststructuralist Anarchism**. University Park: Pennsylvania State University Press.1994

MAZA, Fabio. **Anarco-Sindicalistas – A visão dos libertários de Ciência e Tecnologia**. Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, 1993.

MECHTHILD, Albert. Ricardo Mella y la tradición francesa: en torno a las fuentes de sus "Breves apuntes sobre las pasiones humanas". **El anarquismo español y sus tradiciones** / coord. por Bert Hofmann, Pere Joan Tous, Manfred Tietze, 1995, pp. 1-14.

MÉNDEZ, Nelson, Capitalismo y Estado Tecno-represor en el umbral del S. XXI: Construyendo el Panóptico de la Postmodernidad. **ANUARIO ININCO Investigaciones de la Comunicación**; 9, 1998, pp. 183-196

MUÑOZ, Manuel Morales. Rituales, símbolos y valores em el anarquismo español, 1870-1910. Encuentro **CULTURA Y PRÁCTICA DEL ANARQUISMO, DESDE SUS ORÍGENES HASTA LA PRIMERA GUERRA MUNDIAL**, Cátedra México-España de El Colegio de México, marzo de 2011.

NASH, Mary. La reforma sexual en el anarquismo español. In: HOFMANN, E., JOAN I TOUS, P. y Tietz, M. (eds.). **El anarquismo español y sus tradiciones culturales**. Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 1995.

NOVAES, Henrique Tahan(Org). **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

PANIAGUA, Javier. **Anarquistas y Socialistas**. Historia 16. Madrid, 1999.

PARRA, Lucia Silva. **Leituras libertárias: cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930**. Dissertação. Mestrado em Estudos Culturais – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PASSETTI, E.. Kafka et la société punitive. In: Pussinarelli Mimi; Pessain, Alain. (Org.). **Les incendiaries libertaires**. Grenoble: Atelier Libertaire, 2000, v. 1, p. 105-113.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSETTI, Edson. Pensamento libertário, terrorismos e tolerância. **SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações**. Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa. Nº 2/2007, pp.1-27.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos & educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

PASSETTI, Edson. Da vida dos arquivos anarquistas contemporâneos no Brasil. **Ecopolítica**, v. 6, p. 57-84, 2013.

PINCH, Trevor & BIJKER, Wiebe. The social construction of facts and artifacts or how the Sociology of Science and the Sociology of Technology might benefit each other. In: BIJKER, Wiebe, HUGHES, Thomas & PINCH, Trevor (eds) **The Social Construction of Technological Systems**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1997

PRIETTO, Nadia Ledesma. Eugenesia, Anarquismo y Emancipación Femenina. Uma aproximación a los discursos libertários. Argentina (1930 – 1940). *Fazendo Gênero* 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.

PRIETTO, Nadia Ledesma. Apuntes sobre la eugenesia y la libertad sexual en el discurso de dos médicos anarquistas – Argentina, 1930 - 1940. **Revista NOMADÍAS**. Nov., n.16, 2012, pp. 75-97.

QUELUZ, Gilson. Representações de Eugenia no Pensamento Anarquista Brasileiro. In: MOTA, André; MARINHO, Gabriela S. M. C. (org.). **Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades**. 1ed.São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: Universidade Federal do ABC; CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013, v. 1, p. 133-156.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar**. (3ª.ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, T. V., SANTOS, A. T., & GENOVESE, L. G. R. A História Dominante do Movimento CTS e o seu Papel no Subcampo Brasileiro de Pesquisa em Ensino de Ciências CTS. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências**, 2017, 17(1), 13-43.

RIGHI, Daniel. **O cine educativo de João Penteado: iniciativa pedagógica de um anarquista durante a era Vargas**. Dissertação. Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROBIN, Paul. A educação integral. In: MORIYÓN, Félix Garcia. **Educação Libertária**. Clube dos editores. Porto Alegre, 1989.

ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori – uma aventura anarquista**. São Paulo, Annablume, 2002.

SAFATLE, Vladimir. **Circuito dos Afetos: Corpos políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SANTILLÁN, Diego Abad. **Organismo econômico da revolução: autogestão na Revolução Espanhola**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

SANTOS, Luciana Eliza dos. **A trajetória anarquista do educador João Penteadó: leituras sobre educação, cultura e sociedade**. Dissertação, Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SCHIMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. **Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland: AK Press, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Jacy Alves. Acerca do Militante anarquista – sensibilidade, cultura e ética política (Brasil, 1890 – 1920). *In: Anais Encuentro Cultura y práctica del anarquismo, desde sua Orígenes hasta la Primera Guerra Mundial. México DF: Colegio del México, março de 2011.*

SIERRA, Alvaro Giron. **Evolucionismo y anarquismo: la incorporación del vocabulario y los conceptos del evolucionismo biológico en el anarquismo español (1882-1914)**. Tese, Doutorado, Faculdade de Geografia e História, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1996.

SIERRA, Alvaro Giron. Una historia contada de otra manera: librepensamiento y darwinismos anarquistas en España (1869 – 1910). *In: Anais Encuentro Cultura y práctica del anarquismo, desde sua Orígenes hasta la Primera Guerra Mundial. México DF: Colegio del México, março de 2011.*

SILVA, Ângelo José da. **A Formação do Militante Anarquista: primeiros movimentos para uma leitura distinta**. Tese de Doutorado. Curitiba, UFPR: 2003.

SILVA, Robledo Mendes da. **A influência de Élisée Réclus na educação operária no Brasil: das ciências naturais à educação integral**. Dissertação, Mestrado em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Rodrigo Rosa da. **Anarquismo, ciência e educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890 – 1920)**. Tese, Doutorado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SURIANO, Juan. La interpelación Anarquista. Tensiones entre el discurso y las prácticas libertarias em Argentina, 1890 – 1916. **Latin American Studies Association**. XXIII International Congress. Washigton, DC, Set. 6-8, 2001.

SURIANO, Juan. Las prácticas culturales del anarquismo argentino. *In: Anais Encuentro Cultura y práctica del anarquismo, desde sua Orígenes hasta la Primera Guerra Mundial. México DF: Colegio del México, março de 2011.*

THORPE, Charles; WELSH, Ian. Beyond Primitivism: Towards a twenty-first century Anarchist Theory and Praxis for Science and Technology?; **Anarchist Studies**, 16,v.1, 2008, pp.48-75.

TOSO, Sergio Grez. Resistencia cultural anarquista: poesia, canto y dramaturgia en Chile, (1895 – 1918). *In: LIDA, Clara E.; YANKELEVICH, Pablo (org.), Cultura y política del anarquismo en España e Iberoamérica, México, D.F., El Colegio de México, 2012, pp. 259-296.*

TRAGTENBERG, Maurício. **Kropotkin, textos escolhidos**. LPM Editores, São Paulo, 1987.

TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia. 3 edição. São Paulo: Unesp, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. Mikhail Bakunin – Introdução a Deus e o Estado. *In. Teoria e ação libertárias*. São Paulo: Unesp, 2011 pp.125-143.

TRAGTENBERG, Maurício. Malatesta e sua concepção voluntarista de anarquismo. *In. Teoria e ação libertárias*. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 93-116.

UEHARA, Luíza de A. **Política e Modulações: há vida libertária na Internet?** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC-SP, 2013.

VIEIRA DA SILVA, Edivaldo. **O corpo na transversal do tempo: da sociedade disciplinar à sociedade de controle ou da analítica de um corpo que cai**. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC-SP, 2006.

VON LINSINGEN, I. Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo em consolidação na América Latina. **Ciência & Ensino**, v.1, Campinas – SP, 2007.

WALLS, David. **Environmental Movement**. 2008.

WARD, Colin. **Anarquia en acción: la práctica de la libertad**. Madrid: Enclave de libros. 2013.

WINNER, Langdom. Do artifacts have politics? *In: MACKENZI, Donald & WAJCMAN, Judy. The Social Shaping of Technology*. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1996.

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Tradução de Júlia Tettamazi e Betina Becker. Porto Alegre: LP&M, 1981.

WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas** (Vols. 1 e 2). Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: LP&M, 2002.

ZAVERUCHA, Jorge. O anarquismo e a Ciência. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 16/17, 1986, pp. 253-262.